GISELA MACHADO

O PRIMEIRO DIA "EUROPEU" DE PORTUGAL: CENAS DE UMA UNIÃO SELADA PELA TELEVISÃO

ANÁLISE DA TELECERIMÓNIA DE ASSINATURA DO TRATADO DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. JORGE ALVES

O PRIMEIRO DIA "EUROPEU" DE PORTUGAL:

CENAS DE UMA UNIÃO SELADA PELA TELEVISÃO

ANÁLISE DA TELECERIMÓNIA DE ASSINATURA DO TRATADO DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE

PORTO, SETEMBRO DE 2003
GISELA MARIA DA MOTA FERREIRA MACHADO DA MOTA

Na rádio, na TV
Nos jornais, que não lê
Portugal e a CEE
Quanto mais se fala menos se vê
eu já estou farto e quero ver
Quero ver Portugal na CEE
Quero ver Portugal na CEE

À boleia, pela rua
lá vou eu ao mercado comum
Ao lá chegar, vi o boss
Vinha como foi, o que me valeu
Perguntei-lhe "Qual era a tua ò meu?"

Quero ver Portugal na CEE
Quero ver Portugal na CEE
Quero ver Portugal na CEE
Quero ver Portugal na CEE

E agora, que já lá estamos
Vamos ter tudo aquilo que desejamos
Um PA p'ras vozes e uma Fender
Oh boy, é tão bom estar na CEE

Quero ver Portugal na CEE
Quero ver Portugal na CEE

Portugal na CEE, Single do Grupo Novo Rock (GNR), 1981

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração dos Arquivos e Documentação da RTP. Aos dois directores que autorizaram a minha pesquisa, Alfredo Tropa e Afonso Rato, agradeço a colaboração prestada, bem como a Orlando Gonçalves, chefe do Departamento de Arquivos, que me acompanhou mais de perto. Queria dirigir uma palavra de especial apreço a Adérito Pinho, chefe de serviço dos Sistemas Documentais, que me orientou no imenso Arquivo da RTP e ao documentalista Hugo Aragão, que me ajudou de forma inexcedível em tantas e tão variadas solicitações que lhe dirigi ao longo do tempo.

Gostaria também de agradecer a colaboração da jornalista da RTP Ana Fonseca, que me possibilitou o acesso a muitos dos participantes na Emissão de 12 de Junho de 1985, bem como o auxílio das documentalistas Rosário Alves e Lourdes Costa, da RTP- Porto. O repórter de imagem Nuno Santiago, que digitalizou extractos da Emissão constantes nesta dissertação, prestou-me também uma ajuda valiosa.

O apoio do Rui, que tanta compreensão e auxílio prático me ofereceu, foi precioso e decisivo, bem como o atento trabalho de leitura do meu pai.

Por fim, queria expressar o meu reconhecimento especial para com a insubstituível orientação científica do Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, cujos conselhos sempre acertados e a total disponibilidade constituíram contributo único e imprescincível para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

I - Apresentação 007

II - Introdução:
O Acontecimento Mediático, uma fonte para a História Contemporânea 009

III - Contextualização Histórica:
A Adesão de Portugal à CEE
ou a reafirmação nacional do modelo capitalista ocidental 021
III.1 - Antes do 25 de Abril 021
III.1.1 - O Salazarismo 021
III.1.2 - O Marcelismo 028
III.2 - O 25 de Abril 035
III.2.1 - O 25 de Abril e o desvio temporário do ideal europeu 035
III.2.2 - O 25 de Novembro de 1975 e o lento retorno
aos ideias das democracias capitalistas europeias 040
III.3 - O longo processo de Adesão à CEE 044
III.3.1 - O pedido de Adesão à CEE 044
III.3.2 - A caminho da CEE 048
III.3.3 - A Adesão à CEE 054

IV - Preparando o Grande Dia:
Análise dos Telejornais da semana anterior a 12 de Junho 061
IV.1 - Pressupostos 061
IV.2 - O Telejornal de 05-06-1985 064
IV.3- O Telejornal de 06-06-1985 069
IV.4 - O Telejornal de 07-06-1985 072
IV.5 - O Telejornal de 08-06-1985 075
IV.6 - O Telejornal de 09-06-1985 077
IV.7 - O Telejornal de 10-06-1985 080
IV.8 - O Telejornal de 11-06-1985 081

IV.9 - O Telejornal de 12-06-1985 086
IV.10 - Pequeno Balanço 093

V - O dia 12 de Junho de 1985 visto pela ecrã da RTP 096
V.1 - A Telecerimónia de Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE 096
V.1.1 - A construção da Telecerimónia 096
V.1.2 - Começa o Ritual de Estado 109
V.1.3 - No Mosteiro dos Jerónimos, momento alto do dia 121
V.1.4- Depois da Assinatura 130
V.2 - O resto do dia 134
V.2.1 - Antes dos debates 134
V.2.1.1 - No estúdio 134
V.2.1.2 - Humor "Europeu" 136
V.2.2 - O debate da manhã: Juventude e Europa 137
V.2.3 - O TV Rural 141
V.2.4 - O primeiro debate da tarde: questões agrícolas 143
V.2.5 - O debate sobre Emigração 147
V.2.6 - O debate sobre Comércio e Indústria 151
V.2.7 - O debate sobre as Pescas 154
V.2.8 - Conhecer a Europa da hora da Adesão 156
V.2.8.1 - Reportagens sobre parceiros comunitários 156
V.2.8.2 - Relações Portugal/CEE 158
V.2.8.3 - A hesitante ligação em directo a Espanha 161
V.2.9 - Depois do Telejornal 163
V.2.9.1 - O debate da noite: questões culturais 166
V.2.9.2 - A reportagem: "Historial da Adesão de Portugal à CEE" 173
V.2.9.3 - Nova ligação em directo a Espanha 179
V.2.9.4 - O final do debate da noite 181

VI - Conclusões 190

VII - Anexos 196

VII.1 - Alinhamentos do *Telejornal* da RTP

Edições de 05 a 12 de Junho de 1985 197

VII.2 - *Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos*

Minutagem das Edições do *Telejornal* de 05 a 11 de Junho de 1985 198

VII.3 - *Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos*

Minutagem da Emissão da RTP1 de 12 de Junho de 1985 199

VIII - Fontes e Bibliografia 200

IX – Índice de Extratextos 209

I -APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de Mestrado tem por objectivo analisar o tratamento dado pela RTP a um acontecimento relevante da História Contemporânea Portuguesa no pós 25 de Abril: a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, em 12 de Junho de 1985.

A fim de empreender o melhor possível esta tarefa, procurei, num primeiro momento, elaborar um pequeno capítulo que servisse de breve e, necessariamente, incompleta contextualização histórica ao acontecimento que analisei ao pormenor. No entanto, preferi não examinar toda a cobertura feita pela RTP ao evento, sem antes observar como é que a assinatura do Tratado de Adesão foi preparada pela estação nos dias anteriores. Assim, optei por atentar no espaço informativo privilegiado da RTP que era o Telejornal das 20 horas e aí tentar descortinar que esforço de preparação e promoção do acontecimento terá sido efectuado pela Televisão Monopolista. Por fim, pude então observar, minuto a minuto, toda a operação especial montada pela Televisão do Estado para mostrar aos portugueses a cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão do país à CEE. As cerca de dezasseis horas de emissão contínua do primeiro canal da RTP foram, na sua maioria, dedicadas ao acontecimento, enquanto que no segundo, alternativo, a emissora apenas se referiu ao evento durante o habitual espaço informativo.

Assim, traçadas as linhas gerais de desenvolvimento deste trabalho pode explicitar-se com mais precisão a «*pergunta de partida*» (Quivy, 1988: 32), ou melhor o "cacho" de interrogações iniciais que conduziram a esta investigação. Coloquei a hipótese de a RTP ter mostrado o evento não apenas num registo puramente informativo, jornalístico, mas optando antes por erigi-lo, predominantemente, como momento de celebração, dia de comemoração, de "coroação" de uma estratégia que finalmente se concretizava, como corolário de uma ansiada conquista nacional. A estação terá partido do princípio e da constatação que o acto era encarado socialmente como um valor consensual, hegemónico, era visto como evento histórico, ou melhor, como acontecimento mediático cerimonial, na acepção que Daniel Dayan e Elihu Katz (1999) estabeleceram, e que, na sua esteira, Mário Mesquita (2001) sintetizou na expressão porventura mais feliz de telecerimónia, que preferi utilizar. Perguntei-me, então, seguindo o pensamento de Dayan e Katz, se todo o trabalho da estação emissora não teria sido (depois de verificado o valor-notícia do evento e, assim, anuir em cobri-lo e explicar o seu significados) o de construir o acontecimento enquanto primeiro grande momento mediático de persuasão da opinião pública para o ideal europeu numa sociedade

democrática. A assinatura do Tratado terá resultado, afinal, num instrumento legitimador das opções do poder, um momento de produção do consentimento da população, um potenciador de consensos?

É a estas questões que pretendo dar resposta com o trabalho que aqui se apresenta. Uma reflexão tanto mais pertinente e, sempre actual, quando dez novos países se preparam para integrar a União Europeia e assinaram, em Atenas (berço histórico da democracia europeia), a 16 de Abril de 2003, os seus Tratados de Adesão. Contudo, não pretendo assim, nem legitimar ou enobrecer a minha opção recorrendo aos acontecimentos da actualidade mais próxima, nem alinhar voluntariamente no desejo que Barthes (1982) denominou de "função de predição/ função premonitória da história". Creio, contudo, não ter escapado à tentação de introduzir no enunciado histórico, aqui e ali, sinais explícitos da enunciação e do seu tempo. Tão-pouco procurei "mascarar" de "objectiva" a narração que empreendi, optando deliberadamente, na maioria das vezes, por não retirar o sujeito dos enunciados e usar mesmo a primeira pessoa do singular como emissora assumida do discurso, ao contrário das situações onde «*l' énonciateur entend "s'absenter" de son discours et où il y a pour conséquent carence systématique de tout signe renvoyant à l' émeteur du message historique: l' histoire semble se raconter toute seule*» (Barthes, 1982:).

Efectivamente, é minha vontade produzir um trabalho que persiga o valor, a meta inalcançável da objectividade, elaborando uma investigação intelectualmente honesta. Estou, no entanto, consciente de que o discurso histórico não segue puramente o real, é performativo, nas palavras de Barthes (1982) produz significação, um novo sentido, um efeito de real, porque «*le signe de l' histoire est desormais moins le réel que l' intelligible*» (Barthes, 1982:) São contigências da investigação histórica que tornam ainda mais fascinante o trabalho de quem quer perceber o passado, sem a pretensão de o conseguir abarcar na sua imensa e intangível totalidade.

II – INTRODUÇÃO: O ACONTECIMENTO MEDIÁTICO, UMA FONTE PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Ao analisar um período de História que está ainda tão próximo da actualidade convém ter em conta as especificidades metodológicas de um tal trabalho, a análise do tipo de acontecimentos a tratar, bem como tentar perceber em que registo historiográfico a tese se insere.

Estudar um acontecimento recente e tratado pelos media implica, antes de mais, tentar entender as contingências de um meio de produção de informação específico, centrado na reprodução e difusão de eventos. O florescimento dos mass media fez ressurgir o acontecimento ele mesmo como objecto de estudo não só para os media, mas também para a historiografia.

Revoltados contra a tirania do acontecimento e da história política positivista, os fundadores dos Annalles privilegiavam as longas durações e a análise de épocas mais latas e ordenadas em função de critérios historiográficos que não a simples sucessão de reinados. Contudo, como evidencia Jacques Le Goff (1995), March Bloch não pretendia "assassinar" o valor historiográfico do acontecimento, mas antes «*de le remettre à sa place et de l' expliquer dans son rapport avec la structure et la conjoncture*» (Le Goff, 1995: 159). Le Goff (s/d.) clarifica mesmo que considera o acontecimento essencial ao labor do historiador, mas «*Enquanto revelador-acelerador, penso que a sua acção é a de concatenar um certo número de evoluções, de mudanças que estavam isoladas uma da outra.*» (Le Goff, s/d.: 26).

O certo é que para fazer a "história do tempo presente" é necessário ter em conta a natureza e as características específicas do acontecimento, agora um outro tipo de evento erigido em material de trabalho e elevado à "nobreza" de matéria digna de notícia, com as facilidades e as contingências que daí advêm, antes que o historiador decida da sua importância.

As novas tendências da historiografia contemporânea centram-se, de certa forma, no retorno de muitos velhos fantasmas exorcizados pelos historiadores dos Annalles e que convém referir para enquadrar melhor um trabalho de História Contemporânea. Como explica Jacques Le Goff (1995), retornam, entre outros, os temas do político e não simplesmente da política. O estudo, ainda que feito através dos media, da assinatura do Tratado de Adesão à CEE é um tema em que o político é claramente dominante. É certo que se definem balizas

temporais para analisar a problemática, submetidas às restrições também elas de tempo para executar o trabalho. Contudo, a demarcação de uma cronologia dos acontecimentos a analisar é feita segundo uma criteriosa ordenação dos mesmos e em função da lógica interna dos próprios acontecimentos. A saber, vai procurar ver-se como é que a RTP cobriu a assinatura do Tratado de Adesão à CEE - com que meios, com que destaque, com que vontade, ritmo e originalidade, mas também, e sobretudo, com que isenção e ânsia de dar a ouvir diversas problemáticas e opiniões sobre o tema[1]. Para tanto, serão analisados os Telejornais da semana da Adesão e toda a emissão de 12 de Junho de 1985, data da assinatura, no Mosteiro dos Jerónimos, do Tratado de Adesão à CEE.

A História Contemporânea na qual (certamente que de forma controversa pela curta distância de tempo que nos separa do período a analisar) este trabalho se pretende inserir, não quer excomungar uma forma de fazer História que apela à tradição de uma História-Narrativa, no sentido mais positivo do termo. Aqui se farão certamente relato de acontecimentos; neste caso será um relato sobre um outro relato; apelando à arte de bem descrever uma história. Uma capacidade que é inerente a qualquer narrador, seja ele um simples contador de estórias (Story) ou um ilustre e vetusto narrador da História (History), como demonstra Paul Ricoeur (1980).

Conte-se uma história verdadeira ou uma estória ficcional há sempre uma narração, com uma dimensão cronológica e configuracional, com uma estrutura teleológica, ligada ao narrador/autor/historiador. Contudo, não me atreveria a alinhar com o postulado algo revolucionário e exacerbado de Maria de Fátima Bonifácio, de que a História não será mais que uma «*disciplina literária que exprime uma opinião informada sobre o mundo*» (Bonifácio, 1995: 156). Se é certo que os critérios de procura de objectividade, de verificação documental, de não apologia do arbitrário e da subjectividade, de respeito por regras de inferência da lógica do senso comum e da coerência lógica são característicos da História desde sempre; também não será menos verdade que os motivos que conduzem a historiadora

[1] Note-se, contudo, que esta análise, feita em 2002-2003, apesar de todo o esforço e cuidado postos na sua elaboração, pode enfermar, ainda que involuntariamente, na nada científica tentação de "olhar o passado os olhos do presente. Por isso, procurarei sempre ressalvar ao longo de toda a dissertação que o meu visionamento do arquivo decorreu em 2002-2003, pelos olhos de quem está habituada a assistir às emissões de televisão feitas no início do séc. XXI. O telespectador de então, como repetidamente referirei, tinha por padrão a RTP, só conhecia e tomava por natural o tipo de emissões que a cultura da empresa formou e moldou ao longo de décadas. Muito do que hoje pode parecer excessivamente formal, institucional e demasiado longo ou aborrecido era normal para o espectador português de então. Na Europa e nos Estados Unidos, contudo, a forma de fazer televisão seria já diversa. Note-se também que as possibilidades dos equipamentos e do material usado em 1985 eram, necessariamente, menores do que as de hoje, o que explica também que muitos dos recursos narrativos, cénicos

em questão a afirmações tão radicais, se prendem, a meu ver, com o facto de a autora encarar a disciplina como vítima das ciências sociais. Estas últimas seriam vistas enquanto simples servas das regras das ciências exactas e dominadas por um Estruturalismo que, no limite, reduzia à massa, à intertextualidade, a um mundo sem sujeitos mas sobrelotado de agentes sociais, no que de mais asséptico e menos radicalmente vivido estas expressões contêm. Parece-me que, num trabalho de História, é impossível fazer-se textos sem o recursos a técnicas narrativas, a tentar contar uma boa estória no que de literário, se assim se quiser chamar a uma boa escrita, esse labor contém. Contudo, tais motivos não implicam, creio, uma quebra de cientificidade, nem a necessidade de fazer equivaler de forma simplista a História à Literatura.

Num trabalho que se vai centrar no discurso mediático, incessante produtor e mundo especular de retransmissão de acontecimentos da vida quotidiana, convém escalpelizar a noção mesma de acontecimento. Até porque se trata de mais um dos retornos da Historiografia Contemporânea, regressado também por efeito dos próprios media e que neste trabalho será tema central de reflexão. Contudo, como nota Jacques Le Goff (1995), a noção de acontecimento não é redutora no sentido positivista do termo. O autor considera que o seu retorno é mais um triunfo dos Annalles, ao fazer do acontecimento uma construção «*un produit du questionnement et de l' activité de l' historien*» (Le Goff, 1995: 160).

Ao estudar o acontecimento mediático contemporâneo não nos centramos sobre os ecos de eventos distantes, mas sobre acontecimentos precisos e datados. Contudo, uns e outros podem ou não erigir-se enquanto fenómenos históricos a estudar. Como salienta Arlette Farge, ao referir-se ao trabalho do historiador, «*o acontecimento assume logo um lugar evidente e "regular" num discurso que dificilmente põe em causa as modalidades da sua opção e oblitera que, ao seleccionar tal acontecimento, deixou outros de lado. Assim se pode construir de "fonte segura" uma espécie de amnésia*» (Farge, 1999: 94-95).

Ao investigarmos o arquivo histórico, e neste caso, o acervo da RTP, é conveniente que nos lembremos e reflictamos sobre esses outros acontecimentos que lhe foram "sonegados". Embora o período estudado não seja o de um tempo em que a censura imperava e um asfixiado, mas ominpresente "não-dito" assombrava o arquivo, há, no entanto, que atentar em toda a possível panóplia de acontecimentos que não estarão referenciados. Como explica Foucault, a análise histórica do discurso tem de ter em conta a busca da sua origem,

---

ou gráficos não pareçam apelativos em 2003, provocando, certamente, ao tempo, reacção bem distinta nos telespectadores.

mas também a escuta e interpretação de um "não-dito" porque «*O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo o que se diz*» (Foucault, 1987: 28). Assim, as razões que levaram a possíveis não inclusões de certos temas serão certamente motivo de reflexão – para tentarmos perceber se se tratou de uma simples e incontornável selecção dos acontecimentos a noticiar (diz-se no jargão do meio "não podemos ir a todas") ou se houve insondáveis motivações políticas menos claras que estejam subjacentes a determinadas escolhas. Dito de outro modo, não só o historiador selecciona os acontecimentos sobre os quais irá reflectir e enfatizar em detrimento de outros, como também, neste caso concreto, é necessário fazer um reflexão segunda sobre essa primeira escolha feita no frenesim contínuo da Redacção, ao tempo da produção da informação em análise.

Num meio que privilegia a oralidade, será interessante também analisar que discursos são proferidos e por que sujeitos de enunciação. A possibilidade de se erigir em personagem mediática não está ao alcance de todos, nem era tão "democrática" como nos dias de hoje. Arlette Farge lamenta que poucas vezes se ouçam em história «*palavras ditas*» (Farge, 1999: 93). Será que a televisão transmite as posições do povo ou poderemos ouvir apenas, tal como se de um jornal oficial se tratasse, a palavra encenada e rígida dos discursos políticos proferidos perante "augustas" e aborrecidas assembleias?

O acontecimento mediático noticioso[2], contudo, tem contra si o facto de ser anti-histórico. É necessário, por isso, ter em contra as fragilidades do discurso dos media enquanto fonte para a investigação histórica. O acontecimento jornalístico não traduz o modo de vida normal das pessoas, não faz referência à realidade de todos os dias, aos hábitos e costumes mais enraizados e inquestionados de uma sociedade. Em antítese, tudo o que é notícia é algo que sai do campo na normalidade; seja o registo de excesso, falha ou inversão da ordem natural das coisas, nunca se noticia um facto comum ou uma experiência vulgar.

A saber, e como explica Adriano Duarte Rodrigues (1988), não é notícia o facto de um juiz aplicar a pena normal, mas sim a aplicação da pena máxima (registo de excesso), ou um acidente grave (falha no normal funcionamento de algo) ou ainda o clássico homem que morde o cão (inversão). Assim, os acontecimentos que iremos analisar regem-se por padrões

[2] Dayan e Katz (1999) fazem notar a diferença entre acontecimentos noticiosos e os cerimoniais (que também podem ser tratados num registo exclusivamente jornalístico, mas que os autores vão analisar noutro tipo de enfoque) que têm potencialidades para se erigirem como acontecimentos mediáticos, que analisaremos aqui sob o nome de telecerimónias. Assim, «*Os grandes acontecimentos noticiosos falam de acidentes, de desordem; os grandes cerimoniais celebram a ordem e a restauração*»(Dayan e Katz, 1999: 24).

de noticiabilidade que trazem até nós a alteridade, o anedótico, a novidade, o pouco usual, o acidental e não, para utilizar uma expressão cara a Foucault, o "grão dos dias". De facto, segundo Rodrigues, «*o discurso do acontecimento é uma anti-história. Pertence* [...] *ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições.* [...] *A notícia é no mundo moderno o negativo da racionalidade* [...]. *O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regidas por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície* [...] *como efeito sem causa, como puro atributo*» (Rodrigues, 1988: 10).

A perversão deste género discursivo agrava-se ainda mais quando sabemos que os próprios media acabam por se tornar produtores de acontecimentos; a redundância do sistema gera e alimenta um nunca acabar de situações, de grandes e pequenos acontecimentos, para transmitir todos os dias. Como evidencia Adriano Duarte Rodrigues, acabam por se gerar meta-acontecimentos, acontecimentos segundos de valor simbólico e que erigem o discurso dos media como força «*remitificadora*» e « *securizante*» (Rodrigues, 1988: 15).

Pierre Nora foi ao âmago da questão quando, ainda nos anos 70, constatou e profetizou o regresso do acontecimento na História, à imagem e semelhança desse novo tipo de evento ecoado pelos mass media. Nesta História do tempo presente, os eventos que chegam ao filtro do historiador não vêm "depurados", isentos de "contaminação" da mediação feita por outros. (Obviamente, que não se pretende aqui enveredar por uma filiação positivista crendo que os ecos do passado arrancados a custo de pergaminhos antigos são mais fiáveis ou transmitem com rigor e objectividade indiscutíveis o que foi determinado acontecimento histórico). O discurso histórico é, para o "actual" já também, em minha opinião, quase um meta-discurso do relato primeiro proferido pelos media.

Nora mostra que, nos nossos dias, o acontecimento só se torna efectivo se for transmitido pelos media, como se todos os eventos não mediatizáveis ou não mediatizados carecessem de existência no espaço público contemporâneo. É, de certa forma, isso que os media gostam de fazer crer para assegurarem o seu poder. Contudo, parece-me certo que são o dispositivo de visibilidade, de "publicitação" mais eficiente no tempo presente.

O autor demonstra que é a própria rotina do sistema mediático que potencia "acontecimentos monstruosos", gigantescos, maciços capazes de mobilizar todo o planeta, como a alunagem em 1969, ou, mais recentemente, o funeral da princesa de Diana de Gales. Assim, «*os mass media fizeram da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso [...] porque a redundância do sistema tende a produzir o sensacional, fabrica*

permanentemente a novidade, alimenta uma fome de acontecimentos» (Nora, 1977: 248-249). É, muitas vezes, a informação espectáculo, que faz dos acontecimentos mediáticos verdadeiros momentos de celebração das sociedades contemporâneas. Ainda mais se perfizerem os vários valores-notícia que catapultam um facto para o brilho dos holofotes televisivos.

Daniel Dayan e Elihu Katz estudaram ao pormenor este tipo de acontecimentos, os «*momentos históricos - quase sempre cerimónias de Estado – que são televisionados em directo e que fazem parar a nação ou o mundo*», chamam-lhes "*visionamento festivo de televisão*", «*um novo género de narrativa que emprega o potencial único dos media electrónicos para exigir uma atenção universal e simultânea*» (Dayan e Katz, 1999: 17), são acontecimentos mediáticos cerimoniais com características próprias que Mário Mesquita (2001), no seguimento das teorias dos dois estudiosos, apelidou de telecerimónias, termo que, pela sua concisão, preferi utilizar ao longo deste trabalho.

A noção é particularmente útil e adaptável ao evento aqui analisado, tornando-se assim no recurso metodológico crucial e basilar para toda a análise efectuada neste trabalho. Este conceito permite perceber melhor e adoptar um enfoque se não novo, pelo menos original e que encerra em si inúmeras potencialidades de análise e compreensão de um evento, que ganha desta forma coerência e sentido redobrados.

Efectivamente, as características dos *media events* enunciadas por Dayan e Katz são facilmente perceptíveis no acontecimento aqui analisado, ou seja, conjugam vários elementos definidores que se manifestam também no caso da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Assim, estes acontecimentos festivos são «*por definição, não rotineiros* [...] *são interrupções no fluxo normal das emissões e na nossa vida*». «*Os acontecimentos são transmitidos à medida que ocorrem, em tempo real* [...] *em directo* [...] *são imprevisíveis, pelo menos no sentido de que alguma coisa pode correr mal*» (Dayan e Katz, 1999: 20).

As telecerimónias definem-se também por serem «*organizadas fora dos media*, [...] *no sentido em que os media apenas providenciam um canal para a transmissão*» (Dayan e Katz, 1999: 21); são acontecimentos «*pré-planeados, anunciados e publicitados com antecedência* [...] *dá tempo aos que os transmitem e à audiência para imaginarem e se prepararem*» (Dayan e Katz, 1999: 22). No caso em análise, será interessante verificar até que ponto existe uma cuidada preparação da transmissão do acontecimento pela RTP e se é ou não feita alguma promoção do tema e consequente preparação do público para a importância do acontecimento.

Outro elemento caracterizador consiste no facto de que os jornalistas, frequentemente, «*suspendem a sua perspectiva crítica e tratam o tema com respeito, e até veneração* [...] *são apresentados com reverência e cerimónia*» (Dayan e Katz, 1999: 22). É mais um aspecto definidor que convém verificar se ocorre durante a cobertura da RTP à cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão à CEE. Para os autores, as telecerimónias celebram também a reconciliação e não o conflito e chegam mesmo a suspendê-lo. No caso em análise, note-se, que o Governo de coligação que assina o Tratado se mantém em funções precisamente até ao dia posterior à cerimónia, pondo assim em evidência que o momento terá sido encarado como ocasião de celebração, requerendo assim tréguas, como o interesse nacional justificaria.

Dayan e Katz explicam também que as telecerimónias «*Celebram o que, globalmente, são iniciativas do sistema e que portanto, são inquestionavelmente hegemónicas. São proclamadas de históricas*» (Dayan e Katz, 1999: 23). Este enfoque terá certamente sido atribuído à assinatura do Tratado, uma vez que estas transmissões, na definição dos autores, servem também para integrar as sociedades em torno de um ideal colectivo. Esta noção é particularmente relevante, uma vez que é conhecido algum alheamento, desconhecimento ou até cepticismo dos portugueses em relação à Integração na CEE. É, pois, minha convicção (que pretendo testar com a análise a efectuar) que a transmissão teria como objectivo subliminar alcançar a "adesão" dos portugueses a um novo modo de vida, tido como consensual, ou quase, para a elite política dominante, leia-se o Governo de Bloco Central. Efectivamente, como os autores asseveram, estas telecerimónias «*celebram valores consensuais*» (Dayan e Katz, 1999: 33), para além de se erigirem nas democracias como «*momentos de persuasão que visam obter o apoio da opinião pública*» (Dayan e Katz, 1999: 34). É precisamente esta hipótese que pretendo validar, ou seja, perceber até que ponto a operação mediática montada para cobrir a assinatura do tratado de Adesão à CEE se erigiu enquanto momento primeiro e mais efectivo de sedução dos portugueses para o ideal comunitário. Uma tarefa a que a televisão do Estado se terá unido naturalmente e sem grande questionamento, tanto mais que encarnava foros de desígnio nacional - como explicam Dayan e Katz, as telecerimónias contêm «*um conjunto de significados nucleares frequentemente proclamados abertamente*» (Dayan e Katz, 1999: 26). Mário Mesquita vai mais longe e defende mesmo que o «*cerimonial político é um instrumento* [...] *de legitimação de poder que serve para reforçar ou suprir lacunas de mecanismos constitucionais* [...]. *Inscrevendo os gestos de poder em liturgias provenientes de outras eras, introduz-se um placebo que permite*

colmatar, ao menos em parte, as insuficiências e as imperfeições da representação democrática» (Mesquita, 2001: 125-132).

Estes atributos verificam-se com mais acuidade no caso das telecerimónias que apelam aos valores de legitimidade tradicional, com normas emanadas do costume, de uma forma de autoridade tradicional, que na tipologia dos autores é apelidada de Coroação, em contraste com as Competições ou Conquistas, que apelam, respectivamente, à legitimidade racional-legal e à carismática como formas de legitimação. A meu ver, e apesar da tipologia não ser estanque e de um tipo de acontecimentos poder evoluir para outro[3]., parece-me que a assinatura do Tratado de Adesão à CEE se aproxima mais do "acontecimento-coroação", quiçá corolário de uma "Competição" entre duas correntes estratégicas que se digladiaram no pós-25 de Abril (que bem se podem ilustrar em termos de acontecimento mediático no histórico debate Soares-Cunhal) , na sequência da qual o "vencedor" empreendeu um processo de "Conquista" (os oito anos de negociações com a CEE) que desemboca na grande apoteose final, a "Coroação" do esforço de um povo que no momento da assinatura "se casa" metafórica e simbolicamente com a CEE – é afinal o rito de passagem, nomeado pelos autores como exemplo máximo do género.[4]

Para que esta grande telecerimónia tenha sido alvo de uma muito provável cobertura noticiosa gigantesca, concorre, naturalmente, o facto de o acontecimento incarnar um inegável

---

[3] Depois do 11 de Setembro de 2001, Dayan e Katz admitem uma actualização da sua tese inicial. Os autores entendem que a sequência "competição/conquista/coroação" pode ser, mais tarde, contrariada. Diz Katz: «*escapou-nos o facto de que cada um destes casos* [a visita de Sadat ou o casamento real inglês] *leva de algum modo àquilo que é um desastre.* [...] *Este é um aspecto: talvez a sequência certa não seja de três, mas de quatro marcos*» (in Madeira e Rocha, 2003: 33). O autor admite agora que a guerra se possa erigir «*em acontecimento mediático de tipo conquista ou coroação, ao contrário do que pensava há 20 anos*» (Madeira, 2003: 41) e Dayan sublinha que na altura em que elaboraram a teoria os conflitos tendiam a resolver-se, enquanto que «*agora "os conflitos apresentam-se como irreconciliáveis", o que leva a "ter de mudar as prioridades da investigação"*» (Madeira, 2003: 41). Para os autores, a paisagem televisiva pós-11 de Setembro veio evidenciar que os «*os fenómenos ligados ao terrorismo e actos de violência puros ultrapassaram outros acontecimentos, tirando-lhes o lugar do directo de que gozavam por consenso*» (Figueiredo a), 2003: 52).
Quis aqui enfatizar esta evolução da teoria original de que me socorri ao longo de toda esta dissertação também para salientar, à luz da opinião expressa pelos autores nos Encontros da Arrábida de 2003, a maior adequação da tese por eles inicialmente formulada ao acontecimento por mim analisado. Dizem os autores que hoje «*é difícil termos o tipo de acontecimentos que tínhamos há 15 ou 20 anos, precisamente por haver tantos canais*» (Madeira e Rocha, 2003: 33) e pela consequente perda de credibilidade da televisão e dos políticos. Assim, parece-me que a actualização da teoria não afecta de forma alguma a validade da sua adequação ao objecto em estudo, antes a reforça e enfatiza. Mário Mesquita diz isso mesmo quando explica que as telecerimónias portuguesas mantiveram «*o estatuto habitual, em que a grelha de programação televisiva era alterada para que fossem transmitidas. Mas isto apenas até 1992*» (in Madeira, 2003: 41), altura do aparecimento das televisões privadas.

[4] Dayan e Katz referem como exemplo mais conseguido deste tipo de telecerimónias o casamento do Príncipe Carlos do Reino Unido com Lady Diana Spencer, exemplo da cerimónia tradicional retransmitida e promovida pelos media, que apela à autoridade tradicional, mas renova o contrato com o povo de forma sedutora e eficaz.

valor-notícia, aliás condição primeira para que a Assinatura do Tratado possa ser considerada também um *media event*. Tratava-se de uma acontecimento crucial para a vida do país, que entrelaçaria o nosso futuro com o de países ricos e em que intervinham as mais altas figuras do Estado; sem descurar personagens dominantes da cena internacional.. Perfazem-se vários valores-notíca que garantem a cobertura incessante e exaustiva de um acontecimento pelos media.

Como explicam Galtung e Ruge (1993), os acontecimentos trágicos, dramáticos, ocorridos em países próximos geograficamente, de preferência em países ricos e com protagonistas "de elite" são certamente notícia em todo o mundo. É o caso, por exemplo, da morte trágica da princesa de Gales que soma todos estes atributos e cujo funeral foi o maior acontecimento mediático de sempre.

No caso concreto da Adesão de Portugal à CEE, ditam também as mesmas regras do jornalismo que este terá sido, indubitavelmente, um acontecimento com imenso valor-notícia e, se não exaustivamente tratado, pelo menos, terá conhecido uma extensa e, quem sabe, variada cobertura. Herbert Gans (1980) precisa a este propósito que as actividades relacionadas com o Governo ou com actores sociais de alta hierarquia garantem que os jornalistas lhes atribuam maior importância. Também assuntos de interesse nacional, «*acontecimentos susceptíveis de causar maior impacto no país têm mais probabilidades de serem noticiados* [...] *o significado histórico de um acontecimento relacionado com o passado, ou com implicações previsíveis no futuro da nação constitui também critério de noticiabilidade*» (Serrano, 2002: 4). A assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE preenche todos estes requisitos e reúne, assim, condições para se erigir enquanto grande acontecimento mediático ao tempo.

Terão florescido, certamente, inúmeros "acontecimentos-satélite" que podem ajudar a traçar um quadro complementar e mais profundo da realidade portuguesa face à Adesão. Serão, certamente, disso exemplo tomadas de posição não só dos partidos como dos sindicatos, grupos de pressão, profissionais de diversos sectores que pintam o "quadro" do país. Tratava-se de um dos maiores desafios da História Contemporânea Portuguesa. Concordasse ou não o povo com a Adesão, o tema teria, pelo menos para quem produzia as notícias e para o público cultivado da época, uma importância crucial, a adivinharem-se as profundas mudanças que a Adesão traria à vida dos portugueses.

Por isso, será de esperar um grande espaço destinado à adesão dentro da informação televisiva. Não será, talvez, um acontecimento maciço, monumental, tal como Nora o definiu,

em que as notícias adquirem valor simbólico, substituem a festa inicial e se tornam em mitos da actualidade - «*este acontecimento sem historiador é feito da participação afectiva das massas, o único meio que têm de participarem na vida pública*» (Nora, 1977: 252). Contudo, é, sem dúvida, à escala portuguesa, um dos acontecimentos mais marcantes da vida nacional na década de 80 e, creio, só ultrapassado nos anos 70 pelo próprio 25 de Abril e os quentes anos subsequentes.

Assim, Pierre Nora argumenta que caberá ao historiador desunir as significações diversas que a construção do acontecimento, mediático ou não, impõe. Num mundo acossado pela tirania do acontecimental e à imagem dos positivistas que nele se fundaram para lançar as bases da ciência histórica, surge, para o autor, o regresso do acontecimento, «*um outro acontecimento e, com ele, talvez, mesmo a possibilidade de uma história contemporânea*» (Nora, 1977: 262).

Efectivamente, a reflexão sobre esta natureza diversa do acontecimento pode lançar luz para os diferentes métodos e abordagens utilizados pela História Contemporânea, necessariamente diversos de uma História que investiga épocas remotas. Jacques Le Goff (1995) evidencia este mesmo dissenso ao notar que há rupturas face às diferentes práticas que se erigem consoante se estuda o passado ou o "actual".

Também Arlette Farge (1999) se interroga sobre a avalanche de discursos e relatos produzidos sobre os acontecimentos do tempo presente. Parece emergir uma tensão para um historiador que não se encontra já com o problema da raridade de fontes de observação, mas antes do quebra-cabeças de alguém que tenta inventariar os múltiplos testemunhos recolhidos, interrogar-se sobre os motivos pelos quais deve seleccionar determinados depoimentos, excluindo, necessariamente, outros. E se o presente, para a autora, é difícil de catalogar parece-lhe ainda mais certo que a História não tem sabido cumprir o seu dever. Embora, assumindo tratar-se de uma tarefa algo utópica, Farge enfatiza que «*as palavras de outrem desviam o curso da história ao fabricá-la*» havendo, por isso, que «*fazer destas palavras a matriz extravagante e segura da nossa história* [...] *saber fazer falar a irregularidade original, espreitar o acontecimento onde menos se o espera*» (Farge, 1999: 102-104).

Farge nota que a palavra é também acontecimento, momento único e perturbador em que um sujeito, com a sua subjectividade faz irromper um traço de "desordem", um momento de tensão que o discurso do próprio historiador deve evidenciar. Ao mostrar e conter em si essa alteridade subjectiva e questionante que abana a regularidade das grandes conjunturas, o

discurso da História poderia ser palco da heterogeneidade que na senda do Estruturalismo a História olvidou.

Provavelmente a História Contemporânea pode ser já a disciplina onde, pela proximidade temporal e pela profusão de testemunhos, registos, memórias vivas, relatos ou fontes de estudo esta alteridade seja mais fácil de concretizar, mais exequível na prática. Seria um outro modo de fazer a história dando verdadeira voz às *«palavras ditas»*. Coloca-se, no entanto, outro problema: o da multiplicidade ou mesmo de excesso de fontes, sendo agora o trabalho de selecção, valorização, hierarquização dos documentos a estudar verdadeiramente hercúleo - a tarefa do historiador arrisca-se a tornar-se mais caótica e interessante.

. Para o historiador do tempo presente, a História torna-se, cada vez mais, inacabada, "reelaborável" quase ao infinito pela multiplicidade de pontos de vista e cabiantes camaleónicos que o real pode adquirir. Tornar-se-á, talvez então, mais incontornável o trabalho de selecção, ordenação lógica e interpretação inerente ao labor do historiador. O risco de deixar de lado, sem voz, os excluídos pelo discurso político dominante não se extingue. Pelo contrário, esta torrente de fontes como o interminável discurso mediático pode espectacularmente e, sob a aparência de ser o mais democrático mundo de enunciação, deixar de parte todos aqueles que ao longo da História se tornam tão difíceis de descobrir, porque raramente fazem uso público da palavra.

Contudo, ao utilizar a filmoteca da RTP e a memória oral e filmada de acontecimentos próximos, procurarei perscrutar na voz silenciosa dos arquivos as palavras dissonantes- ainda que poucas, subtilmente fornecidas, fugidias ou a escaparem-se por entre discursos mais condicentes com a homogeneidade das posições. Será, sem dúvida, um árduo labor, mas parece-me ser importante fazê-lo para tentar perceber o que é que a opinião pública portuguesa sentia relativamente à entrada do país para a Comunidade Económica Europeia.

Note-se, contudo, que a opinião publicada não é redutível ao conceito híbrido e pouco fiável de opinião pública. Não será certamente impossível descobrir qual o sentido geral da opinião dos portugueses perante o pedido de Adesão à CEE e das longas negociações que lhe seguiram. Suponho que a voz dos partidos políticos e também a das forças económicas estiveram em evidência. Contudo, como nota Arlette Farge, *«o relato do historiador conjuga a análise do plural com a do singular, com o cuidado de não deixar que o primeiro absorva o último»* (Farge, 1999: 110). Como mostra a autora, importa estudar o espaço de articulação entre o pensamento dominante e as ideias dissonantes. Para já não falar das opiniões não

expressas, pensamentos silenciosos a que é difícil ou quase impossível aceder, ainda que se trate da História do presente.

Uma árdua, mas aliciante tarefa a empreender.

III - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A ADESÃO DE PORTUGAL À CEE OU A REAFIRMAÇÃO NACIONAL DO MODELO CAPITALISTA OCIDENTAL

III.1 - Antes do 25 de Abril

III.1.1 - O Salazarismo

A longa caminhada portuguesa de abertura à Europa, onde geograficamente nos situamos, iniciou-se de forma tímida, algo contraditória, mas inexorável. Num país embotado num regime monopartidário, autoritário e de tendências anacronicamente autárcicas, a mudança emergiu de forma subtil mas irreversível, tão irreversível como o fim do regime que as próprias alterações das grandes linhas da política económica potenciariam.

Contudo, convém não esquecer que a abertura a ideias federalistas que a Adesão à CEE acaba por encerrar não é uma originalidade do último quartel do século XX português. Pelo contrário, como evidencia Hermínio Martins, a ideia não é nova e torna-se recorrente desde o liberalismo moderno. No entanto, até 1974, as ideias federalistas eram ultrapassadas pela corrente integralista rival, ideologia oficial do Portugal colonial. Segundo o autor, Marcello Caetano terá proposto mesmo, em 1962, a criação dos Estados Unidos Portugueses, perante o início da luta armada em Angola. Caetano sugeriu uma "*federalização da relação das províncias ultramarinas com o governo central para assuntos de defesa e de relações externas, bem como de coordenação macroeconómica*" (Martins, 1998: 23). O mesmo governante é responsável pela introdução, na revisão de 1971 da Constituição de 1933, da figura de região autónoma, com vista a uma progressiva autonomia dos territórios ultramarinos portugueses.

Todavia, logo no pós-guerra, Portugal embotado no regime autoritário de Salazar, país uno e integralista , mas pluricontinental e multirracial, estendendo-se do Minho a Timor, parecia condenado a uma situação de pária internacional. Assim, entre 1945 e 1949, nota Nuno Severiano Teixeira, Portugal vive um período de *«marginalização internacional e de alguma indefinição na sua política externa»* (Teixeira, 2000: 82). Não é convidado em 1945 para a Conferência de São Francisco, que dará origem à ONU. O país não é membro fundador do organismo e, em 1946, a URSS veta a candidatura nacional. O autor nota renitência da parte de Salazar em aceitar a nova ordem mundial que emerge do pós-guerra, onde a velha

Europa deixa de ser o centro decisor do mundo. Talvez por isso, seja indefinida e hesitante a política externa portuguesa nos primeiros anos após a 2.ª Grande Guerra.

Contudo, como salienta Pedro Aires Oliveira, «*a relevância estratégica das ilhas portuguesas e o cerrado antagonismo ideológico da guerra fria convergiam no sentido de tornar a ditadura de Salazar aceitável para os dirigentes do Ocidente democrático e capitalista*» (Oliveira, 2001: 34). Em 1948, é assinado o Acordo das Lajes com os americanos, ponto de partida para uma maior abertura ao exterior e empurrão essencial para a adesão à NATO, que contribuirá para uma maior aceitação internacional do país de Salazar.

Em Abril de 1948, Portugal foi um dos subscritores da convenção que instituía a Organização Europeia de Cooperação Económica (O.E.C.E.), criada para administrar os fundos do Plano Marshall (ao contrário de Espanha que não foi convidada a integrar nenhuma das organizações). Apesar de em Junho de 1947 Portugal ter recusado a ajuda americana, o país acaba por se candidatar, em Novembro 1948 ao segundo exercício do Plano Marshall. Os portugueses receberam, no total, 54 milhões de dólares em ajuda directa ao abrigo do programa (Rollo, 1998: 64). Franco Nogueira recorda as linhas mestras da política externa portuguesa: «*Desde o início, Portugal alinha claramente no bloco ocidental. Convidado a participar na Organização para a Cooperação Económica Europeia, o governo de Lisboa aceita; e, embora de forma limitada, aceita também algum auxílio económico do Plano Marshall, não obstante indicar a sua preferência por acordos bilaterais que aumentem para os produtos portugueses os mercados de exportação*» (Nogueira, 2000 b): 231). Como nota Nuno Severiano Teixeira, o início da Guerra Fria e a degradação da situação financeira e cambial portuguesa levam a esta inflexão na política externa. Em 1950, Portugal adere também à União Europeia de Pagamentos.

O país vai-se tornando, assim, membro das grandes instâncias internacionais, mas as suas opções reforçam sempre o pendor atlantista nacional em detrimento da aproximação à Europa. É disso prova o Acordo das Lajes e a adesão à NATO, em Abril de 1949. A importância geoestratégica dos Açores no contexto da Guerra Fria foi decisiva para a inclusão portuguesa e motivou também as eficazes pressões americanas e britânicas. Salazar não terá aceite o convite sem reservas, pela desconfiança que sentia em relação aos americanos e procurando garantir que também a Espanha aderiria à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Franco Nogueira, uma vez mais, sintetiza as hesitações do Governo Português: «*Durante as negociações* [de adesão à NATO], *o governo de Lisboa apresenta alguns reparos e comentários. Não lhe parece prudente a alusão à Carta das Nações Unidas; não só Portugal não era membro da organização; como aquele documento continha algumas*

disposições, em particular quanto a territórios ultramarinos, que preocupavam Portugal e podiam levantar dificuldades. [...] [Não convocada por causa do bloqueio internacional] *a Espanha mostra em Lisboa o seu ressentimento, e entende que Portugal, nos termos do Tratado*[5] *entre os dois países, não pode assinar o novo Pacto. Lisboa não atende aos reparos espanhóis, todavia, nem pensa que haja oposição entre o Tratado e o Pacto*» (Nogueira, 2000 b): 233). Salazar, por outro lado, tenta ainda incluir as colónias no Tratado, mas o pedido é recusado. O país acaba por aderir, também para não quebrar a unidade do bloco ocidental.

A adesão à NATO reforça a posição portuguesa no contexto ibérico e permite manter a política externa nacional assente no vector atlantista, tão do agrado do Estado Novo. Em 1955, o país acaba por aderir à ONU, em conjunto com a Espanha, primeiro passo para o fim do isolamento internacional do regime de Franco. Começa então uma maior contestação internacional ao colonialismo português, acaba a tolerância para com o Estado Novo.

É na mesma altura que, a nível interno, emerge o conflito, surdo no dizer de Fernando Rosas, entre os grandes proprietários e o crescente lobby industrialista. Quando é lançado o I Plano de Fomento (1953/58) o desenvolvimento da agricultura é ainda o cerne da aposta económica, mas assiste-se já à tentativa de desenvolvimento da industrialização de base em curso, coadjuvada pelos objectivos de aumento da produção da energia eléctrica, instalação da siderurgia, desenvolvimento das vias de comunicação e transporte e pelo incentivo à refinação de petróleo, à produção de adubos e ao desenvolvimento da Marinha Mercante (Rosas, 1998: 405-406). Os fundos americanos do Plano Marshall foram cruciais para o arranque da industrialização. É o próprio Salazar, que, no lançamento do I Plano, pragmático, elogia a eficácia do sistema de pagamentos experimental criado depois da Guerra e pede a sua prorrogação. O velho ditador reconhece, talvez a custo, um mundo em mudança e verga-se às novas realidades: «*afigura-se-nos benéfico tudo quanto seja tornar mais livre o comércio e cada vez mais extensa a zona monetária dentro da qual se possa operar sem restrições. Por ironia das coisas* [...] *somos nós – quem o diria- e muito poucos mais os últimos abencerragens da liberdade económica no mundo* [...], *entendendo, aliás sempre que, para além de certos limites, a liberdade terá de ser recíproca ou não poderá manter-se*» (Salazar, 1959: 119-120).

Fernando Rosas salienta, no entanto, que apenas o II Plano de Fomento (1959/64) erige o sector industrial como prioritário para o desenvolvimento económico. Até então,

[5] Portugal assinou em 1939 um Tratado de Amizade e Não Agressão com a Espanha. Em 1942, compromete-se a defender a Península Ibérica , em conjunto com os espanhóis, de uma hipotética invasão soviética.

neofisiocratas, grandes proprietários e industrialistas digladiavam-se no espaço político. Contudo, os últimos, ainda que contra o desígnio mais profundo de Salazar (que sonhava ainda com as virtudes de um país que vivesse essencialmente da agricultura, modesto mas honrado) acabam por vencer. Esperava-se que a expansão e o desenvolvimento da indústria trouxesse o progresso da economia em geral. O II Plano propunha-se fazer crescer o produto nacional; incrementar o nível de vida e diminuir os problemas de emprego, bem como melhorar a balança de pagamentos (Rosas, 1998: 414).

Efectivamente, e mesmo condicionando todo o investimento ao equilíbrio das contas externas, o sector industrial crescia e nem a quimera do mercado único português conseguia efectivamente inverter a incontornável aproximação à Europa. Apesar de as trocas comerciais com as colónias serem significativas e de, até aos anos setenta, estas serem mesmo o maior cliente das exportações portuguesas em valor total das mercadorias transaccionadas, a abertura à Europa vai ganhando terreno.

No entanto, Salazar via com receio o progressivo cimentar do federalismo europeu e envia, no início da década de 50 a todas as missões diplomáticas portuguesas uma circular em que explica que sendo tão entranhado o amor dos portugueses «*à independência e aos territórios ultramarinos, como parte relevante da sua história, que* [...] *Se posso ser intérprete do sentimento do povo português, devo afirmar,* [...] *que a ideia de federação* [...] *lhe repugna absolutamente.* [...] *Da Europa nada mais nos interessa (a não ser o Pacto do Atlântico) substancialmente no terreno político: Interessam-nos mais Angola e Moçambique, e até o Brasil* [...] *A nossa feição atlântica impõe-nos, pois, limites à colaboração europeia*» (Salazar, 1953 *in* Guerra *et al* 1981). O chefe de Governo preferia reforçar o pendor atlantista português, em detrimento do reforço da cooperação europeia. A criação da CECA é vista também com desconfiança e mal-estar pelo ditador, que comenta: «*Temos mantido uma prudente reserva em face destas experiências pelos elementos que nelas encontramos opostos a conceitos fundamentais nossos, pelo sentido oculto que nelas se alberga de preparar por sectores uma federação europeia em que não vemos utilidade, e porque não estamos inteiramente seguros da forma como agirão para com os que não têm ainda posição tomada em produções que se organizam. Vê-lo-emos quando tentarmos lançar a nossa pequena siderurgia*» (Salazar, 1959: 121).

Ainda assim, durante os anos sessenta, a CEE representa 25% do comércio externo nacional e a partir de 1972, assiste-se a uma queda brutal do comércio com o Ultramar,

enquanto principal cliente das exportações portuguesas[6]. Inversamente, a CEE reforça o papel de principal parceiro económico português depois da adesão do Reino Unido: 41% do comércio externo é feito com a Comunidade Económica Europeia, as colónias representavam então pouco mais de 10% (Rosas, 1988: 426). A realidade começava a ultrapassar os desígnios mais profundos do regime.

Também a emigração favorecia a progressiva aproximação ao espaço onde geograficamente nos situamos, mas politicamente tão distante, ao tempo. Nos anos sessenta, abandonaram Portugal cerca de um milhão de pessoas - a maior parte dirigia-se já não para o Brasil, destino tradicional da mão-de-obra portuguesa, mas antes para países como a França, o Luxemburgo, a Suiça ou a RFA, ávidos de mão-de-obra. Como nota Jorge Alves (1994), o fenómeno é sobretudo uma «*resposta às condições internas e* [obriga] *a relativizar o papel da atracção externa, esta fundamentalmente responsável pelas variações de destino.* [...] *recentemente, liga-se ao fenómeno da recuperação industrial da Europa do pós-guerra*» (Alves, 1994:15). O autor, seguindo o pensamento de G.P. Tapinos, enfatiza a importância de indicadores como o «*grau de informação à partida, o qual passa, por exemplo, pela existência de experiências anteriores de indivíduos próximos do candidato à emigração*» (Alves, 1994: 25). De facto, o hábito e a necessidade de emigrar, enraizados há séculos no interior português, terão contribuído, a par das necessidades económicas, para o mecanismo de repulsão exercido pelas regiões desfavorecidas, pela necessidade imperiosa de abandonar o mundo rural, aguçada também pelo fantasma da guerra. A saída da força de trabalho jovem para regiões (urbanas portuguesas ou para a Europa em reconstrução) onde era mais necessária contribuiu também para assegurar o «*equilíbrio do mercado de trabalho*» (Alves, 1994: 25) interno no curto prazo, mas deixando as sementes do envelhecimento e, consequente despovoamento do interior nacional num futuro não muito longínquo.

Com uma maior integração comercial e também pelo sentido indicado pela emigração, a aproximação à CEE começava, ainda que quase indelevelmente, a definir os seus contornos. Apesar da política autárcica seguida, a abertura ao exterior progride e Portugal acaba por aderir às principais instituições mundiais do pós-guerra, como vimos. No entanto, estava ainda por dar um passo de gigante, primeiro indício palpável de uma possível mudança de rumo. A aproximação à Europa ía começar.

A 30 de Dezembro de 1959, é assinada em Lisboa a acessão de Portugal à Convenção de Estocolmo que institui a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), subscrita

---

[6] Os valores das transacções comerciais foram retirados da *História de Portugal, dir. José Mattoso*, vol. 7, Editorial Estampa.

formalmente por todos os sete governos intervenientes apenas em 4 de Janeiro de 1960. O país vai também aderindo a organismos como o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em Abril de 1962).

Todavia, ainda antes da adesão à EFTA, no seio do Governo de então começam a desenhar-se dissensões fortes que não deixariam de minar por dentro a estrutura do próprio regime. Franco Nogueira explica na biografia *Salazar* o entusiasmo inicial pela CEE manifestado pelas elites económicas nacionais, mas afirma que todos os países periféricos «*esfriam no seu interesse inicial*» (Nogueira, 2000 a): 105). O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, ultramarinista convicto, expõe a sua tese de que a Convenção de Estocolmo congrega os europeus periféricos que receiam a CEE e se ergue perante ela como um «*bloco concorrencial e de desafio*» (Nogueira, 2000 a): 105). Em, *O Estado Novo*, Franco Nogueira sintetiza bem o dilema do salazarismo em relação à Europa: «*Portugal não pode aceitar os princípios e os objectivos políticos que estão subjacentes ao Tratado de Roma, uma vez que a integração económica ou mesmo uma participação de membro de pleno direito* [...] *poderiam arrastar à perda da soberania portuguesa,*[...] *mas o governo de Lisboa não pode também esquecer a poderosa realidade económica que o mercado comum constitui*» (Nogueira, 2000 b): 404). Porém, Franco Nogueira levanta o véu sobre as discussões políticas no seio do Conselho de Ministros de Oliveira Salazar. «*Está dividido o gabinete: há uma corrente europeia, há uma corrente ultramarinista. Para a primeira, Portugal deve mesmo solicitar a admissão no mercado comum: seria a participação na riqueza de uma Europa altamente desenvolvida. Para a segunda, é perigoso abandonar a posição histórica de Portugal, sempre de costas para o continente e de frente para o mar. Salazar considera que o enquadramento de Portugal se assemelha ao da Grã-Bretanha.*»
(Nogueira, 2000 a): 105-106). A equação formulada por Salazar, e trazida até nós por Franco Nogueira, mostra que é impensável para o regime optar por uma estratégia exclusivamente europeia, abandonando o Ultramar ou «*em que este fique ao dispor e aberto aos interesses económicos do mercado comum*»(Nogueira, 2000, a),p. 106). A tese salazarista defende os interesses de uma economia nacional concebida como prioritariamente autárcica e duvidosa quanto ao sucesso *à la longue* do federalismo e aberturas europeias. Para o Presidente do Conselho, Portugal não resistiria aos «*propósios integracionistas*» (Nogueira, 2000 a): 106) da CEE, podendo mesmo manter o estado de pobreza se tivesse aderido: «*Portugal iria aceitar servidões permanentes por uma construção efémera;* [...] *e levaria ao sacrifício da própria independência portuguesa*» (Nogueira, 2000 a): 106).

Contudo, mesmo dentro do poder salazarista, a inquietação quanto à aceitação internacional da política externa portuguesa leva André Gonçalves Pereira, representante do país na ONU desde 1959, a elaborar um documento, em que preconizava «*um pedido de associação rápida ao Mercado Comum*» (in Raimundo, 2002: 35) e a autonomia para a Guiné-Bissau e São Tomé e Prínicipe e a manutenção de «*laços simbólicos com Portugal*» (*in* Raimundo, 2002: 34) de Macau e de Timor. Para os dois últimos casos, as soluções poderiam passar por um estatuto de «*porto franco*» ou «*de condomínio*». O documento, intitulado *Notas sobre a Política Externa Portuguesa*, datado de 12 de Janeiro de 1962, pouco tempo depois da perda do Estado Português da Índia, aposta em Angola, Moçambique e Cabo Verde como «*colónias essenciais*», onde Portugal deveria «*criar elites locais* [...] *fixar colonos espanhóis*» e de outras nacionalidades, bem como estabelecer a «*concessão de facilidades económicas a Espanha e* [...] *o Brasil*» (Raimundo, 2002: 35). O documento foi elaborado com a ajuda de um ministro e de um embaixador de carreira e, surpreendentemente, foi levado para discussão com Salazar por Franco Nogueira. Apesar de não ter sido ele o autor do documento, o acto de discutir com Salazar uma «*contribuição não solicitada*» sobre o rumo da política externa portuguesa, constitui uma posição bem diversa das que Franco Nogueira publicamente sempre manifestou. Previsivelmente, Salazar refutou a proposta.

Contudo, se o ideal oficial do regime, no plano económico, se mantinha o da industrialização apenas para garantir a substituição das importações e, portanto, perpetuar o fechamento autárcico, nem o Estado Novo conseguia escapar à marcha do tempo, como o aparecimento do documento supra-referido comprova. A industrialização acabou por potenciar uma inevitável abertura, que só não terá ido mais além pelas próprias contingências que o regime impunha. Contudo, como salienta Rosas, a abertura ao exterior, hesitante e contraditória, acaba por ditar o «*fim do grande ciclo político do salazarimo*» (Rosas, 1988:416).

Aquando do Plano Intercalar de Fomento (1965/67) o país tenta já conciliar a integração na EFTA com o "aprofundamento" do Mercado Único Português. A adesão à organização servia os interesses portugueses, como notam Ana Bela Nunes e Brandão de Brito, citados por Fernando Rosas (Rosas, 1998: 427), a instituição financia a reconversão industrial, não deixando de ser compatível com o modelo económico português, enquanto que a simples tentativa de adesão à CEE implicaria mudanças significativas no campo político que Salazar jamais aceitaria. Franco Nogueira lembra isso mesmo, quando explica os motivos da preferência de Salazar pela adesão à EFTA. Portugal tem interesses nos países da CEE, mas

também os tem nos signatários da Convenção de Estocolmo, «*é entre estes que se apresentam as mais largas possibilidades de expandir mercados consumidores; não é viável a harmonização com as exigências do mercado comum as políticas fiscal, social e económica*» (Nogueira, 2000, a) p. 106). Franco Nogueira lembra que a CEE não permite políticas de protecção aduaneira, prática que, segundo ele, impediria o desenvolvimento da indústria portuguesa. «*Em face de todos estes argumentos, Oliveira Salazar entende que se impõe uma opção: aderir à Convenção de Estocolmo*»[7] (Nogueira, 2000 a): 106).

Efectivamente, se Portugal não tivesse feito parte do núcleo fundador da EFTA (iniciativa liderada pelos Britânicos para criar uma zona de comércio livre com os membros industrializados da O.E.C.E. que não aderiram à CEE) o país teria ficado economicamente isolado. Ainda assim, Pedro Aires Oliveira (Oliveira, 2001: 35-36) salienta que mesmo a própria adesão à EFTA, um conjunto de países industrializados como o Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suíça e Suécia, terá sido fruto do engenho negocial de Gonçalo Correia de Oliveira, ao tempo secretário de Estado do Comércio. As condições foram tão vantajosas para Portugal que até se conseguiu um estatuto que conferia a possibilidade de se realizar um desarmamento pautal mais lento, tratamento de excepção para os produtos agrícolas transformados e protecção para as novas indústrias nacionais (Martins, 1998: 69).

III.1.2 - O Marcelismo

Com a chegada de Marcello Caetano ao poder, em 1968, passa a apelar-se já a um fomento industrial mais virado para o exterior, abandona-se na prática a ideia de autarcia e, em 1970, levantam-se as restrições ao investimento estrangeiro. Os novos tecnocratas, designadamente os que constituíam a Comissão de Estudos sobra a Integração Económica Europeia, acreditam numa economia mais aberta, virada para o exterior e promotora das exportações não apenas para substituírem as importações.

Tendencialmente mais liberal que o seu antecessor, Marcello Caetano enfrenta dificuldades com a ala ultra-conservadora do regime. Uma comunicação sua, datada de 2 de Fevereiro de 1962, advoga a criação de um Estado Federal Português em conjunto com as

[7] A EFTA constitui uma área de comércio livre, isto é, implica o livre comércio de bens e serviços entre os parceiros e, por isso, são abolidas as barreiras alfandegárias entre os seus membros, mas não em relação a países terceiros. Assim, seriam estimuladas as economias de cada um dos Estados participantes. No entanto, a CEE, criada em 1957, tinha por objectivo a criação de um Mercado Comum, que não conseguiu concretizar rapidamente. Em 1968, contudo, a Comunidade consegue já implementar a União Aduaneira, que não é mais do que uma área de comércio livre que acarreta também a adopção de uma política externa comum, ou seja, uma pauta externa comum a todos os países que a integrem em relação ao resto do mundo.

colónias, o que traz dissabores ao novo presidente do Conselho. Segundo Hermínio Martins, Marcello chega a negar a autoria do projecto (Martins, 1998: 23). O parecer (emitido na sequência do pedido de opinião do Ministro do Ultramar e também de Salazar sobre um projecto de revisão do sistema de governo das colónias sugerido por Sarmento Rodrigues, Governador-geral de Moçambique) preconizava a transformação do Estado unitário português em Estado Federal em que Portugal, Angola e Moçambique assumiriam o estatuto de Estados Federados. A Guiné, S. Tomé, Macau, Cabo Verde e Timor ficariam com o estatuto dos Açores e da Madeira (Nogueira, 2000 a): 395). Os Estados Unidos Portugueses consistiriam, assim, na «*federalização das relações das províncias ultramarinas com o Governo central para assuntos de defesa, relações externas, bem como de coordenação macro-económica*» (Martins, 1998: 23). Franco Nogueira explica que o parecer é ponderado por Salazar que «*Não tem dúvidas sobre as suas consequências, se aplicado: a perda do Ultramar a curto prazo*» (Nogueira, 2000 a): 395).

Apesar do antagonismo das forças mais tradicionais do regime e do fecho às correntes federalistas internas, o país vai-se abrindo ao ideal europeu. Já em Dezembro de 1969, a Cimeira de Haia aprova o princípio de alargamento da CEE a países que manifestassem interesse em aderir. Antes, em Maio de 1962, na sequência do pedido de adesão britânico, Salazar inflecte o rumo da política nacional de relações externas e verga-se ao pragmatismo de um mundo em mudança: pede em carta enviada ao Presidente do Conselho da CEE «*a abertura de negociações entre Portugal e a Comunidade com o fim de definir os termos da colaboração que o Governo português quereria ver estabelecida com os países do Mercado Comum*» (Salazar, 1967: 148). Salazar lança alguma luz sobre o processo ao precisar, na entrevista concedida ao jornal *Otawa Citizen* em Dezembro de 1962, que as negociações estão em curso, mas fecha-se quanto ao impacto político de uma tal adesão: «*tudo depende da evolução que nesse plano* [político] *venha a ter o chamado Mercado Comum. O problema está muito mais atrasado que o da integração económica dos "seis" ou dos "sete", e nada de concreto se pode avançar sobre isso*» (Salazar, 1967: 148).

Porém, o veto de De Gaulle à entrada dos britânicos gorou as negociações e adiou por um tempo o dilema crucial do regime.

Em Maio de 1970, perante novo pedido britânico, Portugal reafirma o seu interesse em definir novas regras para um acordo com a CEE. Abrem-se também negociações que conduzem a um Acordo de Comércio Livre entre a CECA (Comunidade Económica do Carvão e do Aço) e Portugal.

Está instalada uma divisão quase "fratricida" no seio do regime, que mostra a fragilidade e a impossibilidade do equilíbrio marcelista, resumido no lema do professor: *Renovação na Continuidade*. Não podendo o marcelismo ser visto como um sistema unitário, o novo Presidente do Conselho tenta equilibrar-se entre conservadores e renovadores, mas acaba "refém" dos primeiros. Como nota Tavares Castilho, neste período «*são nítidas as ambiguidades de um processo que assumia* [...] *a necessidade de colocar Portugal em sintonia com uma modernidade que não podia continuar a ser ignorada, porque as barreiras naturais de que falavam Salazar e os seus seguidores sofriam de uma erosão persistente e inevitável* [...] *também por via osmótica, ditada pelo contacto de centenas de milhares de portugueses com outros povos* [...] *na sua diáspora europeia tão característica deste período*» (Castilho, 2000: 225). O autor lembra que tanto as elites pró-europeístas como os mais conservadores continuam, no entanto e à imagem do período anterior, a encarar a Europa de forma pragmática e economicista. «*A ideia de Europa, como uma realidade cultural e política, portadora de um acervo estruturante edificado sobre os valores de liberdade, esteve sempre ausente do discurso das elites portuguesas*» (Castilho, 2000: 228). Uma posição provavelmente de salvaguarda dos mais liberais, que viviam sob o jugo de um regime autoritário, não democrático, e pouco tolerante. Não sem razão, os defensores do conservantismo advogavam que a abertura à Europa conduziria, mais cedo ou mais tarde, à perda do Ultramar.

Será, por isso, útil atentar-se mais detalhadamente sobre este período conturbado, que acabou por abrir portas e facilitar o caminho para uma maior aproximação portuguesa ao modelo capitalista europeu depois do 25 de Abril. Para tal, é preciosa a ajuda da obra de Tavares Castilho sobre a ideia de Europa no Marcelismo, um trabalho inédito sobre a época de que me socorri para lançar luz sobre o tema.

No estertor do velho regime, mantinha-se, como vimos, a dualidade de correntes entre os dois sectores da União Nacional. Os mais conservadores, com Franco Nogueira à cabeça, pugnavam pela manutenção do Espaço Económico Português e a secular vocação atlântica do país. A Ala Liberal, com Sá Carneiro, Magalhães Mota, Miller Guerra e Pinto Leite defendiam uma maior aproximação à Europa. Também no III Congresso da Oposição Democrática (já em Abril de 1973), Medeiros Ferreira enfatiza a necessidade de resolver os problemas coloniais e de aumentar a dinâmica do processo de Integração Europeia. Na clandestinidade, O PCP, intimamente ligado ao P.C.U.S., repudiava o projecto europeísta.

Estava em gestação o dissenso que, mais marcadamente durante os dois primeiros anos no pós-25 de Abril, viria a marcar a luta pelas opções de um novo Portugal.

Um processo complexo, que convém analisar. Ainda na Primavera de 1970, o detonar do frágil equilíbrio do marcelismo evidencia-se nas repercussões do célebre discurso de Rogério Martins, secretário de Estado da Indústria, na abertura do Colóquio Industrial da Associação Industrial Portuguesa. O governante limita-se a não referir o Ultramar como vector estratégico da economia portuguesa. O caso gera tensões e acesos debates na Assembleia Nacional.

Estava à vista a dissensão entre ultramarinistas e europeístas. Franco Nogueira, irado, refere-se à integração económica da Europa como a um mito prestes a cair por terra e lembra, em discurso registado no *Diário das Sessões*, que *«nunca a Europa teve em conta os interesses portugueses* [...] *continuamos a não ter na Europa nenhum interesse vital a proteger, salvo quanto à Espanha*[...] *A realidade da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar. É este conjunto que nos dá a força económica, o potencial estratégico, a dimensão política. Acaso alguém pensará que reduzidos à metrópole seríamos no Mundo o que actualmente somos? E acaso alguém pensará que, amputados e cingidos ao território europeu, seríamos ao menos mais prósperos?»* (Nogueira, 1970 *in* Castilho, 2000: 338-339). O excerto encerra bem as ideias do sector ultramarinista, porém, do outro lado da barricada, Pinto Leite mostra ideias, naturalmente, antagónicas. O deputado lembra que «*Portugal, embora de vocação ultramartina, é também europeu, e não pode nem deve fugir-lhe. Mais tarde ou mais cedo temos de entrar em qualquer tipo de relação íntima com a Comunidade Europeia.* [...] *A nossa aproximação à Europa* [...] *é condição sine qua non para que o próprio mar não nos vire as costas.»* (Pinto Leite, 1970 in Castilho, 2000: 345-346). O parlamentar desconstrói todo o discurso de Franco Nogueira, refuta a ideia de a construção europeia ser um mito, de que a Europa esteja em crise e lembra, com lucidez e mostrando o já característico pragmatismo economiscista, que «*o desenvolvimento parcelar da metrópole e global do espaço económico português não pode ser feito sem a nossa íntima colaboração com as nações altamente industrializadas do bloco ocidental.* [...] *A longo ou a médio prazo, não subsistiremos como individualidade nacional se nos ensimesmarmos no esplêndido isolamento do espaço português*» (in Castilho, 2000: 351).

O Governo tenta acalmar o debate, reafirmando a defesa do Ultramar, sem negligenciar a abertura à Europa. Marcello Caetano entende que a questão parece ter desorientado muitas pessoas e gerado polémicas e esclarece que se «*criou um falso dilema que levaria a optar entre a Europa e a África*» (Caetano, 1971: 19). Caetano tenta conciliar o

inconciliável e enfatiza a "Europa das Pátrias". Numa posição de reserva sobre o federalismo explica: «*Politicamente é desejável que as nações europeias se entendam e concertem: mas a Europa não pode nem deve deixar de ser a Europa das pátrias!*» (Caetano, 1971: 20). Posição reforçada depois quando explicita que o movimento de aproximação à Europa deve ser visto de forma económica e política, e não deixa margem para dúvidas: «*Na união aduaneira temos bastante a ganhar. Na federação política teríamos tudo a perder.*» (Cateano, 1971 : 19). Até porque, «*não esqueçamos este pormenor geográfico: a partir do Atlântico somos o primeiro, mas vistos de Paris, de Berlim ou de Moscovo, seremos sempre os últimos do continente*» (Caetano, 1971: 20).

Em finais de 1971, são oficialmente encetadas as conversações para o acordo com a CEE, Marcello Caetano afasta o interesse por uma Integração. O presidente do Conselho procura antes proteger a economia nacional para acelerar o desenvolvimento económico, reconverter a agricultura e expandir o comércio externo, por isso, afirma: «*não pedimos, não desejámos nem nos convinha de forma nenhuma o ingresso no Mercado Comum, onde a liberdade de trocas de produtos industriais é total e se caminha para a uniformidade de regimes económicos e jurídicos segundo o padrão de países já muito desenvolvidos*». (Caetano, 1973: 33). No entanto, no mesmo texto, Marcello Caetano mostra defender a ideia de abertura do país e lembra a importância vital do Acordo para Portugal: «*A metrópole está na Europa.* [...] *Não pode, em nome das ligações que mantém com o Portugal africano, desconhecer o conjunto de interesses que a ligam, cultural e economicamente, como na política e na defesa, aos restantes países do Ocidente europeu*» (Caetano, 1973: 32). As hesitações do marcelismo são bem patentes se se atentar na obra que temos vindo a seguir, *As Grandes Opções*. Consciente do dilema e da contradição, que encerra em si mesmo a manutenção do Estado Novo ultramarinista com uma progressiva abertura europeia, Caetano resvala para uma argumentação na linha mais dura do regime e deixa o repto: «*As grandes opções estão postas: faremos uma política nossa, ou limitamo-nos a obedecer docilmente ao estrangeiro. Procuraremos chegar a uma solução portuguesa dos nossos problemas, ou aceitaremos pressurosamente as soluções que os outros nos queiram impor?* [...] *Continuaremos a reger-nos por um regime construído por nós à nossa medida, ou vamos mais uma vez copiar servilmente um modelo estranho? O povo português tem de optar. Da sua opção depende o seu destino de Nação independente*» (Caetano, 1973: XIII).

Contudo, na obra *Renovação na Continuidade*, editada em 1971, ressurge a ambiguidade do seu discurso político. Caetano admite mesmo uma associação com a CEE, tal como preconizada pela Comissão de Estudos de Integração Económica Europeia: «*na*

perspectiva da extinção desta [EFTA] *estamos dispostos a associar-nos à Comunidade Económica Europeia*» (Caetano, 1971: 50). O presidente do Conselho relembra que o velho proteccionismo autárcico chegou ao fim e que o Estado já não consegue proteger as indústrias nacionais «*como na época áurea do condicionamento e das muralhas aduaneiras*» (Caetano, 1971: 50).

A marcha do tempo parece inelutável e a opção pragmática parece mesmo ter sido a abertura à Europa, ou o lento direccionamento para o fim do Regime. Nesse sentido, celebra-se a 22 de Julho de 1972 um Acordo de Comércio Livre entre Portugal e a CEE. Aboliam-se as barreiras alfandegárias às exportações portuguesas para o mercado da CEE e Irlanda; Portugal suprimia as taxas alfandegárias para os produtos importados dos mesmos países, desde que não criassem situações de concorrência com a indústria nacional. Abre-se, no entanto, a importante possibilidade de estender o acordo a outros. Os acordos receberam parecer positivo da Câmara Corporativa, foram aprovados por unanimidade em Dezembro de 1972, até porque «*o entendimento se restringe à troca de mercadorias e, em especial, de produtos industriais* [...] *Haverá ainda quem possa ver* [...] *um risco para a integridade do país?*» (Parecer n.º 45/X da Câmara Corporativa, relator Henrique Martins de Carvalho, 1972 in Castilho, 2000: 468). Também a Assembleia Nacional aprova os acordos, benéficos, no seu entender, para o desenvolvimento económico português.

Para a materialização destes acordos teve indiscutível importância a Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, constituída em 12 de Março de 1970 para estudar a possibilidade futura de participação do país nos movimentos de Integração Europeia. Presidida por Rui Teixeira Guerra, a Comissão reunia um grupo de tecnocratas entusiastas convictos da europeização do país como rumo estratégico a seguir, pelo menos a nível de desenvolvimento económico. Calvet de Magalhães, Eugénio Castro Caldas, Ilídio Barbosa, João Cravinho, José da Silva Lopes[8], Joaquim Nunes Mexia são alguns dos catorze nomes do organismo, alguns com conhecido percurso político até à actualidade. (Para além destes, a Comissão era também formada por: Alberto Nascimento Regueira, Álvaro Ramos

[8] Economista. Fundador da SEDES. Negociador da entrada de Portugal na EFTA (1959) e no GATT (1961), participa nas conversações com vista a estabelecer o Acordo de Comércio de Portugal com a CEE, em 1972. Secretário de Estado das Finanças (74). Ministro das Finanças nos três primeiros Governos Provisórios, entre 1974 e 1975 (sob a batuta de Adelino da Palma Carlos e Vasco Gonçalves respectivamente) e no 3.º Governo Constitucional (entre Agosto e Novembro de 1978, sendo Alfredo Nobre da Costa Primeiro-Ministro). Ministro do Comércio Externo (1975). Governador do Banco de Portugal (75-80). Consultor do FMI (1980) e do Banco Mundial (1981-1989). Deputado independente do PRD *(85-87)*. Administrador Residente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento – BERD (91-93). Consultor do Banco de Portugal (1993-1996). Foi também responsável pelo Livro Branco para o Sector Financeiro e Presidente do Conselho Económico e Social desde 1996 até Maio de 2003. Paralelamente, desenvolveu carreira como docente universitário em várias instituições de Ensino Superior.

Pereira, Carlos Lourenço, Ernesto Fervença da Silva, Luís Figueira, Rui dos Santos Martins e João Vieira de Castro).

A 26 de Setembro de 1970, a Comissão emitia um parecer favorável ao aprofundamento das negociações com a CEE através de uma associação. A Adesão *a Comunidade não lhe parecia possível por motivos políticos e comerciais no momento, um acordo comercial meramente preferencial, (como os estabelecidos com Espanha ou mesmo com países extra-europeus como Israel, o Líbano, o Irão ou a Argentina) pensava a Comissão, não teria as potencialidades e as mais-valias da fórmula de associação. A Comissão lembra que a fórmula da associação pode levar «*a uma relação mais íntima com um terceiro Estado, terá um alcance mais largo que o acordo preferencial*» podendo ser encarada como «*um primeiro estádio no caminho da Adesão, esteja ou não consignado esse objectivo final no texto dos acordos*». (Relatório da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, 1970, in Castilho, 2000: 378).

A opinião dos técnicos da Comissão foi formulada no pressuposto de que as negociações entre o Reino Unido e a CEE se revelariam frutuosas, como de facto sucedeu. Por isso, era imperioso encontrar uma saída económica para o país numa Europa em que a EFTA ficava claramente amputada com a perda do tradicional aliado. Sugere-se então, com plena consciência das antipatias internacionais que a política ultramarina portuguesa gerava, que se tentasse incluir apenas o Continente no acordo. A Comissão receia que «*o simples facto de levantar desde já o problema, provoque reacções suficientemente fortes para diminuir, de modo considerável, as já reduzidas probabilidades de êxito de uma negociação relativa à Metrópole.*» (Relatório da Comissão de Estudos sobre a Integração Europeia, 1970, in Castilho, 2000: 381).

Note-se o pragmatismo das posições assumidas e o lúcido e certeiro diagnóstico da situação de um país, a que o andar dos tempos não permite veleidades: «*Se Portugal não conseguir um entendimento* [...] *corre-se o risco de a Metrópole ficar economicamente isolada do resto da Europa Ocidental*» (Relatório da Comissão de Estudos sobre a Integração Europeia, 1970, in Castilho, 2000: 135). A ideia dos técnicos era mesmo a do pedido futuro de Adesão à CEE, daí o aviso: «*Parece, porém, aconselhável procurar nas futuras negociações, evitar por nossa parte declarações tendentes a excluir totalmente as possibilidades de uma Adesão futura, já que será mais fácil mobilizar a nosso favor algumas boas vontades se não expusermos ideias que envolvam uma contradição doutrinária a respeito dos princípios que informam a CEE.*» (Relatório da Comissão de Estudos sobre a Integração Europeia, 1970, in Castilho, 2000: 381). O Governo, no entanto, optou pela

fórmula de acordo comercial, menos comprometedora ideologicamente. Havia ainda que esperar mais quinze anos para tornar realidade a Integração Europeia.

III.2 – O 25 de Abril

III.2.1 - O 25 de Abril e o desvio temporário do ideal europeu

O eclodir do 25 de Abril e o conturbado período que se seguiu permitiu ao país o ressurgimento da vida democrática, há tanto tempo cerceada. Após mais de 40 anos de ditadura, explode uma massa de reivindicações, anseios e volições que culminaram num dos períodos mais agitados da História Portuguesa.

Ao nível económico, o país procurou alargar horizontes e voltar a inserir-se, de pleno direito, nas organizações económicas internacionais. Começam por se negociar acordos com os países comunistas do COMECON e também com a Ásia e África. Reforça-se a participação em organismos internacionais, mas o país passa agora a poder usufruir de mais benefícios por causa da mudança da natureza do regime. Portugal recebe apoios do Banco Mundial; a própria EFTA cria um fundo de apoio à economia portuguesa; em Dezembro de 1976 o país adere ao Conselho da Europa, que também nos vai auxiliar financeiramente, passamos a integrar o Banco Internacional de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento.

São também assinados acordos de ajuda técnica e financeira com países como os EUA, RFA, Holanda e Noruega, que tendem a desaparecer em favor das ajudas de pré-Adesão, quando parece mais certo o pedido de Adesão à CEE.

No entanto, a progressiva abertura e aproximação à Europa não foi um projecto consensual dos partidos e do povo português, que, ao tempo, não estaria muito mobilizado para o ideal europeu. Até mesmo Soares, que viria a ser o grande impulsionador do projecto (e apesar de enfatizar a necessidade portuguesa da Europa para sobreviver), prefere avançar com cautela, como revela numa entrevista ao *Le Monde*, a 2 de Dezembro de 1974, «*se tivéssemos que aplicar o princípio da livre circulação de pessoas, capitais e produtos, a nossa economia, já de si tão frágil, não resistiria a tal carga* [...]*Penso ser mais concreto e realista desenvolver e aprofundar os acordos preferenciais já existentes*».

Antes, e logo após a Revolução, Soares vai a Bruxelas tentar desbloquear apoios para a economia portuguesa. Em Junho, volta com o primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos à

Comissão Europeia para mostrar o empenhamento português em aderir aos princípios e valores das democracias ocidentais.

A urgência de resolver a questão colonial começa também, desde logo, a afigurar-se. A iniciativa de descolonizar não é imediata, nem consensual, mas acaba por se tornar essencial para o reconhecimento do novo regime português, enquanto "parceiro" dos ideais das restantes democracias ocidentais. As opiniões dividem-se, os Spinolistas apostam na solução federalista proposta pelo então General na célebre obra, *Portugal e o Futuro*; os seguidores de Melo Antunes procuram «*a constituição de um eixo neutralista, não-alinhado e terceiro mundista, Vasco Gonçalves perfilhava uma tendência pró-soviética*» (Teixeira, 2000: 89). Como explica Severiano Teixeira, para os Spinolistas a autodeterminação não era sinónimo de independência e, por isso, defendiam a soberania portuguesa até à realização de um referendo. Melo Antunes fazia equivaler autodeterminação a independência e exigia, consequentemente, a transferência de poderes para os movimentos de libertação africanos.

A luta interna ía extremar-se. Apesar da viagem inicial de Soares, o 28 de Setembro (primeiro detonar de um frágil equilíbrio entre as posições Spinolistas e o mais radical MFA) e a consequente viragem mais à esquerda da política portuguesa acabam por surgir como elemento "desestabilizador" da já longa caminhada para a Europa. Efectivamente, a maior radicalização à esquerda, mais notória ainda depois do 11 de Março de 1975, acaba por se erigir como força dissuasora de uma estratégia de aproximação ao modelo capitalista das democracias ocidentais, que mais tarde viria a recobrar fôlego. A Adesão torna-se assim uma opção política, mas também de forte pendor ideológico.

Todavia, algumas das primeiras medidas aprovadas são importantes para a clarificação das regras do jogo empresarial em Portugal. O decreto-lei 533/74 de 10 de Outubro, extingue um dos baluartes da industrialização monopolista do Estado Novo, o condicionamento industrial. O nível de vida dos trabalhadores também sobe significativamente, cria-se o ordenado mínimo nacional ainda em Maio de 74, o subsídio de desemprego, de Natal para os pensionistas e o passe social.

Porém, os aumentos salariais não se fazem esperar, a procura aumenta e, como a produção está em quebra, aumentam também as importações. As exportações decrescem, também por causa da crise internacional provocada pelo I choque petrolífero. A nova lei laboral (1976) impede os despedimentos (mesmo que essenciais à sobrevivência da empresa) controlando artificialmente o desemprego e pesando na economia nacional; também se congelam as rendas de casa.

O saldo da balança comercial torna-se negativo, em 1973 representava 3% do PIB, em 1974 cai para –6% . A inflação dispara, de 7,8% em 73 para os 27,9% no ano da Revolução[9]. A Bolsa cai vertiginosamente (Outubro 74), o Estado começa a intervir nas empresas em dificuldades. A primeira é o Banco Intercontinental Português, já depois das primeiras nacionalizações, técnicas, dos três bancos emissores (Banco de Portugal, Angola e Nacional Ultramarino) a 13 de Setembro de 1974. Em Dezembro, o Estado intervém na Torralta. Como salienta Medeiros Ferreira, «*o exemplo é sedutor. A intervenção permite os efeitos de poder das nacionalizações, sem os custos políticos e financeiros* [...] *é uma faca de dois gumes. Ameaça o patronato, mas alivia-o: a troco dela, obterá financiamentos.* [...] *Os empresários, em crise económica e isolados socialmente, têm um momento de tréguas. Militantes políticos e sindicais aliam-se, em torno dela, aos capitães do MFA*». (Ferreira, 1994: 141) É aprovado o decreto-lei n.º 660, de 25 de Novembro de 1974, que consigna à intervenção estatal as empresas que não contribuam para o desenvolvimento económico. O Estado podia assim demitir as direcções das empresas privadas e substituí-las por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Em Fevereiro de 75, na vigência do III Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves, lança-se o Plano Melo Antunes, que previa o controlo pelo Estado da banca, seguros, energia, transportes e cimentos através de nacionalizações ou da constituição de sociedades anónimas de capitais públicos. Contudo, o projecto acaba por não sair do papel.

O 11 de Março e a mais acentuada viragem à esquerda precipitam os acontecimentos. Os sectores mais radicais ganham força, o recém-criado Conselho da Revolução, com amplos poderes legislativos e dominado pelo Partido Comunista e Vasco Gonçalves, promove uma reforma da economia portuguesa em moldes colectivizantes. As nacionalizações ficam como o emblema do IV Governo Provisório. Contudo, não é consensual se as medidas tomadas são fruto de um plano prévio ou se foram ocorrendo ao sabor dos acontecimentos. Emanuel Reis Leão (in Reis, 1990, pág. 175) admite que o facto de as nacionalizações não terem sido feitas preferencialmente por sectores, mas por empresas e através de simples decretos-lei como "prova" de uma certa aleatoriedade das decisões. Já José Medeiros Ferreira hesita entre um empirismo na actuação e um plano de acção mais detalhado. De qualquer forma, salienta que «*as nacionalizações da banca e dos seguros são, assim, o modo de celebrar o nascimento do Conselho de Revolução como órgão de soberania e de lhe dar apoio popular, ao mesmo tempo que atribuem ao Estado o poder financeiro, o que lhe permitirá gerir melhor as*

[9] Os números utilizados foram retirados da obra *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, direcção de António Reis, Edições Alfa.

consequências económicas da descolonização e ter maior capacidade de controlo da actividade financeira no imediato» (Ferreira, 1994: 116).

A 14 de Março, pelo decreto-lei n.º 132-A/75, o Governo nacionaliza todas as instituições de crédito. Costa Gomes anuncia que a banca e os seguros passam a ser públicos a 24 de Março. O Estado alarga o seu papel interventor nas empresas privadas exonerando e nomeando administrações. A 16 de Abril, durante a campanha para a Assembleia Constituinte, o Governo nacionaliza os principais sectores da economia; a saber, indústria, transportes e comunicações, o que corresponde ao programa do PCP.

Em Maio, numa segunda vaga, é a vez das empresas rodoviárias, cimenteiras e do sector dos tabacos. O capital estrangeiro é sistematicamente poupado, mas, no total, entre as empresas tornadas públicas directa ou indirectamente, são nacionalizadas 244 firmas desde a banca, seguradoras, electricidade, água, gás, transportes até aos sectores industriais de base como o petróleo, petroquímica, siderurgia, adubos, cimentos, cervejeiras, tabaco, estaleiros navais e celuloses (Leão in Reis, 1990, pág. 174-175). São destruídos os principais grupos económicos anteriores ao 25 de Abril, muitos dos donos são obrigados a fugir do país. As indemnizações pagas acabaram por ser muito inferiores ao valor real das empresas, foram calculadas em função do valor contabilístico das firmas, duas a quatro vezes inferior ao preço de mercado, e pagas, muito mais tarde em títulos de dívida pública, com taxas de juro quatro vezes abaixo das normais.

Portugal parecia caminhar então a passos largos para uma sociedade de tipo colectivizante, de cariz mais soviético, distanciando-se do já longo trajecto de aproximação à Europa, democrática e capitalista. No período pré-constitucional, sob luta ideológica interna, marcavam-se posições a nível de orientação da política externa. Severiano Teixeira evidencia que, nesta altura, «*a orientação global da política externa portuguesa tende para uma opção terceiro-mundista e para o desenvolvimento de relações privilegiadas com os novos países saídos da descolonização portuguesa. Era o último avatar, agora socializante, da tese tão cara a Salazar, da "vocação africana" de Portugal*» (Teixeira, 2000: 90). Estranha e bizarra coincidência da História, ao tornar defensor da geoestratégia salazarista precisamente o grupo social que mais o execrava.

A nível interno, a aprovação da Reforma Agrária constituiu também mais um dos elementos desestabilizadores do lento e contraditório percurso para a Europa. Se é certo que só após o 11 de Março aparece o primeiro texto legal que a institucionaliza, já desde finais de 1974 se assiste a casos esporádicos de ocupação de terras no Alentejo, por parte de

assalariados agrícolas no desemprego, coadjuvados por seareiros e/ou alugadores de máquinas.

A chegada ao poder do V e VI Governos Provisórios acabou por travar o processo, sobretudo este último em que PS e PPD põem fim à vaga de nacionalizações. Contudo, a Constituição, aprovada a 2 de Abril de 1976 haveria ainda de consignar a «irreversibilidade» das nacionalizações, que perdurou na Lei Fundamental até à Revisão de 1989.

Ainda assim, é no Verão Quente de 1975 que a ocupação de terras atinge o auge, enquadrada agora pelo decreto-lei 203/75 de 15 Abril que aprova medidas económicas de emergência, entre elas, a nacionalização e expropriação de propriedades rústicas de área superior a 50 hectares, para terras irrigadas, ou de 500 hectares para o terreno de sequeiro (Ferreira, 1994: 133). É também estabelecido o novo regime de arrendamento rural, que protege agora o rendeiro por um período de seis anos, diminuindo a precariedade para quem trabalhava a terra. O movimento de ocupação de latifúndios e o estabelecimento de unidades colectivas de produção que começara de forma mais ou menos espontânea ganhava agora cobertura legal e amplitude social. São também promulgados os decretos-lei n.º 406/A e 407-A/75 que explicitam ainda mais detalhadamente os moldes de expropriação e nacionalização de terras - as propriedades privadas são as maiores visadas. Institui-se um sistema de avaliação das terras em termos de rendimento agrícola e não da extensão do terreno. Aos proprietários é atribuída uma área de reserva, desde que explorassem a propriedade directamente e dela retirassem a maior parte dos rendimentos..

Será já nos princípios de Outubro e até finais desse ano que ocorre a maior parte das expropriações, na vigência agora do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo. Em dois meses, expropriaram-se 60% das terras possíveis, cerca de 700 000 hectares, foram também criadas cerca de 500 Unidades Colectivas de Produção. A vigência da lei continuou até à promulgação, em Julho de 1977, da Lei Barreto - até então cerca de mil proprietários foram expropriados, perfazendo no total 900 000 hectares de terreno, o que corresponde a dois terços da área expropriável. Contudo, findo o ano de 1975, a reforma é travada e nunca voltará a recobrar o vigor.

Em Janeiro de 76, os partidos da coligação governamental, PS, PPD e PCP acordam numa limitação da reforma, ainda que esta se mantivesse. Os locais de aplicação ficaram mais limitados e mesmo na Zona de Intervenção da Reforma Agrária impediram-se novas ocupações; as reservas dos proprietários passam a ser aplicáveis a todos os empresários que o solicitassem. Ainda assim, a Constituição de 76 mantinha um capítulo reservado à Reforma Agrária, onde se assegura que esta é essencial para a construção da sociedade socialista.

É neste quadro económico colectivizante, que os números que medem o desempenho da economia começam a derrapar ainda mais do que no ano da Revolução. Os salários reais descem, o défice do sector público cresce de 2,1% em 74 para 3,8% no ano seguinte. O desemprego mais do que duplica, passa para 5,6%, totalmente à custa dos retornados, uma vez que a Lei Laboral não permitia despedimentos por quebra da actividade económica. O sistema artificial de preços fazia aumentar a procura, num momento de crise internacional. As exportações descem ainda mais que no ano anterior, o crescimento é pela primeira vez negativo (-4,3%), nem a expansão da procura interna consegue contrariar a paragem no investimento; a produção desorganiza-se , diminuem as exportações. A economia ganha uma lógica irracional que nem o 25 de Novembro consegue travar. No entanto, as mudanças políticas vão-se repercutir na política económica em curso. Leve, levemente, Portugal volta a encaminhar-se para um rumo que há muito parecia inexoravelmente traçado.

III.2.2 - O 25 de Novembro de 1975 e o lento retorno aos ideias das democracias capitalistas europeias

Ainda antes do 25 de Novembro, Mário Soares tenta capitalizar apoios na Europa e nos Estados Unidos para o país. Na vigência do VI Governo Provisório, Soares vai a Bona, onde consegue um crédito de curto prazo de assistência à balança de pagamentos. Durante o Verão Quente, o embaixador dos EUA em Lisboa, Frank Carlucci terá convencido o Secretário de Estado norte-americano a não apoiar a extrema-direita portuguesa. Carlucci acompanha Soares numa viagem aos EUA, em que convence o Congresso a votar um auxílio a Portugal.

A 2 de Agosto de 1976, na reunião da Internacional Socialista, em Estocolmo, Soares volta a apelar claramente à solidariedade dos partidos congéneres europeus, lembra que o país depende maioritariamente da Europa em termos comerciais e que cerca de um milhão de portugueses vivem já além-Pirinéus. Soares exorta os seus pares à acção, realçando que a ajuda a Portugal é também uma vacina contra o comunismo na Europa.

Depois da viragem do 25 de Novembro, os novos senhores do poder tentam institucionalizar a democracia no país e evitar uma excessiva radicalização à direita. A 26 de Fevereiro de 1976 assina-se uma nova Plataforma de Acordo MFA- Partidos; a Assembleia do MFA é eliminada, o Conselho da Revolução perde poderes: cinge-se agora à fiscalização da constitucionalidade das Leis, serve de consultor ao Presidente da República e mantém

competências militares, a enquadrar numa posterior Lei de Defesa Nacional. O MFA passa de motor a garante da Revolução.

Está travado o ímpeto revolucionário mais radical, prepara-se agora a luta para as primeiras eleições legislativas do Portugal Democrático. Pela primeira vez desde o 25 de Abril, o PS opta claramente pela Europa na campanha eleitoral, que culminará em vitória, se bem que aquém das expectativas do partido. O slogan da campanha é agora, «*A Europa connosco*». Soares explica o porquê da sua opção europeia: «*A ideia central que me orientava, desde o meu regresso a Portugal, era a de que a Integração Europeia seria o contraponto absolutamente essencial para a descolonização que se revelara inevitável e grandemente traumática. A entrada na Comunidade Europeia abrir-nos-ia novos horizontes nacionais de esperança e mais do que isso: criar-nos-ia condições para uma nova forma de presença em África, não colonial, mas em termos de cooperação cultural, política, económica e, mesmo, militar.*» (Avillez, 1996: 19).

Os socialistas europeus decidem aprofundar o apoio ao PS e marca-se para Março de 76, no Porto uma cimeira com os vários líderes da IS europeia, «*A Europa Connosco*». Em Fevereiro, Soares e González participam em Viena num grande comício contra o fascismo; a Cimeira em Portugal, paga pelos amigos estrangeiros, trouxe ao país os grandes líderes da IS da Europa. Soares lembra: foi «*Um trunfo eleitoral decisivo quando tantos milhares de emigrantes portugueses procuravam ainda, nesse tempo, desesperadamente, estabelecer-se na Europa, os partidos à esquerda do PS faziam campanha contra o "subimperialismo europeu", e os partidos à direita, como o PPD, praticamente não tinham apoios no plano internacional.*» (Avillez, 1996: 19) Começa a desenhar-se uma estratégia socialista de aproximação ao ideal europeu, refúgio e alternativa para um país que procura uma saída para uma descolonização dolorosa. Contudo, e apesar do slogan da campanha eleitoral, a opção europeísta não será um tema recorrente ao longo deste período, embora faça parte do manifesto eleitoral do PS, que é, de resto, o único partido a pugnar por este ideal durante a campanha para as eleições de 25 de Abril de 1976.

O certo é que as ajudas financeiras internacionais ganham relevância, a Europa passa a apoiar o país mais activamente, não só a nível partidário, mas também através do reforço e da adesão do país às várias instituições internacionais supra-referidas.

É neste contexto que acabam os trabalhos da Constituinte, sendo a 2 de Abril de 1976 aprovada a Constituição da República Portuguesa. O texto obtido é resultado do equilíbrio das forças em jogo no momento. Como salienta Vital Moreira, «*a Constituição* [...] *nasceu com uma natureza marcadamente compromissória, que acolheu e caldeou, de forma nem sempre*

isenta de discrepâncias, ideias e opções oriundas dos principais quadrantes políticos e doutrinários» (in Reis, 1990: 84). Por isso, se apontava para a construção de uma sociedade socialista; as nacionalizações eram consideradas irreversíveis, mantinha-se o Conselho da Revolução (figura marcadamente revolucionária), a Reforma Agrária era tida por essencial para a construção da referida sociedade socialista. Todavia, apesar dos objectivos de construção de uma sociedade e economia socialistas, garantem-se também os princípios básicos de um Estado de Direito Democrático, admite-se a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção e criam-se as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A Democracia Portuguesa entra agora em fase de consolidação, enquadrada por uma Constituição que instituía o sufrágio universal e o sistema político-partidário como condição para a formação de Governo.

As eleições de 25 de Abril vão acabar por manter a vitória do PS na Constituinte, mas agora com 35% dos votos, quase menos 3% do que no acto eleitoral anterior. O PPD queda-se pelos 24%; o CDS consegue 16%, o PCP tem agora 14%, MDP e UDP perdem assento parlamentar[10]. O I Governo Constitucional toma posse a 23 de Julho de 1976, vencera o partido que pugnara pela «*Europa Conncosco*». Ainda nesse ano é revisto o Acordo Comercial de 72 com a CEE, no ano seguinte o país vai pedir formalmente Adesão à Comunidade Económica Europeia.

É precisamente neste período que se começa a travar a mais radical dinâmica revolucionária e que se desarma, passo a passo, a legislação que corporizava os principais trunfos do período anterior ao 25 de Novembro. Em Outubro desse ano revoga-se a polémica lei que permitia ao Estado a intervenção nas empresas privadas, travam-se as fusões subsequentes às nacionalizações e aprova-se o diploma que prevê a indemnização aos proprietários das terras expropriadas (já referido) e das empresas nacionalizadas. Os pagamentos, contudo, chegarão muito mais tarde, num longo processo que só se incia após a publicação da Lei de Delimitação dos Sectores e que se arrastará até 1984. Os valores provisórios das indemnizações são publicados em 1978, mas ficam aquém de satisfazer os antigos proprietários; o Estado, que vai pagando em títulos de dívida pública flexibiliza progressivamente a sua utilização. A Bolsa de Valores, encerrada no período pós-revolucionário volta a funcionar para as obrigações em Janeiro de 76 e para as acções em Fevereiro do ano seguinte.

---

[10] Os valores referenciados foram retirados da obra *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, dir. António Reis, Publicações Alfa.

Todavia, a medida que porventura conseguiu maior alcance económico foi a aprovação da Lei n.º 46/77 de 8 de Julho, de Delimitação dos Sectores, resultante de um entendimento entre o PS e o PPD. Apesar de as nacionalizações estarem constitucionalmente garantidas, abriam-se todos os ramos da actividade económica que a Lei Fundamental permitia à iniciativa privada e admitem-se capitais mistos. Assim, a banca, os seguros, electricidade, gás, água, saneamento básico, comunicações, transporte aéreo e cimentos estavam reservados unicamente para o capital público. Contudo, os privados podiam agora participar, desde que o sector público fosse maioritário na indústria de armamento, refinação de petróleo, petroquímicas de base, siderurgia e adubos. A gestão dos Transportes Colectivos Urbanos, Portos e Aeroportos passa a ser permitida a título excepcional e provisório; aos Transportes Marítimos as condições de acesso serão depois definidas - todos os restantes sectores passam a estar completamente abertos à iniciativa dos privada (Reis, 1990: 180). Torna-se também possível a criação de sociedades financeiras não bancárias, mas só dois anos depois é que se aprova o seu enquadramento legal.

O sector empresarial do Estado é também racionalizado, passa a estar sujeito às mesmas regras contratuais, de fiscalidade e concorrência; em Julho de 77 integram-se as empresas públicas industriais no IPE (Instituto de Participações do Estado). Só a banca, as seguradoras, as firmas de prospecção de hidrocarbonetos, as que estão na falência ou sediadas nas ex-colónias não incluirão o grupo. A desintervenção nas empresas privadas, aprovada em Outubro de 76, é feita progressivamente até aos anos 80. Em Abril de 77 criam-se contratos de viabilização para as firmas que saíam da alçada estatal. Quando o plano não era suficiente a Parageste, instituída em 79, tenta a reconversão com auxílio financiado pela banca estatal. (Ferreira, 1994: 155).

Outra das medidas emblemáticas do I Governo é também a travagem da Reforma Agrária. O entendimento de Janeiro de 76 já tinha travado na prática o alastramento da medida, mas a machadada final é dada pela Lei Barreto. Foi reprovada pelos deputados do PCP e do CDS, mas PS e PPD entenderam-se para «*transformar as estruturas agrárias do país*» (in Ferreira, 1994: 135). A Lei de Bases da Reforma Agrária foi publicada a 29 de Setembro de 1977 e admitia a necessidade de reconversão fundiária no sul do país. Contudo, passavam a poder receber reservas todos os co-titulares das terras expropriadas, aumentou-se a dimensão da área das mesmas, o Ministério da Agricultura passa a ter poder para as alargar (Ferreira, 1994: 135). A entrega das terras aos proprietários foi crescendo depois da regulamentação de Maio de 78, que definia o regime jurídico da entrega das terras expropriadas ou nacionalizadas. Foi durante o Governo de Sá Carneiro que se restituíram

mais terras. O PCP opôs-se duramente, como era previsível, quer à aprovação quer à aplicação da Lei.

A reforma da legislação laboral, ocorrida neste período, também foi importante para facilitar a reconversão da economia e dar mais um "empurrãozinho" na aproximação do país a um enquadramento jurídico um pouco mais à imagem dos restantes países europeus. Em Janeiro e Dezembro de 1976 é flexibilizada a lei: mantém-se a proibição do despedimento individual sem justa causa, mas simplifica-se e alarga-se o âmbito do processo de despedimento com justa causa. Agora é possível fazer despedimentos colectivos de 2 trabalhadores para empresas com 2 a 50 empregados, também se podem despedir 5 funcionários se a firma totalizar mais de 50. Estas situações passam a ser legais no caso de encerramento da empresa (um ou vários sectores), redução de pessoal por motivos estruturais, tecnológicos ou conjunturais (Reis, 1994: 181). O decreto-lei n.º 864/76 de 23 de Dezembro aplica-se não só às empresas privadas, como também às públicas e intervencionadas e permite também a suspensão do contrato individual de trabalho. Para além disso, pelo decreto-lei n.º 781/76 de 28 de Outubro introduz-se a figura dos contratos a prazo.

São medidas importantes e concretas que preparam o país para o modelo capitalista do ocidente europeu, que Portugal se encaminhava para abraçar. Talvez sem grande entusiasmo da opinião pública de então e longe de ser consensual entre as forças políticas, o país, que conquistara a pulso a democracia e que iniciara depois uma caminhada mais colectivizante, invertia agora o rumo. Ir-se-íam colher os frutos do trabalho da facção mais europeísta do antigo regime, mas agora catalisados pela tardia chegada da democracia.

III. 3 – O longo processo de adesão à CEE

III.3.1 - O pedido de adesão à CEE

A opinião não é consensual ao tempo, mas o pedido de Adesão é decido na vigência do I Governo Constitucional. Soares precisa: «*a ideia da nossa Adesão à CEE- e a decisão de avançarmos com o pedido de abertura de negociações para a futura Adesão de Portugal- foram pela primeira vez, explicitamente, debatidas em reuniões ainda antes da formação do I Governo Constitucional. Passou a ser um imperativo nacional e uma prioridade. Depois, inscrevi esse objectivo no Programa de Governo submetido à Assembleia da República.*» (Avillez, 1996: 55).

Efectivamente, o pedido de Adesão significava uma ruptura explícita para com o ideal de sociedade colectivizante que vigorou até ao 25 de Novembro de 1975. Aderir à CEE era sinónimo de prosseguir um longo caminho de abertura à Europa, no pressuposto de que o país retornaria ao "clube" do capitalismo ocidental, mas agora como uma democracia. Por isso, os diferentes partidos, cientes por completo do significado e alcance da Adesão, denotavam posições condizentes com o seu ideário político.

Assim, a oposição mais vincada vem do PCP e da extrema-esquerda, o CDS, não sendo tão entusiasta numa primeira fase, concede apoio inequívoco a Soares quando este visita as capitais europeias em busca de sinais positivos para a Adesão, como, aliás, o depoimento recolhido pela RTP na altura dá conta - «*todos os democratas portugueses estão com ele neste momento porque ele precisa de triunfar para bem de Portugal*», afirma então Freitas do Amaral.[11] . O líder do CDS faz uma conexão directa entre o pedido de Adesão e o reforço de uma democracia que funcione segundo os moldes ocidentais: «*Hoje, que se trata de obter luz verde para concretizar o pedido de Adesão de Portugal ao Mercado Comum,* [...] *direi ao Primeiro-Ministro* [...] *que seja hábil, convincente e que seja capaz de nos trazer da sua viagem aquele sim por que todos aqui ansiamos e de que todos precisamos a bem da paz , do futuro e da Democracia no nosso país*», sublinha.

Álvaro Cunhal assume-se como opositor acérrimo do pedido, até porque «*a Integração* [...] *representaria a impossibilidade do desenvolvimento independente da nossa economia e a submissão aos interesses dos grandes grupos capitalistas que dominam a economia do mercado comum*», explica à RTP, num registo de arquivo referente a 1977, mas emitido a 12-06-85. É bem vincada a recusa comunista por motivos políticos e económicos. Cunhal assevera mesmo que «*a Integração teria efeitos catastróficos para a economia portuguesa*», porque o país possuía baixa produtividade e praticava preços elevados, não tendo competitividade internacional, nem mesmo interna, quando abolidas as barreiras alfandegárias. O líder comunista temia, sobretudo, as cedências políticas que a Adesão acarretaria, «*uma vez que os países do mercado comum, para aceitarem a Integração de Portugal, não deixariam de pôr condições políticas.*»

No outro extremo do xadrez político, Sá Carneiro, presidente do PPD-PSD, mostra-se favorável ao acordo: «*o PSD entende que esse é o caminho para, com a consolidação da democracia portuguesa, encontrarmos as sendas do progresso e da justiça social*», afirma à

[11] Esta citação e as seguintes de Álvaro Cunhal e Sá Carneiro aparecem compiladas numa reportagem intitulada: "Historial da Adesão de Portugal è CEE", emitida a 12-06-85, aquando da emissão especial da RTP para comemorar a assinatura do tratado de Adesão de Portugal à CEE.

RTP aquando da anuência política da Adesão portuguesa por parte da CEE. O presidente do PSD refere a necessidade de, conquistada a anuência da Europa à entrada de Portugal, se fomentarem as políticas internas que melhorem a competitividade nacional, nomeadamente no campo da agricultura. Sá Carneiro lembra ainda as vantagens de que beneficiarão os emigrantes nacionais com a futura Adesão.

Para os portugueses em geral, contudo, a Europa é talvez uma realidade ainda estranha e distante, tanto é que uma sondagem publicada pela CEE, já em 1983, confirma que metade dos nacionais não têm opinião sobre a Comunidade Económica Europeia (Ferreira, 1994: 149). Vários inquéritos de opinião levados a cabo em Portugal e Espanha, entre 1980 e 1985, atestam que os dois povos estavam a favor da Adesão, mas os espanhóis mostram-se mais envolvidos. Assim, 54% dos cidadãos do país vizinho e apenas 28% dos portugueses viam a Integração como «*algo de bom*», só 9% dos portugueses e 6% dos espanhóis entendiam que a Adesão seria «*algo de mau*». Contudo, o desconhecimento é mais forte entre os portugueses: 47% não responderam ao inquérito, contra 22% em Espanha. O número de indecisos também aumentou nos dois países à medida que se arrastavam as negociações. O mesmo estudo conclui também que para os portugueses «*as motivações económicas (escolha de produtos, abastecimento energético) e políticas (papel do país no mundo)*» (Deheneffe, 1986: 54) constituem as principais razões para a Adesão.

A nível interno, as dissensões não são facilmente ultrapassáveis, para além dos nostálgicos do colonialismo, somam-se os mais radicais de esquerda, aqueles que pretendem apenas aprofundar os acordos comerciais de 1972 ou, simplesmente, uma candidatura a Estado associado. Outros, referidos antes, gostariam de ver intensificar os laços a países como a Argélia, para além dos que temiam o Adamastor Económico Europeu, a que a frágil e comparativamente débil economia portuguesa não conseguiria resistir. Não convém esquecer, no entanto, que o lema de campanha eleitoral do partido vencedor das Legislativas fora mesmo «*A Europa connosco*», o que denota já uma determinação em aprofundar a ligação aos países europeus, por contraponto e como antídoto para a difícil descolonização em curso. Em conferência sobre a Europa proferida em Novembro de 2002, no Porto, Soares evoca um episódio curioso, ao relembrar a sua responsabilidade política na decisão: «*convoquei os economistas mais famosos da praça para debater o assunto, todos me disseram para não pedir a Adesão. Eu decidi segundo aquilo em que acreditava, todos me disseram que* [eu] *era utópico, mas tinha razão nessa minha utopia pequenina*». É aliás, o vocação europeísta que constitui a maior novidade na política externa portuguesa no pós 25 de Abril, não só numa perspectiva económica, mas de projecto e modelo político para Portugal.

José Medeiros Ferreira, um dos principais interventores no processo de candidatura, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, assevera que os motivos da apresentação do pedido de Adesão foram eminentemente políticos e não apenas comerciais; a saber, o pressuposto do alargamento da CEE, de um futuro pedido de Adesão de Espanha, a aproximação dos países africanos de expressão portuguesa à Convenção de Lomé, a necessidade de uma cuidada preparação nacional para as reformas políticas, sociais, administrativas e económicas que a Adesão implicaria, a certeza de que a Integração na Europa traria mais desenvolvimento aos países aderentes. O autor salienta que o pedido de Adesão constitui «*um acordo de regime. A lógica da Adesão integra, mas transcende, as considerações simplesmente económicas para ser o símbolo e o conteúdo da forma actual de Portugal estar no mundo*» (Ferreira, 1994: 148-149).

Em Setembro de 1976, como já foi referido, Medeiros Ferreira assina em Bruxelas o protocolo adicional ao acordo de 72, considerando que se esgotavam assim as potencialidades do entendimento comercial anterior. Para ele, os protocolos deveriam ser encarados agora como uma fase prévia do pedido de Adesão à CEE. No documento consigna-se que Portugal pode atrasar o ritmo das reduções pautais de 72, pode agora introduzir protecção aduaneira às "indústrias velhas" e consegue mais três anos para as novas indústrias. O acordo deve vigorar a partir de 1 de Novembro de 1978, mas as cláusulas comerciais entram em vigor a 1 de Novembro de 1976 (Ferreira, 1994: 176).

Entre Setembro de 1976 e Fevereiro de 1977, o Governo inicia um período de sondagens diplomáticas pelas capitais europeias. Soares, Medeiros Ferreira e Vítor Constâncio (presidente da Comissão Negociadora de Adesão de Portugal à CEE) deslocam-se a Londres, Dublin, Copenhaga e Roma. As visitas às capitais dos países membros e à Comissão da CEE sucedem-se em Fevereiro e Março de 77. Os portugueses são bem recebidos e garantem apoio político. No entanto, o próprio Soares reconhece, mais tarde, que se manifestaram dúvidas e resistências, os parceiros preocupavam-se com o montante que iriam gastar por causa da entrada de Portugal na Comunidade. O primeiro-ministro de então está ciente de que a Adesão espanhola viria a dificultar o processo português: «*As maiores dificuldades viriam por causa da Espanha, já nessa altura em processo de democratização* [...] *Na véspera de partir para a primeira digressão europeia Adolfo Suárez*[12] [...] *Encarregou-me de dizer* [...] *aos dirigentes europeus: "A transição democrática espanhola seria a valer". Fiz na altura a defesa da democracia espanhola, que então se iniciava. O*

[12] Primeiro-Ministro espanhol entre 1976 e 1981.

horizonte da CEE passou a ser comum a Portugal e a Espanha. O que nos viria a criar algumas dificuldades, mas era incontornável» (Avillez, 1996: 57). A 8 de Fevereiro, o Conselho de Ministros da CEE decide estudar a Adesão a curto prazo de Portugal, o pedido formal de Adesão é finalmente apresentado a 28 de Março de 1977, em Bruxelas.

A 5 de Abril, o Conselho de Ministros da CEE reunido no Luxemburgo toma conhecimento, catorze dias depois a Comissão emite um parecer, em que enfatiza o impacto diminuto que a Adesão de Portugal terá sobre a economia europeia, dada a sua dimensão. Contudo, realça que a CEE não pode ignorar um estado europeu democrático e que o país necessita de melhorar a situação económica, para o que a CEE o deverá apoiar. O empurrão da EFTA surge a 13 de Maio de 1977, na reunião de Vence. Para a instituição, «*a Integração de Portugal na Comunidade Europeia era vista* [...] *como um passo importante na consolidação das instituições democráticas portuguesas*» (Magone, 1988: 140).

Em 19 de Maio, a Comissão Europeia entrega ao Conselho de Ministros o parecer favorável à imediata abertura das negociações com Portugal, que serão encetadas formalmente no Luxemburgo a 17 de Outubro de 1978 (Magone, 1988). Contudo, o processo de negociações só é estabelecido na primeira reunião de embaixadores, em Bruxelas, a 1 de Dezembro de 1978. Em 19 de Dezembro de 1979, assina-se um novo protocolo complementar com a CEE, mas ainda no quadro do acordo de 72. Prevê-se então uma melhoria de condições para as exportações nacionais negoceiam-se algumas concessões transitórias de protecção para a indústria portuguesa (Magone, 1988: 140). Ernâni Lopes[13] esclarece à RTP [14] que, em finais de 1979 e até 1980, é alterada a estratégia negocial portuguesa de «*frente estreita para frente larga* [...] *para envolver todos os ministérios no quadro de negociação*».

III.3.2 - A caminho da CEE

Depois do pedido formal de Adesão, Portugal vai ainda ter de esperar oito anos para concluir as longas e árduas negociações, mas torna-se claro que a entrada do país só terá lugar concomitantemente com Espanha. A CEE também terá preferido aguardar para analisar como se consolidava a jovem Democracia nacional. A situação económica agrava-se e só ao fim de dois acordos com o FMI é que o país consegue equilibrar as contas externas.

---

[13] Para além de ter sido Ministro das Finanças entre 1983 e1985, Ernâni Lopes foi Embaixador de Portugal em Bona (1975 - 1979) e junto das Comunidades Europeias, entre 1979 e 1983 (Avillez, 1996: 336).

[14] Declarações emitidas em 12-06-85, numa reportagem emitida no programa especial de comemoração da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, intitulada *Historial da Adesão de Portugal à CEE.*

Em 1976-77, a economia parece recobrar um pouco, fruto da desvalorização do escudo, da liberalização e subida de preços de alguns bens e serviços de empresas públicas, da manutenção da forte despesa pública, com uma taxa de juro abaixo da inflação para impulsionar o investimento. Ainda que o défice da BTC aumente para 8,2% do PIB, o produto cresce 6,2%[15] e regista-se alguma recuperação da actividade económica.

Contudo, em 77 a situação agrava-se, o grande objectivo governamental é agora o de controlar as contas externas, sem bloquear o crescimento da economia. O escudo vai sofrer uma desvalorização de 15% em Fevereiro, em Agosto reintroduz-se a desvalorização periódica, anunciando-se que a moeda se depreciaria à taxa de 1% ao mês. No final do ano, o escudo perdera 20,8%., mas o produto cresce 4,8%, fruto do arranque das exportações, do aumento da procura interna, do investimento e da despesa pública. A expansão da produção também é conseguida com uma quebra dos salários reais de 9% e graças a uma relativa estabilidade (Reis, 1990: 183).

Ainda assim, o défice externo não pára de crescer, em 1977 representa já 9,2% do PIB. A solução parece passar por um empréstimo externo, que os Estados Unidos estiveram dispostos a conceder em melhores condições que o próprio FMI, mas só em Junho é acordado em Paris um empréstimo de 750 milhões de dólares por catorze países, na condição de que Portugal entre em acordo com o FMI. As reservas de ouro do país descem perigosamente de 861 t em finais de 1976, para 750 t no final do ano seguinte. A situação económica acaba por levar à queda do I Governo, o II Executivo Constitucional, coligação PS/CDS quer garantir uma maioria parlamentar para facilitar o acordo com o FMI, que é assinado a 6 de Maio de 1978.

O pacote de medidas tomadas visava, antes de mais, diminuir o défice externo, controlando a inflação, sem fazer crescer o desemprego significativamente e minimizando o impacto no crescimento do produto. Era, pois, necessário controlar o crescimento da despesa interna e modificar a externa, através do aumento das exportações e da diminuição das importações. Por isso, optou-se por uma nova desvalorização do escudo (que em 78 atingiu os 19,6%, no ano seguinte diminuiu para 15,3%.) a par com a promoção das exportações (que cresceram 12,9%) e com uma descida de 1,6% nas importações. A taxa de juro também subiu para 19%, mas controlou-se a procura evitando a concessão de crédito, aumentando a taxa de reserva bancária e melhorando o crédito bonificado para diminuir o impacto das políticas restritivas. O acordo saldou-se por um sucesso porque reequilibrou o défice da balança

[15] Os valores referenciados foram retirados da obra *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, dir. António Reis, Publicações Alfa.

comercial, sem descurar o crescimento económico, não fazendo disparar o desemprego(8,4% em 78 e 8,1% em 79) e controlando a inflação(desce para 22,1% em 78, subindo ligeiramente para 24,2% no ano seguinte). O produto decresceu 3,4% em 78, mas recupera 6,6% no ano seguinte, mesmo com a estagnação da procura interna, à custa do aumento das exportações (Reis, 1990:184-185).

A situação económica torna-se assim mais desafogada, de um défice de quase 1,5 biliões de dólares em 77, reduz-se para 826 milhões em 78 e em 79 chega aos 52 milhões de dólares - as contas estão praticamente equilibradas (Reis, 1990: 186). Assim, em 1980 as prioridades governamentais vão já para o combate à inflação e para o relançamento do investimento, do produto e do emprego. O escudo é revalorizado em 6% (Reis, 1990: 188).

É neste contexto que o VI Governo prossegue a ofensiva portuguesa para tentar acelerar o processo de Adesão à CEE, que era considerada "*a prioridade das prioridades*" por Freitas do Amaral, Ministro do Negócios Estrangeiros da AD (Ferreira, 1994: 149). No entanto, a própria CEE preocupava-se em resolver o problema interno de desemprego. Ainda assim, Sá Carneiro visita as capitais comunitárias e consegue ajudas de pré-adesão para a modernização das estruturas económicas do país no valor de 19 milhões de contos, aprovadas pelo Conselho de Ministros da CEE a 3 de Dezembro de 1980. As negociações são alargadas a mais quatro novos dossiês e avançam em alguns sectores: o Industrial é praticamente fechado com João Salgueiro[16] e Ricardo Bayão Horta[17] , na Agricultura há também avanços.

Contudo, em 1981-82 há novo descontrolo das contas. O défice com o exterior aumenta, fruto naturalmente de uma descida das exportações (também por causa do segundo choque petrolífero e da consequente diminuição da procura internacional), da queda das remessas dos emigrantes e de um aumento das importações que se reflectiu também no facto de não ter sido controlada a procura interna numa época de crise internacional.

Na ofensiva comunitária, a situação está à beira do impasse, Portugal não quer ser contribuinte líquido da CEE e não concorda com as limitações às exportações de produtos como os têxteis; a agricultura, pescas e indústria alimentar; questões como a segurança social e liberdade de circulação de pessoas e capitais também entravam o processo. No final de 1981, porém, o Conselho Europeu mostra empenho em prosseguir as negociações com os dois Estados Ibéricos.

---

[16] «*Membro (81) e dirigente do PSD. Ministro das Finanças (81-83)*» (Avillez, 1996: 343).

[17] «*Secretário de Estado da Energia e Minas (77-78) e da Indústria Transformadora (80) Ministro da Indústria e Energia (81-83) e da Defesa (83)*» (Avillez, 1996: 335).

É neste contexto que se opera outra das grandes transformações institucionais que quer preparar o país para a futura entrada na CEE - a Revisão Constitucional de 1982, aprovada a 30 de Setembro, na vigência do VII Governo Constitucional. A componente ideológica é moderada, desaparecem as formas doutrinárias mais ligadas ao período quente pós-25 de Abril. O Conselho da Revolução desaparece finalmente da ordem jurídica interna, sendo substituído pelo Conselho de Estado, os militares passam a responder perante a tutela política, algo que a posterior Lei de Defesa Nacional vem explicitar. Os poderes da Assembleia da República são reforçados, diminui o papel interventivo do Presidente, é criado o Tribunal Constitucional.

No plano económico, são destronadas as formas colectivizantes da organização económica, mas mantém-se a existência de uma economia mista e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Só com estas alterações passará a ser legalmente possível reprivatizar alguma banca. A expressão Reforma Agrária perde peso, passa a designar-se "Política Agrícola e Reforma Agrária", são abolidos os objectivos socialistas de tais medidas e substituídos por um novo elencamento em que a Reforma Agrária passa a submeter-se à política agrícola.

No campo das negociações com a CEE, apesar de alguma paragem, é assinado o protocolo transitório em que Portugal reduz direitos aduaneiros sobre a importação de diversos produtos comunitários. A própria CEE digladiava-se também com problemas internos[18]: Giscard d' Estaing impunha uma pausa ao alargamento, a política agrícola comum e o financiamento causavam turbulência. Mário Soares recorda que para alguns países a Adesão espanhola é de difícil aceitação, mas salienta que apesar de ser necessário resolver questões técnicas importantes, a questão política, essa sim, era verdadeiramente fulcral.«*Era nesse terreno que deveríamos agir e era precisamente aí que tínhamos direitos a reivindicar*» (Avillez, 1996: 195). Entre Junho de 1980 e Janeiro de 1982, as negociações estagnam, explica Ernâni Lopes à RTP, lembrando a dificuldade na obtenção de consensos entre todos os países da CEE e a presidência da Comunidade. O ministro das Finanças português, aquando da assinatura do Tratado de Adesão, recorda que entre Janeiro e o Outono de 1982 se assiste a um primeiro surto de resultados concretos das negociações. Em 1983, o processo entrava de novo.

---

[18] O início dos anos 80 ficou conhecido pelo período de *euroeclerose*, ou de marasmo e estagnação da construção europeia. Entendia-se que existia uma falta de competitividade da economia dos países membros e que, por isso, era necessário liberalizar e aprofundar a integração supranacional por forma a superar a debilidade observada no processo de decisão. Estes os fundamentos que deram origem, mais tarde, ao Acto Único Europeu, assinado em Fevereiro de 1986, que entrou em vigor a partir de Janeiro de 1987 com o objectivo de criar o Mercado Único ou Mercado Interno (Quintillán, 2000: 233-235).

O país é de novo empurrado, em 1983-84, para um doloroso acordo com o FMI. A questão económica torna-se central, a Adesão à CEE passa para segundo plano perante o espectro de uma terrível crise financeira. O PS, vencedor das eleições, alia-se ao PSD para formar o VIII Governo e assim garantir apoio parlamentar às medidas de austeridade e partilhar o desgaste que estas acarretariam. Desta feita, a redução do défice será conseguida à custa de um duro golpe no crescimento, no emprego e descontrolando a inflação. Trata-se agora de reduzir a procura interna drasticamente, em vez de tentar apenas aumentar as exportações e diminuir as importações como em 78-79 (Reis, 1990: 190). O défice externo é agora muito superior (3245 milhões de dólares em 82, 1640 milhões em 83 e em 84 chega já aos 623 milhões de dólares, valor que superou as expectativas) e a recessão internacional não dá grande aso a uma política de promoção de exportações.

Assim, o Estado corta na despesa e investimentos públicos, diminui os salários nas empresas públicas e aumenta os preços dos seus produtos para conter os gastos estatais. A intenção é retrair fortemente a procura interna, reduzem-se os salários à imagem do que acontece nas empresas nacionalizadas, diminui-se o investimento o que produz uma quebra da actividade económica e a almejada descida das importações. Também as taxas de juro aumentam para travar o investimento e desvaloriza-se de novo o escudo. Os custos sociais são grandes, perdem-se 150 mil postos de trabalho, três vezes mais que no acordo anterior, a inflação dispara até aos 29,5% em 1984, os salários reais caem 9% no mesmo ano. Por outro lado, o crescimento do PIB é negativo em 83 , -0,3% e –1,6% em 1984. Contudo, as medidas acabam por surtir efeito, as contas com o exterior equilibram-se, seguir-se-á um período de expansão e euforia económica como há muito não era vivido pelos portugueses.

Antes de 1985, no entanto, o pessimismo instalara-se no país, o facto de as negociações com a CEE ameaçarem prolongar-se *ad eternum* só piorava a situação. Em 18 de Julho de 1983, Ernâni Lopes, presidente da delegação portuguesa recorda numa reunião ministerial em Bruxelas, as responsabilidades assumidas com Portugal e a demora injustificada das negociações. Afirmou que «*cinco anos depois, Portugal já estava em condições técnicas e políticas para poder encarar seriamente a conclusão dos trabalhos e a assinatura do Tratado. Tudo foi, porém, complicado e árduo. Os dossiês foram negociados à saciedade e com muitas dificuldades* [...] *Mas a postura política mudou. Assumimos um tom de exigência indignada*» (Avillez, 1996: 195- 196).

A braços com problemas de agricultura e orçamento, a cimeira de Estugarda, em Junho de 1983, acaba por ser um dos momentos decisivos do processo de Adesão nacional[19]. A RFA, com todos o seu peso político e económico, mostra-se então favorável a contribuir com mais dinheiro para o Orçamento Comunitário, a partir do momento em que Portugal e Espanha entrem na comunidade. Portugal endurece a luta e as pressões: a 6 de Outubro, como conta Maria João Avillez no livro-entrevista a Soares, Jaime Gama afirma à RTP que não era admissível o tratamento dado a Portugal pela CEE e exige uma resposta clara e precisa da Comunidade. No mesmo mês, o Ministro dos Negócios Estrangeiros pede um sinal positivo da CEE ao vice-presidente da Comissão em visita a Lisboa. Sem resposta, Soares declara à RTP que a Europa está em desagregação.

No plano interno, e apesar do impasse das negociações, continuam a ser tomadas medidas que aproximam o país cada vez mais das políticas europeias, tenta-se agilizar a economia e prepará-la para o embate da entrada na CEE. Assim, a nova Lei de Delimitação dos Sectores, aprovada em 1983 já depois da Revisão Constitucional, alarga o âmbito de actuação económica dos privados à banca, seguros, cimentos e adubos; de competência exclusivamente pública mantêm-se apenas a electricidade, gás, água, saneamento básico, comunicações e transportes aéreos e ferroviários (Reis, 1990: 194). Caía um dos bastiões do PREC, a banca e os seguros podiam voltar às mãos dos privados, Portugal caminhava na senda das democracias capitalistas da Europa ocidental.

Também a lei laboral é revista em 1983 pelo decreto-lei n.º 393/83 de 2 de Outubro, passa agora a ser possível suspender temporariamente os contratos de trabalho em empresas em dificuldades, através de um ano de suspensão ou de redução do horário semanal de trabalho (Reis, 1990: 195). Será uma das causas do crescente mal-estar no Governo do Bloco Central. A revisão seguinte e consequente maior flexibilização da lei laboral só teria lugar já depois da Adesão portuguesa à CEE. O mesmo acontece com a Lei de Delimitação dos Sectores, coadjuvada pela mais importante Revisão Constitucional de 1989 que abre finalmente caminho às privatizações.

---

[19] A Cimeira foi decisiva não só para o processo português, mas também para o futuro da própria CEE. Assim, é reconhecido no encontro, através da Declaração Solene de Estugarda, que a concretização do Mercado Comum ou Mercado Interno é decisiva e que, se tal não acontecesse, daí adviriam enormes desvantagens para a Economia Europeia. O Mercado Interno implica o reforço da União Aduaneira há muito alcançada, com a livre circulação de pessoas, bens e serviços. Para o conseguir foi necessário eliminar barreiras físicas, técnicas e fiscais, que permitiam erradicar custos de transacção invisíveis, mas reais. A ideia era reforçar a competitividade

III.3.3 - A adesão à CEE

Depois do 25 de Abril, como vimos, o país quase invertia o rumo de aproximação lenta à CEE, mas recobra depois de 76 a orientação mais europeísta que já caracterizara a Ala Liberal e a abertura Marcelista. Quando Mário Soares pede formalmente a Adesão, a 28 de Março de 1977, estavam já ultrapassados os constrangimentos de ordem política, Portugal era uma democracia, embora incipiente, deixara as colónias, mas restava muito para fazer a nível económico. Foi esse lento processo de aproximação à Europa que acabámos de descrever, salientando alguns dos passos mais relevantes. Contudo, em 1984, os portugueses já desesperavam, a Adesão era há muito tema para canções de moda, em que ninguém via, glosavam os GNR, *Portugal na CEE*, apesar de o assunto ser muito falado na rádio e na televisão, cantava o grupo, num tema de enorme sucesso juvenil.

A CEE, porém, está em processo de negociações internas, RFA, França e Reino Unido procuram entender-se quanto a uma estratégia de alargamento. A criação do Mercado Único Europeu, (pelo Acto Único Europeu) também causa atrasos. O país esperava e desesperava, Mário Soares define o ideário político do Bloco Central de então, os portugueses eram europeus não só geograficamente, mas já em pensamento, a Europa devia-nos saldar urgentemente a dívida política de termos sustido o alastramento de uma revolução comunista no velho continente: *«Nós* [o Governo] *tínhamos o sentimento, em função do que tínhamos conseguido em Portugal, e do que tínhamos evitado à Europa, que éramos europeus por direito próprio. E que a CEE tinha o dever moral de nos reconhecer como tais e de nos ajudar a fundo. Foi isso que dissemos, claramente. Com voz bem alta e firme para nos fazermos ouvir.»* (Avillez, 1996: 196).

Efectivamente, em Janeiro de 1984, perante o contraditório avanço das negociações em pequenos detalhes e a paragem nas grandes questões Soares "ameaça": *«se uma decisão sobre a Adesão portuguesa não fosse tomada rapidamente, o País renunciaria a tornar-se membro da CEE e estreitaria significativamente os laços com os EUA»* (Oliveira, 2001: 39). A 19 de Março de 1984, o Conselho de Ministros da CEE declara que quer fechar as negociações com Portugal e Espanha até 30 de Setembro. Agora, o ritmo das conversações acelera, em Janeiro, a CEE já apresentara uma proposta para a agricultura, em Maio há acordo sobre o investimento estrangeiro.

---

da economia da CEE num mercado globalizado e aberto, em que era tido por benéfico a aplicação da economia de escala, a concentração empresarial e uma maior especialização. (Quintillán, 2000: 235- 237).

Para tais progressos terá contado a decisão de Soares de obter no avanço das negociações com a CEE um contraponto à política de austeridade imposta pelo FMI. O Primeiro-Ministro pede, num episódio descrito por Maria João Avillez, a Ernâni Lopes (Ministro das Finanças) e António Marta (Presidente da Comissão de Integração Europeia) *«um documento que torne irreversível a nossa entrada! Precisamos de um papel...»* (Avillez, 1996: 196). O documento, uma iniciativa inédita considerada por muitos uma fina intuição política, mas menosprezada ao tempo por Ramalho Eanes ou Lucas Pires, estabelecia o compromisso de concluir as negociações, reafirmava os acordos já conseguidos, tornando irreversível a entrada de Portugal na CEE. Era precisamente essa o objectivo de Soares. A 24 de Outubro de 1984, Soares assina o *Constat d' Accord* na cimeira de Dublin. Ernâni Lopes reafirma à RTP a importância do documento pelo carácter de irreversibilidade que este conferia à Adesão. Note-se que a própria Comunidade estava então mais aberta, iniciava um período de crescimento económico e a chegada dos socialistas ao poder em França tornava o momento político mais propício ao sucesso da iniciativa diplomática portuguesa.

Todavia, o grande travão era então a Adesão de Espanha, assumido que estava que a entrada dos dois países ibéricos devia ser simultânea. Nem o facto de Portugal insistir que os dois processos eram independentes e que cada negociação devia ser tratada "pelos seus méritos próprios" desencravava o longo processo. O grande país da Península levantava mais problemas à Adesão que Portugal e em sectores como a Agricultura foi dura, por exemplo, a oposição francesa. Por isso, Soares teve várias conversações com o Presidente do Governo espanhol em 84 e 85. Em Abril desse ano Soares insiste com Gonzaléz que *«compreendeu, com muita inteligência, que Portugal não concluira ainda o seu processo de Adesão apenas por causa de Espanha. E que a Comunidade, por outro lado, não podia permitir-se deixar-nos entrar sozinhos. Pedi-lhe que se pronunciasse a nosso favor, o que ele fez e muito bem. Reiterou os argumentos à Comunidade, quando afirmou que Portugal nunca podia ser vítima das dificuldades espanholas e que, se os nossos dossiês estavam negociados e concluídos, merecíamos ter luz verde. Ora este argumento era irrespondível...»* (Avillez, 1996: 199).

Porém, ainda antes da assinatura do *Constat d' Accord*, as relações luso-espanholas sofreram tensões, nomeadamente com a denúncia unilateral portuguesa do acordo de pescas entre os dois países. Espanha, com uma maior e mais poderosa frota pesqueira, poderia ter acesso privilegiado às águas portuguesas. Portugal insiste, nas negociações com a CEE, garante o apoio de Mitterrand, mas também dos italianos, alemães e até do Reino Unido.

No Conselho Europeu de Junho, François Mitterand anuncia finalmente que Portugal vai aderir à CEE em Janeiro de 1986, mas a Grécia não gosta da chegada dos dois países ibéricos.

Os últimos tempos de negociações são, ainda assim, difíceis[20]. No fim de 84 vão-se fechando vários dossiês e Portugal ganha aliados técnicos. Mas a 20 de Fevereiro de 1985 chega-se a um novo impasse e é novamente o sector das pescas com Espanha a causar problemas. Portugal exigia a manutenção da Zona Económica Exclusiva nacional durante um período de 10 anos após a Adesão. Correm rumores de que Portugal estaria a dificultar o acordo, apresentando exigências de última hora, mas Ernâni Lopes reitera à RTP, em 12-06-85 que «*jamais nós mudamos de posição* [...] *nunca, no final* [entre Janeiro e Março de 1985] *apresentámos um único problema novo* [...] *é claro é que essa posição feria outros interesses*». António Marta, presidente da Comissão de Integração Europeia, levanta um pouco o véu dos acontecimentos e lembra que «*a máquina da outra parte que está a negociar, de vez em quando, intoxica um pouco a opinião pública que está ali no edifício para ter determinados efeitos*».

Só na última reunião, de 28 para 29 de Março, é que Giulio Andreotti (mais tarde louvado pelo seu papel por Ernâni Lopes) conseguiu encontrar uma fórmula de consenso para os dois países. Portugal mantém a exploração nacional da ZEE durante o período supra-mencionado, com excepções particulares, como a abertura, durante alguns meses do ano, da pesca de atum nas regiões insulares. No entanto, foi necessário fazer um acordo bilateral de pescas com Espanha. Ernâni Lopes recorda à RTP (em 12-06-85) o momento como um dos mais difíceis das negociações «*quando resolvemos o problema das pescas foi* [...] *certamente um momento fundamental para o futuro dos portugueses e da presença de Portugal na Comunidade*».

As negociações terminam, pois, a 29 de Março de 1985, oito anos e um dia depois do pedido de Adesão, quando se chega a acordo nas questões mais sensíveis: para além das pescas, a agricultura, a segurança social e a contribuição portuguesa para o orçamento comunitário. Já depois de concluídas, ainda se agita um novo diferendo com Espanha. Na Primavera de 85, os dois países negociavam um regime transitório para permitir a ratificação

[20] Refira-se, a propósito, que um dos negociadores do alargamento aos dez países do antigo Bloco de Leste, Malta e Chipre (processo concluído em Outubro de 2002), lembra que também Portugal e Espanha não foram considerados bem preparados para a Adesão. Alguns países da CEE levantaram mesmo problemas ao processo: «*Se tivéssemos dado ouvidos à França, Portugal e Espanha não teriam entrado*» (Cunha, 2002: 2). Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia em 2003, assevera que a decisão não foi consensual entre os Dez: «*ninguém pode duvidar agora do carácter justo e visionário dessa decisão, embora na altura tenha sido controversa*».(Cunha, 2002: 2).

dos Tratados nos prazos estipulados sem solução à vista quando os diplomatas portugueses conseguiram resolver a questão propondo a aplicação do princípio de comércio livre acordado para os Doze também à Espanha.

O processo negocial foi assim moroso e complexo. Em entrevista à RTP, a 12-06-85, o Ministro das Finanças, Ernâni Lopes, chama a atenção para as próprias dificuldades internas da comunidade como causadoras de algum arrastamento e também «*a imaginação, do lado comunitário, de que do lado português haveria dificuldades técnicas em corresponder,* [...] *esse espectro de imaginação nunca se concretizou, os técnicos portugueses tiveram uma permanente capacidade de resposta e* [...] *frequentemente de tomar a iniciativa*». António Marta, na mesma entrevista, lembra que o processo grego, inicialmente ligado aos ibéricos, acabou por ser resolvido em três anos e meio, se bem que o país tivesse solicitado a Adesão antes dos dois estados da península. Os gregos acabaram por não ser tão enredados nos problemas internos da Comunidade, na opinião do técnico, que refuta qualquer responsabilidade pelos atrasos por parte da Administração Portuguesa e dos negociadores. Marta salienta o empenho da equipa negocial portuguesa e das presidências belga e italiana como propulsoras da conclusão das negociações. Ernâni Lopes salienta também o papel das forças sociais portugueses por, em colaboração discreta com os negociadores, terem auxiliado os técnicos no processo negocial e revela: «*Os lóbis portugueses trabalharam melhor* [que os espanhóis] *porque trabalharam sem se ver tanto* [...]. *Frequentemente vínhamos no avião de quarta-feira e, no avião em que nós voltávamos, voltavam também os representantes das empresas que jamais se queixaram de não estar informados e* [...] *ajudaram-nos muito na negociação*». Ernâni Lopes reconhece publicamente os vários sectores portugueses que tiveram intervenção no processo: «*Nós fomos ajudados na negociação, pelos sindicatos em matéria de assuntos sociais (e não vale a pena estar a dizê-lo antes, pode-se dizer depois), que foi importante para resolver a celebérrima cláusula do Luxemburgo que Portugal recusou liminarmente (em 82 ou 83) com a ajuda efectiva da UGT* [...], *noutros capítulos, em zonas sensíveis, a acção dos agentes económicos interessados* [...] *foram elementos de primeira importância para os resultados que se obtiveram*», revela.

Atente-se agora no tipo de condições acordadas por Portugal no Tratado de Adesão. O país comprometeu-se a acatar quer a transcrição gradual das regulamentações comunitárias já existentes, bem como a aceitar alterações futuras, nomeadamente no que concerne ao Acto Único Europeu. Até 1992, Portugal participa na criação de um mercado interno, adere

progressivamente à União Monetária, coordena as políticas macroeconómicas e desenvolve a coesão económica e social.

A integração nas três liberdades de circulação decorre de forma diferenciada para cada uma delas. Assim, a livre circulação de trabalhadores só começa em Janeiro de 1993, sete anos mais tarde. A liberdade de estabelecimento é imediata, com excepção da banca, cinema e agências de viagens. A liberdade de circulação de bens é derrogada até 1993, quando Portugal terá de adoptar a pauta aduaneira exterior comum, inferior à portuguesa. Já a livre circulação de capitais também conhece adiamentos, uma vez que Portugal teme vir a ser rapidamente dominado pelas empresas europeias. O país também obtém a restituição parcial do IVA até 1991, imposto introduzido depois da Adesão à CEE (Reis, 1990: 209 - 210).

Assim, para a agricultura, muito menos desenvolvida que a comunitária foi acordado um regime especial de transição, para além da criação do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) para ajudar a reconverter a débil agricultura portuguesa e as deficientes infra-estruturas de comercialização. No próprio dia da Adesão a RTP informa num debate sobre o tema que serão disponibilizados pela CEE cerca de 90 milhões de contos de ajudas a fundo perdido durante 10 anos. Só os direitos sobre o açúcar, os frutos e legumes, ovinos e bovinos foram eliminados logo em 1986. A liberalização dos cereais, vinhos, leite, outras carnes e ovos é derrogada por cinco anos, o azeite é liberalizado em 1993. Portugal tinha à data da Integração um regime de preços 30 a 50% superior aos praticados na CEE, podendo mantê-los até ao fim do primeiro período de cinco anos. Contudo, ao cabo do segundo período de transição acorda em desmantelar todas as ajudas agrícolas (Reis, 1990: 216).

A indústria também recebe ajudas financeiras consideráveis através do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa), programado para ser utilizado entre 1988/1992 a fim de reforçar a competitividade e a modernização da indústria nacional. Até 1993, Portugal compromete-se a reduzir à taxa de 10-15% ao ano os direitos aduaneiros. Como o sector do têxtil é responsável por ¼ da produção portuguesa e ganhou maior especialização, o país tenta preservá-lo e mantêm-se condicionalismos (Reis, 1990). Contudo, a Espanha, por exemplo mantém alguns direitos proteccionistas, durante mais algum tempo, em relação às exportações portuguesas de têxteis.

Em 12 de Junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, Portugal assina finalmente o Tratado de Adesão. No mesmo dia, o país adere também à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e ao Eurátomo. Apesar da antecipação portuguesa, a Espanha entra no mesmo dia para a CEE. Contudo, a instável situação política interna resultante da

dissolução do Bloco Central poderia ter afectado a própria assinatura do Tratado por Portugal. O recém-eleito presidente do PSD sugere um adiamento da data da assinatura. Em 24 de Maio de 1985 Cavaco Silva inicia a primeira reunião de negociação com o PS, na algibeira leva nove reivindicações que a Comissão Permanente do PSD considerava essenciais para o sucesso do Governo de coligação, entre elas, era necessário «*Ponderar a assinatura do tratado de Adesão à CEE, em 12 de Junho, se não for possível chegar a uma solução que garanta a defesa dos interesses nacionais quanto aos pontos de carácter técnico ainda em aberto*» (Silva, 2002: 77). Aos ministros caberia a avaliação sectorial da existência das referidas condições. Carneiro Jacinto, então assessor de Imprensa do Primeiro-Ministro, reconhece que o «*Tratado foi assinado um pouco à pressa, alguns pormenores poderiam até não ser muito favoráveis a Portugal, mas Soares entendia que era melhor entrar do que andar a discutir a "intendência"*»! Para Soares, o PSD e Cavaco Silva: «*puseram em risco, por questões estritamente partidárias, o interesse nacional. A entrada de Portugal no Mercado Comum – como depois reconheceram, amplamente, significava sem dúvida, a defesa estrita do interesse nacional.*[...] *Nas vésperas, ainda não se sabia se o assinavam ou não! Foi preciso fazer uma cedência de última hora* [...] *aceitar que Rui Machete*[21]*, na altura Vice-Primeiro-Ministro assinasse também*» (Avillez, 1996: 251-254). Contudo, Cavaco nega que tenha querido pôr em causa a Adesão do país às Comunidades Europeias, da qual lembra que sempre fora entusiasta. O líder do PSD explica na sua Autobiografia Política que «*Álvaro Barreto me tinha informado de que alguns pontos do dossiê agrícola não estavam conformes com os interesses portugueses e que era necessário pôr uma forte pressão sobre os negociadores de Bruxelas para conseguir melhorias. Mário Soares parecia, no entanto, pouco inclinado para isso, porque receava que a data marcada para a cerimónia de assinatura do Tratado fosse posta em causa. O certo é que, depois de o PSD ter levantado o problema, uma delegação portuguesa foi a Bruxelas e conseguiu que as suas exigências fossem tidas em conta e Álvaro Barreto comunicou-me que as objecções podiam ser retiradas*» (Silva, 2002: 78).

Apesar da polémica, o Governo assina o Tratado de Adesão a 12 de Junho, como previsto. O entendimento entre PS e PSD tem data de validade até ao dia seguinte, quando é formalmente dissolvida a coligação. Alguns partidos da oposição duvidam da legitimidade de

[21] «*advogado, professor universitário e político. Fundador da SEDES. Membro (74) e dirigente do PPD/PSD. Director do "Povo Livre" (74-75). Secretário de Estado da Emigração (75). Ministros dos Assuntos Sociais (75-76) e da Justiça (83-85). Administrador do Banco de Portugal (81-83). Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa (85). Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (88)*» (Avillez, 1996: 337).

tal Executivo para formalizar o Tratado. No entanto, em 10 de Julho de 1985 o Tratado é ratificado na Assembleia da República.

A 1 de Janeiro de 1986, os dois países ibéricos tornam-se membros de pleno direito da Comunidade Económica Europeia. Uma aventura que, do lado português, começara mais formalmente em 1960, numa aproximação que teria enorme impacto e conferiria uma significativa mudança ao país. Só a nível comercial, o perfil das trocas externas alterou-se significativamente - o que se desenhava já nos anos 70 torna-se assim realidade. Em 1987, 71% das exportações portuguesas têm a CEE como destino, contra 18,3% em 1970. Também as importações são agora oriundas fundamentalmente dos Doze, 63% do que comprávamos em 1987 provinha da CEE, contra 28% em 1970 (Reis, 1990: 221). As ex-colónias perdem definitivamente a importância estratégica anterior e deixam de ter grande expressão nas trocas portuguesas.

A Adesão não impediu, porém, que se mantivesse um importante vector atlântico na política externa nacional. Renovou-se o Acordo das Lajes, ainda em 1979 e em 1983, já o país assumira claramente a opção europeia. Também a integração na NATO foi aprofundada, sem esquecer as sempre privilegiadas relações com os PALOP e a mais recente criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Portugal muda de rumo, mas não nega todo um passado virado para o mar, garantindo um inegável e insubstituível pendor atlântico, agora caldeado com a ligação à "mãe-Europa".

O perfil do país é hoje completamente distinto daquele que Portugal possuía antes da Integração Europeia. Uma aproximação, depois de 500 anos de metafórica navegação ao largo, que é também um retorno de Portugal às suas origens continentais europeias. Porém, o poder centrípeto do Atlântico e do além-mar não cessam de irromper.

IV – PREPARANDO O GRANDE DIA: ANÁLISE DOS TELEJORNAIS DA SEMANA ANTERIOR A 12 DE JUNHO DE 1985

IV.1 – Pressupostos

O dia 12 de Junho de 1985 erigiu-se como um marco histórico para Portugal - oito anos depois do pedido formal de Adesão à CEE, o país assinava finalmente o Tratado que lhe daria a entrada para o grupo dos países de democracias capitalistas ocidentais. O evento seria alvo de uma ampla cobertura noticiosa, também na RTP, emissora monopolista de televisão, a data foi assinalada com a reverência e a importância devidas a um momento que iria marcar um ponto de viragem no quotidiano dos portugueses. Contudo, antes de analisarmos como é que a estação acompanhou a cerimónia mediática propriamente dita, importa traçar, em linhas gerais e necessariamente muito incompletas, o retrato dos dias noticiosos que antecederam a Adesão para aferir se e como é que o assunto foi tratado ao longo da semana imediatamente anterior ao evento.

Como vimos, Dayan e Katz consideram que o facto de estes acontecimentos mediáticos serem previamente publicitados confere aos telespectadores e ao próprio canal de televisão a possibilidade de se prepararem para o grande evento. O trabalho promocional da estação acaba por fornecer aos receptores finais da "telecelebração" competências para descodificarem o momento, dota-os de grelhas de leitura que lhes permitem assimilar melhor e com mais deleite o significado do acto, assim «*a maioria dos acontecimentos já vão "rotulados" antes de chegarem ao transmissor*» (Dayan e Katz, 1999: 54) e ao consumidor final, o telespectador. Gera-se então no público «*um período activo de expectativa, ajudado pela actividade promocional das estações de televisão*» (Dayan e Katz, 1999: 22) que visa, em última análise, mobilizar o cidadão-espectador para assistir pela televisão ao acontecimento-mediático.

Neste caso, optei por centrar a minha análise na observação muito sumária dos Telejornais da semana que antecedeu o dia da Adesão, em detrimento de outros programas informativos (que possam até ter sido organizados para tratar especificamente o tema), uma vez que tendo esta tese um âmbito restrito tive necessidade de delimitar com precisão o objecto do meu estudo. Espero, contudo, que esta escolha não tenha introduzido algum viés ao meu trabalho. Efectivamente, este era o principal jornal televisivo da estação, constituía o momento em que a informação ocupava o horário nobre da emissão sendo, por isso, o espaço noticioso de maior impacto à época. O tema mereceria uma análise mais completa e profunda

dos noticiários televisivos emitidos ao longo dos anos que antecederam a entrada de Portugal para a CEE, bem como de uma observação mais detalhada, pelo menos, dos dias seguintes à assinatura[22]. No entanto, as restrições de tempo para a elaboração desta tese ditaram a escolha de uma amostragem mais reduzida, mas que, creio, será, ainda assim, significativa. Com efeito, é sempre nos dias imediatamente anteriores ao acontecimento que é provável que o tema ocupe mais tempo nas emissões, é também nesta altura que a promoção do evento ganha importância e sentido redobrados, uma vez que a grande data está, então, próxima.

Deste modo, pretende-se aqui perceber não tanto a estrutura dos Telejornais em 1985, o tipo de acontecimentos abordados, sob que prisma e com que recursos estilísticos e técnicos, mas antes saber se o tema CEE é noticiado e com que frequência e tratamento jornalístico. O objectivo é mostrar o percurso do assunto "Adesão à CEE" ao longo dos sete dias, perceber se há um crescendo de importância conferida ao tema, se a questão ganha espaço e relevo por comparação com as outras notícias, à medida que a data histórica se avizinha[23]. A abordagem usada privilegia, de certa forma, o tratamento quantitativo dos dados, sem menosprezar uma análise qualitativa, ainda que breve, do assunto. Com efeito, não é apenas relevante estudar o tempo dedicado a cada tema no Telejornal, mas também avaliar a forma como as notícias ligadas à CEE são veiculadas e a posição que ocupam no alinhamento, a sua *mise en valeur* – a abertura do Telejornal, por exemplo, é considerada como o momento mais importante da informação do dia, é o espaço onde é tratado o tema da actualidade mais valorizado pelos jornalistas.

Assim, para poder extrair resultados quantificáveis e, espero, válidos da minha análise, atribuí às notícias emitidas três categorias fundamentais: reportagens "Sobre a CEE; "Relacionadas com a CEE" e "Sobre outros Assuntos". As primeiras referem-se a trabalhos em que a Adesão é, claramente, o tema central da peça, que a domina, apesar de poderem ser feitas brevísssimas alusões a outros assuntos. As reportagens relacionadas com a CEE são

---

[22] Ringlet refere que os acontecimentos acabam por ser tratados no «*esquema triangular habitual na imprensa: situação de partida, auge e queda*» (in Mesquita e Rebelo, 1994: 20), algo que permite perceber a sequência do acontecimento no tempo, a sua duração. Como a nossa análise é de âmbito mais restrito, optámos apenas por entrever neste capítulo os preparativos para o acontecimento e analisar mais à frente, de forma exaustiva, o tratamento mediático dado ao evento ao longo do dia da Adesão. No entanto, fica ainda por observar se a "queda", o fim do percurso mediático do evento, é ou não abrupta. Uma tarefa que pode também servir de base para uma pesquisa futura, a desenvolver na sequência deste trabalho.

[23] A minha opção metodológica levou-me, na maior parte das vezes, apenas a enunciar os outros temas tratados no Telejornal e a não os desenvolver a fim de não me desviar do objecto em estudo. Geralmente, os outros assuntos servem aqui de termo de comparação para aferir da importância e relevo atribuídos às temáticas relacionadas com a CEE. De igual modo, opto por referenciar os depoimentos emitidos sobre outros aspectos da actualidade de então, sem os analisar muito detalhadamente, uma vez que o objectivo principal deste capítulo é perceber se existe um "crescendo" de preparação para a telecerimónia e descortinar qual o tipo de abordagem dada às reportagens que tratam ou se relacionam indirectamente com o tema da Adesão.

aquelas em a Integração Europeia é claramente referenciada, mas não constituiu o tema principal da notícia, aquele que lhe terá dado origem. Por último, as reportagens sobre outros assuntos dizem respeito, obviamente, a trabalhos em que o tema CEE nunca é referido nem tratado directamente. Neste último campo, contudo, entendi incluir também as reportagens sobre assuntos que ganham relevo por causa da Adesão, mas à qual nunca é feita qualquer alusão explícita[24]. Estas notícias serão analisadas de forma mais detalhada do que aquelas sem qualquer tipo de ligação ao tema, no entanto, optei por não as erigir enquanto categoria específica de análise, para não pulverizar os dados obtidos no estudo.

Uma vez estabelecidos os conceitos operativos que nos ajudarão a avaliar a importância conferida à Adesão à CEE pela RTP, importa agora atentar um pouco mais pormenorizadamente em alguns motivos que impelem os media a valorizar este tipo de acontecimentos, em algumas razões que levam à formulação da hipótese (já mencionada) segundo a qual é previsível que a Adesão ocupe um tempo considerável do espaço informativo dos Telejornais nos dias anteriores à telecerimónia. O estudo da produção de informação, o *Newsmaking*, estabelece que o processo de "fabricação" de notícias depende não só dos critérios de importância e noticiabilidade dos acontecimentos, os valores-notícia a que já me referi, mas também das próprias *routines* produtivas dos jornalistas, uma das quais é exactamente a "agenda de serviço"(Wolf, 1987). Trata-se de um documento essencial numa redacção, uma vez que garante aos editores a existência de eventos em número suficiente para alimentar a necessária produção diária de notícias que compõem obrigatoriamente um Telejornal. Como evidencia Schlesinger, citado por Wolf, «*95% dos materiais recolhidos no "advanced diary" são incorporados na agenda de serviço específica de um determinado dia e* [...] *em média, 70% são efectivamente utilizados na produção de noticiários, confirmando assim que grande parte da informação transmitida é antecipadamente planificada*» (Wolf, 1987: 213).

Assim, *a priori*, o facto de o assunto se revestir de uma importância antecipadamente qualificada de histórica, e de o evento ser conhecido com antecedência concorrem para que a emissora lhe atribua não só uma cobertura significativa, mas que o promova, até porque o vai transmitir. Urge também perceber que tipo de tratamento mediático é expectável que o

---

[24] A título de exemplo, note-se que inseri neste item uma notícia sobre o lançamento da primeira pedra do novo edifício da Torre do Tombo. O assunto, certamente, terá ganho mais importância por causa da Adesão, uma vez que a perspectiva de Integração Europeia terá aumentado as preocupações com a preservação da História e Identidade nacionais.

acontecimento receba. Como postula Rosengren no seu estudo de 1976, existe uma relação entre o tempo e a natureza da cobertura jornalística que determina que «*os acontecimentos importantes e previsíveis constituem objecto de um tratamento simultaneamente factual e interpretativo*», enquanto que «*os acontecimentos importantes e imprevisíveis são relatados numa versão essencialmente factual, mas que se torna, de seguida, cada vez mais, interpretativa*» (in Mesquita e Rebelo, 1994: 21). Mário Mesquita prefere as expressões "versão essencialmente narrativa" e "versão predominantemente explicativa" para não ser escravo de uma tipologia que opõe factos a interpretações (como se a objectividade fosse um valor alcançável) e que também vou seguir. Uma vez mais, sublinho, estão reunidas as condições para que a *mise en media*, a *mise en valeur* do tema em estudo seja elevada e acompanhada também por um importante tratamento explicativo, uma vez que a antecedência com que o assunto foi anunciado e a sua importância assim o permitem e justificam. É, então, o que creio poder apelidar de uma "ressonância"[25] por antecipação do acontecimento que procurarei observar aqui mais pormenorizadamente.

IV. 2 – O Telejornal de 05-06-1985

O principal noticiário da estação pública de Televisão inicia-se, como sempre, com um genérico de 22", recurso que prepara os telespectadores para o início do espaço nobre de informação da RTP e que apela ao seu visionamento . Os tons de azul, frios, mas associados também a alguma sobriedade, dominam o trabalho. Quem está em casa é convidado a espreitar o globo terrestre em lenta rotação, a partir de um outro globo negro, cujo contorno sobressai, pois é iluminado. Ainda hoje elemento central dos genéricos dos noticiários televisivos, a esfera terrestre em rotação, alegoria básica de um mundo em incessante movimento que fervilha e não pára de produzir notícias, constitui o elemento essencial da informação recebida pelo telespectador durante os genéricos dos Telejornais de Junho de 1985. A encimar o globo terrestre estão as letras, também desenhadas em tons azuis (tal como os oceanos representados no mapa-mundo), que formam o título do programa: "Telejornal" - as duas partes do neologismo composto que é o signo "Tele" "Jornal" são separadas. Só então é que o pivot aparece na imagem, do lado direito do ecrã (o mais valorizado pelo olhar), à sua esquerda vê-se uma "quase-esfera" de vidro azul que simbolizará, creio, o mundo produtor de

[25] É a «*transmissão do acontecimento aos leitores através de ondas sucessivas, tanto mais atenuadas quanto mais se dista do acontecimento*» (Cipra e Hermelin in Mesquita e Rebelo, 1994: 21). Neste caso, não observamos o eco do evento, mas antes a sua preparação, a forma como terá sido antecipado e promovido, realizando então uma operação inversa, mas similar, ao estudo das "ondas de impacto" de um evento já ocorrido.

notícias. Este elemento serve, ao mesmo tempo, de único traço decorativo de um cenário caracterizado pela extrema simplicidade, monocromático (de novo em tons de azul) e que parece querer pôr em relevo a importância e o valor dos enunciados proferidos pelo jornalista que, em postura um pouco hirta, mas bastante sóbria, relata de forma séria e que se pretende rigorosa os principais acontecimentos do dia.

Faltava precisamente uma semana para a cerimónia de Adesão de Portugal à CEE e o país estava mergulhado numa profunda crise política. O Bloco Central chegava ao fim, PSD e PS manifestam junto do Presidente da República a vontade de romper a coligação que desde Junho de 1983 governava Portugal, com Mário Soares como Primeiro-Ministro e Mota Pinto no lugar de Vice-Primerio-Ministro, depois substituído por Rui Machete.

O Telejornal, na época dominado pela temática política que logicamente encabeçava as preocupações nacionais, abria com a notícia da morte da coligação, mas a próxima Adesão do país à CEE era também referência importante. Assim, a notícia de abertura, alinhada como "Porta-voz do Presidente da República", dura quase um minuto e consta apenas das palavras (bem formais) de Joaquim Letria que transmitem o sentimento de Eanes sobre a crise política. O Presidente só actuará depois do rompimento formal da coligação, mas, revela Letria: «*em ambas as audiências lhe foi sublinhada a conveniência de não ser formalizada a ruptura do acordo antes da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, reconhecendo que aquela posição adiantada por ambos os responsáveis políticos corresponde a um adequado entendimento do interesse nacional*». Verifica-se que a Adesão estava colocada no topo da agenda política e mediática, era tida como assunto crucial para o país e, embora a notícia de abertura não se centre na CEE, a verdade é que está, indirectamente, relacionada com as Comunidades.

O noticiário segue depois com os desenvolvimentos sobre a crise política que implicará a queda do Governo, dá-se especial relevo à Comissão Permanente do PS, em que o partido acusa o novo líder do PSD pelo rompimento da coligação. Depois, os telespectadores podem ouvir a opinião de Cavaco Silva sobre o problema em Conferência de Imprensa. No total, são duas longas peças, de 2' 56" e 2' 05" respectivamente, acrescidas dos *pivots*[26] que

[26] Ao longo deste capítulo sigo sempre como referência temporal o Arquivo de Verificação e Estatística da RTP, que junto em anexo no final. No entanto, para a contagem de tempo dos gráficos que realizei há que ter em atenção que adiciono à duração da reportagem o tempo do respectivo pivot para aferir do total de espaço dedicado a cada assunto no Telejornal. Ao longo desta exposição posso, contudo, referir-me apenas à duração da reportagem *tout court*, sem , com isso, cair em contradição em relação aos totais temporais referenciados nos gráficos. No que concerne à denominação das peças, opto, em geral, por seguir os Alinhamentos dos Telejornais efectuados pela Direcção de Informação (também consultáveis em anexo) e não o nome posteriormente atribuído às reportagens por quem elaborava a Verificação e Estatística da Emissão. Este facto explica também que alguns dos tempos referidos na Estatística da Emissão não correspondam de forma exacta ao que de facto foi emitido,

as introduzem. Só na quarta notícia é que a CEE volta de novo à antena. Trata-se de um longo *pivot* lido por Mário Crespo que dá conta das razões do PS para quebrar a coligação de suporte ao Governo. O partido acusa o PSD de não ter divulgado fielmente os motivos para o rompimento do acordo e «*segundo o PS, apenas não foi possível chegar a um entendimento quanto à alteração da legislação autárquica, à pretensão de não ser assinado o Tratado de Adesão à CEE em 12 de Junho* [...] ». O facto revela alguma discordância nas declarações oficiais, uma vez que o porta-voz do Presidente da República acabara de anunciar, na abertura, que os dois partidos tinham acordado que era conveniente que a coligação se mantivesse em funções até data posterior à assinatura de Adesão de Portugal à CEE. Uma discrepância de versões de que, aliás, já demos conta no capítulo de contextualização histórica que antecedeu estas páginas.

A peça seguinte, intitulada, "Assembleia da República I" está também relacionada com o tema CEE. Descreve-se o animado dia no Parlamento - a Adesão foi tema de viva polémica no hemiciclo e de longa reportagem no Telejornal (2' 17"): «*Aparentemente surpreendidos com a posição do PSD, que talvez aguardassem só para depois da consumação formal da ruptura, no dia 13, os socialistas reagiram de modo muito vivo às críticas socias-democratas.* [...] *Os deputados do PS devolveram ao PSD as responsabilidades pela ruptura e chegaram mesmo a interrogar-se sobre se seria o acordo com a CEE o motivo real do desacordo do PSD*». O repórter da RTP insere então a pergunta de Acácio Barreiros, do PS: «*Ou será que o acordo de Adesão à CEE é o motor de fundo (como a CAP já deu sinal e a extrema-direita portuguesa, tal como o PCP, está* [a insinuar]*), é a razão de fundo que faz o PSD romper o acordo porque não quer a Adesão?*» O PSD, explica o jornalista, «*riposta lembrando a normalidade destas situações em democracia* [...]. *Quanto ao CDS, através de Nogueira de Brito, acentuaria a incongruência que seria o PSD reconhecer a necessidade de rever aspectos do acordo com a CEE e, ao mesmo tempo, facultar a assinatura do texto final*».

Nota-se, uma vez mais, que, a par da dissolução do Governo, a Adesão centra as atenções da discussão política, erige-se enquanto um dos temas fulcrais na actualidade portuguesa em Junho de 1985. No entanto, até aqui, o tema não constitui *per si* assunto

---

por discrepância de critérios - só o visionamento dos Telejornais permitiu resolver caso a caso algumas situações. Assim, a título de exemplo, refira-se a peça alinhada nesta edição de 05-06-1985 como "Assembleia da República I". A reportagem tem a duração total de 2' 17", um tempo a que só é possível chegar adicionando 3 referências da Estatística da Emissão, a saber, "Reportagens sobre os trabalhos da AR – Depoimentos de Acácio Barreiros- 52", com "Depoimento de Correia Afonso, do PSD, na AR –33" e, de novo "Reportagem na AR – 52".

central das peças do Telejornal, acaba por ser referido apenas indirectamente, na sequência do tratamento de outros assuntos e assim vai acontecer ao longo de todo este dia.

O noticiário prossegue agora com temas políticos, a saber, uma entrevista de estúdio ao Constitucionalista Jorge Miranda sobre a crise no Governo; uma peça sobre incidentes na Assembleia da República; promoções das notícias seguintes (apelidadas de "Síntese"), declarações do Secretário-Geral da NATO, seguidas de reportagem sobre a reunião da organização no Estoril. As "Breves"[27], uma compilação de *offs*[28] sobre vários acontecimentos, trazem pela última vez, ao longo desta edição do Telejornal, um tema relacionado com a CEE para o ecrã. No total, a peça dura 52", mas 26" são dedicados ao tema "Sindicato das Pescas", onde se explicita que: «*A Federação dos Sindicatos da Pesca anunciou hoje em Conferência de Imprensa o seu primeiro congresso a realizar no próximo dia 9. A Adesão de Portugal à CEE e as suas consequências no sector pesqueiro são o principal ponto em agenda*».

A RTP dá ainda conta das reflexões de Pinto Balsemão sobre o Presidencialismo e o Referendo, seguidas de uma reportagem dedicada ao dia do Ambiente, a Volta à Itália e um *fait-divers* sobre o Jogo do Pau completam o noticiário. O recurso a uma pequena notícia tida

---

[27] De notar que na análise diária que estou a realizar a cada Telejornal, optei por evidenciar a diferença entre uma peça propriamente dita e um *off* (notícia com imagem), um "longo *pivot*" (que não introduz uma peça, mas trata um assunto em particular sem recurso a imagem), uma síntese (promoção, de um ou mais temas, na denominação actual) ou as breves (conjunto de vários *offs* sobre assuntos diversos agrupados num único ponto do alinhamento).
No entanto, para efeitos do Gráfico I (Posição das Reportagens no Alinhamento do Telejornal) e do Gráfico II (Tempo das Reportagens por Assunto) contabilizei todos estes items como reportagens para poder visualizar melhor a importância dada aos temas relacionados com a CEE no alinhamento dos Telejornais e avaliar mais fidedignamente o espaço que ocupavam no noticiário em comparação com os outros assuntos. Apesar de a opção ser discutível, por uma questão operativa, optei no caso das breves de dia 5 e 7 de Junho (que tratavam de vários assuntos, um dos quais fazia referência indirecta à Adesão) por enquadrar as peças para efeitos do Gráfico I como "Relacionadas com a CEE"(até porque neste campo cabem todas as reportagens que versem sobre vários temas, um dos quais esteja indirectamente ligado à Integração), apesar de apenas uma das breves estar relacionada com o tema. Porém, para maior rigor, no que concerne à duração (Gráfico II) separei o tempo ocupado pela referência à Adesão, do espaço concedido aos "Outros Assuntos".
Em relação ao Gráfico III, que mostra a distribuição dos temas tratados no Telejornal ao longo da semana, contabilizei como peças os *offs* e os "longos *pivots*". Para este efeito, no entanto, entendi que seria preferível não contabilizar como peças as sínteses e as breves, uma vez que ao referirem-se a vários assuntos eram de classificação duvidosa (seria necessário decidir em que tema se enquadrariam melhor, mas ao fazê-lo poderiam inflacionar a importância final dada a um assunto em detrimento de outro, sem mencionar que se optasse por contabilizá-las como reportagens em todos os assuntos simultaneamente as breves e sínteses pareceriam adquirir importância e relevo iguais no alinhamento aos de uma peça inteiramente dedicada a um só assunto). As únicas excepções a esta opção registam-se, precisamente, nos dias 6 e 9 de Junho, pois são designadas por "breves" peças que, apesar do nome, só tratam de um único assunto e, por isso, são de fácil classificação temática.

[28] Notícias curtas, geralmente com a duração aproximada de 30 segundos, em que são mostradas imagens sobre o assunto acompanhadas apenas de locução (que é feita, habitualmente, pelo apresentador do noticiário) e onde não é comum serem inseridas declaração de entrevistados. Neste caso concreto, as breves e sínteses seguem um modelo em que cabe a outro jornalista a locução dos textos das notícias. Até há bem pouco tempo, os "*offs* eram apelidados do elucidativo nome de "notícias com imagem". É habitual serem usadas para referir assuntos que, merecendo algum destaque informativo, não encerram importância suficiente para a elaboração de uma reportagem mais completa e desenvolvida sobre o tema. Note-se que também se chama *off* à locução de um texto de uma reportagem.

como "engraçada" era, aliás, um dos *clichés* da profissão na altura e permanece, ainda, um recurso narrativo muito usado na actualidade para encerrar um noticiário televisivo em Portugal. No entanto, em 1985, lembra Carlos Albuquerque, na época responsável pela informação diária da RTP, *«existia uma forma tradicional de alinhar um Telejornal: a política encabeçava normalmente os noticiários, em seguida dava-se conta da actualidade internacional, emitiam-se algumas reportagens sobre aspectos sociais, depois vinha o Desporto. Para fechar o noticiário, o fait-divers era dogmático, indiscutível»*. Albuquerque reconhece que os jornalistas sentiam alguma angústia neste "modo tradicional" de fazer televisão, em que era dado menos destaque às "estórias" que tanto encantam os portugueses na actualidade - o "povo" estava quase ausente do ecrã, privilegiando-se uma abordagem mais institucional. O jornalista garante que, já na época, este era tido como um modelo formal para fazer Telejornais. Seria necessário esperar pela chegada das privadas para que o panorama audiovisual fosse agitado por conceitos que apelavam a uma maior empatia com o público, em que também o aspecto cénico, gráfico, visual se tornaria mais apelativo.

Em síntese, no dia 5 de Junho de 1985, como se pode inferir pelo Gráfico II adiante mostrado (ver Extratextos), o Telejornal ocupou 6,7 minutos[29] com temas relacionados com a CEE, enquanto que a maior parte do noticiário acabou por se centrar noutros temas, durante 25,4 minutos. Não foi elaborada nenhuma peça cujo assunto central tenha sido exclusivamente a Adesão de Portugal à CEE, que ocorreria daí a uma semana. Ainda assim, as reportagens relacionadas com a CEE ocuparam uma posição de destaque relativo no alinhamento (ver Gráfico I) – o tema é referenciado na primeira peça do Telejornal, aquela cuja *mise en valeur* é mais acentuada, e em posições ainda importantes, o quarto e quinto lugares na ordem de emissão. Já em lugar bem menos nobre, a Direcção de Informação entendeu referir-se indirectamente à CEE na peça que ocupa a décima primeira posição no alinhamento. Em termos comparativos, é, sem dúvida, a política que ocupa o lugar de destaque no Telejornal, com oito peças, enquanto que os outros temas repartem entre si seis reportagens[30].

[29] Os valores expressos à direita da vírgula não se referem a segundos, mas a décimas de minutos.
[30] Como explicámos, as breves e sínteses não entram para a contabilidade das peças em relação tema que tratam, a não ser no caso em que as breves versem sobre um único assunto.

IV. 3 – O Telejornal de 06-06-1985

A 06 de Junho de 1985, a crise política continua a dominar, obviamente, o principal noticiário da RTP. A edição permanece centrada nos desenvolvimentos da ruptura da coligação Governamental - o Telejornal abre com mais um comunicado do Presidente da República, na sequência da audiência concedida a vários partidos, seguida das declarações dos seus representantes. Depois, dá-se atenção ao Comunicado emitido pela Comissão Política do PS que acusa, de novo, os sociais-democratas pelo rompimento da coligação. Note-se que, na disputa sobre o culpado pelo fim deste "casamento por conveniência", o PS, maioritário no Governo, ganha claramente em tempo de antena ao parceiro de coligação. O PSD não vê sua a posição reiterada, como acontecera na véspera, em que ambos os partidos se pronunciaram no ecrã sobre o fim do acordo. Critérios puramente jornalísticos ou interferência do poder político na Televisão?

Num registo puramente institucional, que parece caracterizar os Telejornais desta época, promovem-se agora vários temas a desenvolver mais à frente, num alinhamento que denuncia o uso e abuso da "agenda de serviço". Assim, logo a seguir à incontornável crise política que merece o justo destaque que lhe foi atribuído, é emitida uma peça sobre a abertura da reunião da Primavera da NATO no Estoril. É mais uma reportagem de estilo muito convencional, linguagem formal e pouco apelativa, enumerando os pontos de agenda previamente delineados pelo promotor do acontecimento e não hierarquizados em função de critérios jornalísticos. O repórter respeita a ordem cronológica dos eventos, sem tentar dar prioridade ao discurso que encerre informação digna de maior destaque, como se consegue depreender, por exemplo, pela expressão em que explica, em tom algo reverente, a sua escolha: «*falou* ***em seguida*** *o presidente de honra* [...] ».

Ao jornalista no terreno parecia caber então, como se infere da análise desta e de outras reportagens, um estilo de mero anotador em bloco de notas das informações a transmitir, qual caixa de ressonância do poder ou das instituições elevadas à dignidade de uma cobertura mediática. Fátima Torres, ao tempo jornalista da RTP, recorda a este propósito que, até ao 25 de Abril, muitas pessoas que desempenhavam funções de jornalista, nomeadamente as que apresentavam noticiários, tinham de facto a categoria profissional de locutores. Progressivamente, e também através da sindicalização pós-74, assiste-se a uma menor diluição de fronteiras da profissão, no entanto, para Torres, «*existia uma certa subalternização da televisão em relação à imprensa escrita*». Apesar da inovação produzida pelos noticiários do segundo canal desde finais dos anos 70, os jornalistas não possuíam um

papel tão interventivo e questionante da realidade proposta pelos organizadores dos acontecimentos como na actualidade. Fátima Torres lembra também que a inexistência de TV por satélite diminuía consideravelmente a exigência dos telespectadores portugueses e que, na época, «*a televisão era submissa e a escrita televisiva como hoje se conhece não era utilizada correntemente em Portugal*».

No Telejornal, os espectadores podiam ver agora outra peça sobre a reunião da NATO, condimentada pela sempiterna linguagem formal da época e servida com o "acompanhamento", também algo comum, de imagens que teimavam em não parar de mexer... De seguida, num alinhamento que privilegia quase exclusivamente os temas institucionais, o telespectador ouve então 1' 11" do discurso de Eanes no jantar de gala que ofereceu aos Ministros da NATO. Seguem-se as reportagens sobre assuntos Internacionais, a saber, uma peça sobre uma reunião de Savimbi com representantes da guerrilha nicaraguense e outra sobre as sanções económicas que a Câmara dos Representantes dos EUA iria aplicar à África do Sul. Antes do intervalo, há ainda tempo para falar sobre um navio brasileiro que chega a Lisboa – passaram já 14' 40" desde o início do Telejornal e ainda não se ouviu uma única palavra sobre a CEE, a que Portugal aderiria dentro de seis dias!

Efectivamente, apenas na segunda parte do noticiário, e em posição de pouco destaque no alinhamento, se pode escutar a primeira reportagem cujo tema está indirectamente relacionado com a CEE. Trata-se de uma longa peça (de 2' 21") sobre a entrada de carne de vaca alemã no mercado português, mais barata do que a nacional. O jornalista explica que se trata de carne fresca importada da RFA e cuja colocação no mercado internacional é subsidiada pelo Governo alemão para que chegue ao estrangeiro a preços mais competitivos e explica: «*é uma prática corrente nos países da CEE, uma maneira de escoar excedentes, proteger a agricultura local e eliminar a agricultura dos países concorrentes. Depois da fase de transição, quando Portugal for membro de pleno direito da CEE, esta carne, aliás como todos os outros produtos, passará a custar-nos o mesmo que aos outros países do mercado comum, mas para já ela sai-nos muito mais barata*». O telespectador recebe informação sobre alguns aspectos do impacto económico da Adesão, já tão próxima, embora não seja esta o tema central da peça. O receio de invasão económica seria, certamente, um aspecto que muito atormentaria os portugueses de então e a RTP explica bem os anseios dos produtores nacionais face à recente liberalização das importações de produtos agrícolas, motivada pela Adesão. Em tom proteccionista, Leão Araújo, da CAP, é chamado a comentar o tema e semeia a dúvida: «*não temos nada contra o consumidor, antes pelo contrário: Agora não*

pode ser à custa da produção nacional e destruindo a produção nacional, que se fornece carne mais barata como medida eleitoralista».

É precisamente o impacto da Adesão na Agricultura que é chamado a *pivot* na peça seguinte - uma forma bem mais jornalística de apresentar o tema do que o mero anúncio da informação de agenda de que a Feira de Santarém abria nesse dia. Explica Mário Crespo: «*a pecuária e a agricultura são dos sectores da nossa actividade económica que maior impacto vão ter com a Adesão à CEE. A constante actualização dos sistemas produtivos terá que ser a grande filosofia de base. Os agricultores estão confiantes do desafio e a edição deste ano da Feira Nacional de Agricultura está já bem voltada para as novas tecnologias*». No entanto, o autor da reportagem prefere, uma vez mais, uma abordagem formal. O jornalista elege como informação mais importante da peça o facto de o Primeiro-Ministro inaugurar o encontro e desfia, em seguida, a agenda dos acontecimentos previstos durante a Feira, entre os quais estão umas jornadas sobre a Agricultura na CEE. Nos curtos 57" de duração da reportagem, há ainda tempo para realçar «*os colóquios subordinados ao tema "Projectos de Desenvolvimento da Agricultura face à Integração na CEE"*». O telespectador permanece na ignorância sobre as preocupações, anseios e opiniões dos agricultores sobre a Adesão, apesar de o jornalista estar num local privilegiado para auscultar o sentimento da classe face à Integração nas Comunidades.

Antes do fecho, o Telejornal tem ainda tempo para emitir uma nota oficiosa e mais três reportagens, duas sobre Desporto e outra sobre o também previsível Dia do Corpo de Deus, que se assinalava nessa data. Note-se que se trata aqui de uma das duas únicas notícias sobre Religião que são dadas ao longo dos sete dias em análise - uma presença praticamente residual em antena.

Como pudemos constatar, o tempo e o destaque dados aos temas relacionados com a CEE diminui neste segundo dia de análise. Assim, 22,7 minutos são ocupados com outros assuntos e apenas 4,2 minutos da duração do noticiário versam indirectamente sobre a Adesão à CEE (ver Gráfico II). Pela análise do Gráfico I, constata-se também uma menor "valorização" (*mise en valeur*) do assunto: as peças relacionadas com a CEE aparecem, como notámos, apenas na segunda parte do noticiário, em 10.º e 11.º lugares no alinhamento.

A política possui, de novo, posição de destaque no jornal televisivo: cinco das quinze peças emitidas são centradas na crise governativa, embora assuma, neste dia, posição de menor relevo do que noutras edições do Telejornal. Outros temas como a economia ou a religião são noticiados pela primeira vez no período em análise, o que contribui também para uma distribuição mais equilibrada dos vários assuntos abordados nesta edição do Telejornal.

IV. 4 – O Telejornal de 07-06-1985

No terceiro dia de análise, o Telejornal abre, pela primeira e única vez ao longo deste estudo, com um tema fora do âmbito da política nacional. É, de novo, a reunião da NATO no Estoril que centra as atenções da Televisão portuguesa, uma vez que o Secretário-Geral da organização decide apelar aos novos dirigentes da URSS para melhorarem as relações Leste/Oeste. Curioso sinal dos tempos a apenas quatro anos da queda do Muro de Berlim!

O alinhamento do dia continua centrado na actualidade política internacional, realidade que é dignificada à abertura do Telejornal, muito provavelmente pelo facto de a reunião da NATO decorrer em Portugal! Assim, a "Guerra das Estrelas" e uma entrevista ao repórter da RTP que acompanha o encontro são assuntos privilegiados. Depois, pode ser ouvido o depoimento, de 1' 57", de Jaime Gama sobre a posição de Portugal em relação aos projectos EUREKA/Guerra da Estrelas. O Governo continua a ocupar a antena da RTP, desta feita, com as posições do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas agora sobre as relações de Portugal com a Alemanha.

A política nacional é apenas referida em sexto lugar no Telejornal, no longo *pivot*, sem imagem, que dá conta do pedido de Eleições antecipadas por parte do Conselheiro Henrique de Barros. No entanto, o Internacional regressa nas promoções (alinhadas como Síntese) e na peça sobre a exumação do presumível corpo de Joseph Mengele. Segue-se, então, mais um longo *pivot* (49"), sem imagem, sobre o assassínio de um advogado português no Brasil. Esta insistência em divulgar informações no Telejornal, mesmo sem imagens de suporte, leva-me a inferir que, na época, estas não se erigiam enquanto critério tão basilar para a divulgação de uma notícia como hoje. Actualmente, as imagens acabam também, de certa forma, por se tornar elas próprias em valores-notícia, em critério editorial, sem as quais é muito mais difícil que um assunto seja referenciado em televisão. Na actualidade, procura-se sempre "ilustrar" de alguma forma todas as informações veiculadas, nem que seja apenas apresentado um mapa para mostrar onde é que o evento ocorreu. Em 1985, a prática da RTP demonstra um entendimento diverso: seria considerado ideal tratar um assunto com imagens que o atestassem, mas a não existência de "documentos visuais" não parecia, de modo nenhum, ser condição impeditiva para a divulgação de uma notícia.

De volta ao Telejornal, assiste-se finalmente à primeira notícia do dia indirectamente relacionada com a Adesão de Portugal à CEE - é na décima reportagem do noticiário, ou melhor, durante a compilação de vários acontecimentos do dia, apelidada de "breves" no alinhamento. A reportagem, de 1' 50" no total, dedica 27" à assinatura de um protocolo entre

o Ministério do Trabalho e da Agricultura «*destinado a financiar acções de formação profissional de técnicos agrícolas e de agricultores, na perspectiva da Adesão de Portugal à CEE. O acordo envolve uma quantia de 500 mil contos. Desta verba o Ministério do Trabalho destina 200 mil contos para acções de formação e os restantes 300 mil para a criação das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento daquelas acções*». São os sinais de algumas medidas tomadas pelo Executivo para preparar o país para o embate da Integração Europeia.

No entanto, o Governo parece actuar em várias frentes. Para além da vertente económica, procurava mostrar-se através de acções concretas que os traços culturais portugueses não seriam absorvidos com a entrada na CEE. Com a Adesão já tão próxima, importava também mostrar que a "alma" do país não se "esboroaria" numa aculturação forçada aos hábitos dos parceiros comunitários, que a história e cultura portuguesas seriam preservadas e enaltecidas e continuariam a receber o interesse das autoridades, como garante da preservação da identidade nacional. É à luz desta ideia e da importância que o facto teria então para o público, que entendo a duração da peça (de 2' 18") que o Telejornal emite sobre o lançamento da primeira pedra do novo edifício da Torre do Tombo. O assunto não está nem indirectamente relacionado com a Adesão (pois, de acordo com a tipologia que estabeleci, a ela não é feita qualquer referência formal na reportagem), mas parece-me importante analisar mais detalhadamente a peça, uma vez que, subliminarmente, a meu ver, a decisão de construir o edifício seria uma forma de os poderes públicos demostrarem aos portugueses, nas vésperas da Integração, um renovado interesse na memória colectiva do Estado-Nação.

Mário Crespo introduz a reportagem com a significativa referência de que a nova Torre do Tombo iria agora permitir «*que toda a nossa História, em documentos que vêm desde o séc. IX até agora, seja devidamente preservada*». A própria peça é também iniciada de forma original para o padrão institucional da época – mostram-se imagens da Bula que garante a independência portuguesa, fazendo-a equiparar a uma certidão de nascimento do país. Descrevem-se depois as valências do novo equipamento, a sua extensão e capacidade de arquivo e ouvem-se também as palavras do Ministro da Cultura, Coimbra Martins, que realça o valor simbólico dos documentos que o novo edifício albergará: «*nem todos os monumentos, nem os palácios todos têm a importância para a História da Nação que se compare à deste Arquivo*». No entanto, o tom formal, comum nos Telejornais de então, regressa na segunda parte da peça, ao serem expressamente referidas as «*várias individualidades*» que assistiram ao evento, a que não faltou a tradicional bênção do Cardeal Patriarca de Lisboa! Note-se, contudo, o grande simbolismo de que o Executivo quis revestir o acontecimento, quando é

descrito o acto "histórico" do Primeiro-Ministro, que «*presidiu e colocou o auto da cerimónia, depois de assinado,* [em conjunto com] *várias moedas actuais dentro de um tubo de chumbo, que ficou guardado para a posteridade dentro da primeira pedra*». No momento em que o velho país se preparava para "entrar" metaforicamente na "vertigem" do sonho europeu de desenvolvimento, os governantes não quereriam deixar que "Velhos do Restelo", nostálgicos do "orgulhosamente sós" de antanho entravassem o "caminho do futuro". Talvez por isso, precisamente neste altura, se decida a construção de um local mais digno para alojar os documentos do passado nacional.

Antes do fim desta edição do Telejornal, há ainda tempo para emitir mais uma peça indirectamente relacionada com a Adesão. Na reportagem sobre a "Feira das Regiões", também inaugurada pelo Primeiro-Ministro, o jornalista informa que aí podem obter-se esclarecimentos sobre «*toda a problemática das verbas de acesso ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*». O jornal televisivo apresenta, de seguida, outra reportagem sobre a actividade de Soares (que agora aparece reunido com empresários) numa "perseguição cerrada" à agenda do Primeiro-Ministro, verdadeira "estrela" dos noticiários da RTP nesta época, personagem de eleição do Telejornal que todos os dias se deixa espreitar pelas curiosas câmaras da televisão do Estado... Duas peças de desporto encerram o principal jornal televisivo da RTP.

Em resumo, nesta edição do Telejornal os temas relacionados indirectamente com a CEE ocupam uma posição de pouco destaque, apesar de crescer ligeiramente, em número de peças e importância relativa, a atenção dada ao assunto em comparação com o dia anterior. O tema é referenciado mais vezes (em 7.º, 10.º e 12.º lugares no alinhamento), mas ocupa menos espaço no noticiário do que na véspera. Assim, apenas 2,2 minutos são dedicados a temas relacionados com a CEE, significativamente menos do que os 23,3 minutos que todos os outros temas granjeiam. Inversamente ao que seria lógico e previsível, a atenção dada à Adesão diminui nestes primeiros três dias de análise, à medida que a data se aproxima. Uma evolução estranha que só pode ser compreendida pela provável ausência de estratégia promocional do evento - a inclusão do assunto no principal serviço informativo da estação será feita "ao sabor" dos outros acontecimentos da actualidade. Também nesta data, a política nacional não ocupa uma posição dominante no Telejornal, tal como na maior parte dos outros dias em análise. A realização do encontro da NATO em Portugal será, certamente, o motivo para esta diminuição de peso relativo.

IV. 5 – O Telejornal de 08-06-1985

Portugal preparava-se para comemorar o último dia nacional ainda sem pertencer às Comunidades Europeias. A dois dias do 10 de Junho, que seria festejado no Norte, o Telejornal tinha um formato diferente do habitual. A emissão arranca em Lisboa, mas passa imediatamente para o Porto, onde Fátima Torres apresenta as notícias relacionadas com os festejos oficiais do Dia de Portugal.

A primeira peça dá precisamente conta do início das comemorações. A jornalista explica que «*Ramalho Eanes salientou no seu discurso que o futuro de Portugal assenta na sua identidade e Integração Europeia, bem como numa ligação privilegiada com África*». Logo no *pivot* é feita claramente referência à Adesão, já tão próxima. Na peça, ouve-se o Presidente da República afirmar, numa posição que será insistentemente repetida ao longo do dia da assinatura do Tratado, que a ligação à Europa não pretendia desferir um corte radical com o passado atlantista português, em que se insere a privilegiada relação com África. É a primeira vez, ao longo destes dias, que um assunto indirectamente relacionado com a CEE recebe honras de abertura do principal noticiário televisivo português. Só na véspera e no próprio dia da Adesão é que o tema alcançará posição de ainda maior relevo no alinhamento. Esta constatação reforça a tendência que a análise dos Telejornais já feita aparenta indiciar: até esta data, a Adesão à CEE entra nos noticiários e ganha valorização relativa por "arrastamento" de outros temas da actualidade e não tão tanto pela importância que o assunto isoladamente parece merecer. A prová-lo está o facto de, quatro dias antes da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, ainda não ter sido emitida uma única reportagem dedicada exclusivamente ao tema.

Neste dia, as comemorações do 8 de Junho (900 anos da morte de D. Afonso Henriques) são "puxadas" para a abertura do jornal. Respeitando a ordem cronológica dos acontecimentos da jornada, os portugueses ouvem Narciso Miranda (Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e da Comissão Executiva "Os Portugueses e o Mundo") exaltar as glórias passadas e as conquistas da Revolução de 1974: «*mesmo em condições tão adversas soubemos manter acesa a chama dos nossos maiores e em 25 de Abril ela brilhou tão alto como já antes brilhara* [...] *cada português reencontrou o outro em liberdade e em respeito. Voltamos a olhar-nos face a face e a olhar a direito os outros povos*». Apesar do discurso de circunstância, o político identifica bem o complexo de inferioridade nacional face a uma Europa mais desenvolvida, que parecia perseguir os portugueses. Ao longo dos 2' 23" de duração da peça, Eanes dirige-se, tranquilizador, ao país e insiste na afirmação de que «*o*

futuro de Portugal está, como sempre, em Portugal», mas, como fora explicado no *pivot*, o general acentua a identidade europeia e a ligação «*mais sólida do que pretendiam alguns e temiam outros*» ao Continente Africano. Tal como na peça sobre o lançamento da nova Torre do Tombo, e neste caso de forma bem mais explícita, as autoridades não se cansam de transmitir aos portugueses uma ideia de tranquilidade face à Adesão e de garantir que a identidade nacional não será "beliscada" com a Integração.

O Telejornal segue depois com uma entrevista de estúdio de Fátima Torres a Paulo Valada, Presidente da Câmara Municipal do Porto, sobre o 10 de Junho. O tema continua a centrar as atenções do noticiário, já na terceira peça do Telejornal. Desta feita, é a vez de mostrar a visita de Eanes a várias exposições no Porto - note-se bem que a reportagem não se centra nas mostras dedicadas ao Dia de Portugal, mas antes na presença do Presidente nesses eventos. Como reconhece hoje Fátima Torres, «*a Televisão estava politicamente engajada*» e os assuntos institucionais eram o "prato principal" da ementa informativa de uma emissora que não tinha ainda de fazer esforços para conquistar espectadores...

A emissão volta de novo a Lisboa. Pela primeira vez ao longo destes dias, é usado no noticiário um elemento visual apelativo para o espectador - uma "bolacha"[31] aparece no lado esquerdo do ecrã. Suprema ironia, a "bolacha" mantém-se no ar, mesmo depois de o *pivot* já não falar sobre o Dia de Portugal! Mário Crespo apresenta depois a promoção dos temas que ainda vão ser tratados no Telejornal. Segue-se a emissão de quatro peças sobre Política Internacional, a saber, Eleições na Hungria; Referendo em Itália; rapto de militares finlandeses no Médio Oriente e situação no Líbano. Já na segunda parte, noticia-se a visita de Mário Soares a Vale de Cambra, naquela que, curiosamente, é nesta edição a primeira peça emitida sobre a actividade do moribundo Governo de Bloco Central. Por fim, o Telejornal refere-se ainda a um Congresso de Urologia, aos resultados do Totoloto, emite duas peças sobre desporto e termina com o clássico *fait-divers*, desta vez uma exposição canina no Zoo de Lisboa!

Em conclusão, ao quarto dia da nossa análise os temas relacionados com a CEE são apenas referidos numa única peça do Telejornal, mas o destaque relativo dado ao assunto é consideravelmente superior ao registado até aqui, uma vez que a reportagem é notícia de

[31] Termo da gíria televisiva que designa a inserção na imagem (tradicionalmente no canto superior, direito ou esquerdo, do ecrã) de uma base gráfica alusiva ao tema da reportagem que o *pivot* está a apresentar – neste caso o 10 de Junho. A bolacha é geralmente rectangular e faz referência, resume e simboliza, através de uma palavra e de uma imagem especialmente significativas, o assunto da peça. Este efeito especial obtém-se por *overlay*, ou "incrustração" na imagem da base gráfica idealizada pelo realizador do jornal televisivo, com a aprovação do coordenador do noticiário. Actualmente, o recurso continua a ser utilizado, mas em lugar da base gráfica opta-se por transferir essa informação visual para os plasmas que abundam nos estúdios de televisão.

abertura (ver Gráfico I). Note-se também que neste dia a RTP emitiu, fora do espaço informativo que seleccionámos analisar, um debate no programa *A Semana que vem* sobre a Adesão, com a presença do Presidente da Comissão de Integração Europeia, António Marta.

No que concerne à distribuição de tempo no Telejornal propriamente dito, também a atenção dada aos temas relacionados com a CEE cresce em relação ao dia anterior– 3,3 minutos são dedicados a estes assuntos, um valor superior aos 2,2 minutos da véspera. Contudo, as reportagens sobre temas sem qualquer relação com a Adesão continuam a dominar o noticiário: o Telejornal dispensa 20, 6 minutos a estas peças (ver Gráfico II). Os temas da actualidade política nacional e internacional são também, de novo, privilegiados: repartem igualmente entre si oito reportagens. A saúde, o desporto e os *fait-divers* completam o leque de assuntos tratados.

IV. 6 – O Telejornal de 09-06-1985

Na véspera do dia de Portugal, o Telejornal volta a ser emitido do Porto, onde decorrem as comemorações. A festa nacional abre, uma vez mais, o jornal televisivo, que neste dia inclui muito mais peças do que é habitual. A duração do noticiário é também das mais longas durante o período em análise: 32' 14", um valor superior aos 25' da média dos restantes dias da semana. Para este crescimento contribuirá, certamente, o facto de ser Domingo e de, por isso, o desporto "engrossar" o alinhamento com sete peças, mais quatro do que no dia anterior. O conteúdo informativo do jornal poderá também estar na origem (tal como hoje acontece de forma muito mais notória) destes prolongamentos do noticiário – também no dia da Adesão o Telejornal atinge quase 32' e no feriado nacional consegue mesmo ultrapassar um pouco esta duração[32].

Em tempo de festejar a Portugalidade, o principal noticiário da RTP insiste nas comemorações da data no país e no estrangeiro, com uma peça e um longo pivot sobre o 10 de Junho. Em terceiro lugar no alinhamento é emitida a primeira peça, ao longo do período em análise, dedicada à Integração de Portugal na CEE - faltavam apenas três dias para que o país assinasse o Tratado de Adesão às Comunidades! O tema volta a alcançar lugar de destaque no alinhamento, mas não merece honras de abertura, como acontecera na véspera.

[32] De notar que estes tempos totais dos noticiários a que me refiro são os referenciados pelo Arquivo de Verificação e Estatística da RTP. Estes valores podem não coincidir com o total da soma dos tempos das reportagens referidas no Gráfico II porque para a sua construção apenas foram consideradas as reportagens e seus respectivos *pivots* e não o tempo dos genéricos, dos separadores e dos *pivots* de despedida incluídos também na contabilização de tempo das Estatísticas oficiais.

Celebrava-se um *Te Deum* na Sé de Braga e a RTP entendeu noticiar (em 48") e destacar a opinião expressa pelo arcebispo D. Eurico Dias Nogueira sobre a Adesão. Entre outros assuntos que são apenas mencionados pelo jornalista, o clérigo usou a homilia para advertir os fiéis dos perigos que a Integração poderia trazer para a dissolução da identidade nacional. É a voz mais marcadamente crítica da opção política decidida pelo Executivo até aqui ouvida no Telejornal. Relata o repórter que «*sobre a Adesão de Portugal à CEE, o arcebispo de Braga advertiu para os riscos decorrentes da falta de medidas adequadas, medidas essas que não especificou. A propósito, afirmou que se não houver a coragem política para as concretizar em tempo útil, poderá vir a assistir-se à possível destruição da própria identidade específica de Portugal. Manifestou, no entanto, a terminar, a sua esperança e convicção na vontade colectiva do povo português, e essencialmente na juventude, para a construção de um Portugal cada vez melhor*». A Igreja aparece aqui como o principal intérprete do sentimento provavelmente experienciado por algumas franjas da população, que talvez não ousassem exprimir publicamente a sua discórdia em relação aos projectos dos governantes nacionais. No coro de uníssonos que praticamente são os Telejornais até aqui analisados, só uma das mais seculares instituições parecia ter peso suficiente para ver expressa publicamente a sua opinião.

Os assuntos relacionados com a Adesão continuam, depois, a ser tratados no noticiário. Agora é a vez do tema irromper durante uma entrevista de estúdio (de 2' 29") de Fátima Torres ao reitor da Universidade do Porto, Oliveira Ramos. O dia de Portugal continua a dominar o debate, mas a Integração Europeia parece preocupar o académico, que refere: «*é bom que encontremos, quer para a nossa crise interna grave, quer para os problemas que a Adesão ao Mercado Comum pressupõe, soluções equilibradas, soluções pensadas, e creio que é esse o papel que cabe aos universitários* [...] *desempenhar nestas vésperas do 10 de Junho*». A jornalista interroga também o reitor sobre a preparação das instituições de ensino superior para o embate da Adesão, Oliveira Ramos garante que «*a Universidade preparará licenciados capazes de trabalhar no método da Comunidade*».

O noticiário prossegue com o cortejo etnográfico comemorativo de 10 de Junho (numa cobertura intensíssima deste evento de Estado previamente agendado) seguido, de mais uma notícia sobre a Integração na CEE. A peça (de 1'10") consiste unicamente na entrevista concedida aos jornalistas pelo Presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, depois de ter participado, pela primeira vez e ainda com o estatuto de observador, na reunião dos Presidentes dos Parlamentos Europeus. Afirma o responsável que é necessário «*adoptar plataformas de entendimento de modo a que estas duas instâncias* [deputados nacionais e ao

Parlamento Europeu] *não constituam uma fonte de conflitos*». É o país político a aprender também as regras do jogo comunitário.

O Telejornal atenta depois na restante actualidade do país, onde, como parece ser hábito, se segue de perto a agenda do Primeiro-Ministro, que nesse Domingo almoçou em Singeverga. Contudo, este *off* é logo seguido de outro sobre uma entrevista de Cavaco Silva à Rádio Renascença. Respeitando escrupulosamente o esquema clássico de alinhamento a que a RTP parece nunca fugir, a actualidade política internacional tem, depois, direito a cinco peças (uma das quais são é alinhada como "breves").

Na segunda parte do Telejornal, uma reportagem (de 1'55") sobre a Feira Nacional de Agricultura proporciona mais uma referência a assuntos relacionados com a CEE – é o indício visível de que a data da Adesão se aproxima. O tema estaria no centro das preocupações dos agricultores portugueses, para quem, explica o jornalista «*o primeiro passo é saber como é a CEE, como funciona e quais os problemas e normas administrativas que têm que ver directamente com a Agricultura. Várias organizações profissionais do sector, em especial a CAP, têm feito um esforço adicional de informação e divulgação para produzir resultados a curto e médio prazo*». A Adesão por que o país há tanto tempo lutava era ainda terreno de imenso desconhecimento, motivo para anseios e dúvidas por parte daqueles a quem iria mudar a vida.

A parte final do noticiário é preenchida por sete peças de desporto nacional e internacional, que ocupam também o lugar "tradicional" num alinhamento de então (com muito menor destaque, aliás, do que na actualidade). O fecho do Telejornal recorre a uma espécie de "parente pobre" do incontornável *fait-divers* que a RTP tanto apreciava – mostra-se ao país como é que os portuenses passaram um Domingo de sol na cidade Invicta!

Em resumo, nesta edição do principal jornal televisivo do país os assuntos relacionados com a CEE ganham preponderância no alinhamento (ver Gráfico I), embora não sejam elevados a tema de abertura como na véspera. A apenas três dias da Adesão, esta, note-se bem, serve pela primeira vez de tema central a duas reportagens, emitidas logo na primeira parte do noticiário.

No que concerne ao tempo, o espaço ocupado pela conjunção das reportagens sobre a CEE (2, 4 minutos) e com ela relacionadas (4,7 minutos) cresce significativamente (alcança os 7,1 minutos), mas os outros temas têm ainda clara supremacia no noticiário - ocupam 24,1 minutos (ver Gráfico II). Como de costume, a política domina o Telejornal, mas em dia de eventos desportivos esta área ultrapassa o Internacional, que se fica pelas cinco reportagens.

IV. 7 – O Telejornal de 10-06-1985

As comemorações do dia de Portugal ocupavam já a abertura do principal noticiário televisivo desde dia 08, quando, finalmente a data é assinalada. Pela terceira edição consecutiva, a festa nacional é o tema principal do Telejornal, em tempo de profunda crise política que, assim, é relegada (ou mesmo esquecida) para lugares menos nobres do noticiário televisivo. As primeiras cinco reportagens (uma delas é, de facto, apenas um longo *off* ilustrado com algumas imagens) do dia mostram aos portugueses os festejos no Porto, em Lisboa, nas Comunidades e no estrangeiro e até dão conta do envio de felicitações por parte de países como o Zaire e a URSS! Depois do espaço institucional em que as cerimónias oficiais merecem lugar de destaque, o Telejornal opta também por tratar a vertente popular da festa. São emitidas reportagens sobre a manhã desportiva no Porto e sobre um almoço de convívio no Parque da Cidade Invicta, acontecimentos inseridos também nos grandes festejos do dia Nacional. No total, são cerca de oito minutos de jornal inteiramente dedicados a um tema institucional, agendado e previsível, que nunca perde a importância que lhe terá sido previamente atribuída, nem em função de outros acontecimentos não planeados que pudessem ter ocorrido.

O Ano Internacional da Juventude, outro acontecimento de agenda, é também considerado assunto de destaque, é mesmo o tema de uma entrevista de estúdio (de 2'11") em que o 10 de Junho volta a ser assunto de conversa! Em lugar nobre é igualmente posicionado o Congresso da Pastoral Juvenil, num registo de maior abertura do que na actualidade para a penetração dos temas religiosos nos noticiários televisivos.

Os temas relacionados com a CEE só entram no Telejornal na oitava peça do dia, de novo através da Feira Nacional de Agricultura, verdadeiro "acontecimento mediático" em 1985. Esta é, pelo menos, a terceira vez que a iniciativa é noticiada pela RTP desde a abertura, a 06 de Junho. Nesta data, a atenção centra-se (ao longo de 1'50") num debate sobre o Jovem Agricultor, onde participam «*individualidades ligadas à CEE, da Comissão das Comunidades Europeias em Portugal*». Refere José Manuel Casqueiro, vice-presidente da Feira Nacional de Agricultura, que o evento «*é este ano um ponto obrigatório para todos aqueles que* [encaram uma] *perspectiva de modernização e desenvolvimento da agricultura portuguesa no seu enquadramento com a CEE*». O sector parece ser o que mais teme o impacto da Adesão europeia, ou dos que tem maior acesso à antena da RTP.

Até ao fim do Telejornal, e a apenas dois dias do grande evento, a CEE não volta a ser referenciada. O noticiário emite agora cinco peças sobre política internacional, a saber, a

visita de membros do Soviete Supremo a Portugal; informações sobre o Médio Oriente; advertências para o perigo da invasão da Nicarágua pelos EUA; Eleições na República Turca de Chipre e encontro entre a China e a RFA. O desporto volta a contribuir para que o jornal se torne mais longo, ao exibir cinco peças. O espaço informativo encerra com o "indispensável" *fait-divers*, hoje dedicado aos jogos tradicionais portugueses.

Em resumo, a dois dias da Adesão e sem aparente justificação lógica, o tema CEE perde importância e tempo no Telejornal em relação às edições anteriores. Apenas uma peça indirectamente ligada ao assunto é emitida e já em oitavo lugar no alinhamento (ver Gráfico I). Por isso, só são dedicados 2,2 minutos a estes assuntos, enquanto que os temas sem qualquer referência à Adesão ocupam 29,1 minutos do Telejornal (ver Gráfico II). O principal noticiário da RTP continua a dar uma importância residual à Adesão, tema ao qual, dois dias mais tarde, será dedicada toda a emissão do primeiro canal da estação. As reportagens sobre política nacional e internacional mantêm o domínio dos noticiários, com a habitual prevalência do primeiro item.

IV. 8 – O Telejornal de 11-06-1985

Na véspera da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, o acontecimento ganha, pela primeira vez na semana, honras de abertura do principal noticiário da RTP. O dia marca um ponto de viragem na forma de tratar o assunto - a Integração nas Comunidades passa a dominar o noticiário, que lhe dedica quase metade do tempo de emissão. O tema é agora bastante valorizado, pois ocupa as primeiras posições no alinhamento. Importa agora aferir que tipo de abordagem é escolhida pela RTP para o tratar - será a Adesão alvo de um tratamento narrativo, mas também explicativo, de acordo com o que a tipologia de Rosengren faz prever?

Ao invés do que acontecera em todos os dias anteriores, a Integração Europeia é hoje o tema das cinco primeiras notícias do Telejornal e reaparece mesmo no alinhamento mais à frente. Numa clara inflexão do rumo seguido até aqui, o noticiário inicia-se com um *off* sobre a Impressão dos Tratados de Adesão de Portugal à CEE. Dina Aguiar anuncia aos portugueses: «*Amanhã com Portugal e Espanha, a Europa será a doze. Em Bruxelas, as máquinas da tipografia da Comunidade Europeia trabalham a toda a velocidade para imprimir os Tratados de Adesão de Portugal e Espanha. As negociações de última hora obrigaram os serviços tipográficos da CEE a um esforço redobrado para que os Tratados possam estar prontos algumas horas antes da assinatura*». Só na véspera do evento é que a

RTP começa a promover o tema, a tentar gerar no público, creio, algum sentimento de expectativa face aos acontecimentos que estão prestes a desenrolar-se. Contudo, não é ainda feita qualquer alusão explícita à emissão especial que a estação efectuará menos de 24 horas depois.

O Telejornal dá, então, conta dos derradeiros preparativos para o grande acontecimento. Explica a *pivot*: «*No Mosteiro dos Jerónimos, onde amanhã oito Primeiros-Ministros Europeus testemunharão a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Económicas Europeias, faziam-se esta tarde os últimos preparativos para a cerimónia. Um imenso palco* [vai ser] *coberto por um gigantesco toldo construído nos claustros do monumento. Os Jerónimos, erguidos para celebrar o início da Expansão Marítima Portuguesa, ficarão também agora como marco da nossa entrada na Europa*». Como é explicitamente referenciado, o simbolismo da cerimónia é traduzido aos telespectadores pelos media - explica-se, em termos simples, que o mesmo monumento carregado de História de um passado de Descobertas atlânticas, será também, doravante, (pelo menos é essa intenção de quem escolheu o local) um símbolo da "conquista" da Europa pelos portugueses. Até o cidadão mais desatento tinha, assim, capacidade para descodificar uma das principais mensagens que a organização do evento queria veicular.

As câmaras espreitam, então, o palco do grande acontecimento, mostram os últimos arranjos feitos nos claustros, a lona, as cadeiras e as flores - afinal todos os elementos cénicos que se conjugarão para produzir a telecerimónia. Em 57", explica-se que a gigantesca lona de 2000 m2 cobre o local, um trabalho feito com cuidado para não danificar o «*velho monumento. Amanhã, seiscentas pessoas, entre deputados e representantes de todos os países da CEE, vão assistir à assinatura*». Qual mestre-de-cerimónias, a RTP desvenda os últimos pormenores e tenta criar algum entusiasmo pelo evento junto do público: o palco será um «*estrado de 1600m2*», o Estado oferecerá «*uma refeição volante*», a Região Autónoma da Madeira pagará as flores que embelezarão a telecerimónia, antecipa a estação.

De seguida, é a vez de o Telejornal visitar a outra capital que se une a Lisboa nas comemorações. No Palácio do Oriente, em Madrid, José Teles, enviado especial da RTP, descreve (em 1'40") os últimos preparativos espanhóis. A reportagem consiste num longo "vivo"[33] do local onde será assinado o Tratado. O jornalista opta, em primeiro lugar, por

[33] Técnica de narração jornalística em que o repórter opta por descrever um assunto mostrando-se a si próprio a falar sobre o tema. O "vivo" é gravado e não emitido em directo, como às vezes pode induzir. O recurso a esta técnica é alvo de diferentes critérios: a escola anglo-saxónica aprecia-o, entende que dá mais variedade e credibilidade à reportagem, pois o autor da peça é claramente identificado. Contudo, outras correntes não são tão

enumerar os participantes na cerimónia, presidida pelo rei. Depois, tenta fazer um breve retrato da forma como o assunto está a ser vivido pela opinião pública espanhola, mas não entrevista uma única pessoa para provar as suas afirmações. Teles garante, contudo, que «*há muito interesse em Espanha*» pelo assunto, até porque os media lhe dão grande atenção. O carácter simbólico do acontecimento e o significado atribuído pelas autoridades espanholas ao tema é também enfatizado, explica o jornalista que «*a assinatura será, portanto, aqui, na Sala das Colunas, no Palácio do Oriente – palácio a que se encontra ligado o nome de Filipe II de Espanha, I de Portugal. Nesta Sala esteve em câmara ardente o general Franco, o que fazia dizer a um comentador "aqui terminou o Franquismo, aqui começará amanhã a era europeia de Espanha"*». Note-se o paralelismo na abordagem simbólica do acontecimento pelos responsáveis dos dois países ibéricos.

A Adesão continua como tema central do Telejornal na quarta peça do noticiário. Agora é tempo para ouvir António Marta, Presidente da Comissão de Integração Europeia, explicar aos portugueses o que vai mudar no país. A peça tem 2' 05", durante os quais o responsável tenta desmistificar os perigos da Integração e pôr em evidência os seus aspectos positivos. A RTP introduz o tema de forma politicamente correcta, explicando que a cerimónia do dia seguinte é o culminar de oito anos de negociações, «*um passo decisivo para o desenvolvimento do país segundo os seus defensores, uma medida meramente política com graves consequências económicas e sociais, na opinião dos que sempre a contestaram. António Marta* [...] *defende que temos mais a ganhar do que a perder*».

A entrevista de Carlos Fino inicia-se pelas questões culturais. A estação parece querer corroborar a mensagem de tranquilidade veiculada pelas autoridades políticas, ao mesmo tempo que dá conta daquela que seria uma das principais preocupações dos portugueses face à Adesão. Marta é claro e inequívoco: «*não é por causa da Adesão que a cultura vai ter menos fronteiras, felizmente a cultura não tem fronteiras hoje em dia entre Portugal e o resto da Comunidade. Penso que nós temos uma identidade cultural e que não a vamos perder por causa da Adesão às Comunidades Europeias*». O responsável esforça-se também por resolver o atávico complexo de inferioridade português, insistindo no facto de a sua equipa ter mostrado aos europeus «*que nós somos capazes quando queremos*» e garantindo que o país tem «*técnicos suficientes e com boa qualidade*» para elaborarem os projectos necessários aos financiamentos da CEE. António Marta entende que a Integração é um desafio para os portugueses e um risco calculado e que, depois de concluídas as negociações, o melhor é

favoráveis a este recurso, preferindo usá-lo apenas quando não existem imagens que documentem um assunto ou em deslocações ao estrangeiro para "provar" a presença da estação nos locais.

pensar no futuro e não discutir se poderiam ter sido ainda mais proveitosas para Portugal. Uma entrevista que é uma verdadeira profissão de fé no futuro do país integrado na Europa, outra atitude não seria de esperar de um homem que tanto lutou para concretizar a Adesão.

No entanto, a Integração é também tema para debate e discussão política. A RTP ouviu a CGTP, Kalidas Barreto garantia (numa reportagem de 1' 52") que não defendia nem atacava a Adesão. A central sindical pretenderia apenas analisar as consequências da forma como decorreu a negociação, exactamente o ponto que Marta se esforçava por minimizar. A estação pública de Televisão mostra, assim, vários pontos de vista sobre um tema, tal como a ética jornalística lhe exige. Apesar da consensualidade aparente, adivinha-se que os termos do Tratado causavam polémica entre quem os conhecia.

O sindicalista alerta: «*é com estranheza e preocupação que vemos todo o processo de Adesão. Em primeiro lugar porque o Governo quis entrar a todo o custo, depois logo se via - o que é uma posição negocial enfraquecida para o nosso país. Em segundo lugar, porque assina sem conhecer o texto e esse texto não só não é conhecido da maioria dos portugueses, como, creio bem, da maioria dos governantes. Em terceiro lugar, pese o facto de ser o Parlamento a ratificar, este Governo está no fim e, por isso, não tem legitimidade para assinar* [o Tratado]. *A assinatura é um compromisso e só deve assinar quem é efectiva e legitimamente responsável*». O tom do discurso da CGTP é abertamente crítico, a Adesão serve de arma de arremesso política no espaço público. Assim, a central sindical realça que a Integração trará «*gravíssimas consequências no campo económico e social* [...] - *a falta de estruturas levará à falência de muitas empresas agrícolas e industriais aumentando assim, ainda mais, o desemprego*». Está traçado um quadro negro e mais catastrofista dos impactos da Adesão, numa versão radicalmente oposta àquela que os dirigentes políticos parecem querer passar e que domina, até aqui, a antena informativa da RTP.

A Adesão à CEE cede agora lugar às promoções dos temas a desenvolver (alinhadas como Síntese), seguidas de uma peça sobre um encontro de empresários portugueses. No entanto, a Integração volta a ser o tema principal da oitava reportagem do Telejornal, que relata, em 2'39", o dia no Parlamento. Explica o repórter que «*a Adesão de Portugal às Comunidades Europeias marcou o dia na Assembleia da República* [...]. *No período de antes da ordem do dia um voto de congratulação pela Adesão à Comunidade Económica Europeia, que amanhã terá lugar, foi apresentado pelo CDS, vindo a ser aprovado por maioria, com os votos contra do PCP e a abstenção da UEDS. A grande oposição à assinatura do Tratado veio, como já se esperava, do Partido Comunista*». A peça espelha, de forma sumária, o panorama político nacional face ao evento, a oposição mais vincada, como esperado, vem do

PCP. O partido também contesta «*vivamente a legitimidade deste Governo para assinar os acordos, baseando-se no facto de a coligação já ter data marcada para acabar e ainda* [...] *na falta de informação da Assembleia, quer sobre os termos que irão ser assinados, quer ainda sobre os resultados da última fase das negociações*». A classe política mais à esquerda na sociedade portuguesa mostrava formalmente uma forte recusa à Integração Europeia, por temer que a economia nacional (como vimos no capítulo de contextualização histórica) não conseguisse ultrapassar o impacto de uma Europa a Doze. Como se prova na reportagem que estamos a citar, em tempo de celebração, o CDS não ousa discordar publicamente de um Tratado que unia definitivamente o país às democracias capitalistas ocidentais europeias. É exactamente o reforço desta visão de unanimidade nacional face à Adesão que o PS insiste em ostentar, discordando da intervenção da parlamentar comunista Ilda Figueiredo no hemiciclo - refere Carlos Fino na peça que «*o deputado Carlos Lage fez questão de sublinhar aqui o consenso nacional em torno da Adesão e o isolamento do PCP neste problema*».

O Telejornal punha, assim, ponto final ao longo desta edição às reportagens centradas no tema da Adesão à CEE, optando agora por seguir o esquema habitual de alinhamento. São apresentadas as notícias breves, compilações de *offs* sobre vários assuntos, seguindo-se, depois, três peças sobre a Política Internacional. Na ressaca do fim-de-semana, são emitidas apenas duas peças sobre desporto, uma das quais é usada para fechar o noticiário, mesmo depois de já ter sido apresentado o clássico *fait-divers* do dia, hoje dedicado a uma exposição sobre os objectos guardados pelas crianças.

Em resumo, a véspera da data de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE marca uma inflexão total na lógica do alinhamento do Telejornal. Em vez de relegar o assunto para posições relativamente residuais, a Adesão assume-se agora como o principal tema do noticiário televisivo - quase metade do tempo do jornal é dedicado a peças que tratam da Integração Europeia. Como se pode constatar pela análise do Gráfico II, 11,2 minutos do tempo útil do Telejornal são agora empregues em peças sobre a Adesão, enquanto que os outros temas ocupam 12,1 minutos do noticiário. A importância concedida à Integração é reforçada também pelo facto de grande parte das peças emitidas não estar apenas indirectamente relacionado com a CEE (como na esmagadora maioria dos casos nos dias anteriores), mas pelo facto de a Adesão ser agora o tema principal de seis das catorze peças do noticiário. Efectivamente, não é só a duração das peças sobre a CEE que cresce, mas também a sua importância relativa no alinhamento. A análise do Gráfico I põe em evidência esta *mise en valeur* do assunto, já que as cinco primeiras reportagens do dia lhe são dedicadas e o tema reaparece, mais à frente, em oitavo lugar do alinhamento.

O Telejornal de 11 de Junho mantém, contudo, o padrão encontrado até aqui relativamente aos temas abordados: seis peças tratam de política nacional, a política internacional também é o tema de duas reportagens e, excepção que confirma a regra, as preocupações com a actualidade no estrangeiro igualam a importância concedida ao desporto.

De facto, a RTP parece só sentir necessidade de iniciar uma promoção e preparação mais cuidadas do acontecimento no dia anterior à telecerimónia. Creio, contudo, que empreenderá um esforço significativo para recuperar desta relativa indiferença ao assunto durante o próprio dia da Adesão. A análise das reportagens emitidas até esta data parece também indiciar que a RTP não deu um tratamento explicativo ao tema, opção justificável pela importância do assunto. Excepção feita à entrevista a António Marta, os portugueses acabam por receber pouca informação sobre o conteúdo dos Tratados e sobre a forma como a Adesão poderá afectar as suas vidas. Até esta data, parece-me que a versão preferida pela RTP para tratar a Adesão é ainda predominantemente narrativa. Vejamos se o Telejornal do dia seguinte inverte esta abordagem.

IV. 9 – O Telejornal de 12-06-1985

Chegara finalmente o grande dia para Portugal, à hora de emissão do Telejornal o país assinara já o Tratado de Adesão à CEE, tornara-se no décimo primeiro membro de uma Comunidade a que pertenceria de pleno direito a 1 de Janeiro de 1986. Tal como seria de esperar a Adesão domina o noticiário.

O jornal televisivo começa com as palavras de Dina Aguiar: «*Boa noite. Hoje foi um dia diferente. Eram 10 e 20 da manhã quando nos claustros dos Jerónimos se formalizou o Tratado de Adesão*». Actualmente, a jornalista avalia criticamente o que escreveu, entende que o dia terá sido diferente apenas para os políticos e para as pessoas envolvidas no evento, na vida dos restantes portugueses nada foi alterado. A primeira peça dura 3' 40", tempo que hoje é considerado bastante longo em televisão. No presente, optar-se-ía, provavelmente, pela divisão da peça, pelo menos em duas de duração um pouco acima da convencional (1'30"). De facto, pela análise até aqui efectuada, parece-me que as reportagens dos noticiários televisivos teriam uma duração, em regra, um pouco superior à habitual na actualidade. Tal característica dever-se-á, talvez, ao facto de a dinâmica televisiva tolerar então planos e peças mais longas, acostumado a uma noção de tempo televisivo mais lenta, a capacidade de o telespectador prestar atenção contínua a um único assunto seria, provavelmente, um pouco superior à de hoje.

O jornalista Saúl Freire foi o autor da peça intitulada no alinhamento de "Cerimónias Oficiais CEE". Recorda o repórter que se informou sobre o assunto antes de partir para o terreno e que não sentiu «*qualquer tipo de pressão para dizer bem ou mal da Adesão*». Freire lembra-se de sentir emoção na sala quando Mário Soares assinou o Tratado, entende que o assunto era visto «*como importante para o desenvolvimento do país*» e que, por isso, a «*a assistência viveu o instante da assinatura como um acontecimento histórico e irrepetível*». Talvez por isso, Saúl Freire tenha feito recurso na reportagem a uma técnica bem televisiva de suprimir o *off* do jornalista e deixar ouvir o som ambiente da sala, no momento em que o Primeiro-Ministro se dirigia à mesa para assinar o Tratado. É um recurso estilístico aconselhável para sublinhar a importância do momento e o "devolver" aos espectadores no seu "estado puro". Saúl Freire, tal como os teóricos que citámos postulam, percebeu o momento da Adesão como histórico ainda antes de ele produzir efeitos práticos na vida do país - um sentimento partilhado, como veremos, pela maioria dos jornalistas que cobririam o tema para a RTP.

O repórter destacou a imagem da Sagres pejada de marinheiros, afinal o *décor* usado para captar a fotografia de família da CEE, na abertura da peça. Freire explica na reportagem que «*O Tejo, a Sagres e a Torre de Belém foram o cenário escolhido para receber as delegações da Europa Comunitária*». Respeitando a ordem cronológica dos acontecimentos, afirma que «*as individualidades presentes foram fotografadas com o Primeiro-Ministro português, Mário Soares* [...] - *um documento que recordará este dia histórico para Portugal e para a Europa*». Os media apropriam-se, assim, dos recursos concebidos pela própria organização do evento para o eternizar, encontram neste imagem uma boa súmula que ilustra e serve de símbolo de toda a telecerimónia, num processo que explicaremos melhor no capítulo dedicado exclusivamente à análise da emissão do dia 12 de Junho.

Depois, o cenário da reportagem transfere-se para o Mosteiro dos Jerónimos, onde é revivido o momento alto da jornada de "telecelebração". Saúl Freire enumera algumas das individualidades portuguesas e estrangeiras presentes, não esquecendo o novo líder do PSD, Cavaco Silva. É feita também referência aos discursos de Betino Craxi, Giuilo Andreotti e Jacques Delors, bem como à presença, em número significativo, de jornalistas estrangeiros a cobrirem o acontecimento. O repórter alude à duração da cerimónia de assinatura do Tratado por todos os plenipotenciários (10') e destaca, naturalmente, o momento em que Portugal firma a sua entrada na CEE. Ouve-se, então, um pequeno extracto do discurso de Soares, o Primeiro-Ministro realça que a Adesão deve ser vista como «*factor de paz e estabilidade*». A peça não termina sem que seja descrito o final das cerimónias institucionais do dia - a

apresentação de cumprimentos das delegações estrangeiras ao Presidente da República. Os portugueses ouvem ainda Ramalho Eanes sublinhar que o país «*tudo fará para que o seu acesso às Comunidades se traduza numa contribuição e num estímulo positivo para a dinâmica de um tal projecto Europeu, que satisfaça a Europa e que faça que a Europa recupere o seu lugar no mundo*». Um discurso de circunstância que realça a união de Portugal com a Comunidade.

O Telejornal prossegue com a actualidade política, centrada, obviamente, na Adesão do país à CEE. Apesar disso, o Parlamento teve também tempo para se enredar em querelas burocráticas sobre o seu regimento! No entanto, «*a Assembleia da República acabou também ela por se centrar naquele que foi o grande tema do dia de hoje, a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidade Económicas Europeias*», refere o autor da segunda peça do noticiário. Em discussão, de novo, a legitimidade do Parlamento para ratificar o Tratado - «*O PCP admitia que aquilo que o preocupa é que esta Assembleia venha ainda a ratificar o Acordo de Adesão à CEE, exigindo, por isso, a dissolução da Assembleia da República. PS e PSD contestaram para afirmar em substância que, mesmo sem Governo, esta Assembleia ainda conserva inteiramente a sua legitimidade e que, ao menos nisso, ainda há entendimento entre os dois partidos*». Os parceiros de coligação uniam-se para defender os projectos comuns, para tentar garantir que a maioria do espectro político português suspendia os seus diferendos em tempo de festa e comemoração.

A terceira peça do Telejornal manteve a atenção centrada na Assinatura dos Tratados, viaja-se agora em directo até aos estúdios da TVE para mostrar como é que, em Espanha, se vivia o momento. José Teles descreve o ambiente na capital do país vizinho, alude ao discurso de Felipe Gonzaléz – tal como em Portugal é enfatizada a veia descobridora dos povos ibéricos, que permitirá também intensificar as relações da Europa com a América Latina. No mesmo tom institucional que caracteriza os Telejornais do tempo, explica-se que oradores tiveram direito a discursar nas cerimónias oficiais em Madrid e sublinha-se que o rei espanhol defendeu a abertura do Continente ao exterior. Traça-se, depois, um breve retrato da opinião dos espanhóis sobre a Adesão à CEE, garante-se que o «*ambiente é entusiástico*» e que o assunto «*foi tema de Primeira página de quase todos os jornais*». Teles recorda a unanimidade no país vizinho face à entrada nas Comunidades e lembra que «*aqui até o Partido Comunista é a favor*». A provar o consenso, uma sondagem da TVE garante que «*66% dos espanhóis são a favor da Adesão e apenas 3% estão formalmente contra*».

A ligação a Espanha termina com a descrição da cobertura do evento feita pela TVE. Explica-se que o assunto foi alvo de amplo tratamento noticioso durante o dia e que, à noite,

será também tema de mais um programa televisivo. Contudo, a Integração Europeia será relegada para o segundo canal da emissora espanhola, por causa de um jogo de futebol - apesar do entusiasmo dos vizinhos ibéricos, a paixão pelo desporto parece suplantar os anseios europeus de *nuestros hermanos*!

Ao fim mais de 10 minutos de emissão sobre a CEE, o Telejornal introduz agora um elemento inédito no programa. O director do noticiário lê um Editorial sobre o assunto, procedimento hoje quase inexistente no jornalismo televisivo, mas que, no passado, era usado esporadicamente. O telespectador tem agora possibilidade de conhecer a opinião institucional da RTP sobre a Adesão, esclarecer qual a orientação formal da emissora sobre o tema, assumindo a Direcção de Informação da emissora um papel de *opinion maker*, que hoje não é desempenhado, pelo menos, explicitamente.

Carlos Albuquerque assegura aos telespectadores que «*Portugal entrou, por mérito próprio, num amplo espaço de liberdade política, económica e social, deixando para trás, de uma vez por todas, a ideia, durante tantos anos alimentada, de que éramos mar e não Europa*». Hoje, o jornalista mantém as suas palavras de há quase vinte anos, entende que o país tem um carácter universalista que não deve ser olvidado. A Adesão continua a jogar-se, a meu ver, não só no campo económico, mas também no plano da identidade nacional e no inconsciente colectivo dos portugueses, é "servida" ao público como o concatenar de duas visões de um país, simultaneamente europeu, mas orgulhoso também de uma História que o dotou de um cariz atlantista.

O director do Telejornal prossegue com um alerta para as dificuldades que os nacionais poderão sentir, com uma advertência aos portugueses para que não vejam na Europa o catalisador "por geração espontânea" do progresso e do desenvolvimento. Dina Aguiar entende hoje que as previsões de Albuquerque foram acertadas, sublinhando os principais aspectos que a questão encerra. Referia então o jornalista que «*é importante não olharmos para a CEE como uma entidade mágica e de onde virão as curas para os nossos males. Não é já amanhã que Portugal será socialmente mais justo e economicamente mais próspero. Poderemos ser tudo isto no nosso próprio esforço, trabalho e empenhamento no destino europeu hoje assumido. Com a certeza de que ao fazê-lo afirmamos também o nosso carácter universalista*». Ao rever o seu trabalho, Albuquerque explica que pretendeu privilegiar não só a vertente económica da Adesão, mas enfatizar que a CEE era também um espaço para cumprir e fazer nascer um continente «*socialmente mais justo*», no respeito entre povos e com garantias de apoio social aos mais desfavorecidos. O director da Informação Diária da RTP quis evidenciar também as conquistas de uma Europa unida depois de séculos de guerras,

possuidora de uma estabilidade política e respeitadora da democracia, valor verdadeiramente crucial para os portugueses, que o haviam conquistado tão pouco tempo antes. Assim, afirmava no Editorial: «*se a Adesão à CEE traz factores de incerteza e de risco, transporta também a vontade de mobilização de esforços para que Portugal alcance com êxito a sociedade do futuro, mais justa, mais próspera e mais estável*». Carlos Albuquerque desvenda hoje que via como factores de incerteza os desvios políticos da matriz original da CEE, a possível quebra de solidariedade entre os povos.

O jornalista termina o Editorial apontando, cautelosamente, o futuro: «*nosso é já este dia histórico, pela frente temos o desafio. O tempo será o juiz fiel da opção hoje assumida*». Para Albuquerque tratava-se de fazer da marcha do tempo o avalista implacável do destino escolhido, na esperança que o futuro não ensombrasse uma opção política com que ele próprio acabava por concordar.

O Editorial assume-se assim como um espaço (de 1'12") equilibrado de análise e alerta não só para as vantagens, mas também para os desafios que a Integração traria aos portugueses. Trata-se, claramente, de um momento que parece querer "formar" a opinião pública, mas que é executado numa postura politicamente correcta e logicamente consistente sobre os acontecimentos. A Adesão é saudada, de forma aberta mas não entusiástica, num registo sóbrio, contido e de lucidez intelectual.

Depois do espaço dedicado à opinião, o Telejornal volta ao registo de "informação pura" para mostrar agora o que já pensam os portugueses sobre o acontecimento político que acaba de se desenrolar. Curiosamente, a população temia que o custo de vida e o desemprego se agravassem, enquanto que esperava melhorias na «*na estabilidade política, na educação, saúde e qualidade dos produtos de consumo. Esta parece ser a convicção da maioria dos portugueses, da Grande Lisboa e do Grande Porto, como revela uma sondagem à opinião pública, encomendada pelo Telejornal à empresa Euroexpansão*», afirma Dina Aguiar no *pivot* da peça. É significativo o facto de a estabilidade política ser um dos domínios em que se esperavam resultados mais positivos da Integração, infere-se, assim, que também o cidadão comum era sensível ao facto de a Adesão garantir a manutenção e qualidade da democracia nacional. Em geral, os portugueses pareciam esperar uma melhoria da qualidade de vida em várias áreas, afinal o outro grande objectivo da entrada na CEE.

A reportagem socorria-se das "polivalentes" imagens de pessoas na rua para ilustrar os resultados da sondagem, recurso que serve, aliás, no jornalismo televisivo para "pintar" de imagens qualquer tema, quando não se encontram, ou não se procuram, melhores documentos

para ilustrar as informações veiculadas. Recorreu-se também ao grafismo para tornar mais claros os resultados da sondagem e ajudar a visualizar os dados obtidos.

Assim, os portugueses mais optimistas quanto aos resultados da entrada na CEE eram os mais jovens, com menos de 30 anos, que residiam na Grande Lisboa. Os dados espelham alguma esperança na melhoria geral do estado do país, mas uma percentagem ainda significativa de pessimistas parecia encarnar o espírito mais "trágico" e avesso a mudanças dos portugueses. No que concerne à estabilidade política, 34% entendiam que melhoraria, só 23% eram de opinião que a situação se tornaria ainda pior. A Saúde e Educação preocupavam os nacionais – 55% dos portugueses acreditavam que os serviços ganhariam qualidade e eficiência, enquanto que 15% eram mais pessimistas. Também a qualidade dos produtos de consumo deveria aumentar para 64% dos inquiridos, mas 11% entendiam que poderia haver um decréscimo. Para 57% dos portugueses, os Transportes e Comunicações sofreriam um impacto positivo com a Adesão, mas 8% resistiam e eram de opinião que o sector poderia piorar os seus serviços. Contudo, noutros aspectos, o cepticismo ultrapassaria claramente a esperança – 47% dos portugueses acreditavam que o custo de vida iria aumentar com a Adesão, só 32% pensavam que os bens se tornariam mais baratos. Ainda a tentar escapar a uma crise económica grave, 47% dos nacionais acreditavam que o desemprego cresceria, só 29% esperava que a situação melhorasse com a entrada na CEE.

Como se conclui pelos resultados, as preocupações com o tecido económico português e com a falta de dinheiro nos bolsos dos nacionais toldavam as expectativas dos cidadãos face à Adesão. Da sondagem parece inferir-se que em Portugal se esperava pagar uma factura bem alta pelo desenvolvimento que a Adesão traria. No entanto, a reportagem seguinte mostra que uma maior liberalização do comércio agradaria aos empresários. Ao invés da abordagem tradicional privilegiada até aqui, o Telejornal decide ouvir portugueses com opinião formada sobre a entrada na CEE e cuja opinião pudesse enriquecer os telespectadores.

O noticiário visita, então, uma fábrica têxtil em Almada com trezentos empregados . A *Confelis* produzia na época quinhentos fatos por dia e garantia estar aberta às novas tecnologias. O industrial Gomes dos Santos é entusiasta quanto às vantagens da Adesão: «*não tenho dúvidas de que as perspectivas são boas, dão-nos possibilidades de grandeza de mercado que até aqui não temos tido. O nosso mercado tem uma dimensão muito escassa e a nossa entrada na CEE vai trazer-nos boas possibilidades porque esta empresa tem uma óptima qualidade, em relação* [à] *que se pratica nos países da Comunidade*». O empresário recorda, contudo, as dificuldades dos investidores portugueses no acesso ao crédito, na falta de assistência aos equipamentos industriais e com as barreiras burocráticas na Alfândega. A

peça, de quase três minutos, é oportuna e "descola" do teor marcadamente formal dos Telejornais de então, mas fica por saber se a escolha do empresário foi aleatória e se é representativa do pensamento das PME'S sobre o assunto.

Por fim, e numa atenção inédita até aqui em relação ao tema CEE, o Telejornal emite a sétima peça consecutiva sobre o assunto. De facto, só no próprio dia da Adesão e na véspera é que a informação televisiva confere à Adesão um verdadeiro destaque no noticiário principal da RTP. Ao longo de quase três minutos e, de forma bem mais original do que era comum, emite-se uma reportagem que implicou uma antecipada preparação e planeamento, como a importância do tema, aliás, justifica. Traça-se agora o perfil de um emigrante português pouco comum, João Ribeiro da Fonseca, responsável por uma instituição de crédito em Londres. A peça mostra uma entrevista cuidadamente gravada, em que a personagem principal refaz perante as câmaras o percurso do seu dia-a-dia, explicando depois aos "menos europeus" portugueses os cuidados a ter e a forma de agir numa Europa a Doze.

Ribeiro da Fonseca adverte: «*dessa entrada vai resultar uma abertura a mercados muito mais avançados, muito mais competitivos. Portugal terá de se equipar muito rapidamente para se colocar à altura, se não à altura, em condições de viabilidade* [...]. *O empresário português vai ter acesso ao maior mercado do mundo, são 350 milhões de indivíduos.* [É um mercado] *muito sofisticado, com grande poder de compra* [mas os empresários portugueses vão] *ter acesso à tecnologia que esse mesmo mercado produz, à mão-de-obra mais sofisticada desse mercado para poder produzir ao melhor nível de qualidade e de custo*». A competitividade necessária à sobrevivência numa economia aberta é enfatizada pelo "estrangeirado", mas Fonseca prefere realçar as vantagens desse esbatimento de fronteiras. O gestor é optimista, contudo, recorda: «*não há razão para termos receios, mas é preciso* [...] *muito trabalho, sem o qual o sucesso não vai vir. Sem ele, a alternativa é uma invasão da tecnologia europeia* [...] *em Portugal e nós, em vez de país independente, poderemos passar a ser um país totalmente dependente doutros interesse e de outros países*». Uma perspectiva de optimismo cauteloso que, a meu ver, denota ainda algum receio de perda da autonomia nacional.

Depois de encerrar oficialmente o espaço dedicado à Adesão, o Telejornal emite ainda uma peça que está relacionada com o tema – os atentados terroristas em Espanha, motivados pela assinatura do Tratado. É mais 1'08" dedicados a um assunto que não pode ser desligado dos acontecimentos políticos do dia. Por fim, há ainda tempo para passar mais três reportagens sobre Política Internacional, uma síntese de vários acontecimentos da jornada, uma peça sobre a Feira do Livro e dois longos *pivots* dedicados ao Desporto. Dina Aguiar

relembra então os principais temas do dia, marcado pelas cerimónias da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à CEE.

Como observámos, a 12 de Junho de 1985, o Telejornal dedicou sete das 14 peças emitidas à Adesão que nesse dia se celebrava, para além de uma reportagem relacionada com o tema. A maior parte do tempo útil do noticiário foi dedicada exclusivamente ao assunto, proporção que nem no dia anterior tinha sido atingida. As peças que versam directamente sobre a Adesão à CEE têm agora clara supremacia no Telejornal. Como o Gráfico II evidencia, 20,2 minutos do noticiário tratam da Integração Europeia , 1,7 minutos estão relacionados com o tema, apenas 8,2 minutos são despendidos com outros assuntos- são cerca de dois terços da edição dedicados à Adesão. A valorização do tema cresce também significativamente, mesmo em relação ao dia anterior. O Gráfico I mostra que a primeira metade do noticiário é dedicada à Adesão à CEE, que consegue ainda ser indirectamente referida na nona peça. As reportagens sobre a Integração e com ela relacionadas alcançam, assim, as posições de maior destaque no alinhamento e são emitidas antes do intervalo.

Tal como nos dias anteriores, política internacional e nacional granjeiam as atenções do Telejornal, mas a procura de uma cobertura mais original da Integração acaba por dar aos temas sociais e económicos um pouco mais de relevo no noticiário.

IV. 10 – Pequeno Balanço

Ao longo da semana que antecedeu a Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, o tema em estudo descreve uma trajectória irregular e atípica nos alinhamentos dos Telejornais. O percurso das reportagens directa ou indirectamente relacionadas com a Integração parece evidenciar alguma falta de planeamento e de vontade de fazer a promoção do assunto. Assim, escolhido o principal noticiário da estação, tal como explicámos nos pressupostos, esperávamos encontrar uma progressão contínua e gradual da cobertura dedicada ao tema na relação directamente proporcional com a aproximação da data de assinatura.

Porém, a análise detalhada dos Telejornais mostra que a Adesão é noticiada "por arrastamento" de outros temas da actualidade, considerados mais prementes, e chega a registar uma diminuição de tratamento noticioso nos três primeiros dias (ver Gráfico I). Só a 09 de Junho (apenas a três dias da data de Adesão) é que o assunto ganha um pouco mais de notoriedade quer na posição ocupada no alinhamento, quer no tempo que lhe é dedicado e também pelo facto de se registar a emissão das primeiras peças dedicadas exclusivamente ao

tema. No entanto, o estranho percurso do assunto ao longo da semana é evidenciado pela queda que ocorre no dia seguinte (10 de Junho) - apenas uma peça é dedicada indirectamente à Integração Europeia e em posição de pouca valorização.

A análise ressalta, contudo, uma inversão do padrão de noticiabilidade na véspera da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Televisão monopolista desestimulada pela falta de concorrência, a RTP só entende que o tema merece promoção e tratamento mais detalhados no dia anterior à telecerimónia. A 11 e 12 de Junho, a cobertura altera-se radicalmente, o assunto passa a dominar os Telejornais em duração e destaque concedidos - de uma cobertura residual a Adesão passa repentinamente a tema dominante do principal noticiário da Televisão Portuguesa.

Dina Aguiar explica este procedimento pela «*postura acomodada da RTP. Sem concorrência, a redacção ficou satisfeita com o trabalho realizado*». Contudo, hoje a jornalista considera a cobertura «*superficial, fraca, com falta de conteúdo e de vida, mesmo tendo em conta os padrões da altura*». Na época, como se depreende da análise que acabámos de realizar, os temas institucionais e formais eram dominantes, existia pouca preocupação em auscultar a opinião pública e em sair de um esquema quase "pré-determinado" de alinhamento. Os Telejornais parecem seguir uma fórmula clássica repetida à exaustão: a política nacional e internacional dominavam (o Gráfico III demonstra-o claramente) em tempo e valorização os noticiários, que se dedicavam superficialmente a outros temas (como a sociedade, economia, saúde, cultura ou até religião), mas encerravam quase sempre com o desporto e um imprescindível *fait-divers* ou notícia mais "leve" para "descomprimir" das duras realidades tratadas.

Espartilhado neste padrão convencional e pouco à-vontade e predisposto a sentir o pulsar do eleitorado, o Telejornal seguia fielmente as actividades do Governo em funções, sem esquecer de noticiar também as acções de outros partidos, ao menos no Parlamento. Assim, seria mais difícil encontrar espaço de emissão para diversificar um pouco a cobertura promovendo outros assuntos, até porque a duração do noticiário era "estandardizada" e nunca ultrapassava em muito a meia hora. Era um tempo em que os meios técnicos e humanos não eram iguais aos de hoje e em que muitos recursos poderiam já estar afectos à preparação do tema que ocuparia toda a emissão de 12 de Junho de 1985.

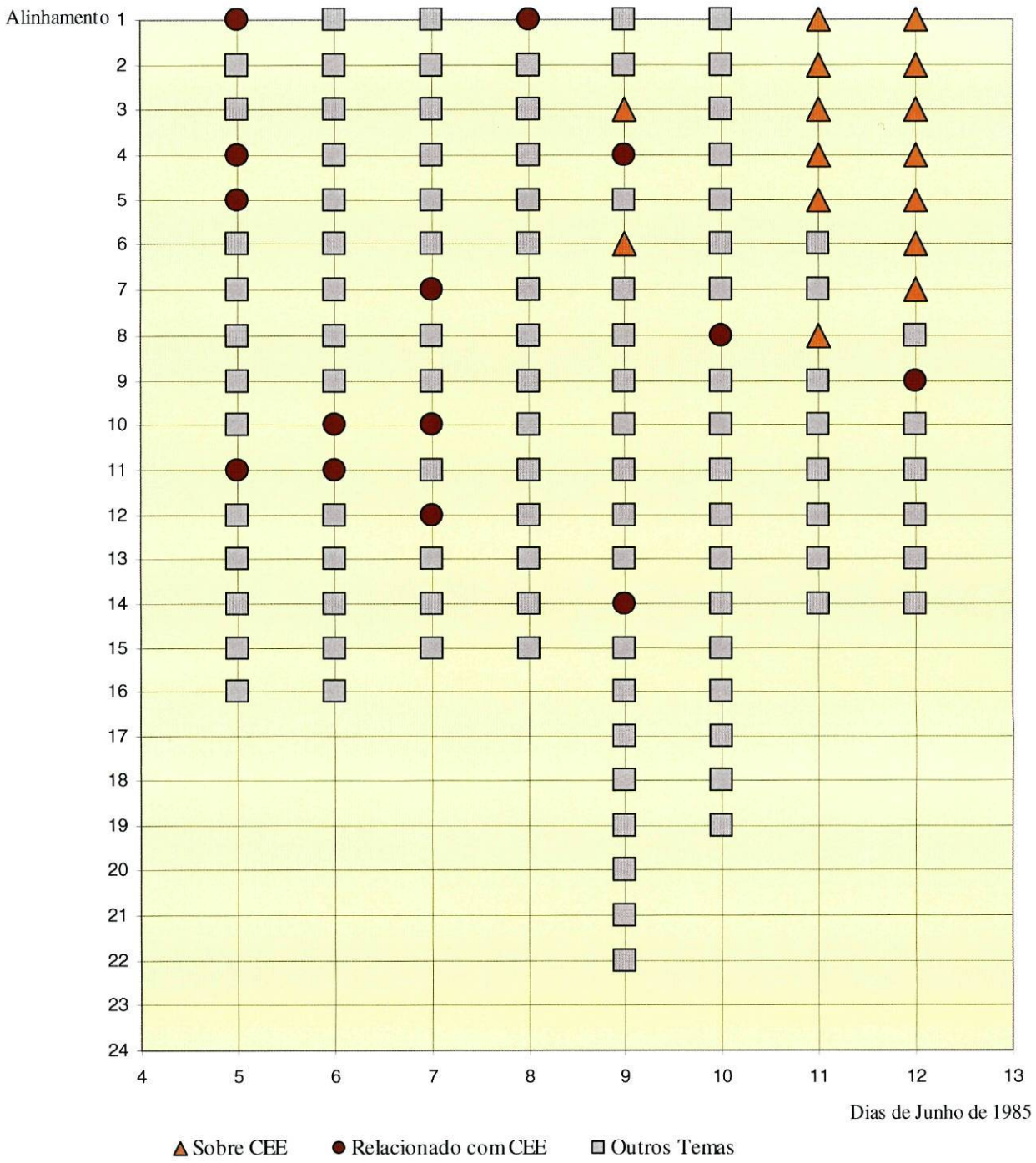
Estes constrangimentos podem ajudar a explicar o tipo de tratamento dado durante a semana a um assunto que teria, depois, importância suficiente para a ele se dedicar todo um dia de emissão da RTP. Ao contrário do que Dayan e Katz postulam, a estação não promove o tema insistentemente, não prepara o público de forma cabal e detalhada para descodificar todo

o significado do evento. Note-se, contudo, que a tipologia dos dois comunicólogos é estabelecida em países onde a concorrência televisiva era já uma realidade, o que estimula, obviamente, a promoção dos eventos transmitidos pela estação para captar audiências.

Contudo, dada a previsibilidade e importância da telecerimónia e o facto de a RTP a ela se associar seria de esperar um tratamento mais profundo e detalhado dos dados, uma maior insistência na promoção do evento nos Telejornais, até porque a RTP parece aderir ao seu significado. Efectivamente, recorrendo aos critérios de Rosengren, seria lógico que a estação fizesse uma cobertura não apenas descritiva ou narrativa do evento, mas que privilegiasse também uma abordagem mais explicativa do significado do acontecimento mediático. No entanto, à excepção de uma breve e superficial entrevista ao Presidente da Comissão de Integração Europeia (no dia 11), só na data da Adesão é que a emissora decide mostrar no Telejornal algumas consequências da entrada na CEE e elucidar os portugueses, de forma muito vaga e genérica, sobre alguns impactos possíveis da Adesão às Comunidades.

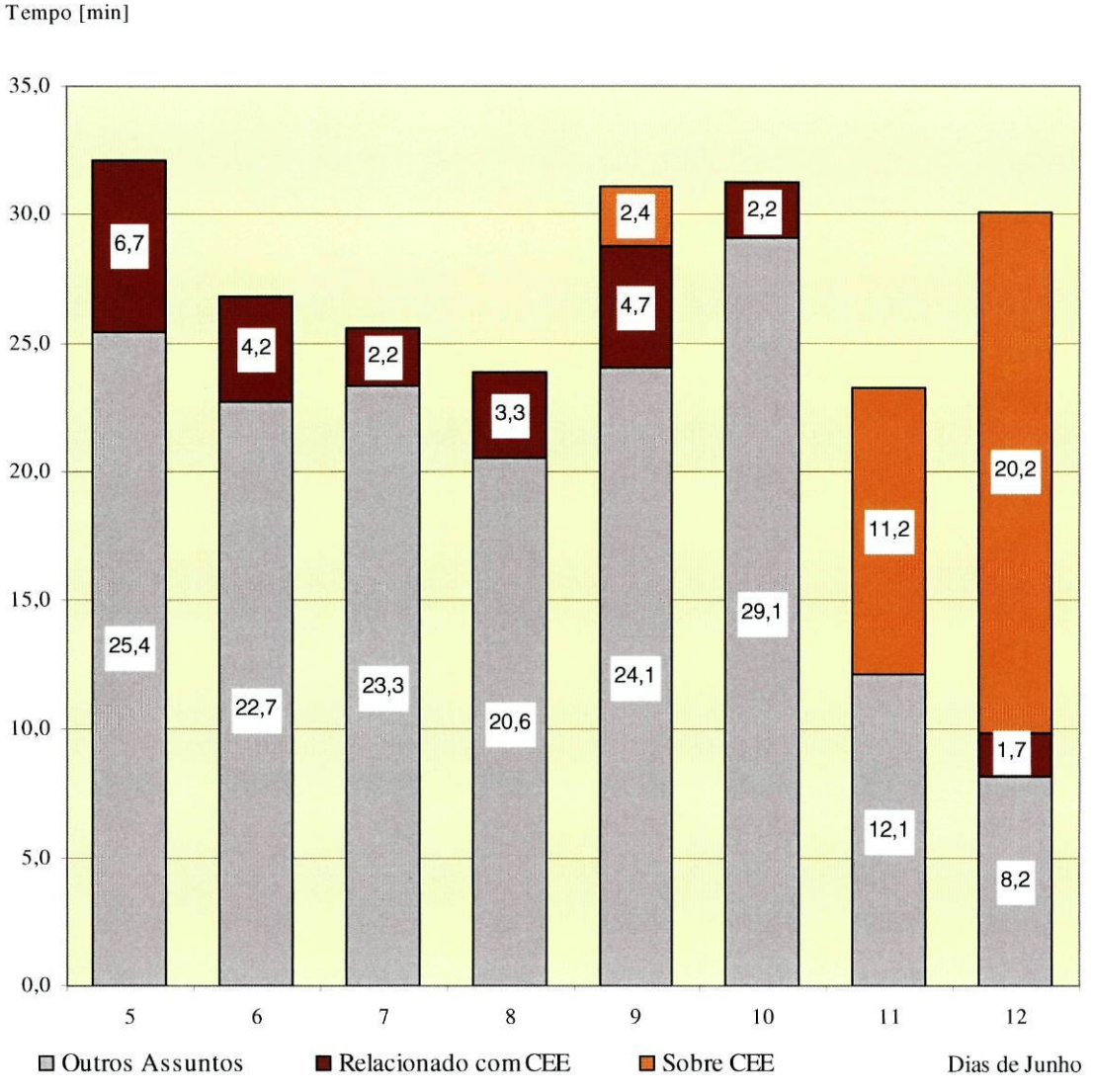
A transmissão da telecerimónia a 12 de Junho servirá, assim, não só para testemunhar e comemorar o evento, como também se erigirá no primeiro trabalho, mais efectivo e detalhado, de esclarecimento de massas sobre o impacto da Integração Europeia na vida dos portugueses.

Gráfico I - Posição das Reportagens no Alinhamento do Telejornal



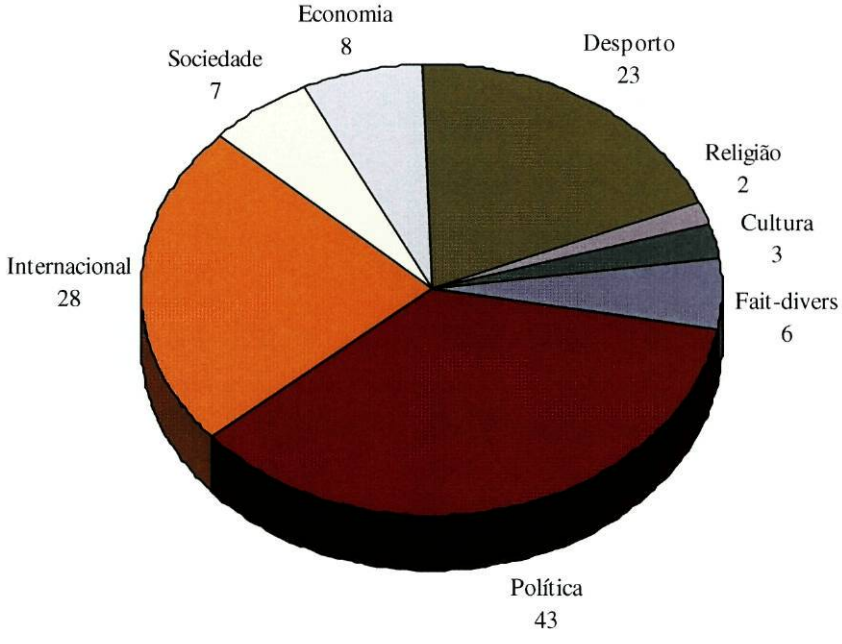
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Gráfico II - Tempo das Reportagens por Assunto



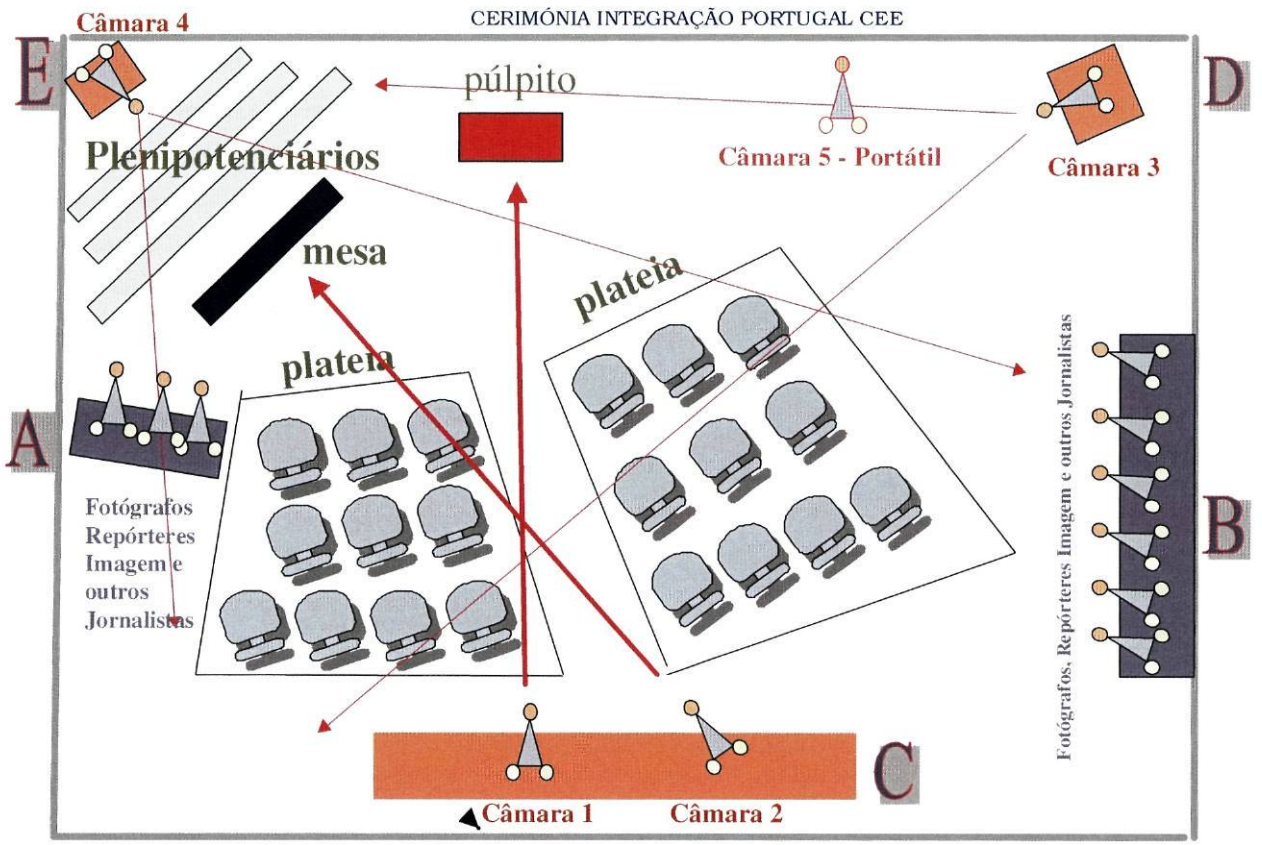
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Gráfico III - Temas das Reportagens do Telejornal
(5 a 12/06/85)

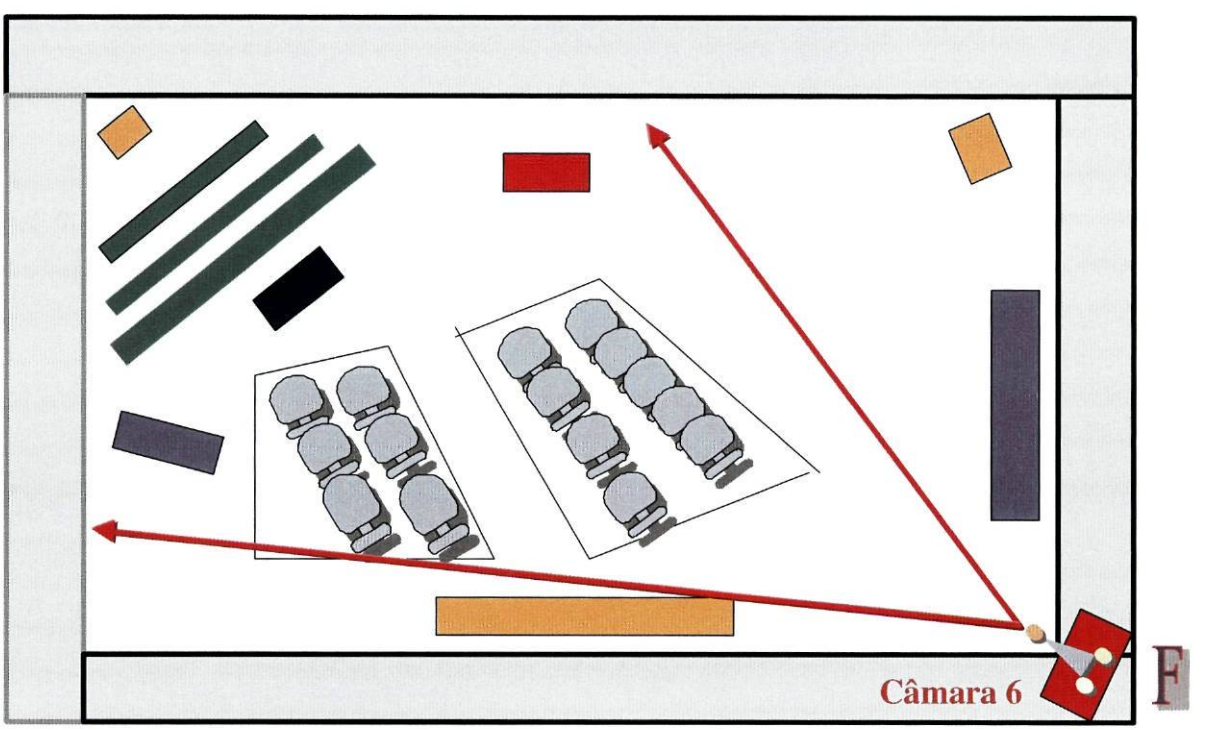


Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Esquema I – Disposição dos Elementos da Telecerimónia nos Claustros do Mosteiro dos Jerónimos



Planta base – r/c



Galeria Superior (2º andar)

Fonte: Manuel Tomás, realizador da RTP, 1985

V - O DIA 12 DE JUNHO DE 1985 VISTO PELO ECRÃ DA RTP

V.1 - A Telecerimónia de Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE

V.1.1 – A construção da Telecerimónia

Às oito horas e quinze minutos de 12 de Junho de 1985 chegava finalmente o grande dia para Portugal. Depois do Hino da RTP na abertura, Fátima Medina introduzia a maratona de 14 horas, 45 minutos e 1 segundo de emissão[34] dedicadas exclusivamente à assinatura do Tratado de Adesão à CEE - 3,1% do total do tempo produzido pela Informação Diária da RTP durante o ano de 1985! A locutora explica aos telespectadores que a RTP1 iria dedicar toda a emissão ao assunto. É um dia único na vida da RTP, um dia exclusivamente votado a um tema, que altera radicalmente toda a programação habitual. A RTP2, contudo, como canal alternativo, mantém a programação habitual e trata o tema exclusivamente numa óptica informativa, inserindo quatro reportagens e dois "offs" sobre o assunto durante o "Jornal da Noite", emitido às 22.30H.

As mudanças na grelha habitual do canal só podem ser compreendidas uma vez que a data que se assinala tem, também para os media que decidem inverter todo o ritmo e o conteúdo da programação normal, uma importância fulcral. Este anúncio de emissão especial logo na abertura do canal demonstra aos portugueses mais desatentos que algo de importância desusada se vai passar, constitui, como explicam Dayan e Katz, «*uma cerimónia que interrompe o fluxo da vida quotidiana*» (Dayan e Katz, 1999: 27). É o início da segunda grande telecerimónia da Televisão Portuguesa na era democrática, logo a seguir em importância à primeira visita do Papa João Paulo II a Portugal, efectuada em Maio de 1982[35].

Convém, contudo, atentar-se ainda melhor na noção, central neste trabalho, de acontecimento mediático cerimonial, a telecerimónia na feliz expressão de Mário Mesquita, tal como foi definida pelos comunicólogos Dayan e Katz. Na Introdução tracei já, em linhas gerais, a definição deste conceito, que, na era contemporânea se adapta às novas realidades da democracia imersa numa sociedade mediática. Convém aqui ressaltar que se analisa um tema

[34] Estes dados provêm do Anuário da RTP. No total, a RTP1 alongou a emissão habitual a um total de 16 horas, oito minutos e 8 segundos (conforme os dados do Arquivo de Verificação e Estatística da Emissora), enquanto que a RTP2 não alterou o ritmo normal e se quedou por 3 horas, 44 minutos e 40 segundos de emissão.

[35] Afirmação feita na sequência do depoimento de Ramiro Ribeiro, chefe do serviço de manutenção de estúdios, em 1985.

que, pelo interesse geral que suscita, se erigiria sempre em acontecimento mediático[36], mas que, pelo facto de ser noticiado pelos media em geral e pela televisão em concreto, adquire dimensões e contornos que, de outro modo, não alcançaria.

Todavia, nem todos os *media events*, para utilizar a expressão anglo-saxónica, são telecerimónias. Efectivamente, desde os primeiros tempos da televisão em Portugal, e no início porque o domínio da tecnologia seria mais incipiente, é mais frequente assistir-se a transmissões de "directos cerimoniais". Este género de cerimónias, frequentemente rituais de Estado, com o "guião" pré-estabelecido e com menos probabilidades de gerarem erros durante as emissões são, por razões óbvias, as preferidas das sociedades totalitárias. A prová-lo está o facto de que a primeira grande transmissão em directo da RTP ocorrer aquando da visita da rainha da Grã-Bretanha a Portugal, em 1957.

Contudo, na era democrática, estas cerimónias televisionadas e difundidas pelo menos à escala nacional não desaparecem. No entanto, é agora necessário ganhar a anuência das estações televisivas, até porque, como lembram Dayan e Katz, estes acontecimentos «*não são apenas manipulações políticas. As estações emissoras – nas sociedades ocidentais – são independentes do governo ou, pelo menos, juridicamente autónomas* [...] *os jornalistas precisam de estar convencidos antes de suspenderem o seu cepticismo profissional* [...] *acontecimentos oficiais não podem ser impostos a quem não quer ou a quem não acredita*» (Dayan e Katz, 1999: 32). Assim, não é difícil imaginar que qualquer estação televisiva portuguesa, se a era comercial já tivesse aparecido, sequer pensasse em negligenciar a cobertura de um grande acontecimento para o país. Como referi na introdução, este evento contém em si diversos valores-notíca e apela a princípios, neste caso concreto, *quase* consensuais para a sociedade portuguesa. Em todo o caso, trata-se de um assunto de inegável interesse nacional e merecida cobertura mediática, quanto mais não fosse porque iria influenciar o modo de vida dos portugueses. Convém, por isso, tentar perceber como é que os participantes e responsáveis pelo evento o viram e como é que decidiram realizar a cobertura do mesmo.

Sarsfield Cabral, que intervém no debate sobre a indústria e co-modera a discussão da noite, assevera que a Adesão era tida, ao tempo, por consensual (à excepção da posição do PCP) e ainda não se falava nos fundos europeus - discutia-se antes, como se evidenciará mais

[36] A noção de acontecimento mediático é distinta da de pesudo-acontecimento, neste último caso inserem-se os acontecimentos criados e fabricados para e por causa dos media, como as vulgares conferências de imprensa. No entanto, por vezes, a fronteira entre os dois é difusa. Tal não acontece no caso em análise - a Adesão de Portugal à CEE seria sempre um grande acontecimento noticioso, cuja existência não depende dos media. Porém, convém

à frente, se o país seria ou não contribuinte líquido da CEE. O comentador entende que a entrada de Portugal no clube dos ricos era encarada como um "desígnio nacional", num país ainda não totalmente recuperado das convulsões da Revolução e revela que, também ele, era partidário da Adesão. Carlos Albuquerque, na altura Director de Informação Diária da RTP, corrobora: «*grande parte da classe jornalística talvez tenha assumido a Adesão como um desígnio nacional por influência dos políticos*». Joaquim Pedro, moderador do debate de agricultura, assevera mesmo que «*não havia uma estrutura organizada que se quisesse mostrar contra a CEE, mesmo o PCP, apesar da posição institucional, acabava por aceitar a Integração. Era um acontecimento abrangente*». No entanto Carlos Albuquerque rompe, um pouco, este manto de unanimidade e revela que, no seu entender, «*existiam franjas do PS e PSD, no Bloco Central, que não eram defensores acérrimos da Adesão*». Ao invés, Joaquim Pedro assegura que «*a Adesão era popular, as pessoas entendiam que Portugal não tinha outra hipótese, por isso, era difícil alguém assumir-se contra a entrada de Portugal na CEE.*». Manuel Tomás, jornalista e realizador da RTP responsável pela transmissão, assevera que o próprio PCP também estava de acordo com a assinatura do Tratado, mas, num contexto de um mundo dividido entre dois blocos, mostrava-se pública e politicamente contra. Tomás, que era aliás um entusiasta da Adesão, entende que na RTP, genericamente, se estava de acordo com a decisão política, «*os jornalistas estavam ainda a ensaiar os passos da liberdade de intervenção*».

Cesário Borga, que assegurou a transmissão em directo do Palácio de Belém e co-modera o debate sobre emigração, recorda-se que, ao tempo, os jornalistas tentavam descortinar qual era o entendimento da população sobre o assunto: «*havia muita curiosidade e ansiedade para se saber se a Adesão era apenas uma preferência das elites e se as pessoas não ligavam ao assunto*». Contudo, Borga admite que as sondagens traduziam bem o facto de a população aprovar a entrada de Portugal na CEE do ponto de vista social e económico, «*percebiam bem que o nível de vida iria melhorar, embora não alcançassem o significado político e estratégico da Adesão, como salvaguarda da democracia e garante do regime*». Joaquim Pedro concorda, entende mesmo que os portugueses apoiavam a decisão, sobretudo por motivos económicos, mas que não tinham a percepção de como é que as coisas iriam funcionar depois, o que é que de facto iria mudar com a Adesão ao Mercado Comum[37]. Ainda

---

ressaltar que o acontecimento que se torna mediático é sempre influenciado e ganha características diferentes pelo facto de ser coberto pelos mass media.

[37] As opiniões manifestadas pelos diversos jornalistas em 2003 contradizem um pouco o resultado da sondagem divulgada no Telejornal de 12-06-85. Com efeito, o inquérito de opinião encomendado pela RTP revelava que os portugueses acreditavam que o custo de vida e o desemprego iriam subir, embora reconhecessem que a Adesão

assim, os intervenientes asseguram que o acontecimento era visto pelos jornalistas da RTP como um momento importante e histórico, embora Joaquim Pedro seja de opinião que o entusiasmo dentro da estação não era grande, à imagem do que se passaria no país. Para o jornalista, as pessoas estavam mais preocupadas com a crise económica, sendo a excitação maior entre os políticos.

A Adesão é, assim, descrita por todos os participantes na transmissão como consensual para a época. Como vimos, a importância inegável do acontecimento garantiria sempre uma cobertura mediática maciça, porém, importa agora atentar mais detalhadamente na forma como toda a emissão foi planeada e pensada para se perceber se a RTP veiculou os sentidos propostos pelo poder político e se se associou ou não à celebração da data, garantindo a "telecomemoração" a Adesão.

Recorrendo uma vez mais às palavras de Dayan e Katz, estas cerimónias: «*Celebram o que, globalmente, são iniciativas do sistema e que, portanto, são inquestionavelmente hegemónicas. São proclamadas históricas*» (Dayan e Katz, 1999: 23)[38]. De facto, a RTP não só confere historicidade ao momento como ajuda, ela própria, a realizar e a produzir o evento em estreita colaboração com o poder político. A assinatura do Tratado seria vista, de um modo geral, também pelos profissionais de comunicação como um "desígnio nacional", ao ponto de não se sentirem feridos na sua ética por ajudarem a celebrar o dia, por garantirem que "tudo correria bem para Portugal".

Carneiro Jacinto, conselheiro de imprensa de Mário Soares na época, revela pormenores sobre a cerimónia. O actual assessor de imprensa da Embaixada de Portugal em França, explica que tudo foi preparado com apenas um mês de antecedência. O assessor foi a Bruxelas receber instruções sobre os preceitos cerimoniais a respeitar, depois discutiu com Mário Soares a localização do evento. Segundo Carneiro Jacinto, o Primeiro-Ministro sugeriu logo o Mosteiro dos Jerónimos para cenário da assinatura, enquanto o assessor dizia preferir a Torre de Belém. Os dois visitaram o local e, comprovando-se que esta última não dispunha de espaço suficiente, ficou decidido que os Jerónimos seriam o local escolhido - a Torre seria o

---

traria vantagens a nível da estabilidade política, educação, saúde, transportes e comunicações e qualidade dos produtos de consumo.

[38] Embora já tenha feito alusão a esta mesma citação do livro de Dayan e Katz na introdução, julguei por bem repeti-la por ser de extrema importância e sintetizar bem o pensamento dos autores sobre o assunto. A passagem enquadra-se, explica e torna mais claros os depoimentos que se seguem.

cenário da Fotografia de Família, com a vantagem de ser possível fazer aterrar helicópteros no relvado fronteiro, como veio a suceder.

Numa reunião no Gabinete de Soares, Carneiro Jacinto, Manuel Tomás, realizador da RTP, Bernardino Gomes, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, e João Almeida, arquitecto, acertam os detalhes. Carneiro Jacinto revela os motivos das escolhas: conhecia o realizador Manuel Tomás porque ele dirigira, ao longo da década, muitas entrevistas políticas na RTP com Margarida Marante, por seu turno, a opção por João Almeida deveu-se ao facto de Soares conhecer já o trabalho do arquitecto. O assessor dialogou também com Fernando Balsinha, Director de Informação da RTP, que se encarregou da produção dos debates durante o dia, explica Tomás. Assim, ficou assente que o realizador pediria o que fosse necessário para que a cerimónia resultasse em televisão, o arquitecto encarregar-se-ía, depois, de escolher os elementos (a mesa da assinatura, etc), fazer o arranjo espacial e embelezar o cenário com a ajuda de decoradores, mas sempre de acordo com as necessidades televisivas. Recorda Tomás que ficou estabelecido que ele dialogaria com o arquitecto e Carneiro Jacinto "desbloquearia" com Soares os meios necessários.

Para que a cobertura resultasse, foi feita uma extraordinária mobilização de meios técnicos e humanos para a época. Tomás explicita todos os equipamentos utilizados e desvenda os motivos por que o fez. O realizador teve acesso a, pelo menos, três carros de exteriores distribuídos entre a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio de Belém e a um helicóptero da Força Aérea. Aí colocou uma câmara com feixes, que enviavam o sinal da câmara para o carro de exteriores e daí para a central da RTP.

Na Torre, usou três câmaras para cobrir a chegada das delegações e a fotografia de família, símbolo do dia[39]. A primeira ficou assente num praticável[40] muito alto (quase a uma altura conseguida através de uma grua), outra, portátil, recolhia imagens ao nível do chão (foi operada em tripé embora estivesse inicialmente prevista para ser usada ao ombro), a terceira estava também montada num tripé. Ligada a este carro, ficou também uma outra câmara colocada numa grua muito elevada na Praça do Império.

[39] Para além dos três operadores de câmara, um sonoplasta, um chefe técnico de produção, um jornalista e uma realizadora completaram a equipa.

[40] Estrutura rígida concebida para suportar uma câmara fixa e o respectivo operador. A altura é variável, uma vez que o praticável é construído por módulos.

No Palácio de Belém, tal como indica a ficha técnica do programa, três câmaras cobriram a recepção[41]. Porém, logo que os convidados saíram dos Jerónimos, um dos repórteres de imagem foi juntar-se ao dispositivo inicial já instalado na Torre de Belém para melhorar a transmissão.

O Mosteiro dos Jerónimos, local central do dia, recebeu um tratamento mais cuidado e, naturalmente, o maior número de pontos de reportagem: nove câmaras, uma das quais com tele-objectiva[42]. Assim, nos claustros foram colocadas cinco câmaras fixas e uma portátil, outra portátil fazia a transição entre a entrada do Mosteiro e o interior onde decorreria a assinatura, a tele-objectiva foi posta no telhado dos Jerónimos e outra câmara colocada à entrada do edifício num tripé[43]. Para além disso, os jornalistas dispuseram de uma sala de imprensa para trabalharem dentro do espaço do Mosteiro. Já no estúdio, para filmar os vários debates do dia, Tomás colocou seis câmaras, em vez das quatro habituais[44].

No total, a RTP refere 43 profissionais de televisão, uma enorme mobilização de meios para cobrir um "grande acontecimento nacional", quase o acontecimento "monstruoso" de que fala Nora, se tivermos em conta a escala portuguesa. O responsável pelos meios técnicos da emissão, Ramiro Ribeiro, confirma a gigantesca operação. Na altura, o profissional desempenhava as funções de chefe do serviço de manutenção de estúdios e confirma a utilização de carros de exteriores com *régie* incorporada a partir dos quais foi feita a realização do evento. O sistema utilizado então era denominado por BCN, pequenas bobines de 20 a 30 cm, anteriores ainda às videotapes, mas dos carros de exteriores (um deles foi uma

---

[41] Também um operador de mistura e efeitos especiais, um controlador de imagem, dois sonoplastas, um técnico de iluminação, um jornalista e um realizador integram a equipa da RTP, de acordo com a ficha técnica.

[42] Função desempenhada por algumas câmaras de filmar. Através de um jogo de lentes, a tele-objectiva reforça a potência de *zoom* da câmara, conseguindo assim uma aproximação ao objecto filmado mais fiel, ainda que este se encontre muito distante. O operador de câmara, a própria câmara e o referente (objecto filmado) não se mexem, é a tele-objectiva que permite a aproximação, que realiza um *zoom in* com grande qualidade, de forma a que o referente se veja com total nitidez, tal como se fosse captado a uma distância menor. Como esta câmara se encontrava localizada no telhado dos Jerónimos, percebe-se bem por que é que necessitava da tele-objectiva para filmar a cerimónia e os seus momentos mais relevantes a partir de uma localização que permitisse uma captação de imagens original, mas também com qualidade.

[43] Na ficha técnica da RTP que passou no final da emissão, explica-se que uma operadora de mistura e efeitos especiais, um controlador de imagem, quatro sonoplastas, um técnico de iluminação, sete assistentes operacionais, um chefe técnico de produção, dois jornalistas, um tradutor e um realizador integraram a equipa destacada nos Jerónimos.

[44] De notar uma certa discrepância quanto ao número de câmaras e até de carros envolvidos na transmissão. De acordo com o genérico, há 13 câmaras usadas para a transmissão em directo e mais 10 no estúdio. Ramiro Ribeiro garante que são 14 as câmaras usadas no directo e dois carros de exteriores. Contudo, Manuel Tomás, o realizador e organizador da cerimónia, assevera que foram empregues, pelo menos, 3 carros de exteriores, aos quais estariam ligadas 9 câmaras nos Jerónimos e uma tele-objectiva, 4 no Palácio de Belém, 4 na Torre de Belém e 6 no estúdio. O realizador lembra, no entanto, que este é o número de câmaras que usou em cada momento, mas que alguns repórteres de imagem e respectivas câmaras foram usados em diversas situações. Recorda também que alguns profissionais acabaram por não ser inseridos na ficha técnica da transmissão da

das primeiras unidade móveis de produção a cores) era já possível gravar e debitar material em directo, sem contudo comportar tanta operacionalidade em termos de edição como hoje. No local permaneceram 14 câmaras, fixas e portáteis (ver nota de rodapé anterior), distribuídas pelos carros, para além da utilização do helicóptero, já referida. Ramiro Ribeiro recorda que já era prática comum a utilização de helicópteros, sobretudo os da Força Aérea, embora envolvesse necessariamente duas pessoas para a operação. De facto, era necessário um assistente que orientasse permanentemente a antena para o receptor (hoje o processo é automático), bastava que o helicóptero rodasse para que o sinal pudesse falhar com facilidade até que se captasse de novo o receptor. Assim, como assevera Ramiro Ribeiro, «*era necessária muita carolice e empenhamento dos profissionais*».

Ao contrário do que é hoje comum, não houve montagem no local da cerimónia de salas de edição para outras televisões estrangeiras, Ramiro Ribeiro lembra que o procedimento ainda não era prática corrente nem a disponibilidade de meios semelhante à de hoje (o grande crescimento dos meios na RTP só teve lugar em 1996-1997). No entanto, confirma que o acontecimento foi visto com grande importância pela RTP de então, a prová-lo está a mobilização técnica reunida, absolutamente excepcional para o tempo. O profissional assevera que só a primeira vinda do Papa João Paulo II a Portugal, em Maio de 1982, tinha antes motivado uma cobertura ainda maior em termos de meios envolvidos. De qualquer forma, assegura que a mobilização de recursos humanos e técnicos empreendida para a cobertura da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE foi largamente superior à utilizada para a produção de quaisquer eleições nacionais da altura, por mais importantes que fossem.

Uma vez que analisámos já todo o esquema "logístico" montado para cobrir o acontecimento, atentemos agora na nos preparativos feitos para embelezar o cenário do evento e observemos também como foi gizada ao pormenor toda a cerimónia na cabeça dos seus "encenadores". Para que a *performance* final dos actores sociais "em palco" resultasse na perfeição, houve um prévio e indispensável estudo sobre a disposição das câmaras, por forma a captar o evento na sua plenitude e a torná-lo, se possível, mais interessante e cativante aos olhos dos espectadores.

Segundo Manuel Tomás, foi o arquitecto que teve a ideia de colocar uma lona gigante a cobrir o espaço. O próprio realizador já tinha assistido a uma grande cerimónia em Espanha

---

cerimónia, sendo depois mencionados na ficha técnica no final do dia – assim se entende por que é que estando 6 câmaras no estúdio, sejam mencionados 10.

com um recurso semelhante e também entendeu que a estrutura resultaria na perfeição – foi aliás do país vizinho que veio a famosa lona. A ideia, explica Tomás, foi a de aliar «*conforto, originalidade e inovação*» e garantir que os espectadores não se molhassem caso chovesse. Carneiro Jacinto recorda-se que foi necessário fazer um «*seguro brutal para a eventualidade de a estrutura cair*», Tomás explica que foi precisa a intervenção dos bombeiros e de empresas de construção civil para montar a lona, que «*deu muito trabalho*».

Para que tudo resultasse bem, houve antes que proceder a importantes trabalhos que tornassem os claustros num confortável cenário telecerimonial. Tomás recorda que todo o jardim interior foi retirado e transferido para outro local nos Jerónimos de forma a poder colocar-se uma plataforma de madeira sobre a qual foi posta alcatifa e dispostos os lugares

A disposição do espaço (ver Esquema I em Extratexto) foi toda concebida por Manuel Tomás, que «*disse onde precisava que tudo estivesse para que a transmissão televisiva corresse bem.*» Foi ele que determinou a largura dos estrados para a televisão, aliás recorda Carneiro Jacinto, «*iguais a um que vi depois na Casa Branca, em Washington*». Porém, Tomás garante que nunca tinha visto plataformas assim e que apenas idealizou o que precisava para garantir o bom funcionamento da cerimónia. O realizador dispôs a sala de forma a que a acção decorresse «*no ângulo oposto àquele em que o sol batia para garantir a melhor luz*». É, de facto, toda uma cerimónia na qual o media televisão desempenha o papel principal, uma cerimónia, que, como os depoimentos vão desvendando, é coreografada mais para ser vista em casa do que para ser assistida no próprio local onde decorre. É pela televisão que esta assinatura burocrática se transforma em telecerimónia, que se espera mobilizadora da população.

Uma vez que tudo foi delineado para resultar no ecrã, atente-se então, na distribuição do espaço nobre da telecerimónia feita por Manuel Tomás. O realizador idealizou duas plataformas laterais com um metro de altura (A e B no gráfico) destinadas à imprensa, para que os jornalistas que seguiam a cerimónia e os repórteres de imagem (operadores de câmara que recolhiam planos para elaborar reportagens mais tarde e fotógrafos que captavam os momentos essenciais da telecerimónia) «*fizessem o trabalho sem o incómodo das cabeças dos convidados*». O estrado A media 3 metros de comprimento por 2 m de largura, o estrado B tinha 5 metros de comprimento por 2 m de largura. Já o estrado C (1, 5 m de altura, 3 m de comprimento e 2 m de largura) era exclusivamente ocupado por duas câmaras da estação pública e «*permitiu que os operadores da RTP trabalhassem sem a perturbação de outros colegas a recolher imagens e captassem os planos dos plenipotenciários sem a interferência das cabeças do público*». Assim, os operadores da RTP que asseguravam o directo, equipas

de reportagem e fotógrafos puderam «*coexistir sossegadamente, sem atropelos, de forma a que todos tivessem garantidas condições de trabalho sem prejudicarem a recolha de imagem dos outros*».

Dentro dos claustros dos Jerónimos, como vimos, Tomás colocou 5 câmaras - 4 fixas e uma portátil. As câmaras 1 e 2, assentes no estrado C, tinham três missões fundamentais: «*captar a imagem de qualquer um dos plenipotenciários (C2), dos oradores que falassem do púlpito (C1) e a cerimónia das assinaturas na mesa. Assim, foi a C1 que acompanhou a deslocação de Soares para a mesa, enquanto que a C2 deu o acto de assinatura*». Tal como na preparação do casamento real britânico analisada por Dayan e Katz, Tomás também se preparou para eventuais problemas técnicos. No evento britânico, a BBC previu formas de assegurar a transmissão, mesmo que ocorresse um ataque terrorista, através de «*planos de contingência e formas de emissão alternativas. O acontecimento podia continuar enquanto a crise é resolvida*» (Dayan e Katz, 1999: 93). Em Portugal, Tomás garantiu que seriam colocadas «*duas câmaras no estrado C, com o objectivo de assegurar uma alternativa de captação do acto de assinatura, no caso de uma das câmaras avariar.*» De facto, as câmaras 4 e 5 tiveram problemas técnicos durante a cerimónia, que impediram o realizador de as utilizar «*em situações particulares que necessitava de cobrir*».

A distribuição das câmaras pelo cenário incluía ainda a colocação de dois praticáveis (D e E), com 2 metros de altura e 1, 5 m de largura, «*decorados com os tons azuis de enquadramento da cerimónia*». A câmara 3 fornecia planos gerais de relacionamento do público com os plenipotenciários e planos médios ou próximos da plateia e dos signatários. Já a câmara 4, disfarçada pelos elementos decorativos integrados no espaço dos plenipotenciários, mostrava o relacionamento dos elementos das delegações da CEE com a plateia e permitia filmar planos próximos ou médios de pessoas da assistência. A única câmara móvel presente (C5) nos claustros ficou no espaço entre o praticável D e o púlpito para captar «*determinadas reacções da assistência ou situações gerais da cerimónia*». No vértice do claustro do segundo andar, Tomás colocou a câmara 6 para dar o «*beauty shot, ou seja, o plano geral de envolvimento de toda a cerimónia*». A câmara portátil foi também usada no 2.º andar para mostrar o ângulo inverso da cerimónia, ou seja, um plano geral colhido de frente para a plateia. No telhado dos Jerónimos, uma câmara com tele-objectiva completava o dispositivo mediático.

Como os depoimentos evidenciam, toda a telecerimónia foi preparada com a ajuda explícita da RTP, ao ponto de a estação ser mesmo co-organizadora do evento. Este facto põe em evidência o inquestionável carácter consensual de que o acontecimento se revestiu e

explica também, para o jornalista Joaquim Pedro, a mobilização extraordinária dos meios utilizados para a cobertura. A Adesão terá sido vista pelos próprios repórteres e pela cadeia de televisão como um marco para Portugal, com que eles deveriam também cooperar, garantindo que tudo corresse da melhor forma. São os protagonistas principais da organização vivos (Carneiro Jacinto e Manuel Tomás) que o reconhecem e se orgulham-se, ainda hoje, do trabalho realizado. Manuel Tomás, por exemplo, recorda mesmo que a RTP «*foi muito gabada*» pelo trabalho realizado. Como notam Dayan e Katz: «*A lealdade à definição é provavelmente a essência daquilo que torna as cadeias de televisão em actores em vez de observadores.* [...] *É evidente que o dilema de transmitir ou não o desvio ou a "subversão" de um acontecimento* [...] *envolve uma escolha editorial muito difícil.* [...] *requer a decisão de violar a integridade do acontecimento contratualmente acordada, reintroduzindo critérios jornalísticos que podem ultrapassar a autoridade e competência das equipas especiais encarregues de transmitir os acontecimentos cerimoniais*» (Dayan e Katz, 1999: 87).

De facto, a transmissão da RTP nunca viola a definição proposta, antes corrobora e reforça a posição oficial. A própria assunção dos custos da operação televisiva pelas Comunidades Europeias não deixa margem de manobra que possibilite outro tipo de cobertura. É o próprio Carneiro Jacinto que revela que todos os meios técnicos necessários para as filmagens foram custeados pela Direcção-Geral de Comunicação da CEE, procedimento aliás comum, explica, sempre que um novo país adere. O Estado Português pagou apenas a cerimónia, o trabalho do arquitecto e o almoço oferecido aos plenipotenciários, confeccionado pelo *chef* Michel. O helicóptero usado para recolher as imagens mais gerais foi cedido pela Força Aérea. A divisão das despesas, garante Jacinto, foi negociada em Bruxelas através do Governo por Ernâni Lopes e António Marta, tanto mais necessária uma vez que o país lutava ainda com problemas económicos graves. A RTP pagou, claro, aos funcionários e garantiu apenas os almoços a toda a equipa técnica presente.

Efectivamente, a co-organizadora RTP produziu e garantiu o sucesso do imenso trabalho mediático, encenando o acontecimento e coreografando-o para que resultasse o melhor possível no ecrã. Segundo Tomás, recorreu-se mesmo a equipamentos que nunca tinham sido usados anteriormente e que foi necessário testar. Ao contrário do que se pudesse imaginar que aconteceria em 1985, Carneiro Jacinto é categórico: «*Fomos percursores em Portugal em termos de coreografar uma cerimónia oficial desta importância para a televisão, como toda a gente faz hoje. Foi tudo totalmente feito para a televisão.*» Por isso, o assessor assume a importância fulcral do trabalho de Manuel Tomás: «*A assinatura era uma cerimónia*

para a televisão, quem podia dizer o que queria do espaço para dar um "boneco"[45] *bonito e onde tudo se colocava só podia ser alguém da área da televisão.*»

Carneiro Jacinto revela que tudo só ficou pronto no próprio dia, às seis da manhã, e que a própria transmissão da telecerimónia teve mesmo direito a ensaio-geral para a televisão, com a presença de Mário Soares! O assessor recorda-se de ter combinado com o Primeiro-Ministro que quando Soares acabasse de assinar o Tratado olharia em frente para a câmara que captava o histórico momento, tal como, de facto, aconteceu. Pormenor saboroso e simultaneamente indiciador da importância da imagem em política, Carneiro Jacinto lembra que aconselhou Soares a substituir os seus tradicionais e conhecidos óculos de leitura por outros, de massa, maiores «*que lhe davam mais pose de Estado. O Primeiro-Ministro experimentou os dois no ensaio-geral*» e ficou então decidido que usaria os óculos que lhe conferiam mais gravidade.

Manuel Tomás recorda o seu «*envolvimento afectivo no projecto*» e assume-se enquanto «*encenador - eu disse onde e como precisava que a sala estivesse disposta para que tudo resultasse bem em televisão*». Explica que «*transformou os claustros dos Jerónimos num salão onde decorreu uma cerimónia ímpar. O local estava cheio de simbolismo, era um dia histórico e único, tentei através da realização "vender"*[46] *o espaço cénico onde tudo decorreu e assim conferir beleza a um acto burocrático*».

Com efeito, ao longo do directo, o realizador tenta sublinhar a dimensão simbólica do acontecimento fornecendo inúmeros planos de pormenor dos monumentos que estão longe de ser escolhidos ao acaso. O espectador pode ver em pormenor significativas esferas armilares, "imagem de marca" do estilo manuelino, afinal ícones palpáveis e traduções visuais de uma supremacia nacional nos "dourados" tempos de antanho. A correspondência entre o discurso oral e o das imagens é reforçada passo a passo - quando se fala da epopeia marítima dos Descobrimentos, o telespectador é brindado com belos planos da Torre de Belém. Durante toda a transmissão nos Jerónimos, quem está em casa pode ver atentamente vários detalhes do monumento, planos que denotam sensibilidade artística e embelezam uma institucional cerimónia burocrática (ver Figuras XVIII e XIX em Extratexto). O realizador tenta tornar a transmissão o mais atraente possível para os olhos do espectador, cativando-o com imagens simultaneamente belas e carregadas de simbolismo facilmente apreensível (até porque é explicado pelos jornalistas repetidamente). Como explicam Dayan e Katz, «*Os verdadeiros*

[45] Termo usado em gíria televisiva para se referir à imagem, a uma imagem com particular valor simbólico.
[46] Termo que, quando usado, em gíria televisiva não se reveste de carga pejorativa, significa antes fazer realçar, demonstrar melhor algo.

construtores de monumentos do século XX são os realizadores televisivos. [...] *são os grandes definidores dos enquadramentos da experiência colectiva.* [...] *Trata-se de uma estética que obtém a participação dos espectadores sem chamar a atenção para si, tornando-se quase invisível*» (Dayan e Katz, 1999: 112-113).

A telecerimónia foi, como vimos, construída e produzida pela RTP, importa agora analisar ao pormenor um enquadramento teórico que pode enquadrar e ajudar a compreender melhor a natureza do trabalho e das opções da RTP.

Em democracia, a persistência das telecerimónias, instrumentos legitimadores do poder, reveste-se então, necessariamente, de um carácter diverso, menos autoritário do que em regimes ditatoriais, mas mais subtil: «*A televisão transforma proclamações de autoridade em exercícios de sedução*» (Dayan e Katz, 1999: 92). É exactamente a este perverso paradoxo emergente que alude Ignacio Ramonet, citando Frédéric Beigbeder numa entrevista ao Figaro em 2000. O autor explica que «*Esse fascismo reteve a lição das derrotas precedentes*[...]. *Para reduzir a humanidade à escravatura,* [...] *escolheu a postura discreta, a suavidade, a persuasão. Vivemos no primeiro sistema de dominação do homem contra o qual a própria liberdade é impotente*» (Ramonet, 2001: 79). Beigbeder discursava sobre a publicidade, mas, parece-me, com efeito, que a imagem se pode estender a uma nova forma de dominação política (ressalvando a dureza e algum excesso de radicalismo na linguagem), a que as telecerimónias não são alheias, como conteúdos veiculadores de sentido, pré-definido e pré-acordado com os media.

Com efeito, para Mário Mesquita, as telecerimónias «*herdeiras de antigos rituais políticos coexistem nos ecrãs de televisão com actos de comunicação política moderna* [...] *Apelando a uma memória longínqua representam tentativas para ligar o exercício do poder contemporâneo a velhas tradições*» (Mesquita, 2001: 125-132). Serão também, como explica Abeles (citado por Dayan e Katz), persistências das formas tradicionais nas sociedades modernas, ou ficções nostálgicas (Dayan e Katz, 1999: 53). O objectivo, no entanto, é o mesmo dos grandes cerimoniais cívicos que, a partir dos finais do século XIX surgiram em Portugal à luz dos ensinamentos de Comte: «*procurarem gerar consensos*» (Catroga, 1996: 548). No século XIX, numa conjuntura em que se procuravam erguer e consolidar os valores de um Estado-Nação onde o desígnio divino era negligenciável, a institucionalização dos cerimoniais cívicos tentava, por isso, promover «*o desenvolvimento de uma religiosidade cívica que teve nas comemorações um dos seus ritos essenciais que funcionavam como um complemento ou um sucedâneo das religiões tradicionais.* [...] *as sociedades modernas*

secularizadas necessitavam de representações que apelassem para o sentimento e para a solidariedade, e as festividades comemorativas [...] *criavam um clima de sublimação e de engrandecimento*» (Catroga, 1996: 548).

Efectivamente, seja nos tempos de antanho, onde o poder emanado pelo monarca era garantido pela tradição e pelo desígnio divino, seja nas sociedades herdeiras de um século de Iluminismo e de prevalência da razão em que novos cultos seculares nacionais eram criados, ou nas épocas contemporâneas em regimes democráticos, o poder tenta sempre legitimar-se com "acontecimentos-espectáculo" que reforcem a crença nos valores comuns e favoreçam a união das sociedades. Nos tempos mais recentes, sobra ainda pela «*imperfeição ou crise desses mecanismos* [de representação] [...] *a necessidade de recurso à simbólica política, através da recriação de rituais anteriores à laicização do poder. O cerimonial político é um instrumento, entre outros, de legitimação do poder que serve para reforçar ou suprir lacunas de mecanismos constitucionais* [...]. *Inscrevendo gestos de poder em liturgias provenientes de outras eras, introduz-se um placebo que permite colmatar, ao menos em parte, as insuficiências e as imperfeições da representação democrática.*» (Mesquita, 2001: 125-132).[47]

Contudo, quer se trate de casamentos ou funerais reais medievos, rituais cívicos de comemorações da obra dos grandes homens pátrios, ou as mais contemporâneas telecerimónias, é sempre necessário que o poder se mostre, se exiba em funções, hoje como ontem, mantendo o apelo aos valores do Estado e tentando criar Adesão do povo aos seus princípios. Como ressalta Jean-Marie Cotteret aludindo à contemporaneidade, «*la communication est devenue l' axe centrale du pouvoir politique. La communication permet de légitimer le pouvoir, d' exercer l' autorité.* [...] *Elle apparaît parfois comme seule source de légitimité du pouvoir. Elle n' est le plus souvent que le complément du pouvoir, légitimé par l' élection. Dans les deux cas son utilisation risque fort d' être ambigüe*» (Cotteret, 2001: 182).

De facto, usando a expressão de Cotteret, o Homem Político preocupa-se agora em tornar-se o «*mais aparente*», o «*Homo Cathodicus*», aquele cuja autoridade e legitimidade depende dos media, «*c'est le gouvernement de la télévision, par la télévision et pour la télévision*» (Cotteret, 2001: 65). A cerimónia de Adesão de Portugal à CEE acaba também por se constituir enquanto acto de comunicação política, de tentativa subliminar de legitimação da vontade do poder, numa época em que não basta aos Governos legislarem, mas, como

[47] Retomo esta passagem do texto de Mário Mesquita, parcialmente utilizada no capítulo de Introdução, uma vez que me parece essencial reiterá-la neste contexto para melhor explicitar, de uma forma mais pormenorizada, o pensamento do autor, que serviu aliás de "guia" para o raciocínio que aqui exponho.

defende Cotteret, explicar as leis e comunicá-las aos governados para que sejam aceites. À legitimidade eleitoral tradicional baseada na Constituição sobrepõe-se agora a legitimidade catódica, centrada no poder difusor e sedutor dos media.

Assim, a opção do Executivo português, uma vez feita, deveria ser "sufragada" pela opinião pública - a organização de uma telecerimónia erige-se enquanto acto de comunicação política sedutor, precisamente instrumento de legitimação catódica, momento ideal para lançar as sementes que permitirão a germinação de um apoio da opinião pública (o mais consensual possível) à opção da Adesão.

No caso da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE importa verificar como é que a cobertura desta telecerimónia é feita e se o registo televisivo conseguido apelará ou não à adesão dos portugueses ao ideal comunitário. É minha convicção que, mesmo que o resultado final possa não parecer excessivamente sedutor (note-se bem quando observado em 2003), estes aspectos de mediatização do poder continuam a estar presentes no trabalho da RTP, sem que, com isso, se implique uma carga pejorativa para a cobertura feita pela empresa. Consciente ou inconscientemente, como defendem Herman e Chomsky que revitalizaram o modelo da propaganda na obra *Manufacturing Consent*, os media mais importantes e consensualmente reconhecidos como seguindo a opinião comum, vigente (*mainstream media* no original), acabam por servir o fim social (*societal purpose*) de «*to inculcate and defend the economic, social and political agenda of privileged that dominate domestic society and the state*» (Herman e Chomsky, 2002: 298). Os autores dão um enfoque norte-americano à sua tese, mas ela vale, ainda assim, para dizer que os media acabam, através de vários mecanismos, por manter e propagandear os interesses dos mais poderosos, leia-se em versão europeia, do Estado e dos lóbis que o dominarão[48].

V.1.2 - Começa o Ritual de Estado

A telecerimónia está, então, prestes a arrancar. Indiciando a preparação do trabalho (a que aludia na introdução ao referir que o acontecimento mediático é anunciado com tempo

[48] Os críticos desta Teoria da Notícia Conspiratória ou de Acção Política apontam como principal problema o facto de a abordagem de Herman e Chomsky ser ainda de âmbito micro-sociológico e de ver o jornalista como simples executante das ordens dos outros. A análise tem uma evidente inspiração marxista, encerra uma visão determinista do campo jornalístico e ignora que os jornalistas tomem a iniciativa na definição das notícias. No entanto, e apesar destes constrangimentos, entendi que o pensamento dos autores era interessante e se adapta, com as ressalvas que referi ao longo do texto, ao objecto em análise, permitindo uma abordagem interessante e

suficiente para que público e canais de televisão se possam pôr a postos) surge no ecrã um genérico , com 35", que serve também de separador e de introdução à emissão especial que assim arrancava (ver Fig. I e II em Extratexto). A música apela a um momento de solenidade que se seguirá, servindo também para atrair a atenção do telespectador mais desatento, que, através do som, seria chamado a olhar para a televisão. Com os equipamentos disponíveis à época e alguma restrição criativa interiorizada pelos próprios artífices desta caixa de ilusões um pouco cinzenta e formal que era a Televisão do Estado (pôr isto ou é comentário), o genérico mostra, em fundo negro, um mapa com todos os países da CEE, que vão sendo preenchidos com a cor das respectivas bandeiras. A fórmula resulta hoje um tanto ou quanto institucional, como formal e oficial era também à época, a linguagem da RTP. Contudo, as ideias-chave estão bem definidas - de uma Europa a 12, onde Portugal e Espanha aparecem já como membros do novo clube, é feito um *zoom* à terra dos novos aderentes. Através de um efeito especial relativamente simples, um *mix* ou encadeado[49], (a mistura gradual e progressiva de uma imagem noutra, servindo assim de passagem, ligação harmoniosa entre dois planos) podemos ver agora a Torre de Belém, também ela símbolo máximo dos Descobrimentos e do passado glorioso de Portugal. O monumento divisa-se no centro da imagem, como se uma objectiva ou um monóculo o enquadrasse, talvez aqui também uma nova alusão aos Descobrimentos e às formas de navegação científica desenvolvidas pelos portugueses. De novo, Belém dá lugar (através de outro *mix*) a uma janela manuelina do Mosteiro dos Jerónimos, que passa então, numa estrutura "narrativa" circular, ao mapa da Europa já mostrado, mas onde se destaca agora apenas o território português (pintado com as cores da bandeira), através de um *zoom in*[50]. Uma vez mais, o mapa funde-se progressivamente no logotipo da emissão, onde se pode ler: "CEE 12 de Junho". A preencher as grandes letras com que se escreve a palavra CEE, estão as cores da bandeira nacional: vermelho, verde e amarelo.

O genérico resume bem a mensagem que a RTP se esforçará por passar ao longo de todo o dia: um velho país cheio de História e Tradição, das quais se orgulha, prepara-se para uma Integração, quase um casamento por mútuo consentimento com a Europa. Um momento solene, que assinala uma oportunidade de desenvolvimento para o país, mas que não abalará,

---

fornecendo pontos de vista pertinentes para melhor compreender e dissecar o acontecimento mediático aqui estudado.

[49] «*O encadeado (ou dissolução da imagem) não é mais que a combinação da fusão de fecho com a fusão de abertura, uma sobreposta à outra. Tal como as fusões normais, o encadeado pode ser utilizado para traduzir uma mudança do tempo ou do cenário* [...]. *Existe maior continuidade no fluxo das ideias ou da linha narrativa com o encadeado do que com* [...] *outros* [...] *efeitos* »(Marner, s/d: 112).

esperam os portugueses, a identidade nacional construída ao longo de oito séculos. Manuel Tomás, realizador, participou, em conjunto com o director de Informação, Fernando Balsinha, e Cias de Oliveira, autor do genérico, na discussão que antecedeu a elaboração do mesmo. Afirma Tomás, que presidiu ao genérico a ideia de base da própria cerimónia: a Europa como ponto de partida e de chegada, de regresso ao espaço a que o país sempre pertenceu. Recorda também que se quis evidenciar que Portugal, além de país europeu, fazia também fronteira com o imenso Atlântico e, portanto, com os Estados Unidos da América. Para Tomás, ter-se-á querido mostrar também que Portugal não deveria ver-se como o último país da Europa, mas antes como o primeiro. O realizador recorda ainda que os tons de azul que emolduram, por exemplo, as imagens dos Jerónimos foram escolhidos porque são também a cor da bandeira europeia, a cor da reflexão, do pensamento, da lucidez, da harmonia e, claro, do *nosso* mar.

Será este logotipo "CEE 12 de Junho", depois apenas desenhado nas paredes do estúdio especialmente concebido para a ocasião, que dominará e enquadrará todo o programa. Note-se, contudo, um pormenor curioso: a emissão especial recebe um título diverso do do logotipo: "Hoje Europa". A meu ver, trata-se de uma duplicação da forma de nomear o momento que, se não prejudica a eficácia das mensagens a passar, era, pelo menos, desnecessária. Ainda assim, a linha condutora da emissão é forte: o amarelo que aparece nas letras do logotipo, é sensivelmente a mesma cor que domina o cenário. Os debates em estúdio vão ter por fundo um cenário pintado em tons de beije amarelado, uma cor quente em televisão, «*uma cor de aconchego, que teve também em conta a continuidade com o genérico e a natureza editorial da transmissão: ia decorrer um debate político no estúdio, que se esperava quente*», recorda Manuel Tomás.

Moniz Ribeiro, cenografista[51] da RTP que assina o trabalho, recorda mesmo que a cor utilizada seria a «*ideal, pois era quente, agradável, sem a excitação que um tom vermelho, muito agressivo, produz. A ideia também não era essa, tratava-se de um debate, mas não tão escaldante quanto isso!*» O cenografista lembra-se mesmo que a cor utilizada era a número 7 no catálogo, uma tonalidade creme/café com leite «*que respondia muito bem quer a cores quer a preto e branco*»! O logotipo da emissão, assegura o profissional, não é da sua autoria, foi-lhe fornecido para ser enquadrado no cenário que iria construir. No entanto, recorda, que as letras recortadas, em relevo, em que o logotipo é escrito fazem parte do seu estilo. Aliás,

---

[50] Para Marner, zoom define-se como «*objectiva de distância focal variável*» (Marner, s/d: 128). *Zoom in*, naturalmente, refere-se a um movimento de aproximação, por oposição a *zoom out*, que indicia afastamento.

[51] A palavra cenografista refere-se ao técnico de televisão, um criativo, que concebe os cenários televisivos, enquanto que cenógrafo diz respeito ao profissional que executa e reproduz o trabalho de concepção idealizado pelo cenografista.

Moniz Ribeiro enfatiza que um cenário «*não é uma realidade metafísica, é uma criação muito intuitiva cuja principal função é agradar ao telespectador no momento em que aparece, criar um ambiente ameno, mas depois deixa de estar presente, o que é importante é o que se passa à sua frente*». Tal foi, aliás, o seu desígnio ao elaborar este cenário.

Assim, o cenografista recorda que o trabalho que concebeu foi «*convencional, a informação não dá tanta liberdade ao criativo como a produção, não há lugar a grandes rasgos, o cenário deve servir a própria informação, aos jornalistas cabe passar a mensagem, ao cenário resta a função de envolver tudo o que passa no ecrã.*»

Efectivamente, o que mais passa no ecrã, o que sobressai em todo o cenário, são vários "E", enormes, que dominam todo o estúdio. Moniz Ribeiro é peremptório: «*o "E" é obrigatório, é a marca, é o símbolo da Europa, é o elemento mais importante do cenário!*» O profissional recorda que a letra tinha, no mínimo, 1,20 m de largura por 2 m de altura e foi feita em contraplacado, mas, por trás, «*devia estar uma placa acrílica branca leitosa, translúcida, que permitia que o "E", ao ser iluminado, ganhasse cores diferentes, segundo a vontade do realizador, momento a momento*». Note-se que para conseguir que o "E" de contraplacado espelhasse uma curva harmoniosa era necessário forçá-lo durante a montagem, um processo que não era muito complicado, assegura o criativo.

Outro dos elementos dominantes do cenário era o estrado redondo, colocado à esquerda do apresentador e dos moderadores do debate, onde decorreriam as actuações dos artistas. Envolvendo um pouco o palco, o público compunha o cenário. A plateia assentava sobre um estrado feito em degraus (com cerca de 45 cm de altura), onde foram colocadas simples cadeiras de plástico. Ao fundo, os painéis em "V" envolviam o público (ver Fig. XXII em). Curioso foi o material utilizado para os fabricar: simples, barato e imaginativo - não passava do plástico com "bolinhas", um material novo que envolvia os electrodomésticos que chegavam a Portugal vindos do estrangeiro. Moniz Ribeiro recorda que tinha comprado, havia pouco tempo, um utensílio envolvido no material e que, quando analisara o plástico à luz de uma lâmpada pensara tratar-se uma boa base para executar um cenário! O trabalho ficou mais barato do que tinha sido inicialmente previsto graças à imaginação do autor, que estava entusiasmado com a ideia de usar um material inovador. Depois, o realizador iluminava o local com as cores que mais lhe interessassem durante o debate, conseguindo assim o ambiente que mais lhe interessava em cada momento da emissão.

Depois de feito o esboço pelo cenografista, a execução desenhava rigorosamente o cenário (a régua e esquadro), a carpintaria executava-o, sob o acompanhamento do assistente de cenografista. Por fim, no estúdio era feita a montagem, e as necessárias rectificações, sob a

coordenação do criativo responsável. Faltava apenas encher o cenário de vida e iniciar o programal!

Por fim, aparece no ar o rosto que lidera e integra toda a emissão especial: Artur Albarran, figura grada do *establishment* televisivo, é enquadrado pelo já referido logotipo da emissão (ver Fig. III em Extratexto). O jornalista anuncia, em 1' 21", as inusitadas dezasseis horas de emissão e promete muito debate, extensível a todos os portugueses, «*representando um pouco todas as camadas profissionais*». Albarran explica também que em estúdio estarão artistas nacionais para animarem a emissão e lembra que a RTP estará em directo de Lisboa a partir de três locais onde o acontecimento se desenrolará: a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio de Belém. Está assim apresentado o primeiro roteiro da cerimónia que a RTP começa a transmitir. Televisão de Estado, certamente que com intenção de soar a "carinhoso" nacionalismo, a RTP introduz pela voz de Albarran uma ligação à Torre de Belém, «*que se prepara para receber o* ***nosso*** *Primeiro-Ministro e os Primeiros-Ministros estrangeiros*».

Neste tempo de monopólio televisivo em que a falta de concorrência não tornava tão graves os erros da emissão, o início da ligação não poderia ter corrido pior. Como se de uma conversa telefónica se tratasse, Albarran tenta passar a emissão a Carlos Fino, de serviço na Torre de Belém, e pergunta: «*Alô Carlos Fino, penso que o Carlos Fino está em condições*». Contudo, Carlos Fino não estaria propriamente em condições, ou os técnicos que o enquadravam não lhe deram o sinal de que já estaria no ar. Em jeito de televisão amadora, o espectador pode ver o reflexo da Torre de Belém na água do Tejo, bonito plano, não fosse ouvir-se Carlos Fino que explica, sem se aperceber de que a sua voz já se ouve em todo o país: «*É suposto começar a emissão do estúdio, com o apresentador a explicar quais são os repórteres que estão nos diferentes locais*». Albarran ainda tenta salvar o engano e pergunta a Carlos Fino se o está a ouvir... A emissão inicia-se anedótica e soa claramente a *gag* hilariante, quando Albarran faz esforços para salvar os problemas de comunicação, do órgão de comunicação social que é a RTP, e explica aos portugueses que a imagem que podem ver corresponde à Torre de Belém e que o repórter entrará rapidamente no ar «*avisado já, dentro em pouco, que estará em contacto com os nossos espectadores*». Durante um interminável 1' 21", a Torre de Belém insiste em aparecer nos ecrãs, enquanto Carlos Fino começa finalmente a explicar o significado do dia. Talvez por este infeliz começo, o jornalista afirme que guarda uma péssima recordação da situação!

De facto, se as telecerimónias (acontecimentos mediáticos cerimoniais nas democracias) se erigem enquanto verdadeiros «*momentos de persuasão que visam obter o*

apoio da opinião pública» (Dayan e Katz, 1999: 34), a RTP não começa por desempenhar com grande à-vontade este papel. Ao invés, a situação suscita o riso, alguma descoordenação e denota um certo amadorismo, que em nada beneficiam nem a imagem do canal nem o objectivo de informar e de subliminarmente persuadir que subjaz à emissão.

Durante 2' 29", Carlos Fino traça uma breve panorâmica dos preparativos das cerimónias, não sem antes o repórter de imagem o filmar a sair de campo, voltado para outra câmara e sem saber muito bem para onde olhar (de novo uma grave descoordenação da equipa, que, sem sintonia, dá um ar de desorganização à emissão). Fino vai explicando aos portugueses que «*se pressente que vamos franquear uma etapa que vai moldar de uma forma diferente o nosso futuro colectivo*» e, tentando claramente preencher os minutos que lhe são confiados, explica o estado do tempo que fazia nessa soalheira manhã lisboeta: «*está um dia pleno de sol, há uma luminosidade no ar daquelas que só Lisboa tem o segredo e também o encanto*», enquanto explica que se «*aguarda a todo o momento a chegada dos signatários do Acordo de Adesão de Portugal à CEE*» (ver Fig. IV em Extratexto).

Efectivamente, para que a telecerimónia resulte apetecível para os olhos do espectador (condição primeira para o "prender" ao ecrã e, portanto, tentar transformá-lo em cidadão-telespectador participante da vida política a partir do seu sofá) é necessário que este "exercício de sedução" que podem ser as telecerimónias seja encenado em função da transmissão televisiva, como no exemplo dado por Dayan e Katz com o casamento do Princípe Carlos da Grã-Bretanha. Se é verdade que tal aconteceu, como vimos, também é certo que os jornalistas ao longo da cobertura do evento (como repetidamente irei dando conta) têm de se adaptar ao ritmo natural das cerimónias do Estado, que carecem, obviamente, da noção televisiva de tempo e dinâmica. Assim, e apesar da cobertura desta assinatura constituir de facto uma telecerimónia e ter sido pensada como tal , a verdade é que, se me afigura, que dado o excessivo pendor institucionalista e formal da televisão portuguesa ao tempo, estaríamos ainda numa quase "arqueologia telecerimonial".

No entanto, mais ou menos apelativa, com mais ou menos recursos narrativos e estilísticos, o objectivo, as características e os traços definidores deste "género televisivo" estão presentes na transmissão da cerimónia. Faltava à RTP e ao mundo político a conquista de um ainda maior *savoir faire* na encenação das cerimónias televisionadas, mais desligado do carácter puramente institucional do acontecimento e, por isso, mais eficaz, que a chegada das estações privadas acabaria por potenciar. Para alcançarem maior persuasão, as emissões ganham mais brilho e dinamismo, recorrem a cenários mais apelativos em cores fortes e a genéricos em movimento que "embrulham" as produções (como se diz no jargão televisivo)

de forma mais sedutora. Em suma, as emissões tornam-se mais atraentes para seduzirem a visão do novo espectador-consumidor, que não está já subjugado a um olhar único sobre o real, mas pode agora deslumbrar-se pelo caleidoscópio de imagens que a concorrência comercial gera. É este "engenho e arte" da televisão, (ressalve-se as possibilidades técnicas dos equipamentos disponíveis ao tempo) que o próprio monopólio da RTP não tinha ainda estimulado, é por isso que a transmissão desta assinatura do Tratado se atém ainda tão significativamente e se mostra condicionada ao "figurino" do protocolo das cerimónias de Estado de forma tão notória. Numa reportagem do *Público* que assinalava os dez anos de televisão privada em Portugal, José Eduardo Moniz, director-geral da TVI, lembra que se criou «*uma atitude nova de relacionamento com o espectador*» e Emídio Rangel, fundador da SIC, observa: «*mudou o conceito de mensagem única, própria dos regimes ditatoriais*» (in Rodrigues, 2002: 43). Apesar dos inegáveis interesses destes dois homens da televisão, é de realçar a unanimidade na constatação de que a chegada das privadas imprimiu, para além do natural estímulo da concorrência, um maior dinamismo, irreverência e imaginação no mundo da televisão nacional, reforçando o papel questionante do audiovisual. Contudo, note-se, como referimos no capítulo dedicado à análise dos Telejornais que antecederam a telecerimónia, que o aparecimento em finais dos anos 70 dos noticiários do segundo canal com características próprias introduzira já um assinalável processo de inovação e intervenção na Informação da RTP.

Por outro lado, reforça-se também a convicção na eficácia e valor político efectivo das mensagens veiculadas pela RTP no caso em análise. Sem concorrência, a divulgação maciça das mensagens destinadas aos cidadãos através de um canal único, permite minorar o impacto negativo que a cobertura porventura menos atractiva dos acontecimentos teria para a eficácia persuasiva dos conteúdos veiculados. Contudo, convém relembrar que também o espectador de 1985 não conhecia ainda o "deslumbramento" e o ritmo que as televisões de hoje imprimem. Para ele, a forma de ver televisão tinha sido concebida, formada e divulgada ao longo de quase 30 anos de prática da RTP. Assim, a mensagem emitida pela estação ganha uma força esmagadora precisamente pela ausência de conteúdos televisivos alternativos - mesmo que a emissão possa parecer pouco sedutora (sobretudo se vista pelo espectador contemporâneo), ela tinha já garantida uma aceitação e eficácia incontestáveis, de enorme alcance e inegável valor político.

De volta à emissão da RTP, ainda no compasso de espera para a chegada dos dignitários estrangeiros, é oferecida a possibilidade de se avistar o navio-escola Sagres, que

enquadrará a fotografia de família da nova CEE alargada. Albarran volta a tomar as rédeas da emissão, para explicar aos espectadores que agora poderiam viajar «*ao local mais importante da acção desta manhã,* [...] *o Mosteiro dos Jerónimos, que se prepara para o grande acontecimento*». É a retórica televisiva a antecipar aos espectadores os diversos locais de interesse da manhã, a forma de criar algum *suspense* na emissão, que, em crescendo, vai preparando os telespectadores para o grande momento. Apesar de, como vimos, não ter havido ao longo dos espaços informativos da semana uma promoção continuada e consistente do acontecimento, num processo de preparação de públicos que, segundo Dayan e Katz, a televisão leva a cabo, «*explicando cuidadosamente o significado de cada um dos símbolos, enquadrando o acontecimento, ao separá-lo da vida quotidiana, monumentalizando-o, realçando a sua definição oficial e oferecendo uma linha narrativa e comentários para dar forma às suas interpretações*» (Dayan e Katz, 1999: 48-49). Há, contudo, ao longo do dia, esta tentativa permanente de explicar as simbologias escolhidas pelo poder e de fornecer a leitura "apropriada" do acontecimento, quer através das explicações dos jornalistas, quer (mais insistentemente) através dos debates em que os comentadores mostram ao público precisamente a visão consensual e optimista de uma Integração que, se não era estranha, suscitava muitos receios para os cidadãos-espectadores.

De volta à emissão, Albarran introduz agora o jornalista Carlos Franco, que vai, em 2' 34", apresentar o primeiro resumo das notícias do dia (ver Fig. V em Extratexto). A passagem da emissão para o outro *pivot* não corre da melhor forma, porque o som das palavras de Franco começa por se ouvir com muitas deficiências. O estilo é muito formal e institucional: o jornalista relata a informação de agenda: «*o Primeiro-Ministro receberá delegações dos Dez, em seguida, no Mosteiro dos Jerónimos, Portugal tornar-se-á no décimo primeiro membro da Comunidade. A Assembleia da República congratulou-se ontem com a assinatura do Tratado de Adesão aprovando um texto proposto pelo CDS, que teve votos contra do PCP e a abstenção da UEDS -" um importante factor de consolidação da democracia pluralista"- assim considera o texto aprovado no Parlamento*». Note-se o facto de ter sido o CDS a sugerir a aprovação do texto, mostrando o país uma quase total aparência de unanimidade em torno do "desejado" ideal nacional da Adesão. Refiram-se também os tempos verbais empregues pelo jornalista, mais adaptados ao registo escrito - Franco não escreve como fala, em tom coloquial (como mandam as regras do jornalismo televisivo), mas ancora ainda a sua linguagem num estilo próprio da imprensa escrita, redigido unicamente para ser lido e não dito. Ditam as normas do jornalismo audiovisual que «*é necessário utilizar palavras*

pequenas, conhecidas [...], *palavras simples* [...], *palavras de todos os dias*» (Ganz, 1995: 55), contudo a RTP do tempo preferia um estilo mais convencional.

As *Notícias* dão também conta da posição favorável da Associação Industrial Portuguesa, pela voz do seu presidente, Rocha de Matos, à Adesão e da discordância da Confederação Industrial de Portugal em relação à forma como foram conduzidas as negociações e aos resultados que alcançaram. Por isso, a CIP anunciou que não estaria presente nas cerimónias de Adesão. Depois, a informação escalpeliza tomadas de posição dos vários partidos face à crise governamental, tudo sem recorrer a uma única imagem sobre os temas abordados.

Albarran propõe agora uma visita ao Palácio de Belém, onde o Presidente da República irá receber o Primeiro-Ministro Português e os dignitários estrangeiros. De novo, a primeira tentativa de ligação em directo não é bem conseguida, ouve-se um som relativamente estridente sem se vislumbrar a imagem, até que, heroína dessa manhã de preparativos, a empregada de limpeza do Palácio retira o invisível pó a um móvel da residência oficial de Ramalho Eanes. É a ilustração possível dos últimos preparativos para o grande acontecimento. Depois, Albarran discursa um pouco sobre a história do Continente e lança a peça: "Europa Pictorial", onde se relatam os esforços da CEE na conquista do Espaço. Contudo, a reportagem é interrompida para mostrar o momento da chegada de Mário Soares à Torre de Belém, começam, por fim, as recepções oficiais da telecerimónia. A emissão em directo do local vai durar uma hora 13' e 28".

Carlos Fino vai comentando as imagens dos altos dirigentes nacionais que se sucedem no ecrã, filmados a uma educada distância deferente, demarcando para a câmara um distanciamento semelhante ao que é mantido no espaço social entre pessoas pouco próximas. Era o tempo em que a televisão não procurava os grandes planos, cuja proximidade consentida das altas figuras de Estado, evidenciaria também, mais tarde, um maior poder dos media.

Fino descreve então o ambiente vivido em Belém, pressentir-se-ía a eminência de um grande acontecimento, de uma data histórica - «*tem-se a clara percepção que vamos franquear uma etapa e vamos assim aproximando-nos mais de um sonho que Portugal vem perseguindo há quase uma década*», explica o jornalista. Como clarificam Dayan e Katz, «*a lealdade à definição* [do significado da telecerimónia] *é provavelmente a essência daquilo que torna as cadeias de televisão em actores em vez de observadores.*» Assim, em lugar do olhar crítico do jornalista, assiste-se à adesão por parte da própria estação à importância e ao

significado propostos pelos organizadores do acontecimento, não violando, como referem os autores, «*a integridade do evento contratualmente acordada*» (Dayan e Katz, 1999: 87). A grandeza e a importância do acontecimento parecem justificar esta postura de certa forma acrítica da estação e dos jornalistas, a definição do evento é interiorizada pelos "repórteres-oficiantes" da telecerimónia que se quer consensual: «*o olhar da emissora é participativo, activamente envolvido no significado oficial do acontecimento, apoia e transmite diligentemente o seu significado*» (Dayan e Katz, 1999: 92).

Carlos Fino vai pontuando, em tom solene, as imagens que o espectador vê, mostrando o cenário onde deve aterrar o helicóptero espanhol com Felipe González, cuja chegada se avizinha. A narrativa televisiva tenta criar algum *suspense* para a eminência da próxima cena da grande e encenada coreografia da telecerimónia. Fino vai explicando o número de convidados presentes, quando as imagens captadas a partir de um helicóptero mostram planos muito gerais de Belém, agora secundados pelo som de uma música clássica erudita, que sublinha o carácter solene da ocasião. O repórter explica que mais barcos se avistam no Tejo para além da Sagres, enquanto vai nomeando os ilustres presentes, precedidos do respectivo título académico, algo que não costuma ter lugar na pura narração jornalística. É explicado ao espectador que até os factores naturais se conjugam para dar beleza e grandiosidade à data histórica, Carlos Fino não se cansa de descrever a intensidade do sol que ilumina um dia tão especial, lembrando que «*tudo decorre num clima de descontracção e amenidade e de sentido de momento histórico que estamos certamente a viver*». Precisamente a propósito de um comentário semelhante sobre as condições atmosféricas do dia do casamento real britânico, Dayan e Katz analisam o aumento de receptividade do espectador e lembram que «*A linguagem geralmente concisa e directa, característica do estilo jornalístico, abre-se a um lirismo cósmico* [...] *a prosa informativa do comentário transforma-se numa poética celebratória*» (Dayan e Katz, 1999: 109), de que é tão elucidativo o exemplo que se segue.

A descrição de Carlos Fino torna-se então mais empolgada, mais identificada com o ponto de vista oficial proposto, servindo também de intérprete, descodificando para o espectador o significado dos símbolos que rodeiam a cerimónia: «*É um sonho que Portugal persegue há uma dezena de anos e sabe-se como cada sonho é mais vivo, como disse o poeta, "quanto mais se estende a dura rota que leva ao pé".* [...] *O magnífico cenário da enseada do Tejo, com toda a força simbólica dos monumentos que evocam a epopeia das Descobertas, uma força simbólica que certamente se quis projectar no futuro com esta Adesão à CEE*». Como mostram Dayan e Katz: «*a televisão serve de guia para os significados do acontecimento. Fá-lo em primeiro lugar ao impor uma coerência narrativa ao*

acontecimento, dotando-o de um argumento» (Dayan e Katz, 1999: 87). Carlos Fino vai explicando insistentemente ao longo da cerimónia qual a importância e os motivos pelos quais a assinatura do Tratado ocorre num lugar como os Jerónimos, cenário e símbolo das Descobertas e da Aventura Quinhentista Portuguesa, largada nacional para uma "epopeia" (como é referido) que se quer agora recriar e enaltecer na altura em que o país, qual jangada pródiga, se volta a amarrar ao cais da Europa.

Sob o som ensurdecedor do helicóptero que trará Gonzaléz, Carlos Fino tenta preencher o interminável tempo televisivo que decorre até à chegada do Presidente do Governo Espanhol. O jornalista descreve o cenário, discorre um pouco sobre a importância arquitectónica da Torre de Belém, enquanto vai explicando que uma parte da delegação portuguesa se dirige para o interior do edifício, mantendo-se o anfitrião Soares à porta da Torre. É delicada e dura a tarefa de Carlos Fino, tentando preencher sem cessar uma emissão que gira em torno de um helicóptero que apenas se ouve, a realização fornecendo imagens que tentem, desesperadamente, imprimir algum dinamismo à cena, perseguindo assim cada ser que aparece fugazmente no ecrã, como é o caso da entrada no edifício da Conservadora da Torre de Belém, Isabel Cruz. O jornalista "sofre" agora com os tradicionais atrasos portugueses, pois a hora prevista para a chegada foi já ultrapassada. De facto, a telecerimónia é tão marcadamente institucional que é duvidosa a capacidade de atracção ou sedução dos espectadores por manifesta falta de movimentos ou acontecimentos empolgantes que justifiquem tão longo directo.

Por fim, uma delegação aproxima-se da Torre de Belém, não a ansiada embaixada espanhola, mas antes o representante da Grã-Bretanha, que cumprimenta Soares e se dirige para o interior do edifício. Fino relembra o guião delineado dos acontecimentos: as delegações depois de recebidas farão uma (nada televisiva) pausa para café, sendo depois captada a foto de família. Sucedem-se agora a um ritmo um pouco mais acelerado a chegada das delegações oficiais, que Fino vai identificando, uma a uma.

Assiste-se a um verdadeiro directo cerimonial, no que de mais pesadamente oficioso ele pode conter. Há pouca emoção na emissão, apesar de a cerimónia ter sido concebida para ser transmitida, pelo menos em termos de distribuição espacial, os media adaptavam-se ainda e seguiam mais de perto, sem tanta autonomia, o cerimonial do Estado. A transmissão resulta pouco empolgante e um tanto maçadora para o espectador, que só muito hipoteticamente conseguiria estar ainda preso ao ecrã esperando paciente e resignadamente a chegada de cada um dos 40 elementos que integrarão a tão ansiada fotografia de família. Cesário Borga, também ele participante na transmissão, relembra que na altura fazia parte das normas

televisivas "aguentar" uma emissão até que todas as formalidades oficiais fossem cumpridas, até que a agenda oficial fosse dada por concluída. Por isso, o jornalista de serviço tinha de preencher o tempo que lhe era destinado o melhor que podia, mesmo que objectivamente não houvesse muito para dizer ou mostrar. Hoje, as televisões tentam imprimir ritmo a este tipo de situações alternando entre os diferentes intervenientes numa transmissão. Assim, o estúdio liga aos vários repórteres no terreno que, vão "passando" a emissão entre si, enquanto que no estúdio um debate com personalidades vai "traduzindo" o que se passa. O produto final resulta mais variado, vivo e menos monótono. Contudo, esta forma de fazer televisão não era ainda comum, na época, em Portugal.

Fino continua, por isso, a fornecer aos espectadores elementos de leitura e descodificação dos símbolos que o poder/os organizadores da cerimónia querem fazer chegar ao cidadão-espectador: «*o navio-escola Sagres* [...] *foi também escolhido para marcar simbolicamente o espírito que preside à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, um espírito idêntico àquele que marcou a época das Descobertas em Quinhentos* [...] *a Torre representa o desafio permanente que o mar representa para os portugueses, agora em simbologia, percorrido o ciclo do Império, mas há sempre um desafio, uma voz que nos chama,* [para o mar] *como diria o poeta*». É a analogia simplificada, a interpretação fornecida aos espectadores em formato "pronto-a-servir", corroborada por uma eficiente realização que, quando o jornalista menciona o fecho do ciclo imperial (aliás referido também por Soares no seu discurso) põe em evidência uma esfera armilar, afinal o mundo dominado pelos portugueses-colonizadores dos Descobrimentos.

Uma verdadeira eternidade televisiva depois, aterra finalmente o ansiado helicóptero com Gonzalez, que, em vez de primeiro, é antes um dos último dos convidados a chegar a terras de Belém! Porém, a imagem é captada a tal distância que é difícil divisar o ilustre e aguardado convidado... Informal, Gonzalez, de óculos escuros, passa revista à guarda de honra com um sorridente Soares, dirigindo-se os dois, por fim, para o interior da Torre de Belém. Carlos Fino, em tom reverente, explica: «*um sol magnífico continua a presidir a este prelúdio da sinfonia breve que são as cerimónias de assinatura dos países ibéricos às Comunidades Económicas Europeias, a ponto de, pormenor curioso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal se ter recusado durante alguns longos minutos a entrar na Torre de Belém para aproveitar o belo sol português! Uma primeira fotografia, para assinalar estes momentos, e agora, a exemplo das outras delegações, também a delegação da vizinha Espanha se encaminha para a Torre de Belém*». O recurso à pequena anedota ajuda a caracterizar ao espectador que está em casa o ambiente vivido no local, mas é sobretudo de

ressaltar o tom reverente e oficioso da narração, característico das telecerimónias e que as frases supracitadas evidenciam.

A coreografia da cerimónia segue inalterada, os ministros alinham-se no cimo da Torre de Belém para posarem para a tradicional Fotografia da Família Europeia, apelidada por Fino, de histórica. As câmaras demoram-se a mostrar a Sagres, onde os marinheiros se alinham nos mastros, compondo o cenário para a simbólica imagem (ver Figuras VII e VIII em Extratexto). Efectivamente, a televisão ao promover uma telecerimónia usa recursos narrativos, procura "acontecimentos-símbolo" que condensem o significado do acontecimento e o fixem em imagens, descodificando-os ao espectador – desempenha uma função interpretativa. A Fotografia da Família Europeia alargada, à imagem dos retratos que eternizam na memória os enlaces matrimoniais, constitui um dos "momentos-símbolo" do dia, que a RTP se encarrega de ressaltar, enquadrar e explicar. Assim, este papel interpretativo da televisão «*consiste em assegurar ao nível da imagem, que os aspectos significativos do acontecimento, as suas mensagens visuais sejam devidamente sublinhadas; e que ao nível da narração, esses aspectos, uma vez observados, sejam correctamente interpretados – isto é, com um enquadramento referencial em consonância com o dos organizadores*» (Dayan e Katz, 1999: 91-92).

Depois, a RTP mostra os dignitários a saírem da Torre, enquanto os "Asas de Portugal" saúdam as delegações da Comunidade Económica Europeia. É todo um grande acontecimento, para o qual o aparelho de Estado se mobiliza de forma a emprestar grandeza e solenidade à ocasião. Uma longuíssima hora e 13 minutos depois de ter iniciado a transmissão na Torre de Belém, Carlos Fino passa a emissão a Pedro Luís de Castro e José Arantes. O directo televisivo a que se assistiu até aqui carece de dinâmica interna forte que justifique uma cobertura tão pormenorizada, teria sido, certamente, mais eficaz proceder a várias ligações em tempo real nos momentos mais significativo ou simbólicos, em vez de assegurar uma emissão tão longa.

V.1.3 - No Mosteiro dos Jerónimos, momento alto do dia

Herói do dia, Soares aparece à porta do Mosteiro - o Primeiro-Ministro foi de facto a personagem principal e simultaneamente o fio condutor da narrativa televisiva entre os diversos locais onde decorre a acção. Depois de fazer notar a presença do anfitrião, o jornalista "conduz" então os espectadores para o interior do Mosteiro, onde uma tela gigante cobre os claustros. O narrador leva-os agora a "espreitarem" o ambiente no local que serviria

de cenário ao grande acontecimento, à imagem da descrição literária, mas usando agora uma técnica descritiva mais cinematográfica, o jornalista serve de guia a uma viagem dos espectadores pelo local da cerimónia. Ainda sem os principais actores em cena, o narrador vai então mostrando cada elemento que compõe o cenário onde tudo acontecerá: o público (figura essencial perante a qual e para a qual a cena se vai desenrolar – que cerimónia poderia merecer o interesse público se não houvesse uma plateia de eleitos para a presenciar, se não houvesse ninguém que a quisesse ver?), a mesa onde serão assinados os tratados (afinal o palco onde decorrerá a acção) e os jornalistas estrangeiros que assistirão ao acto, testemunhas que emprestam notoriedade e visibilidade pública internacional ao acontecimento.

Qual mestre-de-cerimónias, guia dos espectadores e descodificador das mensagens, os jornalistas mostram ao espectador, passo a passo, os personagens e os locais de relevo preparando-o para o acontecimento. Diligentes, explicam pormenorizadamente a sequência de eventos oficiais que ocorrerão durante o dia, enquadrando o momento, num trabalho que não é mais que o fornecimento de uma grelha de leitura e descodificação do acontecimento aos telespectadores. Uma tarefa que, aliás, a cadeia de televisão não preparou exaustivamente nos dias anteriores ao longo do espaço informativo analisado. Por isso, também o enquadramento histórico não é esquecido: «*nada faria prever que* ***apenas*** *oito anos depois* [do pedido de Adesão] *se poderia anunciar um acordo entre as duas partes.*[...]. *Foi aliás um dos mais longos processos de negociação para uma nova Adesão jamais feitos pela Comunidade Económica Europeia. Recorde-se que o processo grego de Adesão estava no seu início ligado ao português e ao espanhol e a Grécia faz parte da Comunidade desde 1981.* [...] *Aliás os 8 anos que demorou a negociar o processo português não são recorde, quem detém o recorde é a Irlanda que demorou 11 anos a negociar a sua Adesão.*» É estranha uma certa contradição no fio do discurso do jornalista que qualifica de longo o processo, mas depois desvaloriza o facto.

Entretanto, os dignitários estão já sentados, o jornalista, afinal os olhos emprestados do espectador, comenta, enquanto as câmaras transmitem uma visão de conjunto do claustro repleto de individualidades, «*é este o cenário imponente dos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, é esta a visão que têm aqueles que estão sentados na mesa dos mesmos claustros*». O espectador não está no local, mas é levado a presenciar o acontecimento de um ponto de vista privilegiado, único, a que só é possível aceder através da própria televisão (ver Figuras IX , X e XIII em Extratexto para descobrir diferentes ângulos das câmaras). Apesar de perder o impacto emocional de estar presente ao vivo no local, «*a televisão igualiza o acesso ao acontecimento.* [...] *Geralmente, o acontecimento vê-se melhor em casa. Os espectadores*

em casa vêem mais – não apenas por não existirem obstáculos, mas também porque a televisão [...] *sublinha o significado do acontecimento proposto pelos seus organizadores e adiciona-lhes interpretação. O espectador televisivo é direccionado para um significado simbólico do acontecimento, mais do que o espectador que se encontra no local*» (Dayan e Katz, 1999: 96-97).

A cerimónia está agora prestes a começar, enquanto a câmara se passeia pela assistência, mostrando que "eleitos" tiveram direito a um lugar na primeira fila: Veiga Simão, os Ministros Álvaro Barreto e Ferreira do Amaral e o «*Dr. António Marta*», note-se a reverência na identificação das personalidades oficiais em torno das quais gira a acção. Como ressaltam Dayan e Katz a propósito do tipo de discurso mediático usado nas telecerimónias: «*a televisão também proporciona os meios de identificação do acontecimento através do tom e da cadência da voz do narrador* [...] *o seu tom reverente, os silêncios eloquentes,* [...] *são elementos essenciais do acontecimento*» (Dayan e Katz, 1999: 85).

Por fim, e sem que a RTP dê grande relevo ao momento, Betino Craxi[52], Primeiro-Ministro italiano e Presidente do Conselho Europeu, declara aberta a sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CEE. Mário Soares, anfitrião, intervém para fazer uma declaração de boas-vindas. O Primeiro-Ministro é breve, mas incisivo, "porta-voz" da nação, explica que o momento é um « *dia histórico para Portugal e para a Europa* [...] *queria agradecer-lhes em nome do povo e do Governo Português por terem querido deslocar-se à nossa capital para participar connosco nesta Cerimónia de Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Ao fazê-lo, V.a Ex.as vieram emprestar a este acto um significado excepcional de solidariedade e de fraternidade europeias*». São, de novo, enfatizados o significado e a importância do momento para o país, que é *a priori* definido e sentido como histórico, pelo menos pelo poder político.

Também Betino Craxi (num discurso de 3' 28") concorda na classificação dada por Soares ao evento: «*testemunhamos um momento histórico para Portugal e para a Europa. Hoje conclui-se um longo e complexo processo negocial e abre-se uma fase nova destinada a fortalecer os vínculos antiquíssimos que unem o seu país* [de Mário Soares] *à Europa. Estou cheio de satisfação por ter conseguido uma meta difícil: a entrada na Comunidade de duas nações ricas de tradições e que partilham connosco valores idênticos e uma democracia idêntica*» (ver Fig. XI em Extratexto). Um parágrafo que resume bem todo o edifício

[52] «*político italiano. Deputado (68). Dirigente do Partido Socialista Italiano – PSI, seu Vice-Secretário-geral (70-76) e Secretário-geral (76-83). Primeiro-ministro (83-87). Fugido à justiça e isolado na Tunísia (93)*» (Avillez, 1996: 331), onde veio a falecer.

ideológico que subjaz à Adesão: o reencontro das duas nações com a Europa, de onde partiram metaforicamente no passado, e onde, depois de se terem tornado países democráticos, voltam, em termos simbólicos, a acolher-se, agora no seio dos regimes políticos capitalistas ocidentais. Craxi relembra também que «*Portugal* [...] *tem uma vocação antiga excelente de nação aberta ao Oceano, um país projectado para além dos seus confins geográficos, pode dar um contributo precioso* [para o melhoramento da vida de outros povos]». Craxi pensa então no futuro e recorda os desafios da Europa Institucional a construir, a saber, «*a realização de um Mercado Único, a colaboração tecnológica, uma cooperação eficaz para o desenvolvimento e a colaboração.*»

Segue-se o longo discurso de Giulio Andreotti[53] (cerca de 18 minutos), Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano e presidente do Conselho de Ministros da CEE (ver Fig. XII em Extratexto). Cumprindo à risca o papel de descodificador e mestre-de-cerimónias, que Dayan e Katz salientam, o jornalista explica quem terá o uso da palavra e por que é que o faz. Assim, o telespectador fica a saber que o cargo de presidente do Conselho de Ministros da CEE cabe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do país que assume a Presidência da Comunidade, é também explicado sucintamente que o Conselho detém o poder executivo na Comunidade. Pedro Luís de Castro recorda também o papel que o dirigente desempenhou na conclusão das negociações portuguesas. É, de facto, a televisão a esclarecer e a dotar de significado simbólico as acções que ocorrem durante a telecerimónia.

Andreotti insiste nas mesmas linhas mestras do discurso do seu antecessor, porventura salientando ainda mais a historicidade do momento que, desde logo, lhe é atribuída: « *Antes de mais, a assinatura do tratado de Adesão de Portugal à CEE* [...] *pode ser definida como a mais importante decisão política do pós-guerra e não só do nosso Continente.* [...] *Aumenta, por outro lado, a coincidência entre a Europa Política e a Europa jurídico-institucional, ao mesmo tempo que confirma que a Adesão à CEE é o corolário da reconquista dos valores próprios de uma democracia pluralista. Isto representa uma garantia, já que no âmbito da Integração Europeia nunca existiu nem poderá existir um retrocesso de liberdade. O povo português contribuirá assim para a consolidação da Europa* [...].» De novo, se ressalta que a natureza e a estabilização do regime político português foram condições indispensáveis e necessárias para assegurarem a Adesão, como, mais à frente, Andreotti clarifica: «*Quando,*

---

[53] «*Dirigente da Democracia Cristã – DC. Várias vezes deputado (desde 46). Ministro do Interior (54), das Finanças (55-58), do Tesouro (58-59), da Defesa (59-66; 74) da Indústria e Comércio (66-68), do Plano (74-76) e dos Negócios Estrangeiros (83-89). Primeiro-ministro (72-73; 76-79; 89- 92)*» (Avillez, 1996: 327) por sete vezes. O político «*foi condenado a 24 anos de prisão pelo assassinato do jornalista italiano Nino Pecorelli, no*

em 1977, foi apresentada a Candidatura deste país à CE, motivos políticos de importância capital, como a consolidação de uma democracia que, ainda incipiente, tinha corrido o risco de involução [...] *não ditaram resposta positiva da própria Comunidade. No momento em que ao fim do longo processo de negociações, Portugal se torna membro de uma Comunidade dos 12, pode-se, sem dúvida, dizer que as salvaguardas democráticas foram construídas pelas suas próprias mãos.*»

Andreotti põe também em evidência o papel dos emigrantes portugueses no espaço europeu e ressalta as vantagens económicas que a Adesão trará ao país, não se esquecendo de glorificar e "europeizar" a história nacional: «*Recorrer, como hoje faz o povo português, a uma esperança na Europa significa manter-se fiel ao espírito de uma grande epopeia que levou, graças a este país, os valores da civilização europeia a terras longínquas. A Torre de Belém, que viu partir noutros tempos as primeiras caravelas em direcção ao novo mundo, simboliza hoje o início para Portugal de uma viagem destinada a concluir-se com a Integração na Europa Comunitária.*»

O discurso (de quase 8 minutos) de Jacques Delors[54], Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, vai no mesmo sentido: congratulação pela Adesão, elogio da delegação portuguesa que conduziu as negociações, apreciação das reformas económicas já empreendidas e exaltação dos valores e da história nacionais como eminentemente europeus (ver Fig. XIV em Extratexto). Não era só Portugal que tentava reafirmar a sua "europeidade", a CEE procurava também melhorar a auto-estima de um povo que acolhia como igual: «*Esta cerimónia é também* [...] *a ocasião de saudar a tenacidade e o engenho deste povo, europeu "avant la lettre", e sem o qual a nossa Europa continuaria órfã de pais ilustres. Recordo que, diante deste Mosteiro, deixando o Mar da Palha, passaram os navios portugueses que foram dar mundos novos ao mundo.* [...] *podemos ver os testemunhos destas epopeias que contribuíram de um modo determinante para o aparecimento de uma Europa moderna. Há 500 anos, Bartolomeu Dias dobrou o cabo das Tormentas, que D. João II rebaptizou de Cabo da Boa Esperança.*[...] *Temos aqui um simbolismo muito actual, separadas durante longos séculos por guerras fratricidas, as nossas nações decidiram voltar as costas à sua desunião e construir um futuro comum.*»

---

fim dos anos 70» e acabou por ser absolvido, em Maio de 2003, depois de interpôr recurso num longo processo judicial, das acusações de ligação à Máfia (Fonte: sítio da Internet da BBC em Português).

[54] «*Membro do Partido Socialista Francês - PSF (74) Deputado ao Parlamento Europeu (79-81). Ministro da Economia e Finanças (81-84). Presidente da Comissão Europeia (85-95)*» (Avillez, 1996: 332).

Começa então o momento alto do dia, o da formalização da União entre Portugal e a CEE, contudo, o instante carece de emoção. De facto, é difícil tornar sedutor aos olhos do público, um momento oficioso, mas a RTP também não o "promove" nem tenta torná-lo mais empolgante através de outros recursos narrativos (como já fizera com a justaposição de música solene às imagens anteriores). Durante quase 12 minutos, o narrador vai identificando os signatários do Tratado, que, um por um, depõem a sua assinatura na mesa presidencial. Pedro Luís de Castro explica os papéis que cada um dos países desempenharam no processo de Adesão português, ressalta semelhanças entre a duração da maratona negocial irlandesa e a portuguesa ou explica que a Grécia é o mais jovem membro da Comunidade. A realização da RTP vai mostrando grafismos com o mapa da Europa a Doze e a bandeira de cada país (que "sai" do respectivo território) que assina o Tratado, enquanto se ouve o verdadeiro mestre-de-cerimónias do evento a anunciar em voz alta os plenipotenciários de cada país.

Por fim, o representante espanhol é anunciado e ouvem-se as primeiras palmas da sessão - é o primeiro momento da transmissão que respira alguma emoção. Enquanto os plenipotenciários portugueses não assinam o documento, o repórter vai descodificando, de novo, as regras do jogo europeu e do Direito: a cerimónia significa apenas a conclusão das negociações, a Adesão só terá lugar depois da ratificação do Tratado, já assinado por todos os países.

É então que o momento mais esperado do dia, o aguardado clímax de toda a emissão se avizinha: anuncia-se a assinatura do Tratado de Adesão por Portugal. Ecoa um coro de palmas, quando Mário Soares, Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes «*vão assinar o Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: sem dúvida um momento de uma importância que só o futuro dirá qual será esse alcance*». No momento que mais importa registar para o futuro, a câmara persegue um gravíssimo Mário Soares que assina o majestoso livro (ver Fig. XV em Extratexto), mas o figurino preparado previamente pela RTP não faz, talvez, ressaltar toda a emoção do momento: quando se vê, como se diria em jargão televisivo, "o boneco", a imagem do dia, a realização sobrepõe o programado mapa da Europa e a bandeira portuguesa (ver Fig. XVI em Extratexto). O grafismo não entra por muito tempo no ar, mas, a meu ver, amputa um pouco a aura do momento, deixa uma mácula na imagem que, por si só, simboliza todo um dia, todo um longo e conturbado processo de Adesão. Esta rápida sobreposição do grafismo trunca ao de leve a recepção de uma imagem antecipadamente qualificada como histórica, que "fala" por si, aquela que os olhos dos portugueses iriam fixar, através da televisão, como o momento da "consumação" da aguardada união de Portugal com a Europa. «*Pode dizer-se que culmina aqui um período de oito anos, de trabalhos e de*

esforços intensos para que Portugal se torne membro da Comunidade Económica Europeia, é, de facto, um momento de uma grande importância pelos efeitos que poderá trazer para Portugal», comenta, no tom grave dos grandes momentos, o jornalista.

A telecerimónia está no auge, mas o evento é mostrado dentro do espartilho dos rituais convencionais do Estado. Note-se que as próprias características do acontecimento analisado - é apenas uma mui formal cerimónia burocrática e não um cavaleiresco casamento real - também concorrem para que não se catalise um momento profundamente "emocionante". Porém, a História é mostrada "a fazer-se", em directo, pela televisão – é a essência mesma da telecerimónia, acontecimento mediático cerimonial contemporâneo que existe, antes de mais, através, pela e para a televisão, o grande intermediador entre os governantes e a massa de governados no tempo presente.

Por isso, o acontecimento não é reportado enquanto discurso puramente noticioso, mas antes num registo de telecerimónia, reforçado, contudo, pelo rigor e pela credibilidade que a utilização dos jornalistas confere, ao difundirem, por exemplo, uma profusão de factos e informações condicentes com o seu estatuto profissional. Assim, «*o mesmo acontecimento tratado como notícia, é geralmente despojado das suas dimensões temporais; as imagens são retiradas da sua sequência* [...] *os acontecimentos mediáticos, pelo contrário, permitem aos seus espectadores acompanhar o acontecimento a partir do interior. Os espectadores são convidados a habitar o acontecimento*» (Dayan e Katz, 1999: 114).

É precisamente este registo sequencial, contínuo, do evento que temos vindo a acompanhar. É à luz desta ideia que se podem perceber melhor os comentários dos jornalistas, que, sem perderem o registo que lhes é próprio, apresentam a sucessão de eventos, comentando-os, mas nunca de uma forma pejorativa ou questionante. Os repórteres aderem ao significado proposto do acontecimento e reconhecem a sua importância, porque acabam por considerar que esta cobertura não fere a ética da profissão. Como explicam Herman e Chomsky, tal sintonia de posições entre os jornalistas e os poderosos, neste caso o Governo, é conseguida «*by the editors' and working journalists' internalization of priorities and definitions of newsworthiness that conform to the institution's policy*» (Herman e Chomsky, 2002: xi).

De volta à emissão, chega então o grande momento de glória para Mário Soares, quando, aplaudido pela plateia, se prepara para pronunciar o seu discurso de triunfo, para assinalar a conquista de um sonho que perseguia há oito anos. Chega a hora de o Governo comunicar aos presentes, e através da RTP aos portugueses, o sentido e o significado

inequívocos que a cerimónia encerra. Será o mais longo discurso do evento, com a duração de 28 minutos e 47 segundos. As palavras de Soares sintetizam bem o significado que se quis emprestar a esta cerimónia, já antes reforçado pelas palavras dos dignitários europeus: *Nestes claustros, velhos de quatro séculos, juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal. Ao realizar aqui a cerimónia histórica do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, quisemos sublinhar que a fidelidade às nossas raízes e tradições constitui condição essencial para a construção do futuro. Símbolo da cultura portuguesa, e porque portuguesa europeia, marco de uma aventura que foi sonho e realidade e trouxe novos mundos ao mundo, este Monumento, património artístico Universal, exprime bem o génio português e constitui uma referência insubstituível da sua história multissecular. Daqui partiremos pois, fechado o ciclo imperial, simbolicamente para uma nova arrancada, que reinsira Portugal no contexto da Unidade Europeia, participando de pleno direito do seu dinamismo e progresso*» (ver Fig. XVII em Extratexto).

É todo um manual de significações da política portuguesa contemporânea. Rival primeiro do historiador, ou afinal, tentação recorrente do homem político de qualquer época, Soares estipula: «*Quero acreditar que o acto a que acabam de assistir pode considerar-se, sem exagero, como um dos momentos mais significativos na História Portuguesa Contemporânea* [...] » O Primeiro-Ministro prossegue a sua lição de História que outorga sentido à vivência contemporânea portuguesa: « *Para Portugal, a Adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade.*[...] *Por outro lado, constitui a consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa iniciado com a Revolução dos Cravos* [...] *e igualmente da Descolonização que lhe seguiu, a qual, feita com atraso de 20 anos em relação aos outros países europeus, e apesar dos traumas e desvios porventura inevitáveis, nos permite hoje mantermos relações fraternas e fecundas com os Países Africanos de Fala Portuguesa.*»

O velho país perspectiva um futuro de desenvolvimento económico, mas não parece querer esquecer a história e as ligações ultramarinas cultivadas ao longo de quinhentos anos. Soares não esconde que a consolidação da democracia, como já fora referido por outros dirigentes europeus, foi condição indispensável e necessária, para a Adesão, talvez por isso, afirme: «*Honro-me de ter sido quem assinou, em nome do Governo da República, o pedido de Adesão de Portugal à CEE, em Março de 1977. Oito anos depois, encerrado o processo das negociações, que foi longo e difícil, mas que finalmente* [...] *foi coroado de êxito para Portugal, tenho agora a oportunidade histórica de subscrever o Tratado de Adesão. Conseguimos!*» O Primeiro-Ministro encarna a posição de estadista histórico, personagem

principal de uma acção heróica. Depois, Soares nomeia outros responsáveis políticos que desempenharam papéis de relevo na concretização do momento que então se vivia: o Primeiro-Ministro relembra Sá Carneiro, Amaro da Costa, Mota Pinto, Ramalho Eanes, Ernâni Lopes, Jaime Gama e António Marta. Pela primeira vez durante toda a cerimónia, ouvem-se palmas espontâneas da assistência, principalmente quando é referido o nome de Sá Carneiro.

Envolto no manto da consensualidade, Soares lê esta conquista do povo português como *«um desafio nacional inelutável, é disso que se trata hoje, quando já não há novos mundos a descobrir, mas sim homens e condições de vida a transformar e melhorar e novas tecnologias a desenvolver. Porém os Velhos do Restelo, esses permanecem envoltos do mesmo negativismo sistemático perante o que é novo, a aventura e o espírito de risco.»* O governante não se esquece de referir os emigrantes, *«a partir de agora* [...] *cidadãos de plenos direitos* [da Europa]» e a velha tradição nacional de cooperação com os outros continentes. Soares encerra o discurso com uma muito significativa referência a Espanha, velho rival nacional: *«Espanha e Portugal têm seguido destinos paralelos que, algumas vezes, por forma fugaz, se cruzaram, mas com muito mais frequência se desconheceram e ignoraram. Com a entrada simultânea na CEE, abre-se-nos uma nova fase de cooperação bilateral alargada, baseada no respeito mútuo, na igualdade, na solidariedade de interesses e na reciprocidade de vantagens. Essa é a vontade política dos dois Estados, que a entrada na CEE vem não só realçar como facilitar.»*

Todo o discurso de Soares é ilustrado com as imagens possíveis que um momento destes proporciona, o realizador tenta alternar entre o rosto do entrevistado, planos da assistência, dos plenipotenciários e dos Jerónimos. Quando a cerimónia oficial é declarada encerrada pelo chefe de protocolo de Estado, há longos momentos de vazio de comentários, em que o espectador se "delicia" a observar os ilustres convidados a saírem do espaço onde decorreu a cerimónia. A passagem para o anti-clímax não é, porventura, feita com mestria -os jornalistas explicam pela enésima vez que os Tratados foram assinados em duas línguas, português e francês, e enumeram o resto da agenda do dia.

Enquanto isso, a RTP tenta rendibilizar as potencialidades do helicóptero, numa profusão de imagens aéreas do local (ver Fig. VI em Extratexto). É uma nova experiência de participação na telecerimónia só possível através da mediação televisiva. O que é oferecido ao telespectador não é o acontecimento *tout court*, mas antes um acontecimento outro, diferente e mais variado do que aquele que o público presente pôde presenciar e que só o telespectador pode apreender: *«o que nós vos oferecemos, diz a televisão, não é apenas uma visão livre de*

obstáculos do que "lá" acontece, mas uma experiência totalmente diferente, disponível apenas para os que não estão "lá". [...] Os espectadores da televisão moderna dispõem de meios inesperados para participar na experiência ritual» (Dayan e Katz, 1999: 102).

A transmissão da cerimónia, com pouco mais de uma hora de duração, termina assim com as imagens colhidas do céu, enquanto os jornalistas desfiam os temas tratados em mais de mil páginas de Tratado, documento que representa o fim de «*um longo processo* [...] *que terminou a 29 de Março de 1985* [...] *três horas depois de cumpridos oito anos sobre o pedido de Adesão de Portugal.*»

V.1.4- Depois da Assinatura

Acabada a transmissão em directo da cerimónia de assinatura do tratado de Adesão de Portugal à CEE, a RTP prossegue uma emissão especial, programada e gizada com antecedência. É curioso, que logo após a transmissão, momento alto do dia, por volta das 10 da manhã, Artur Albarran apresenta o primeiro momento cultural do dia. Em vez de prolongar o efeito de alguma "excitação" que se possa ter gerado a quem acabou de presenciar em directo um acontecimento histórico, a emissão desvia-se completamente da linha condutora que seguira até a este momento. Assim, a RTP gravara para a ocasião, e sem correlação possível com o conteúdo da cerimónia que acabava de transmitir, um *Pas-de-Deux* do Bailado *O Lago dos Cisnes*, expoente máximo da criação romântica na dança. É a cultura erudita a marcar presença, num tempo em que a lógica do discurso televisivo se subordinava apenas ao poder e em que a lógica concorrencial era ainda estranha ao panorama audiovisual nacional. Só assim se entende este tributo à cultura erudita, a uma hora do dia e de crescendo da própria emissão que o mais elementar bom senso desaconselharia. São 5 minutos e 42 segundos de *ballet* clássico, corolário ilógico da assinatura do Tratado de Adesão à CEE.

Antes de retomar o fôlego para a jornada informativa em directo, são refrescadas as notícias do dia, numa série de breves complementada pela revista da imprensa nacional, paupérrima do ponto de vista visual. O tom é formal e institucional, o plano é aberto, tradicional, destaca-se apenas o enorme "E" de Europa desenhado no estúdio à direita do jornalista Carlos Franco. O único recurso à imagem para ilustrar as várias notícias do dia é a filmagem das capas dos jornais, que dão conta do dia histórico para Portugal. Todavia, o trabalho é um tanto descuidado, podem ver-se as mãos de alguém que segura os diários para serem filmados. É curioso que não são mesmo recuperadas as imagens da cerimónia que se acaba de transmitir, tal como hoje seria comum e que a tecnologia de então também já

permitia, mas que a rotina de trabalho ainda não tinha interiorizado. O telespectador tem assim de se contentar com um noticiário de três longos minutos que mais não é que um monólogo formal recitado com um tom grave e sério, com que na época era comum revestir as notícias. Há pouco investimento na «embalagem» visual do produto informativo, que se torna assim pouco atractivo visualmente, já que quase nada é mostrado. O resumo da actualidade resulta num perfeito acerto de emissão, compasso de espera ideal entre dois acontecimentos.

Lança-se, então, mais uma ligação em directo, agora para transmitir a recepção e a cerimónia oferecida pelo Presidente da República aos convidados europeus, oficialmente designada por "Audiência do PR aos Chefes das Delegações à Cerimónia do Tratado de Assinatura de Portugal às Comunidades Europeias". A ligação dura 36 minutos e 14 segundos, quando se inicia vêem-se ainda, a respeitosa e deferente distância, os carros dos ilustres convidados a sair dos Jerónimos. Depois, o atractivo visual, imagens aéreas da área, que enquadram o percurso dos carros. Como se de um enorme casamento se tratasse, as câmaras seguem os notáveis após a saída da igreja para o banquete de celebração, adequadamente realizado num belo Palácio, com vista para o Tejo. Albarran mostra agora ter feito o "trabalho de casa" jornalístico e, enquanto o cortejo prossegue, explica aos telespectadores o número de acordos preferenciais mantidos pela CEE. Volta-se a mostrar a imagem dos dignitários a sair dos Jerónimos, sem qualquer som ambiente transmitido.

Cesário Borga recebe a emissão, a gramática das imagens repete-se: os convidados chegam ao Palácio, um a um, as entidades oficiais fazem a sua entrada em cena, Soares é o primeiro, depois Bettino Craxi, mais tarde vê-se Felipe Gonzalez. A transmissão mostra todo o compasso de espera pela chegada do Presidente, própria das ocasiões que respeitam deferentemente os rituais de Estado. O discurso do audiovisual surge, no entanto, quando se ouve de fundo uma música clássica, própria, numa cobertura mediática de carácter mais institucional, para pontuar e enfatizar o carácter de cerimonial e oficioso de acontecimento importante e solene. Eanes cumprimenta os presentes, uma vez mais a câmara reserva-se a uma posição de espectador privilegiado, mas discreto e reservado(ver Figuras XX e XXI em Extratexto).

Bettino Craxi toma a palavra, o discurso é breve, de circunstância, formal, assinala apenas a ocasião solene, notável para o país. Lembra também o apoio de Eanes ao Governo nas negociações com a CEE. O olhar televisivo oscila entre um plano aberto dos dignitários mais importantes, Craxi e Eanes, e um percurso pela assistência. Não se vê a parafernália de

microfones, câmaras, fotógrafos e jornalistas que se acotovelam actualmente em qualquer humilde conferência de imprensa sobre política. O mundo mediático seguia ainda, obediente, as distâncias propostas pelo poder, que podia, ainda, parece-me, ditar e condicionar as regras do jogo dos grandes acontecimentos da História nacional.

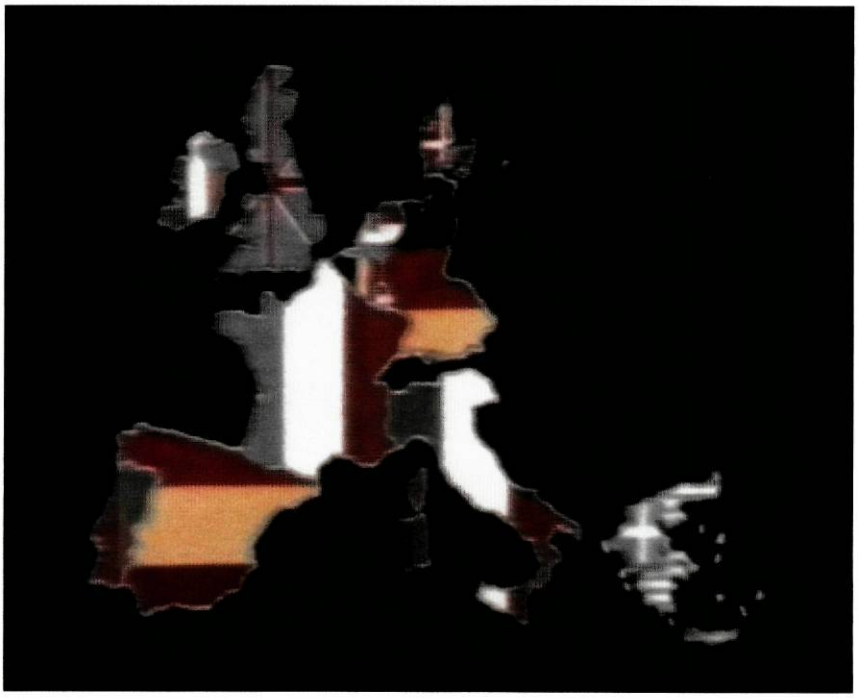
Depois, Ramalho Eanes usa da palavra, num discurso de pouco mais de sete minutos, as legendas (oráculos no jargão televisivo), amarelas, de letras esguias, lembram, oportunamente, o nome e a função do orador. Eanes relembra e congratula-se com o fim do longo processo de negociação. A câmara mostra então um Soares com ar ausente, num *zoom out*, que imprime o ritmo possível ao discurso audiovisual cerimonial , ou seja, o que está centrado numa cena puramente institucional, mas de inegável valor histórico. O Presidente reafirma as raízes europeias da nação marítima portuguesa, destaca o esforço descobridor do povo, mas integra as navegações numa missão europeia do país: «*Portugal é, desde há oito séculos, pela sua cultura e pela sua história, um país europeu. Um dos primeiros que se constituíram em nação soberana e que contribuíram para difundir a cultura europeia, podendo mesmo afirmar-se que a História de Portugal é também, um pouco, a História da Europa. Por todas estas razões, Portugal não podia alhear-se de uma nova Europa*». Eanes lembra também que o país participou em todos os movimentos europeus do Pós-guerra, não enfatizando, porém, a reserva com que o fazia e que explicitei no resumo histórico do início deste trabalho. Não seria, certamente, politicamente correcto demonstrá-lo num momento em que importava realçar as credenciais históricas que faziam dos portugueses Europeus de pleno direito. Eanes imprimia assim uma filiação europeia à Genealogia histórica do país desde que se constituiu enquanto tal, até à indecisa e incompleta participação nos movimentos supra-nacionais do Pós-Guerra. Por isso, Eanes afirma: «*Portugal assume, deste modo, a política de Adesão às Comunidades Europeias como uma opção coerente e responsável e não como uma inevitabilidade histórica ou um imperativo económico ou ainda a busca e um garante da consolidação do nosso regime democrático. Portugal é e será democrático pela vontade e pelo esforço dos Portugueses. E é justamente na consistência do nosso projecto nacional que nos torna capazes de nos integrarmos neste momento nas Comunidades*». O Presidente nega o oportunismo económico ou político, até porque, salienta, a democracia portuguesa estava já consolidada. Contudo, os critérios e os motivos de Adesão não foram estranhos a uma opção político-ideológica feita no calor da Revolução, que subordinava a escolha europeia à esfera de influência dos valores do Capitalismo Ocidental, num mundo ainda com fortes clivagens políticas.

Eanes recapitula então a História da Adesão. Durante o longo discurso, a câmara não se queda fixa na figura presidencial, oscila entre o que na altura seriam considerados grandes planos das personalidades, panorâmicas e *zooms*. É a ilustração possível da cena em termos audiovisuais. O presidente realça a Integração conjunta dos dois países ibéricos, lembra as dificuldades de futuro, mas assegura um bom desenlace, não esquecendo as repercussões que terá noutros continentes a Adesão portuguesa. É o eco da herança de um Portugal pluricontinental que não se silenciou.

Findo o discurso, Cesário Borga retoma as rédeas da emissão, considerando o alocução presidencial positiva. Depois, descreve os móveis da sala onde decorre a recepção, num aparte que parece querer "encher" a emissão. O directo prossegue com imagens dos ilustres convidados no Porto de Honra, Cesário Borga conta a história do Palácio de Belém, desde o tempo da Monarquia. Como ironicamente o jornalista descreve, *«os repórteres, nestes directos oficiais eram obrigados a munir-se de uns "narizes postiços" para fazerem face aos imprevistos de uma emissão que, a maior parte das vezes, se alongava para além daquilo que era jornalisticamente razoável»*!.

A emissão começa a arrastar-se e a perder algum interesse e ritmo: as imagens mostram apenas os convivas a servirem-se dos aperitivos. Seguindo a analogia de ocasiões solenes, o banquete do "casamento" de Portugal com a CEE entra agora no momento de convívio social, de distensão, depois da cerimónia solene que oficializa a relação. Ao longe, a câmara espreita Soares e Eanes em amena cavaqueira, Cesário Borga resume as ideias do discurso presidencial. Porém, não se fazem leituras políticas das conversas que ocorrem entre os líderes em Belém - a fórmula do directo cerimonial e o tom celebratório outorgado ao dia não se coadunam com especulações sobre o futuro político do país. A transmissão do Palácio presidencial demora-se ainda um pouco mais, o povo pode ver uns planos dos jardins presidenciais e algumas salas até que a emissão segue, de novo, para os estúdios, uma vez que, explica Cesário Borga, não há já acontecimentos importantes a reportar do local.

Figura I - Genérico da Emissão Especial



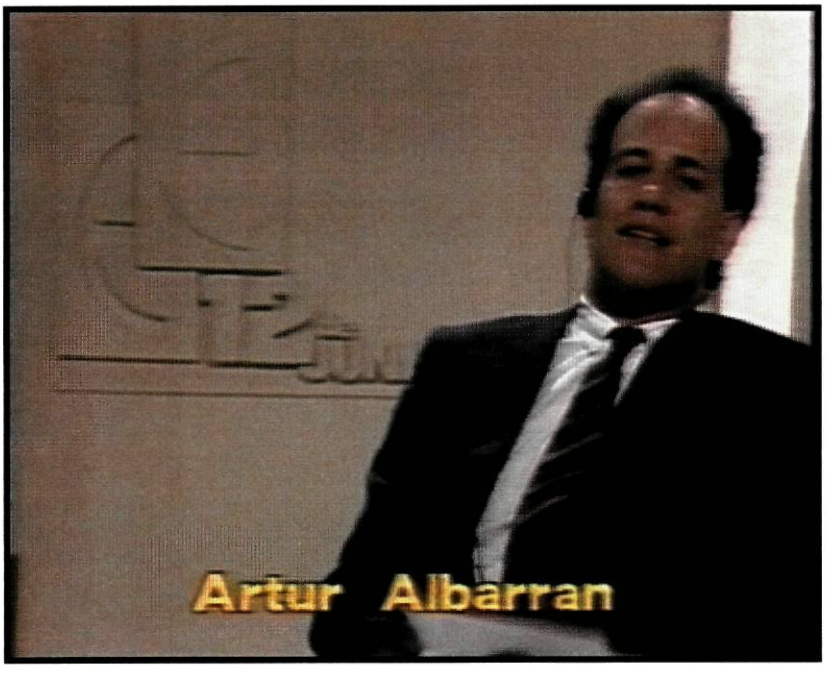
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura II - Genérico da Emissão Especial



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura III – Artur Albarran apresenta a Emissão Especial



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura IV – Reportagem de Carlos Fino na Torre de Belém



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura V – Carlos Franco apresenta as *Notícias*



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura VI – Vista Aérea de Belém



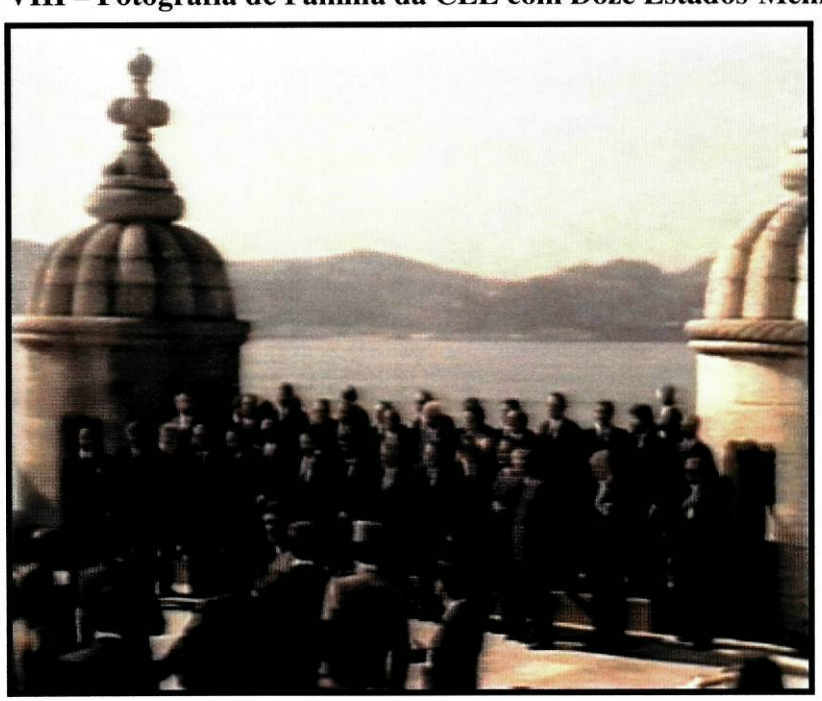
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura VII – Navio-Escola Sagres, cenário da Fotografia de Família da CEE



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura VIII – Fotografia de Família da CEE com Doze Estados-Membros



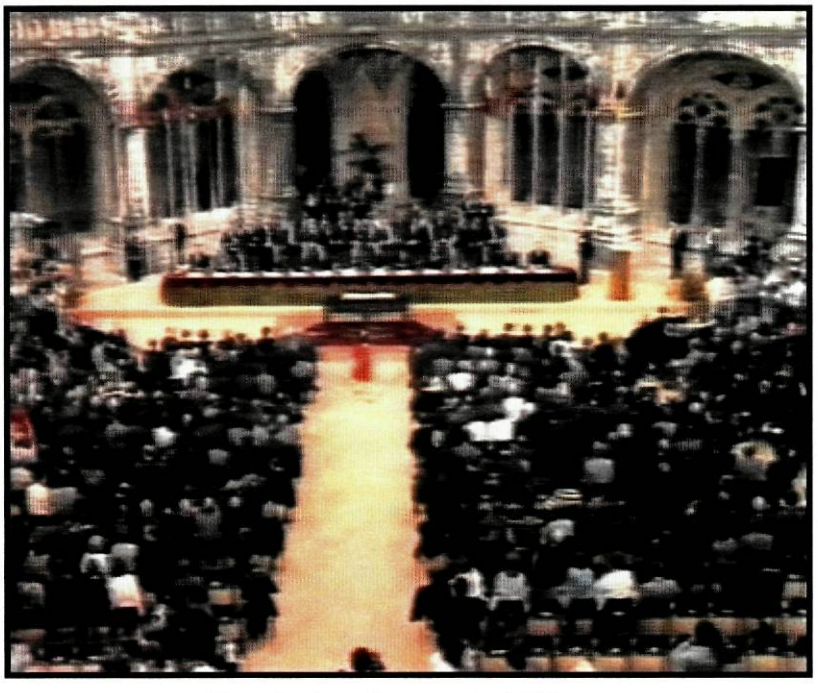
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura IX – Plano Geral do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando o público de frente



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura X - Plano Geral do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando os plenipotenciários de frente



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XI – Betino Craxi discursa nos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XII – Giulio Andreotti discursa nos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XIII – Plano do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando os plenipotenciários à direita



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XIV – Jacques Delors discursa nos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XV – Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à CEE



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XVI – Grafismo usado para ilustrar a assinatura do Tratado por Portugal



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XVII – Mário Soares discursa nos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XVIII – Exterior do Mosteiro dos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XIX – Janela Manuelina do Mosteiro dos Jerónimos



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XX – Ramalho Eanes recebe Mário Soares no Palácio de Belém



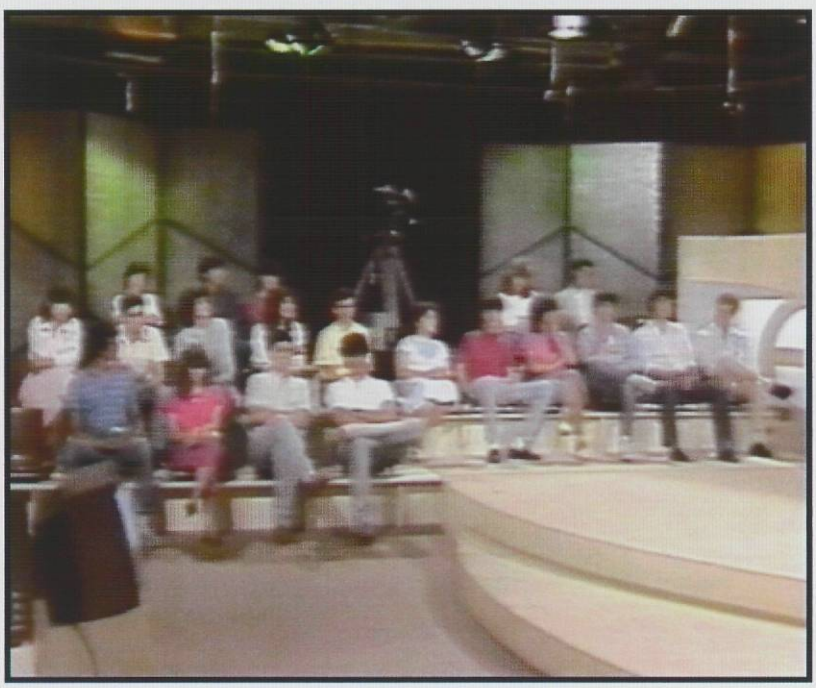
Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XXI – Ramalho Eanes recebe plenipotenciários no Palácio de Belém



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XXII – Plateia do Estúdio da Emissão Especial



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XXIII – Plano dos Moderadores de um debate no Estúdio



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

Figura XXIV – Luz Sá da Bandeira canta no Estúdio



Fonte: Arquivos e Documentação da RTP

V.2 - O resto do dia

V.2.1 - Antes dos debates

V.2.1.1 - No Estúdio

O corpo principal, nobre, da telecerimónia acabara, chegara a hora de mostrar aos portugueses o *menu* caseiro que a RTP prepara para a emissão/comemoração da Adesão. Como mostram Dayan e Katz, a televisão tem também um importante papel a desempenhar nos momentos posteriores à celebração ritual. Agora, há que reintroduzir os telespectadores, pouco a pouco, no ritmo de vida quotidiano, transformando a comemoração ritual a que acabaram de assistir em ícone do passado, em *souvenir*, em recordação fundida na memória colectiva. Explicam os autores que «*Chegara o momento de separação do acontecimento e de adoptar um enfoque retrospectivo. A televisão guiou os espectadores para o "anti-clímax" posterior ao acontecimento, propondo um novo leque de atitudes.* [...] *Eram mostrados momentos anteriores do acontecimento, recordando a sua pompa quando já se encontravam afastados do tempo presente. Era já um registo de arquivo* [...] *O acontecimento era agora objecto de painéis de discussão nos estúdios e em talk-shows (afastando-nos ainda mais do evento propriamente dito)*» (Dayan e Katz, 1999: 107).

Como vimos, ainda todo o acontecimento não estava terminado, já as Notícias o tratavam num registo mais austero, de arquivo, a que faltaram apenas as imagens do tão recente passado exibidas de novo no ar. Os debates "explicativo-comemorativos" estavam também prestes a começar, mas nada melhor do que uma pequena lição de História Contemporânea aos Portugueses para os cultivar um pouco. Uma vez mais sem imagens de suporte, o "professor" Albarran enumera as organizações supra-nacionais a que Portugal aderiu desde o Pós-Guerra. Depois, seguem-se quase 25 minutos de um concerto de música clássica filmado pela RAI, pontuado com imagens da Europa, apropriadas para o dia. Há, de novo, o recurso à cultura erudita, inquestionável para o espectador popular, irrepreensível para o ouvinte cultivado, numa concepção de estratégia audiovisual de antanho. Depois de cumprido o ritual de poder, chegava assim o momento em que, sem pudores, se passaria à educação do povo ou ao deleite dos eruditos.

Como explica Alain Woodrow, a televisão, no tempo presente, substituiu-se à Igreja como formadora de consciências e de moral, «*a televisão comporta-se como ama-seca e*

autoridade social. O magistério catódico substitui o magistério católico» (Woodrow, 1991: 142). O meio de comunicação é então encarado como o novo "aliado" do Estado na formatação moral da população, num mundo laico em que a Igreja já não pode desempenhar cabalmente essa função. Num país como o Portugal de então, recentemente aberto à democracia e com monopólio estatal de licença de televisão, a noção do papel do audiovisual era forçosamente distinta da actual. Para além da liturgia do poder que importava cultivar e repetir com voz oficiosa e institucional dos Governos, havia que proporcionar entretenimento aos Portugueses e facultar-lhes também algum acesso à cultura, entendida apenas na sua acepção erudita, herdada da concepção restrita novecentista. Como explica Paddy Scannel a propósito do Reino Unido: «*quando a BBC tinha o monopólio, a ideia era ajudar a elevar as ideias e os gostos da população para um nível mais alto*» (in Figueiredo b), 2003: 52).

Assim, na época, e numa discussão que dificilmente perde actualidade, parecia ainda fazer-se sentir o diferendo agudo entre «Cultura de Massas» versus «Cultura de Elites», na sua forma mais pura e maniqueísta. Dominique Wolton (1994) lembra que os intelectuais andam atrasados numa oposição cega das duas formas de cultura, esquecendo que é preciso realçar também que a televisão ajuda a uniformizar as culturas, criando uma «cultura média», formatada pelos próprios meios de comunicação social e positiva no sentido que emana da universalização da democracia. Como explica, «*antes de denunciar a tirania da cultura média, é preciso tomar consciência de que ela substituiu em larga medida o que se costuma chamar cultura de massas, e que a televisão desempenhou um papel essencial no aparecimento da cultura média*» (Wolton, 1994: 221). No entanto, ao longo da emissão do dia não há quase lugar para a cultura média, a informação alterna com o entretenimento, a cultura é oferecida em doses que hoje seria difícil encontrar, mas sem se democratizar e descer do seu pedestal de intangível erudição. No outro extremo, aparecem momentos de distensão com a cultura popular tradicional a ganhar lugar (Grupos de folclore nacional ou fadistas) e até a música «ligeira» marca presença, na voz de Jorge Fernando, participante no também ele incontornável Festival RTP da Canção e percursor dos mais modernos e "recauchutados" "pimba" actuais.

Atentando de novo na emissão da RTP, Albarran volta a estúdio regressando ao passado. Recua a 1853 e ao início do caminho-de-ferro no nosso país. O paralelismo histórico é curioso, a imagem é conseguida: uma circunstância exógena impulsiona, de novo, o Progresso de uma nação amarrada a um passadismo difícil de expurgar. Qual mestre-escola do Estado Novo, Albarran lembra que «*a **nossa** rainha D. Maria II depositava no chão uma*

porção de areia. Era assim que ela simbolizava o início das obras». Afinal, tudo não passava de um pretexto para ouvir o curiosamente oportuno texto de Alexandre Herculano sobre o tema. O autor lembra a uniformização dos costumes que o Progresso proporciona. Uma actriz é chamada a ler o excerto (durante quase 4 minutos, uma pequena eternidade em televisão) com o livro aberto, música clássica em fundo e pose declamatória, em frente ao majestoso "E" Europeu que domina o estúdio. Explicam Cesário Borga e Carlos Albuquerque que o recurso à declamação de textos e poesias, a que repetidamente vamos assistir durante o dia, era prática habitual na televisão de então. Recurso barato e simples, este discurso era considerado normal pelo espectador de então, formado na cultura televisiva da RTP, habituado aos recursos que a Televisão Monopolista mimeticamente repetia.

A escolha de textos feita, no entanto, revela um rigoroso trabalho de preparação, mas mostra algumas resistências do tecido social de então à uniformização que a CEE também implicou. As reflexões de Herculano podem também ser entendidas como um aviso, o historiador prognostica o fim das barreiras entre os povos, mas a perenidade das nações. Pedra de toque do discurso - o receio do que pode suceder aos pequenos países como Portugal.

V.2.1.2 - Humor "Europeu"

Se o aviso se queda, solene, a bailar nas consciências nacionais, os três minutos e quarenta e um segundos seguintes vão-se encarregar de distender o clima. Um *sketch* humorístico de Nicolau Breyner, no papel de Tia Eva. Aqui, pela primeira vez na emissão, o momento destinado ao entretenimento (desta vez não dirigido apenas à elite, talvez um exemplo da já referida cultura média, produto da experiência televisiva) tem uma relação directa com o tema do dia.

Nicolau toca ao piano, com os retratos de Soares, Cavaco Silva e Felipe Gonzalez. A tia Eva fala sobre a Adesão e dá piadas à política. Interpreta bem o sentimento nacional: *«Agora que aderimos à Comunidade Europeia temos de falar línguas, ou bem que aderimos ou bem que não aderimos* [...] *Passamos a ser europeus, que era uma coisa que nós nem sabíamos que éramos. Eu, por exemplo, estava convencidíssima que era marroquina, é verdade, sempre o supus.»* Efectivamente, esta é a tónica dominante no discurso político de então, o regresso à madre europeia de Portugal, esquecendo que geograficamente o Continente nunca se desprendeu, qual Jangada de Pedra de Saramago. Descrevendo a assinatura do Tratado, Tia Eva diz que os subscritores do documentos eram *«as Armas e os Barões Assinalados, de que falava o Camões, e lá partimos, em caravelas, à Descoberta da*

Europa». Interessante paralelismo entre a descoberta dos Novos Mundos e a Descoberta do Novo Mundo da Aventura Europeia.

Uma vez que o tom convidava à distensão, aparece outro pilar indefectível da Cultura Portuguesa, o incontornável fado, servido em dose de mais de três minutos, por Luz Sá da Bandeira (ver Fig. XXIV em Extratexto). Um dos temas é cantado em francês. No final, Albarran muda pela primeira vez de pose, está de pé, ao lado da fadista, enquanto que a iluminação acerta a luz. Luz Sá da Bandeira tenta sair de cena despercebidamente, mas, erro da produção ou da realização, aparece perdida em fundo, quando era suposto já ter saído do estúdio.

V.2.2 - O debate da manhã: Juventude e Europa

Um dos pratos fortes da emissão especial de dezasseis horas do dia histórico, foram os debates que escalpelizaram a problemática da Adesão. Para os filmar, o realizador Manuel Tomás recorda que no estúdio foram colocadas, pelo menos cinco ou seis câmaras, em vez das quatro habituais. Manuela Figueiredo e António Peres Metello moderam, então, o primeiro espaço, que se inicia por volta das onze e meia da manhã (ver Fig. XXIII em Extratexto). Como vimos, a televisão modela a forma de envolvimento da população no acontecimento, mas, explica Van Gennep, citado por Dayan e Katz, molda também a maneira «*como nos libertamos dele,* [...] *como a televisão impôs o seu próprio rito de passagem sobre o ritual contido no acontecimento*» (Dayan e Katz, 1999: 108). Os debates foram a fórmula privilegiada pela RTP para "sair" do acontecimento.

O primeiro tema lançado a debate é uma interrogação, bem a propósito, se as solenidades do dia fazem ou não sentido para os jovens, primeiros convidados do debate. Os jornalistas procuram saber se o assunto lhes interessa há muito tempo. A RTP saía assim do institucional e procurava ouvir a voz do povo, do cidadão-espectador comum, medir o pulso à chamada sociedade civil. É a primeira vez que a televisão estatal abandona o institucional no dia da Adesão e traz ao espaço nobre do ecrã as "palavras ditas", mostra o sentir de pessoas comuns, abandona a rigidez dos discursos de Estado preparados e proferidos com solenidade.

Uma entrevistada explica que «*Não acompanhámos o processo desde o início* [...], *é lógico que agora, temos outra idade, já nos interessam outros assuntos, acompanhamos as coisas com muito mais interesse.*» Não será o espelho do povo português de então, talvez o reflexo do pensamento de uma minoria de certa forma privilegiada, uma universitária de 1985. Outro jovem precisa que, na memória, «*a única coisa que me ficou foram os sucessivos*

adiamentos», imagem pouco positiva, mas real de um longo e arrastado processo. Seria difícil ouvir na protocolar litania dos discursos oficiais uma opinião tão sincera e politicamente incorrecta. Outro convidado em estúdio apela à discussão do tema por todos, há quem lembre que o assunto faz parte dos estudos universitários e que, aqui e ali, se fala dele no ensino secundário. São jovens relativamente esclarecidos, que não deixam, no entanto, de se queixar sobre a situação económica do país e sobre o esmagador desconhecimento *in loco* dos países da Europa.

São cerca de oito minutos de conversa, interrompidos por Albarran para apresentar um documentário sobre a História da Europa: *Vinte Séculos Depois*. O trabalho, de pouco mais de 29 minutos, recua à Grécia Antiga para explicar a génese da cultura europeia. O produto é importado, não foi preparado pela RTP, mas adequa-se à emissão a decorrer – um percurso pela história, que, oportunamente passa pelos Descobrimentos Portugueses, afinal, também eles parte do passado europeu. A reportagem termina com a fundação da Comunidade Europeia e as vantagens para os europeus de 10 países que vivem agora uma realidade comum. Aqui, subliminarmente, através daquilo que é tido como consensual e politicamente correcto propagam-se cosmovisões, ou melhor, "eurovisões" a que se espera que os Portugueses adiram também. É um documentário pedagógico, factual, mas imbricado da ideologia europeia, que se celebra num dia tão importante para o país. Os media ajudam desta forma a conferir sentido e a interpretar a realidade que rodeia o homem, reassumindo assim o papel do mito nas sociedades antigas. Como explica Adriano Duarte Rodrigues: «*a televisão clássica* [...] *obedece a uma lógica produtiva que consiste na produção de variantes modernas das estruturas narrativas ancestrais. Esta remitificação do mundo , desempenhando um papel importante de doação de sentido ao processo de racionalidade moderna, ocupa uma espécie de interlúdio , lugar deixado vazio pela racionalização dos diferentes campos sociais*» (Rodrigues, 1989: 65).

São as *Propagandas Silenciosas*, a que alude Ignacio Ramonet numa versão ainda mais contemporânea do papel da comunicação social. O documentário é exímio nessa doação de sentido, nessa tentativa de forjar, de criar uma mentalidade dominante submissa e conducente a um paradigma europeu, que agora se queria erigir como ideologia dominante também em Portugal.

Com imagens de indústria e de edifícios, quiçá símbolo de progresso e modernidade, o narrador explica: «*Assim se abre uma nova perspectiva de futuro para uma das maiores regiões industriais do mundo* [...] *a Europa está agora preparada para encontrar soluções comuns para problemas comuns em sectores tais como a pesquisa, a inovação tecnológica ou*

a protecção do meio ambiente. Problemas que ignoram as fronteiras e que não podem ser resolvidos se não em conjunto». A música, sóbria, pontua, no entanto, e realça, com um tom ligeiramente triunfal e apoteótico, o texto. Mostra-se agora a imagem do orgulho tecnológico europeu, o Concorde, levantando vôo, tal como o Continente unido, supõe-se, para um futuro, que se espera risonho, de paz, cooperação e desenvolvimento. Depois colam-se imagens de europeus sorridentes passeando-se sob o Arco do Triunfo e ouve-se: «*A Europa é uma ideia política, mas essa ideia encarna-se no Homem, na sua liberdade, na sua confiança no futuro e na sua felicidade. A Europa é a história de vinte séculos de vicissitudes permanentes na procura de uma ordem justa de lutas por regras comuns. A Europa é o esforço infatigável de abrir novos caminhos e a segurança dos seus habitantes.*[...] *Uma nova dinâmica anima pois o século XX*». O campo dos media servia assim o interesse político, procura mostrar as vantagens, até para a felicidade pessoal, de uma nova sociedade, que, sem escolhos, se parece abrir, amigável, a Portugal. A RTP defende o ponto de vista do Governo ainda em funções, é exaltado esse enfoque, em detrimento das vozes negativistas que também aparecem em antena, mas em menor número e com menos destaque.

Finda a reportagem-contextualização da cultura europeia, volta o debate, durante 9 minutos e 18 segundos, a estúdio. Peres Metello e Manuela Figueiredo confrontam os jovens com os números do desemprego juvenil na CEE, 40 por cento dos que não trabalham. A entrada de Portugal e Espanha vai ter impacto nos números, é perguntado aos jovens se pensam que o emprego vai ou não aumentar. Os jovens não são totalmente pessimistas, apostam na indústria de ponta e nas novas tecnologias, esperam o regresso dos emigrantes portugueses um maior intercâmbio de pessoas. Um jovem estudante de arquitectura teme a concorrência do mercado estrangeiro, «*eles estão muito mais desenvolvidos, vão ter muito mais hipóteses do que nós*», sentencia. Outro jovem assegura que a grande competição vai ser com os arquitectos italianos que «*nos vão invadir completamente*». Ressurge o velho argumento da fraqueza da economia e desenvolvimento nacionais face à concorrência com uma Europa mais próspera e evoluída tecnologicamente. A mentalidade autárcica do salazarismo tinha deixado raízes e brotava até nos que não tinham vivido sob o jugo do ditador. A solução encontrada pelos jovens do sector, é, justamente, previsível no seio da corrente doutrinária que, talvez involuntariamente, seguiam – ao discurso nacionalista soma-se um certa vontade de reinventar um condicionamento já não industrial, mas sectorial: «*criar alguma protecção aos arquitectos portugueses*». É precisamente o contrário do que a ideologia europeísta preconiza.

Nova interrupção, de novo para projecção de uma reportagem. O tema é agora: *Velas Europeias, Un voilier pour l' Europe* (de 17' 23"), uma volta ao mundo efectuada por um veleiro pilotado por nove jovens nacionais da CEE. O barco foi baptizado de "Tratado de Roma", para assinalar os vinte anos da assinatura do documento. São mais de dezassete minutos sobre um trajecto realizado em 1977, oito anos antes da emissão especial. O tema é compreensível e adequado ao dia, embora de um interesse histórico relativamente marginal.

De novo no debate, por mais quase dez minutos, os jovens interrogam-se sobre o que sabem de Europa, um deles reconhece mesmo que, aquando da conclusão das negociações não deu muita importância ao caso e que só neste dia (12 de Junho) se confrontou com a dimensão do tema. Mostra-se assim, levemente, que a mobilização excepcional da RTP para a cobertura do dia se traduz em alguns resultados práticos. Timidamente, os portugueses menos atentos começam a perguntar-se o que é a CEE e qual o impacto da Adesão nas suas vidas. O destaque e a cobertura especial dada ao tema levariam, quando muito, as pessoas a questionarem-se sobre o alcance de um assunto a que a única televisão de então dá tanto destaque.

Outro dos jovens em estúdio espera a melhoria de condições de investigação científica que anseia a diminuição dos tempos de doutoramento no nosso país e o alargamento da carreira de investigação a outros que não os professores universitários. Anseios que parecem levar muito tempo a concretizar! A nova geração presente mostra-se renitente a abandonar as facilidades das grandes cidades, embora para outros a chegada do dinheiro europeu possa promover o desenvolvimento mais harmonioso do país. Aqui o debate acende-se, proporcionando dos momentos mais animados da emissão até a esta altura. Contrapõem-se argumentos entre os que esperam ser informados pelas Faculdades das potencialidades da Adesão e os que exortam à busca pessoal de dados e de esforço nacional colectivo para o desenvolvimento. Um dos temas recorrentes em várias intervenções é a necessidade de ultrapassar o propalado complexo de inferioridade nacional face ao estrangeiro. Provincianismo de um país relegado de protagonismos, mera convicção acertada da realidade, ou traço identitário de um pessimismo nacional, endémico de oito séculos?

Por volta das 12h30m, outra grande reportagem bem escolhida vem preencher o espaço até à hora do almoço. Trata-se de uma biografia de um dos pais das pátrias da Europa, como é apresentado por Albarran. Estranha e desagradavelmente, o jornalista conclui o debate da manhã voltado de costas para o espectador, falando directamente para os jovens. O comportamento resulta em antena numa falta de atenção para o telespectador, primeiro destinatário da emissão, porque Albarran ignora a câmara.

A nova grande reportagem, intitulada *Jean Monnet – Uma vida ao serviço da Europa* (de 12' 30") não é também produzida pela RTP, ouve-se mesmo a locução francesa. Contudo, desta vez, e apesar da oportunidade da escolha do tema, bem pensada, o filme é puramente pedagógico, uma espécie de ilustração visual sobre a vida do ideólogo da CEE. É indesmentível a vontade de exaltar os ideais europeus e, assim, converter os apáticos portugueses às benesses e virtudes da CEE. Porém, não pesam já as frases que, no documentário sobre a história da Europa, tão explicitamente tentavam harmonizar e formar as consciências para o ideal Europeu.

A concluir o debate matinal, os Rádio Macau, entenda-se "música moderna" que os jovens no estúdio deveriam apreciar, distendem o ambiente ao interpretarem um tema durante 5' 02".

Cerca da uma da tarde, Artur Albarran repete o lançamento para o intercalar noticioso do almoço, dizendo que Carlos Franco «*traz as últimas notícias aqui recebidas através dos nossos telexes*». O noticiário repete-se sem imagem, com destaque para a Adesão de Portugal e Espanha à CEE e a crise política. Dá-se relevo também a um sequestro de um avião e à explosão de um carro armadilhado em Madrid. São dois minutos e quarenta e oito segundos, com forte incisão nas notícias internacionais. Uma vez mais a televisão é vista ainda como o império da palavra, onde a imagem é secundária e, por vezes, dispensável.

V.2.3 - O TV Rural

Albarran apresenta depois um clássico da RTP, já na época o mais antigo programa da emissora: TV Rural. Ao início da tarde era altura de ouvir a voz mentora dos agricultores nacionais, Sousa Veloso, numa edição de mais de 25 minutos. O genérico do programa é curto, à esquerda uma gigantesca flor, em tons de verde e rosa ilustra e joga com as enormes letras «TV RURAL», escritas nas mesmas cores. O fundo é negro, não há qualquer som. O grafismo é básico e um pouco *naïf*, transmite poucas ideias, uma infantil flor de caule verde, cor dos campos, é embelezada pelo rosa, tal como na Natureza ideal. Chega o momento do país real, aquele que se inquieta e ignora o que vai trazer a CEE.

A primeira imagem mostra mulheres a sachar a terra e a cantar uma canção de folclore. É o tributo à mais idealizada imagem do bucolismo rural. Depois, figura insigne nacional, herdada dos tempos de antanho, Sousa Veloso, aparece com ar afável ao lado de uma camponesa que trabalha e cumprimenta os agricultores. O programa é feito do Vale do Liz, num dia que o apresentador Veloso qualifica de «*festa para muitos de nós, aqueles que*

acreditamos que foi boa a assinatura que hoje teve lugar: Portugal passou a fazer parte da Comunidade Económica Europeia, a CEE. [...] *Nós passámos a fazer parte da Europa verde e para o celebrar também aqui viemos.*». Sousa Veloso entrevista um agricultor português, agora também europeu, que, como salienta, até já foi emigrante na Alemanha. Previsivelmente pessimista, o lavrador afirma que os portugueses não têm preparação, exorta à mecanização da agricultura, lembra o papel do Governo e dos próprios lavradores no futuro. Sousa Veloso contemporiza com o compasso de espera, de preparação, de que a agricultura portuguesa ainda vai beneficiar. Numa entrevista que parece pouco espontânea, o agricultor pede aos outros colegas de profissão para confiarem nos técnicos, mas lembra que quem sabe não pode ficar nos gabinetes. O engenheiro recorda, em tom pedagógico, a necessidade de "empresarialização" da agricultura portuguesa, por seu turno, o entrevistado sugere a especialização. Debate-se também a opção entre a agricultura e os lacticínios. Sousa Veloso corre em busca dos agricultores-empresários existentes na região. O esquema narrativo é um pouco forçado, simplista, o entrevistado recorda-se, por acaso, de um casal empreendedor, onde, de seguida, aparece Sousa Veloso.

O modelo apresentado é exemplar, até porque os proprietários têm formação profissional. O engenheiro, pedagógico, lembra que na CEE, modelo de desenvolvimento a seguir, os agricultores também têm formação profissional. O novo entrevistado receia a CEE e queixa-se da falta da colocação dos produtos, Sousa Veloso lembra, uma vez mais, que na Comunidade Europeia, as associações de agricultores também se encarregam de tais aspectos. No discurso de Sousa Veloso, a Europa parece o verdadeiro arquétipo a seguir, servido de forma acessível aos agricultores portugueses. No extremo oposto aparece um agricultor, personificação talvez das dúvidas da época : « *Eu não tenho conhecimento nenhum ainda do que é que pode ser isso* [a CEE]. *Pode ser útil, espero que sim , porque quem está à frente da gente sabe se é melhor ou pior, mas precisamos é de ter garantias, ajudas, de escoamento e pagamento dos produtos*», diz Urbino Marques. Sousa Veloso encontrou pois o exemplo ideal para aprofundar a sua lição e explica: «*A atitude deste senhor agricultor é comum a uma grande parte dos nossos compatriotas, quando não se dizem capazes de avaliar o que nos trará o futuro, mas por outro lado não querem deixar de acreditar que os governantes que decidiram iniciar* [...] *as negociações fossem competentes para traçar o melhor caminho para todos nós portugueses.*»

Os termos do discurso mediático de Veloso são bem característicos da época, o epíteto "senhor agricultor" mostra respeito e vontade de valorizar o interlocutor, num tempo em que o correspondente "senhor telespectador" era a norma. Hoje, estas expressões parecem

demasiado cerimoniosas e pouco adequadas a um media que privilegia a oralidade mais coloquial. Efectivamente, a linguagem televisiva ainda não valorizava tanto a ilusão de aproximação que o ecrã televisivo confere, mas, convém não esquecer, que também a oralidade não seria exactamente igual à de hoje.

Todavia, o discurso de Sousa Veloso parece-me excessivamente paternalista, sendo certo também que a escolaridade de muitos agricultores era baixa e necessitavam assim de uma linguagem fácil e acessível e de casos concretos para apreenderem os exemplos.

São, assim, mais de 25 minutos de conselhos práticos, tipo "faça você mesmo e aprenda com os exemplos positivos". Percebe-se que a vontade de inculcar nos reticentes agricultores portugueses os princípios de mecanização e desenvolvimento se sobrepõe a qualquer recurso estilístico que não seja apreensível. Convém também não deixar de notar como a opinião de Sousa Veloso secunda a opinião dos governantes, transmitida a todos pela caixa de amplificação do poder, que era, ao tempo, a RTP.

O programa segue com um breve resumo do processo de Adesão, mas a ênfase é posta no futuro e nas alterações que viriam. Sousa Veloso está confiante e lembra a chegada do dinheiro europeu, embora mostre a necessidade de fazer projectos para o receber. Entrevista-se de seguida Costa e Oliveira, presidente da Associação dos Jovens Agricultores, que se mostra aberto às melhorias que a CEE pode trazer.

Em termos estéticos, a pobreza do discurso imagético é recorrente. O programa centra-se na mensagem escrita, à volta do qual giram imagens que traduzem o dia-a-dia dos agricultores e dos temas tratados. E meu entender, o trabalho é sofrível, a edição não passa de uma mera colagem de planos sobre o tema, há frequentemente enquadramentos descuidados, parte de cabeças que não se vêem no ecrã. Sousa Veloso despede-se «*com amizade*», a ficha técnica é dita em *off* pelo próprio apresentador, o genérico final revela a mesma pobreza do inicial. Note-se, contudo, uma boa ligação entre o final do programa e o debate em estúdio, o que denota uma cuidada planificação anterior.

V.2.4 - O primeiro debate da tarde: questões agrícolas

De novo, a tutelar figura televisiva de Albarran recebe a emissão; levanta-se de rompante, a câmara tem dificuldade em acompanhar o movimento. O jornalista apresenta vários convidados, a saber, representantes do secretariado das UCPs (Unidades Colectivas de Produção), da Confederação da Agricultura Portuguesa, da Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior, da Associação dos Jovens Agricultores e do Instituto de

Emprego e Formação Profissional. Os moderadores são agora António Peres Metello e Joaquim Pedro, que lideram mais de treze minutos de debate.

Peres Metello recorda que é opinião generalizada que a agricultura será o sector onde se sentirá o maior impacto da Adesão e questiona-se sobre quem vai ganhar e perder com ela.

O representante das UCP tem uma opinião clara, aliás previsível dada a reacção tradicional da esquerda a todo movimento de Integração Europeia. Podem assim ouvir-se as primeiras vozes discordantes do dia: «*É claro quem vai perder: será a nossa economia, serão os agricultores, a Reforma Agrária, enfim todos aqueles que estão ligados à agricultura* [...] *basta reparar na falta de esclarecimento, que não acontece por acaso*» O entrevistado entende que se quis deliberadamente evitar que se soubessem quais as consequências graves da Adesão. Acusa os governos de se preocuparem mais com questões de ordem política e recorda que só agora se assiste a um debate televisivo sobre o tema. O representante das UCPs entende que a Adesão penalizará a Reforma Agrária e as suas unidades colectivas de produção, bem como os pequenos e médios agricultores que, sem condições de competitividade, serão tragados.

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) não partilha a opinião, lembra que a Política Agrícola Comum (PAC), contudo, se debate agora com excessos de produção e que, em Portugal, a situação é inversa. Acreditam que a entrada na CEE fará com que os agricultores portugueses «*possam finalmente ter uma política agrícola que lhes permita o desenvolvimento que todos esperamos*». Peres Metello lembra que, desde o início da CEE, diminuiu o número de agricultores, mas aumentou a produção sem graves convulsões sociais. Os jovens agricultores pedem ajuda da Segurança Social para que os mais velhos abandonem a actividade sem problemas, queixam-se da descapitalização dos mais novos para investir na mecanização e na terra e da dificuldade de acesso ao crédito. É, por isso, questionado o representante do Ministério do Trabalho em estúdio, que tem uma opinião mais optimista quanto ao futuro. O responsável afirma que acabaram de ser disponibilizados 500 mil contos para investir em formação profissional, como um primeiro passo. A CAP enfatiza a necessidade de uma política agrícola nacional para complementar a Comum e lembra a necessidade de harmonização dos preços (agrícolas). Já as UCPs, por seu turno, asseveram que acreditam nas virtualidades do povo português, mas acham que não se deve depender do que vem de fora, chegando mesmo a duvidar do dinheiro que chegará ao país. Lembram que, desde 1981, em cada dois minutos que passam se perde um emprego na agricultura na zona da CEE, ou seja, um milhão e 700 mil pessoas, com custos sociais. O representante da organização recorda também que se irão pagar montantes compensatórios e explicita o seu

receio. Assevera que o último estudo do Ministério da Agricultura (de 1981 ou 82 diz) refere que os portugueses serão um contribuinte líquido da CEE, tendo de pagar 16 milhões de contos a preços de 1980. Peres Metello recorda a decisão política de não aceitar tal facto e o fluxo contrário de dinheiro para compensar os pagamentos. Ainda assim, o membro das UCPs questiona-se sobre o motivo pelo qual ainda não foram mostradas publicamente as contas e acredita que o saldo final será claramente negativo para Portugal.

Durante todo dia de emissão, esta é a única opinião expressa na antena da RTP mais frontal e abertamente contra a Adesão de Portugal à CEE, quase a única pessoa convidada a debate que ousa mostrar discordância em relação à opção política tomada. São traços do que parte da opinião pública portuguesa poderia pensar então, contornos que não conseguiram, na sua maioria, ao longo do dia, aceder à dignidade de enunciado mediático. A irrupção destas palavras de discordância por entre o "oceano" de tranquilidade e consensualidade exibido durante toda a emissão é preciosa. Como nota Arlette Frage «*O aparecimento de vestígios orais nos documentos históricos suscita frequentemente surpresas e desordem no espírito do historiador* [...] *é uma sorte, uma vez que traz consigo, na sua intrínseca estranheza, novas interrogações, a fazer não apenas à interpretação dos acontecimentos históricos, mas à própria feitura do relato*» (Farge, 1999: 78-79). De facto, esta opinião pode bem ser o sintoma do que muitos portugueses pensavam na altura, índice do sentimento que não teriam direito a exprimir na comunicação social ou não ousavam sequer dizer, ao longo de uma emissão que erigiu como consensual a Adesão. De facto, lembra Dina Aguiar, «*a estratégia da RTP na altura não era promover discussões acesas e aguerridas, ao contrário de hoje preferiam-se os consensos à polémica, procurava-se a sobriedade, a contenção, o low-profile*». Uma lógica televisiva que ajuda a compreender o tipo de cobertura feita ao longo de todo o dia, que analisaremos mais pormenorizadamente mais à frente neste trabalho.

De volta à emissão, o debate é interrompido para a apresentação de uma reportagem sobre Almeirim *Retrato de uma Vila Agrícola*. Serão cerca de cinco minutos para ilustrar o tema e conferir as virtualidades da agricultura portuguesa. O trabalho foi preparado com antecedência para se ajustar à emissão especial, mas, de novo, não há um grande tratamento de imagem, a narrativa visual é fraca, arranca sem força e também o texto não faz um enquadramento, arranca abruptamente com uma citação do Ministro da Agricultura. Álvaro Barreto referira recentemente que a agricultura iria sentir dificuldades reais de adaptação com enormes consequências no sector agrícola. São precisamente as palavras do governante que servem de base à reportagem, em vez de o jornalista, Carlos Blanco, buscar por si e encontrar ele próprio o mote para o trabalho. É, uma vez mais, o pendor institucional da RTP, de um

certo servilismo para com o poder político que já encontramos noutros momentos. Almeirim é tida como exemplo das potencialidades portuguesas, começa então uma bucólica descrição da vila de gosto, a meu ver, algo duvidoso. «*quem das vetustas ameias do fértil vale do Tejo deixar estender a vista* [...] *em baixo deslizando, ora manso, ora violento, vai o Tejo a caminho de Lisboa*». A linguagem não se adequa ao meio televisão e corrompendo, como quase sempre ao longo deste dia, a máxima de McLuhan de que o meio é a mensagem o jornalista fala das características de um rio que nem se vislumbra no ecrã, de fundo uma pachorrenta música clássica traz-nos, de facto, a sensação de imobilismo e de perenidade do campo português. Segue-se uma incursão pela história e a descrição do património artístico do concelho; os agricultores são descritos como arrojados, lembram-se as empresas vinícolas e hortícolas da região. Ouve-se, depois, uma opinião sobre o que será a CEE, Alfredo Calado, presidente da Câmara local entende que as pessoas não sabem o que é a CEE e fala da necessidade de reconversão. Note-se que não são entrevistados populares para auscultar o sentido da população.

O país rural continua presente na emissão, o grupo Coral dos Mineiros de Aljustrel anima a tarde com cantares alentejanos, durante 2'16". Prossegue depois o debate com a discussão das questões orçamentais na agricultura. Informam-se que estão previstos cerca de 90 milhões de contos de ajudas a fundo perdido durante 10 anos, a opinião dos produtores de Rio Maior, ainda assim, é negativa: «*A nossa posição foi sempre de contestação da entrada na CEE, que consideramos inoportuna por falta de preparação e de educação para a entrada na Comunidade.*[...]». É o segundo caso em que existe abertamente uma oposição formal à Adesão, se bem que o produtor mostre uma certa resignação com o facto. De facto, é sintomático que seja precisamente no sector agrícola, mais débil e ameaçado pela concorrência europeia, que se ouse mostrar receio, dívidas e até oposição face à Integração. Os produtores de Rio Maior acreditam também que os problemas não se restringirão à agricultura, mas à mentalidade de todos os portugueses, por isso, pragmáticos, parece-lhes necessário uma mobilização nacional para vencer o desafio. O representante questiona-se sobre a exequibilidade dos projectos a fazer para receber o dinheiro europeu e duvida da capacidade dos agricultores para os realizarem, por isso, pede apoio aos governantes para a sua concretização. O Ministério do Trabalho apela à cooperação para a realização dos tais projectos. A CAP pensa que a realização dos projectos não é assim tão complicada, «*não é um bicho de sete cabeças* [...] *os projectos são o prolongamento natural das necessidades do agricultor*».

Ainda assim, as queixas não param, um desempregado lamenta-se da falta de investimento dos empresários portugueses. As UCPs, naturalmente pessimistas, dizem que apresentam imensos projectos concretos para a agricultura e que o que interessa ao país é «*aumentar a nossa produção e diminuir a nossa dependência externa*». É uma curiosa mescla de ideias autárcicas perpetuadas e de procura de vencer a célebre batalha da produção comunista, negligenciando os canais de escoamento e a existência de mercado para os produtos.

As expectativas dos jovens são mais optimistas, corroborados pela CAP que não esquece a dificuldade de harmonização dos preços, já a associação de Rio Maior espera apoio estatal, porque entende que os agricultores sozinhos não vão conseguir vencer o desfio. Dá-se, assim, por finda a emissão dedicada à agricultura. Segue-se uma mensagem do Primeiro Ministro Belga aos portugueses, Wilfred Martens, gravada antecipadamente e que tinha já sido exibida em antena horas antes. Antes, um mapa da Europa identifica o país. O governante explica que sempre apoiou a candidatura portuguesa e que se esforçou para tal aquando da presidência belga da Comunidade. W. Martens dá as boas-vindas a Portugal e espera um contributo positivo de nosso país.

Albarran agradece a simpática mensagem diplomática (de 1' 46") e, agora com óculos, abre o novo tema da tarde, a Emigração.

V.2.5 - O debate sobre Emigração

O jornalista lê o longo *pivot*, onde lembra que sete anos mediarão até que haja liberdade de trabalho para os portugueses na CEE, dez para o Grão-Ducado do Luxemburgo. Depois, é exibida uma reportagem de 14' 31" sobre os trabalhadores imigrantes na Comunidade Europeia, da responsabilidade do "Programa de Acção da Comunidade". No fundo, trata-se, uma vez mais, da utilização do audiovisual para tentar infundir na população a ideologia, unanimemente aceite, da integração e da tolerância. A televisão é, de novo, vista, e alinha ela própria, como instrumento de difusão das ideias dominantes, consensuais e hegemónicas, mecanismo que já analisámos (em V.1) e que a emissão desta reportagem vem corrobar. O texto pretende, assim, motivar os europeus a aceitarem a força de trabalho estrangeiro no país sem convulsões. Lembra-se a inaceitabilidade da emigração clandestina e da exploração dos ilegais, insiste-se na aprendizagem da língua do país de destino e da necessidade de integração social: «*os emigrantes não se poderão integrar na colectividade sem a ajuda e compreensão dos cidadãos europeus. Não se trata de saber de onde eles vêm ,*

mas sim saber onde estão: vivem na Comunidade e são nossos concidadãos» . Para sublinhar a mensagem de paz e concórdia, as imagens que acompanham o texto mostram um condutor de eléctrico (adivinha-se que seja um estrangeiro a viver na CEE) que acaba o trabalho, beija a mulher e os filhos e se dirige para o lar na próspera e amigável Europa. A ideia é clara, suprimir o racismo e a xenofobia, promovendo a tolerância numa reportagem que é tudo menos inócua ao nível do sentido, veiculam-se aqui uma multitude de significações, tenta-se inculcar nos cidadãos juízos de valor apropriados ao Europeu civilizado do século XX. É o trabalho sub-reptício e subliminar dos media na formação da consciência e da moral dos cidadãos-espectadores, ainda que os valores transmitidos sejam tidos como os bons e aceitáveis para a cultura ocidental.

De volta ao estúdio, Nuno da Câmara Pereira canta mais um fado com o significativo título de *Pode ser saudade*, seguido de uma mensagem do Primeiro-Ministro da Dinamarca, Poul Schluter, e do arranque do debate sobre as questões de emigração na CEE. A discussão vai alongar-se por 15' 49". Agora Peres Metello é secundado por Cesário Borga, entretanto regressado de Belém. Alguns convidados mantêm-se, mas entram Pedro Sampaio Nunes[55], do Secretariado para a Integração Europeia, e Bento Coelho, director de serviço no Instituto de Apoio à Emigração. O último entrevistado refere que um dos últimos pacotes de negociações a serem fechados se referiu precisamente à integração dos portugueses que já se encontram na CEE. A partir da Adesão, terão igualdade de tratamento em relação aos outros nacionais da CEE e quase o mesmo que o dos cidadãos do próprio país de acolhimento. Pedro Sampaio Nunes reforça a importância capital e efectiva que a questão de emigração tem para Portugal e para a vida prática dos emigrantes nacionais. A posição portuguesa é semelhante desde o início, mas foi relegada, por estratégia negocial, para as reuniões finais. Curiosamente, o enfoque dos entrevistadores é ainda centrado nas facilidades agora concedidas aos portugueses para emigrarem. Em 1985, parece que a emigração é ainda tida como uma característica quase identitária da alma nacional, embora a realidade futura tornasse Portugal país de acolhimento, mas essa não era ainda a preocupação da altura. Depois, a discussão evolui para os emigrantes que retornam a Portugal. Estimava-se que, na altura, cerca de 50 a 60 mil pessoas voltassem então por ano a Portugal. O país quer agora vê-los investir em Portugal, mas nos sectores tidos por prioritários. Os jovens ainda em estúdio falam da vontade de estudar fora do país. Fala-se dos programas de intercâmbio cultural e universitário, mas Pedro Nunes não refere casos concretos nem parece conhecê-los com pormenor.

[55] Desempenhou, mais tarde, o cargo de Director-Geral de Energia e Transportes na Comissão Europeia.

O "interlúdio" musical que se segue é agora ocupado com cantores do norte, região de forte emigração, como é referido, o Grupo de Cantares de Manhouce. É um longo teledisco de quase seis minutos, gravado de novo no sempre presente campo português (com os trajes folclóricos regionais) que tanto parece preencher o imaginário nacional tradicional.

Logo de seguida, Helmut Köhl regozija-se, durante quase dois minutos, com a chegada de Portugal à CEE. Relembra que os alemães sempre apoiaram Portugal desde que o país optou pela democracia e que não esqueceram a promessa feita: «*Portugal deu um contributo importante para a história da Europa. A paisagem cultural é impensável sem esta contribuição portuguesa e sem o cunho que Portugal lhe imprimiu. Portugal desempenhará também uma função de ponte com o Além-Mar*». A afirmação reforça a matriz europeia da cultura portuguesa, que os governantes nacionais também enfatizaram - para a nação era o retorno ao berço também aceite e reconhecido pelos companheiros de Continente a que antes parecíamos, de certa forma, querer fugir. Como sempre, é realçado o papel nacional de encontro de culturas numa súmula do que é a actual mentalidade portuguesa e a forma nacional de nos situarmos no mundo, mais visível desde a Adesão Europeia.

Albarran agradece a mensagem como se de um directo se tratasse, mas assume o diferido. De novo, há lugar para um *sketch* da Tia Eva, durante 3' 32". Uma sequência que é um tudo nada estranha, pois intercala informação "séria" com momentos de música e humor. Nada de muito invulgar, se não estivessem todos incluídos dentro de um espaço assumidamente informativo, até porque é conduzido por um jornalista. A mescla da informação e do entretenimento parece não ferir os padrões da época: nem retira credibilidade às noticias, nem procura dar laivos de seriedade ao que assumidamente não o é. O programa é, pois, um género híbrido que, no presente seria certamente cortado em vários segmentos de programação. Manuel Tomás, realizador e um dos mentores do dia, explica que a aposta foi deliberada - «*era um dia de festa para o país, a RTP estava envolvida das celebrações e, por isso, escolheu uma série de cantores emblemáticos para abrilhantarem as comemorações*». Cesário Borga é mais crítico, mas afirma que se trata de um *talk-show* em que o jornalismo servia de fio condutor.

O *sketch* de Breyner é dedicado ao político recém-chegado Cavaco Silva. De novo, a CEE é também tema de humor, fala-se da face que se adivinha ir ser a mais rapidamente visível da Adesão: o dinheiro comunitário. Eva espera um país subitamente rico, rendido aos deleites de uma vida com comodidades europeias. Agora, diz, «*já somos europeus de corpo inteiro*». Depois canta e recorda o passado emigrante nacional, subitamente enobrecido: «*Duas malas de cartão* [...] *o português deixou assim seu Portugal. Descobriu agora ao*

entrar para a CEE que o português é um europeu "du Portugal"». O momento de quebra informativa segue com Jorge Fernando, cantor ligeiro, vestido de branco a interpretar durante 3 minutos o sucesso do momento *Umbadá*. A iluminação parece passar por uma má hora, pois o cantor aparece azul no ecrã, sempre que se mostra um grande plano seu.

Depois, aparece em antena um novo espaço noticioso de 2' 12", Carlos Franco é agora substituído por Paula Magalhães. A jornalista inicia o momento numa abordagem puramente institucional: «*O Presidente da República manifestou satisfação e público apreço por aqueles que tornaram possível a Integração de Portugal na CEE*». Contudo, nota-se uma preocupação pela actualização dos temas do dia não iniciando o noticiário com o mesmo facto que o da manhã, mas com o último acontecimento de vulto em ordem temporal. O atentado em Espanha recebe grande destaque, actualiza-se depois a situação do desvio do avião na Jordânia. Como é costume, não há imagens para mostrar e acompanhar a pormenorizada descrição dos acontecimentos, tornando um breve noticiário num momento longo de televisão.

Segue-se nova reportagem, agora sobre o futuro da Europa e o papel da investigação tecnológica no tempo que há-de vir. «*Um pouco por toda a Europa os investigadores trabalham para a solução de problemas, mas estão unidos por um projecto comum que ultrapassa fronteiras: o futuro da Comunidade Europeia, o nosso futuro*», ouve-se. De novo são importados 21 minutos destinados a "aliciar" os portugueses para as vantagens de ser europeu e para as maravilhas que os "avançados" e «*corajosos*» pesquisadores do Continente podem realizar «*ao serviço de nós todos*» diz-se. Há, de novo, um leve assomo propagandístico, se bem que utilizado para promover um aspecto considerado socialmente positivo. Um enorme "E", brilhante e preenchido com as cores das bandeiras dos países da CEE, conclui o programa. O grafismo é bem mais atractivo que os correspondentes portugueses, também preparados com antecedência. É mais um sinal, da ideologia europeísta que se quer ajudar a construir, também em Portugal.

No final, nova mensagem (2' 13") de um Primeiro-Ministro, desta feita Garret Fitzgerald, da Irlanda. O governante recorda que a presidência irlandesa foi determinante para o processo de Adesão, algo que, curiosamente também o Primeiro-Ministro belga afirmara. Fitzgerald lembra a assinatura do Constat d' Accord. Depois, volta a afirmação do carácter europeu de Portugal e a incontornável referência aos Descobrimentos : «*o espírito aventureiro dos vossos antepassados é uma qualidade muito necessária à Europa de hoje. A história legou-vos uma vasta experiência de condições em muitas partes do mundo e elos duradouros com países importantes em diferentes continentes. São vantagens que trazeis à CEE*». A

Adesão portuguesa parece ser vista no estrangeiro não só como a reafirmação da "europeidade" do país, como também o fortalecimento de um elo de ligação aos diferentes continentes. É, no fundo, esse o desígnio alcançado da opção política feita em 1977.

Novo momento de entretenimento, terceiro espaço dedicado ao fado, agora de Coimbra. É a identidade nacional, num dos vértices mais prezados por Salazar, a marcar presença, talvez para acalmar os mais tradicionalistas e renitentes e tentando assim confirmar que a Europa não acabaria com as tradições nacionais.

V.2.6 - O debate sobre Comércio e Indústria

O início da tarde arranca agora com outro dos debates sobre sectores de actividade económica que mais poderão sentir o impacto da entrada na CEE. Albarran lembra, agora de pé frente ao enorme "E" que domina uma parte do estúdio, que a tecnologia está avançada na Europa e que *«nós temos de apanhar esse comboio, é a nossa aposta»*. É recorrente, assim, o discurso da insistência no atraso português e da necessidade e oportunidade que a Europa nos proporciona para melhorar a competitividade nacional, para sermos europeus não só de nome, mas também em nível de vida. Em estúdio estão técnicos e comentadores, desta vez, e ao invés do que aconteceu no debate sobre a agricultura, não se ouve a palavra dos industriais nacionais, principais agentes económicos e actores sociais do tema em debate. Seria certamente interessante ouvir também os anseios de quem vai viver a experiência do que conhecer unicamente a opinião institucional, mesmo que muito bem fundada, dos técnicos e comentadores.

Peres Metello e José Arantes moderam o debate, que dura pouco mais de 17 minutos. Salienta-se que os produtos estrangeiros podem inundar o mercado nacional a preços competitivos sem barreiras alfandegárias. Contudo, Sarsfield Cabral lembra que a integração europeia vem de longa data, desde a integração na EFTA, e que o comércio livre com a CEE remonta a 1972, por isso, o desarmamento alfandegário para o sector não é novidade. Nota que só os Boletins de Registo de Importação, que também acabavam por travar as compras ao exterior, serão abolidos. A questão dos subsídios atribuídos pelo Estado é trazida ao debate, lembrando-se que estes não poderão ser dados da mesma forma, sob pena de falsear a livre concorrência dentro da CEE.

As relações comerciais com Espanha preocupam os presentes. Na teoria serão levantados os direitos alfandegários portugueses a 1 de Janeiro de 1986, sendo certo que também Portugal poderá exportar produtos industriais sem restrições para o país vizinho,

havendo, contudo, excepções como a do sector têxtil. Com grande acuidade, Sarsfield Cabral vaticina que o grande desafio da entrada na CEE será a Espanha e a capacidade nacional de penetrar no seu mercado, tradicionalmente muito proteccionista. O comentador espera uma invasão espanhola, logo em 1986. Outros presentes em estúdio têm perspectivas mais optimistas, lembrando que muitos produtos espanhóis poderão substituir outros, também eles importados. Há quem suponha que as PMEs vão resistir melhor ao embate.

Maria João Rodrigues[56], é chamada a pronunciar-se sobre o investimento estrangeiro no país. A técnica aconselha alguma margem de manobra sobre o dinheiro que vem de fora através das contas públicas, beneficiando assim o capital nacional. Para Rodrigues esta é a prática dos demais países comunitários. Lembra também a necessidade de não insistir numa política de baixos salários para melhorar a qualidade do emprego nacional e espera que os portugueses se possam associar aos estrangeiros nas empresas nacionais, em lugar de temer o confronto.

O debate é de novo interrompido para a emissão do mais interessante documentário do dia. Curiosamente, é um trabalho da BBC sobre a industrialização britânica e o desenvolvimento mundial, *O dia em que o Universo mudou* (o programa é re-emitido mais tarde no mesmo ano). Desta vez, o arranque é cativante visualmente, imagens de férias encantadoras são oferecidas ao espectador para, depois, o apresentador explicar que tal ideia e sonho contemporâneo não seria possível sem uma indústria de massas. Ao contrário do que a análise do dia de emissão nos inclina a pensar que fosse a regra da RTP ao tempo, o trabalho de edição das imagens é irrepreensível, cativante, original e, claro, sem sombras de institucionalidade. O narrador estabelece, em linguagem coloquial e acessível, relação directa com o interlocutor, as imagens têm a primazia, são cuidadas e realçam a mensagem, às vezes há mesmo recurso a reconstituições históricas para melhor ilustrar aquilo que o narrador explica. É toda uma linguagem audiovisual conseguida, que percebe e demonstra como é fundamental respeitar a gramática das imagens e utilizá-la para garantir um espectador atento. Aqui o texto pontua as imagens e, é certo, todo o discurso mediático ganha eficácia comunicativa.

O tema do documentário é bem escolhido, uma espécie de lição histórica para instigar nos portugueses um novo agir, um novo saber fazer essencial à modernização.

---

[56] Licenciada em Sociologia pelo ISCTE, Doutorada em Ciências económicas pela Universidade de Paris I (Sorbonne). Para além da docência universitária, ocupou altos cargos na União Europeia e foi Ministra para a Qualificação e Emprego do primeiro Governo de A. Guterres (até Dezembro de 1997). Mais tarde, coordenou as negociações da Agenda 2000 da UE (1998-1999) no Gabinete do Primeiro-Ministro e preparou a Estratégia Social e Económica Europeia (2000), Estratégia Europeia de Lisboa (Fonte: sítio da Intenet *www.ieem.org.mo).*

Depois, um grafismo com a bandeira britânica precede a mensagem de 1' 28" do velho aliado nacional. Thatcher, sorridente e diplomática, relembra, previsivelmente, o facto: «*sois o nossos mais velho aliado. Passaram-se pouco mais de 600 anos desde que nos comprometemos a uma amizade verdadeira, fiel, constante e perpétua*». Thatcher enfatiza, depois, o facto de o acontecimento ser histórico para Portugal e, "maternal" lembra a necessidade de ajustamentos, tal como a modelar Grã-Bretanha teve também de fazer. Relembra então quão importante e determinante para a Adesão foi a opção política portuguesa: «*Sois um povo que escolheu a liberdade. Essa liberdade será fortalecida dentro da Comunidade e agora poderemos trabalhar juntos para alargar e expandir os horizontes dentro da Comunidade, segundo as nossas tradições nacionais*». É o recado do país que também já fora império e que inclui no modo europeu de estar um apego aos valores nacionais. Será também esta a mensagem que os políticos nacionais gostariam de fazer passar para o povo português.

No estúdio volta-se ao debate, por pouco mais de nove minutos. Um interveniente lembra que os portugueses só poderão estabelecer-se no estrangeiro em 1993, sete anos mais tarde. Teresa Moura[57], especialista em união aduaneira, é questionada sobre a falta de reciprocidade económica do acordo com Espanha, que parece preocupar a opinião pública portuguesa esclarecida, interpretada por Peres Metello. A técnica explica que Portugal dará o mesmo tratamento à Espanha que ao resto da Comunidade (protecção durante sete anos até à liberalização total), o que é uma alteração substancial em relação à situação existente. Moura lembra que a protecção quantitativa decorrente do acordo celebrado entre os dois países em 1967 nem sempre é eficaz e que, na prática, a situação não se alterará tão dramaticamente. A entrevistada põe também em relevo que o facto de Portugal beneficiar com a total abolição dos direitos por parte dos espanhóis.

Albarran volta a receber a emissão para apresentar uma reportagem de 5' 38" sobre uma vila industrial, Famalicão, trabalho da redacção da RTP. A peça é elaborada por Manuela de Melo, que "ataca" melhor o tema do que a predecessora reportagem exibida sobre Almeirim. O presidente da Câmara acredita que «*é necessário dar à perna*». O vaticínio de Agostinho Fernandes quanto às PME's é claro «*ou se mudam e modernizam, se não, não*

[57] Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, técnica do ICEP e da Direcção-Geral do Comércio Externo (1970-75), é directora do Serviço do Secretariado para a Integração Europeia do Ministério das Finanças, onde coordena os capítulos económicos das negociações de Adesão de Portugal à CEE(1978-86). Mais tarde, supervisiona as negociações do alargamento da UE à Áustria, Suécia e Finlândia (1993-1994) e representa Portugal e a UE em várias rondas negociais de âmbito económico internacional. É secretária de Estado dos Assuntos Europeus de 1 de Março de 2001, até à queda do último Governo de Guterres, em Março de 2002 (Fonte: sítio da Internet da OCDE).

terão hipóteses de sobreviver» e espera que não haja lugar a perturbações sociais decorrentes de desemprego. A Associação Industrial do Minho também é chamada a intervir, lamenta que muitos dossiês tenham sido concluídos sem terem sido ouvidas as pessoas visadas, Vilaça Gonçalves aponta casos de protestos na área das cortiças e nas carnes. Acredita, no entanto, que a indústria têxtil poderá sobreviver, tal como aconteceu, «*embora os industriais vão ter, cada vez mais, de pensar na competitividade, que passa pela qualidade, pelos prazos de entrega e por preços, condições absolutamente essenciais num novo tipo de mercado*». Em *off* é referido que a Associação pede centros tecnológicos e de formação profissional, financiamentos europeus e apoio à criação de novas empresas. Pede-se também a modernização dos caminhos-de-ferro e a construção da auto-estrada Porto/Braga (que só ficou totalmente concluída em Março de 1994). Contudo, conclui Agostinho Fernandes «*nós venceremos o desafio*». Visualmente, o trabalho não surpreende, sendo aceitável, embora a narração e o estilo do texto sejam bem mais adaptados ao meio televisivo que o da reportagem sobre Almeirim.

Logo a seguir, Paula Magalhães volta a actualizar as notícias. Note-se de novo, um esforço, com a linguagem formal conhecida, por encontrar novos temas para a abertura, a saber, novo atentado em Espanha; calendarização do Conselho Nacional do PSD para analisar a situação política; encontro político do PRD; cimeira entre Moçambique, Tanzânia e Zimbabué; notícia sobre África do Sul; sequestro de um avião em Chipre e o tempo. A Adesão à CEE, acontecimento nacional mais importante do dia, não é agora referida!

Depois, inicia-se um novo momento de distensão, uma moda açoreana (2' 47"), a música tradicional volta a marcar presença neste dia de internacionalização. Albarran anuncia então que o satélite de ligação aos Açores previsto não está em condições, por isso introduz o novo tema em debate: as pescas.

V.2.7 - O debate sobre as Pescas

A reportagem, de 5' 31", retorna ao tom declamatório a que já se assistira no documentário sobre Almeirim. Descreve-se a cidade, em fundo ouve-se um fado, mostram-se inúmeras imagens relacionadas com a pesca e salienta-se que «*o grande projecto é a reconversão da frota que está obsoleta* [...] *pensa-se que o protótipo ideal a implementar será o barco de fibra de vidro* [...]. *Por falta de formação profissional não se tira a rentabilidade desejada delas* [das embarcações antiquadas]». A presidente da Câmara lembra também a falta de formação profissional, que esperam vir a promover com apoio do Fundo Social

Europeu. Contudo, Fátima Pata entende que as pessoas não têm consciência do que será a entrada na CEE e, perspicaz, assevera: «*embora não seja o Eldorado que muitas pessoas pensam, também não será a tragédia que muita gente antevê* ».

No estúdio volta o debate, Peres Metello e A. Faria moderam a discussão, com a presença de um armador, economistas e o secretário-geral do Sindicato das Pescas, Carlos Bandeira. Peres Metello lembra que as pescas foram dos dossiês mais sensíveis e que quase puseram em causa as negociações - a extensa Zona Económica Exclusiva que Portugal controlará por mais dez anos (depois de 1986) contra os interesses da Frota espanhola esteve no centro da discórdia. Contudo, o caso acabou por ser resolvido no quadro de um acordo bilateral de pescas com o país vizinho.

O armador em estúdio congratula-se com os esforços dos negociadores nacionais, queixa-se do carácter artesanal da pesca nacional. O sindicalista também apoia a entrada na CEE, «*é um passo importante*», espera que a Comunidade apoie a criação de mais centros profissionais e propicie a mudança de mentalidade dos profissionais. Carlos Bandeira espera que a juventude volte a decidir viver no mar, ao invés do que acontece. O economista presente, Patrício Gouveia, assevera que há uma nova mentalidade entre os pescadores e armadores portugueses. Lembra também que na zona das ilhas será permitida a pesca do atum. Patrício Gouveia explica que os dez anos de intervalo procuram dar tempo aos portugueses para se prepararem e reequiparem a sua frota pesqueira. Os pescadores receberão subsídios nas áreas onde possuem maiores potencialidades, concretamente na pesca por anzol, arrastões e atuneiros, diz.

Há agora uma ligação à Madeira, onde a jornalista introduz, em 30"s, uma peça que recapitula a história da ilha. São cerca de 6' 42", que terminam com imagens paradisíacas da ilha secundadas por música tradicional. Previsivelmente, a televisão institucional e obediente ao poder dedica-se agora a entrevistar a grande autoridade local, Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira. O governante espera mudanças e congratula-se com a admissão da especificidade regional da Madeira no Tratado de Adesão. As grandes produções da ilha estão acauteladas: as bananas como produto próprio e a vinha com dez anos para a reconversão. As conservas e os bordados incluem-se nos esquemas previstos a nível nacional (pesca e têxteis), Jardim mostra-se confiante nas facilidades de exportação dos conceituados bordados para países com maior nível económico. Nas flores e frutas sub-tropicais Jardim diz que a Madeira foi prejudicada pela força de Israel no mercado europeu, o governante espera também que a Zona Franca se desenvolva e ganhe dimensões excepcionais.

Aliás, o presidente do Governo Regional está convicto que a economia da região será a mais beneficiada do país com a Adesão.

Segue-se a comunicação de Bettino Craxi, Primeiro-Ministro italiano, gravada no dia anterior. O governante admite que o processo durou tempo demais, mas que se conclui agora com «*entrada destas duas grandes nações históricas da Europa*». Nota-se que a mensagem foi menos estudada que as anteriores e acaba de forma abrupta. Seguem-se os primeiros 20" de publicidade paga, pouco antes das 18h45, uma hora que não é nobre, mas em que começa, tendencialmente, a haver mais portugueses que chegam a casa e ligam o televisor. Assiste-se também à primeira ligação directa a Madrid, vêem-se já imagens dos dignitários a chegarem ao Palácio do Oriente, onde serão assinados os acordos.

V.2.8 – Conhecer a Europa na hora da Adesão

V.2.8. 1 - Reportagens sobre parceiros comunitários

Albarran introduz então uma reportagem com 13' 02" de Pedro Luís de Castro sobre a Espanha actual. A pobreza imagética recorrente na época agrava-se com a utilização de planos de péssima qualidade, que mesmo um amador nota estarem tremidos. De resto, a observação é constante: total subordinação das imagens ao discurso escrito, pouca valorização da qualidade estética do material visual. O texto é o elemento essencial de um jornalismo televisivo que negligencia totalmente a imagem e esquece o tratamento sonoro. Do ponto de vista do conteúdo escrito, a reportagem dá muito valor ao conceito de «hispanidade» e na força que contém para a população do país vizinho. Recorda-se também a protecção feroz da indústria espanhola e faz-se notar que esta se «*encontra concentrada em actividades em regressão: siderurgia, têxteis e reparações navais, nos próximos 3 anos as barreiras alfandegárias espanholas vão baixar 52%, a livre circulação de produtos vai funcionar e isto vai naturalmente traduzir-se num rude golpe para a indústria espanhola que ainda se verá mais ameaçada pelo desafio europeu*». Um prognóstico falhadíssimo!

No entanto, há nesta peça um registo mais inovador, a procura de auscultar as posições se não de pessoas comuns, de entidades directamente envolvidas no processo de Integração e não somente as tradicionais autoridades que a televisão institucional reverencia. Não chegamos ainda à televisão "democrática" que privilegia as "estórias" de proximidade, os casos do dia, os grandes acidentes, as situações de pobreza extrema, ou qualquer tema susceptível de impressionar o cidadão comum. Actualmente, chega-se a privilegiar ouvir "o

povo" em detrimento de tudo o que possa soar a institucional, mesmo que tenha importância incontestada e se acabe por reflectir de forma directa na vida dos cidadãos. A RTP de 1985 está necessariamente longe deste padrão de noticiabilidade, contudo ensaia-se nesta reportagem e ao longo dos debates do dia a vontade de sair do total servilismo institucional para com o poder político, procurando ouvir entidades directamente relacionadas com os temas em debate. É a televisão institucional a privilegiar ainda a o *establishment*, agora também do saber técnico e científico - o audiovisual tenta quebrar as amarras do puro discurso cerimonial.

Assim, no perfil de Espanha pode ouvir-se o depoimento de António Alonso Madero, da Confederação de Empresários Espanhóis ou sindicalistas como as *Comissiones Obreras,* afectas a uma corrente comunista, que se mostram a favor da Integração.

Pedro Luís de Castro tenta traçar o perfil do país, na agricultura, ressalta-se o aumento do consumo dos produtos frescos mais caros e a diminuição da população activa no sector O jornalista chega mesmo a abandonar a clássica posição de repórter e admira a evolução espanhola em termos de economia de mercado e de nível de vida. Dão-se exemplos concretos de preços de carros em Portugal e Espanha, mais baratos no país vizinho onde os ordenados são maiores (o salário mínimo era de 50 contos).

Contudo, a reportagem não termina sem se conhecer a opinião de Joaquin Portillo, Secretário de Estado das Comunidades Europeias, sobre a Adesão. Efectivamente, é entrevistado um membro do Governo espanhol, no entanto, o depoimento do governante não é despiciente denota não só um hábito institucional de ouvir as autoridades, mas, isso sim, uma cuidada preparação da reportagem, dada a variedade de contactos agendados para a realização do trabalho. Portillo revela que Espanha espera aumentar o nível de vida e receber da CEE «*um saber-fazer, rigor de trabalho, competitividade, nível de conhecimentos, muitas coisas, entre as quais benefícios reais*». Uma atitude pró-activa essencial ao desenvolvimento económico. Porém, traço marcante da identidade do país vizinho, os espanhóis querem também dar mais alegria aos europeus e completar um projecto que sem Portugal e Espanha «*estava mutilado*».

A seguir, é emitida mais uma "reportagem-perfil" de um país da CEE, a Grécia, nação pobre, como Portugal, e cuja entrada antecedeu as adesões ibérica. A reportagem (de 16' 08") é de Miguel Sousa Tavares e segue genericamente os mesmos moldes da anterior. O texto é interessante e com um cunho pessoal, a linguagem das imagens melhora em relação ao trabalho sobre Espanha, não é, no entanto, de alto nível. Contudo, nota-se aqui já a

preocupação de dar a conhecer a opinião de pessoas comuns, como um agricultor que espera que a CEE encontre uma solução para os excedentes da produção grega de tomate. Ouvem-se também as opiniões de um Governante (Theodorus Pangelus, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus) e de uma jornalista especializada em economia, que não parece temer a concorrência ibérica.

A emissão segue depois com mais um depoimento gravado (com a duração de 1' 43"), desta feita do Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jacques Santaio. O governante reforça a ideia já ressaltada por outros chefes de estado europeus, que a «*passagem à democracia nos anos 70 provava a maturidade do povo português e, ainda mais, o seu desejo a voltar a ser, por completo, membro da comunidade ocidental de valores e solidariedade, para a qual durante a sua longa e prestigiosa história o país tanto contribui*». Santaio refere depois os passos de aproximação do país à Europa, como a adesão ao Conselho da Europa e à NATO que contribuíram para o retorno de Portugal aos ideais europeus. O Primeiro-Ministro não esquece também a enorme comunidade portuguesa no seu país, «*que tanto contribuiu para o desenvolvimento da nossa economia e também para o enriquecimento cultural deste país*».

Agora, a emissão volta a Albarran que passa de novo a Espanha, onde o Rei Juan Carlos discursa durante 2' 30", no Palácio do Oriente, em Madrid. Curiosamente, não há tradução simultânea, mas Albarran ressalta os pontos mais importantes. Juan Carlos faz um discurso semelhante ao dos governantes portugueses, tentando legitimar a "europeidade" de Espanha, dos mais antigos Estados-nação da Europa, diz o rei, com um longo passado de descobertas.

V.2.8. 2 -Relações Portugal / CEE

A transmissão em directo é interrompida para a apresentação de mais uma reportagem preparada pela RTP (com 4' 53" de duração), agora sobre o *Bureau* das Comunidades Europeias em Lisboa. A estação mostra agora os sinais mais visíveis de integração do velho país periférico na Europa: as relações institucionais já existentes entre a CEE e Portugal, a saber, o referido *Bureau*, a Missão Portuguesa em Bruxelas, ou os trabalhadores nacionais que já exercem a sua actividade profissional na sede da CEE.

De novo, Pedro Luís de Castro introduz a reportagem, agora com um "vivo", que ressalta a existência de 12 mastros para apenas 10 bandeiras na fachada do edifício. Portugal e Espanha só terão direito a hastear o símbolo nacional depois de Janeiro de 1986. O pormenor

2

é interessante, melhor seria se o plano utilizado não tremesse tanto, e se se pudesse perceber as feições do jornalista, que, ao longe, fala com os espectadores. Mostra-se o interior do edifício e as capacidades informáticas de um escritório que tem já um telex e um computador directamente ligados a Bruxelas. São entrevistados o adido de imprensa e o Chefe do *Bureau*, Theo Hustinx, que explica que o organismo tem por missão a prestação de informações sobre a CEE aos portugueses. Hustinx reconhece que o papel é difícil, mas espera a colaboração dos media para melhor aceder aos 10 milhões de portugueses.

Depois, é emitido mais um depoimento gravado de Rubb Lubbers, Primeiro-Ministro da Holanda, de 1' 48". Lubbers enfatiza o interesse na promoção da segurança e bem-estar económico dos europeus.

Logo a seguir ao depoimento, o segundo momento publicitário do dia, curto, de apenas 20" de publicidade efectiva paga. A promoção de um programa da estação e o separador que indica a passagem de anúncios (os dois duram 46") acabam por ocupar mais tempo em antena do que a publicidade de facto.

Albarran volta então ao estúdio para apresentar uma reportagem sobre a Missão Portuguesa em Bruxelas, de 6' 09", organismo essencial ao processo de Adesão. António Peres Metello foi à capital belga seis dias antes da assinatura do Tratado. Luís Figueira, Embaixador, é entrevistado e realça o intenso trabalho que ainda está a ser realizado no local sobre «*protocolos de importação de automóveis de países terceiros, regimes de preços de produtos agrícolas e* [...] *a contribuição de Portugal para as despesas do próximo ano*». Peres Metello destaca o facto de mesmo na altura da Adesão ainda não terem sido concluídos alguns pormenores da negociação. Aires Correia, Secretário das Negociações, explica que, no período intercalar, serão concluídos pormenores de «*mera aplicação prática*», gestão e aplicação do regulamento, e mesmo acertadas outras minúcias. Tal ficou a dever-se à data imperativa de assinatura, mas o negociador assevera que esse é o procedimento corrente na Comunidade Europeia. Para Aires Correia os sectores mais difíceis de negociar foram mesmo a agricultura, as pescas e os recursos próprios. O diplomata recorda dias com «*momentos muito delicados em que as negociações atingiram uma certa emoção e estiveram prestes a atingir pontos cruciais, como foi o caso da noite de 29 de Março com as pescas*». A reportagem conclui-se com a explicação de que, a partir de 1986, a Missão passa a Representação Permanente de Portugal, alargando o quadro de funcionários e competências, tornando-se numa "miniatura" da Administração Pública nacional no estrangeiro.

Albarran volta a aparecer no ecrã promovendo o intenso trabalho da RTP sobre o tema, ao longo de dezasseis horas de emissão especial. O *pivot* antecipa uma ligação directa a

Espanha, depois anuncia mais uma mensagem de um dignitário estrangeiro. Será a primeira recebida de fora da Europa, que, previsível e significativamente, chega do Presidente do Brasil, José Sarney. A escolha não é inocente, ressalta-se a ligação ao passado de potência colonial do nosso país, de feição atlântica, e escolhe-se, de entre todas as ex-colónias, a que fora a jóia da coroa do Império já nos idos de novecentos - o Brasil. O país foi simultaneamente o destino preferencial da emigração portuguesa, pelo menos até aos anos 60 do nosso século. O relevo e a importância conferidas à opinião (ainda que institucional) do povo irmão é tão mais importante quanto não são emitidas mais mensagens de qualquer uma das outras ex-colónias, com laços de dominação portuguesa mantidos até dez anos antes da data da assinatura.

Albarran explica que o depoimento aparece a preto e branco porque o sistema de registo de imagens brasileiro não é compatível com o nacional. Em pose de Estado, com a bandeira brasileira em fundo, Sarney saúda «*a nação portuguesa*», numa mensagem com a duração de 1' 25". O Presidente brasileiro enfatiza a importância do momento para o povo luso, espera que Portugal alargue a sua área de influência e lembra que um envolvimento português na Comunidade influencia também o Brasil. Sarney recorda a «*índole conciliatória e a vocação universalista*» portuguesa e espera «*o fortalecimento de laços singulares que unem Portugal e o Brasil*». Um discurso de circunstância que volta a centrar-se nas especificidades deste "jardim à beira-mar plantado", que pelo mar se diferenciou da restante Europa. No discurso institucional de 1985, Portugal é insistentemente referenciado como símbolo do encontro de culturas, país atlântico que regressa ao ninho da velha Europa.

Depois, Albarran introduz uma reportagem sobre a tradução do Tratado de Adesão, uma abordagem peculiar e curiosa ao trabalho essencial dos tradutores que, ao longo de vários anos, ajudaram a tornar possível o Grande Dia que se celebrava. A ideia é muito original e constituiu um enfoque bem diverso do gosto institucional da época. Mais original e intrigante ainda é o arranque da peça: canta-se um portuguesíssimo fado de Amália num restaurante. Durante dois minutos, o telespectador só se apercebe da melodia, entoada num espaço tipicamente lusitano, porém uma imagem de uma placa no exterior do espaço lança uma pista: pode ler-se "*Restaurant Portugais*". Com perícia, António Peres Metello semeia a dúvida e esclarece, voltando ao fio condutor introduzido pelo *pivot*, que o cenário da reportagem é um restaurante português em Bruxelas, onde uma das 41 pessoas de nacionalidade portuguesa que trabalham na Comissão e no Conselho de Ministros das Comunidades Europeias faz as vezes de fadista e anima o serão dos colegas nacionais. A ideia é original e surpreende, o recurso narrativo funciona, embora não deixe de ser curioso que só o arranque da peça dure dois

minutos, mais do que é hoje regra que demore uma vulgar reportagem de noticiário diário[58]. Pese embora a diferente linguagem e a liberdade de estilo que uma reportagem de cerca de 15' acarreta, o arranque será demasiado longo e poderá ter confundido o receptor, por pensar que se possa tratar de uma peça trocada! É mais uma confirmação de que a velocidade de edição das imagens tolerada como normal na altura era bem mais longa do que a que hoje se aceita.

A reportagem abandona depois o restaurante do nostálgico bacalhau e caldo verde, para seguir para o cinzento escritório onde, afadigados, os tradutores nacionais trabalham. Também aqui a transição é bem conseguida, o jornalista fulaniza a reportagem e torna a heroína no fio condutor da acção entre os dois espaços onde a cantora-dactilógrafa se move. Explica-se que é necessário traduzir um total de 11 000 páginas para que toda a documentação possa ser lida nas dez línguas da Comunidade. Peres Metello concretiza: de Lisboa é enviada a primeira proposta de tradução de cada sector do Tratado de Adesão, que é revista em Portugal, seguindo depois para o gabinete de tradução portuguesa da Comissão das Comunidades, que submete a versão final a cada Estado-Membro. Note-se uma nova saída do cenário do escritório para o exterior, quando o texto de Peres Metello descreve o longo trajecto percorrido pelos documentos – há um paralelismo entre as duas linguagens utilizadas, em que a palavra reforça e salienta a imagem e vice-versa. Num vivo do jornalista, o autor da reportagem evidencia depois a correlação directa entre espaço ocupado e poder de cada funcionário da "*Babel*" que é o gigantesco edifício-se da CEE em Bruxelas. A reportagem volta depois ao tema inicial, explicando com detalhe o relevo do trabalho paciente dos tradutores e a necessidade de encontrar terminologia portuguesa adequada para conceitos jurídicos específicos do Direito Europeu. Peres Metello duvida que as traduções estejam prontas para impressão em Outubro, como estipulado.

V.2.8. 3 - A hesitante ligação em directo a Espanha

A meio desta reportagem a opção editorial da RTP é estranha: ouve-se em fundo o som da peça a ser exibida e, sem interromper a sua emissão, sobrepõem-se imagens recebidas em directo de Espanha, com o logotipo da TVE, que mostram a delegação portuguesa a assinar o Tratado. Para descodificar a mensagem, a realização legenda: «*neste momento em Madrid, Portugal assina o Tratado de Adesão de Espanha ao Mercado Comum*». Todavia,

[58] Também em 1985 muitas peças do Telejornal que analisámos tinham esta duração, hoje quase "normalizada".

não há lugar à interrupção total da peça, como o acontecimento impunha, ou pior, não terão sido calculados com exactidão os tempos de emissão das peças (ou não terá sido possível fazê-lo) para permitir uma ligação em directo no momento oportuno. Assim, ao telespectador é oferecido "ruído" televisivo, ou seja, descoordenação total do som emitido com a imagem, as legendas tentam conciliar o inconciliável, quem vê, não ouve atentamente a peça emitida nem recebe com qualidade a imagem de um momento crucial do dia, que aparece desenquadrado e "entalado" no meio de uma outra reportagem.

A peça de Peres Metello encerra então com mais um interessante recurso narrativo: prognostica o autor que a Comunidade Portuguesa em Bruxelas se alargará com a Adesão, mantendo, contudo, o seu "portuguesismo". Voltamos, de novo, ao local do início da acção, os tradutores confraternizam, enquanto ouvem o fado no mesmo restaurante onde toda a história começou a tomar a forma.

Depois, Albarran recebe a emissão, enquadra a aparição das imagens anteriores e volta ao reino vizinho, onde discursa Felipe Gonzalez, Presidente do Governo espanhol. O extracto é curto (1' 58"), o responsável alude ao longo processo de negociações, por vezes com problemas, e agradece o empenho de várias personalidades. A ligação é de novo interrompida, agora para emissão do Telejornal.

A cobertura da assinatura do Tratado de Adesão em Espanha afigura-se-me assim, curta, superficial e pouco clara. À sobreposição de mensagens inicial, sucede um breve e pouco significativo extracto de discurso oficial do Primeiro-Ministro espanhol. Um tema crucial do dia é sacrificado como se de mero acerto de emissão se tratasse. Durante o Telejornal, o assunto é retomado com mais uma ligação directa a Madrid, agora mais longa (de 3' 49") e sobretudo bastante mais completa e articulada - enquadram-se e resumem-se os eventos do dia na capital espanhola.

Antes do noticiário, assiste-se ao terceiro momento de publicidade do dia, de 1' 16", agora já em horário nobre. Note-se, contudo, como é empregue o 1'18" imediatamente anteriores ao início do espaço nobre de informação diária, por isso mesmo um dos mais valiosos espaços comerciais televisivos. A RTP mostra apenas um relógio que marca a contagem decrescente do tempo para o início do Telejornal durante quase um minuto e meio, uma eternidade em termos de televisão. Um espaço que poderia ser pago a peso de ouro (embora, de facto, pudessem não existir compromissos publicitários para o ocupar) e que quebra o ritmo da emissão. Em termos de dinâmica televisiva, seria preferível mostrar imagens de qualquer outro assunto a exibir um maçador relógio que conta o tempo, segundo a segundo. A concorrência entre estações de televisão, se existisse na altura, impediria uma

gestão da emissão deste tipo, uma vez que uma das mais usadas estratégias de luta pelas audiências determina que se antecipe um ou dois minutos a abertura dos espaços informativos para "roubar" os espectadores à estação que inicia os Telejornais à hora certa.

V.2.9 - Depois do Telejornal

Por razões metodológicas, a análise do Telejornal é feita no capítulo onde são dissecados os blocos informativos da semana.

Após o noticiário, segue-se o mais longo bloco publicitário do dia até esta hora (de 2' 35", superior até ao que ocorre no intervalo do Telejornal), depois é tempo de informação meteorológica (3' 11"). Albarran retoma então a emissão especial *Hoje Europa*, agora em horário nobre. Vamos descobrir que "ementa" informativa tinha a RTP preparado para condimentar o momento privilegiado pelos portugueses para se entreterem e também para se informarem.

Num espaço audiovisual único, a mensagem passada em horário nobre é crucial para a formação de opinião do cidadão médio. Significativo é também o facto de a RTP não ter exibido a sacrossanta telenovela em nenhum canal, a nenhum horário. O principal programa de entretenimento e de ficção da nação é retirado aos portugueses, a Adesão terá sido, até por este sinal, um dia que a RTP queria assinalar como de intenso significado histórico. Comenta Cesário Borga, «*tirar a telenovela equivalia a dizer que o dia era importante.*». Como explicam, por seu turno, Dayan e Katz, num excerto que já citámos, a telecerimónia erige-se em acontecimento que interrompe o fluxo da vida quotidiana. Porém, a "recompensa" por esta supressão que não terá agradado a todos os portugueses, viria nos momentos de música ou nos *sketches* que intercalaram as discussões em estúdio para que os portugueses não acabassem por "sucumbir" a tantas horas de discussão informativa, tida como educativa e importante.

Albarran faz uma resenha da exaustiva cobertura noticiosa do dia, e, paradigma do *cliché* consensual e "enternecedor", enceta uma referência à infância. É um "*ternurento*" momento televisivo, como é apelidado pelo próprio *pivot*, que informa (com um comovedor sorriso nos lábios) o povo português de um telegrama recebido na RTP em que os meninos de Vicenza, Itália, afirmam serem agora ainda mais amigos dos meninos portugueses.

Depois deste momento de distensão "original", Albarran volta ao grave e sisudo registo da informação para dar início ao primeiro momento cultural da noite. Durante 3' 34", Eunice Muñoz recita um texto de Eça de Queirós sobre a Europa. Sem renegar o valor histórico e a oportunidade da escolha do extracto, a leitura de um trabalho feito

exclusivamente para ser lido e não ouvido, com o estático fundo do estúdio (dominado pelo gigante "E" de Europa) é radicalmente anti-televisiva. Tal como já foi anteriormente referido, repete-se aqui o enfoque de uma televisão dominada por elites, com um papel paternalista de "educação do povo", sem que fosse privilegiada uma linguagem estritamente audiovisual - a lógica da concorrência ainda não tinha abalado os inquestionáveis padrões culturais de uma minoria esclarecida.

A escolha é, no entanto, interessante e revela, uma vez mais, um trabalho de preparação e busca cuidada de citações históricas relacionadas com o tema tratado, nem sempre fácil nos media. O texto de Eça, do final do século XIX, previa que da crise europeia emergiriam melhores dias para o Continente, afinal uma mensagem de esperança para os "novos europeus" portugueses. O autor descreve o sentimento vivido na sua época: «*a situação da Europa é medonha* [...] *nada pode suster o incomparável desastre. Este fim de século é um fim de mundo*», mas ressalva que «*tudo isso é simplesmente Dezembro*». O escritor relativiza os maus presságios dos seus contemporâneos recorrendo à analogia com a Natureza e prognostica um renascimento do velho continente - «*reconhecer-se-á que, em suma, a Humanidade deu outro passo decidido para a frente no caminho da Justiça e no caminho do Saber*». Imbricado numa vivência novecentista, o autor postula a sua tese de crença num futuro melhor, na senda positivista do Progresso. O texto acaba por se erigir enquanto metáfora de cariz hegeliano de uma evolução teleológica satisfatória, de crença no aperfeiçoamento da Humanidade, enfim, de convicção que o futuro da Europa tomará um rumo melhor.

Num programa que quer, antes de mais, mostrar aos portugueses as virtualidades da vida numa Europa a Doze, o texto passa uma mensagem consentânea com os "objectivos" do espaço televisivo. Contudo, a forma escolhida para o fazer não terá sido muito eficaz, uma vez que a apreensão da mensagem veiculada não é imediata nem de fácil descodificação para todos. Efectivamente, basta recordar a velha máxima Mcluhaniana «O meio é a mensagem» para perceber que é fulcral adaptar a mensagem ao seu canal de transmissão para se conseguir uma comunicação eficaz. O teórico canadiano lembra que, por isso, a mensagem emitida por rádio, televisão ou escrita nos jornais, tem de ser moldada ao meio em que é veiculada, no limite, o meio estrutura e determina a própria mensagem, acaba por ser mais importante do que ela.[59]

---

[59] McLuhan explica que a «*"mensagem" de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas* [...] *independentemente da finalidade para a qual é utilizado*» (McLuhan, s/d:22). O autor mostra que o uso do avião, por exemplo, acaba por mudar a

Assim, a escolha de um texto Queirosiano para reiterar a fé no futuro da Europa seria ideal, se direccionada para um público erudito e publicada num jornal para ser lida e "digerida" com tempo. O texto em questão (de 1888) não se adapta ao meio em que está a ser transmitido, contém frases longas, o que é contraproducente em rádio e televisão por dificultar a compreensão da escrita (por muito bem lido que seja). A norma deriva do elementar facto de que o receptor, ao ver e ouvir, não pode voltar atrás para reler algo que não tenha entendido. Como explica Judite de Sousa: «*a televisão impôs* [...] *a frase curta, as palavras curtas e a voz activa porque esse é o registo da oralidade. Determinou que a uma frase correspondesse apenas uma ideia para melhor e mais fácil inteligibilidade da mensagem dada a heterogeneidade do público*» (Sousa, 2002: 26). Também o recurso ao nível erudito da linguagem, quando se pretende passar a mensagem para a generalidade dos portugueses, sentencia de morte o objectivo de mostrar a todos que a Europa, mesmo atravessando crises, renascerá sempre. Basta o exemplo do uso da palavra "fenecer", um registo habitual em literatura, mas que é considerado um verdadeiro "palavrão" em termos televisivos, por estar muito distante do português coloquial comummente utilizado nos meios audiovisuais para comunicar com as massas. O discurso dos media é hoje registo mimético da oralidade, condição mínima para a aproximação entre comunicadores e público.

Em resumo, seria muito mais eficaz procurar fazer a apologia do europeísmo através de uma reportagem visualmente apelativa e de linguagem acessível do que procurar um texto de inegável qualidade literária, mas que serve de um modo sofrível os objectivos para que foi concebido. Note-se ainda que este recurso narrativo consubstancia, um modelo "livresco" de fazer televisão, de certa forma ingénuo e que denota um fraco domínio das potencialidades técnicas do meio. Assim se entende o constante domínio da palavra escrita sobre as imagens, num registo que é radicalmente anti-televisivo.

Quando Eunice Muñoz acaba a leitura do texto de Eça, entra no ar Rui Veloso a cantar o tema "Falta de Quorum", por 3' 55". O cantor lamenta, num tema que espelha bem o sentimento dos portugueses nos anos que antecederam este dia, "*Eu já só leio as desportivas/ quando folheio os jornais/ eu bem pedalo para os teus braços/ mas essa Europa está longe demais./ O seu apelo é comovente/ mas as coisas emperraram/ é o fado da nossa gente/ mas ainda um dia há-de haver quorum.*"

---

própria vida das cidades porque as liga com mais velocidade. Assim, «*"o meio é a mensagem", porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das acções e associações humanas*» (McLuhan, s/d: 23).

V.2.9. 1 - O debate da noite : questões culturais

Albarran introduz de novo o debate (que durará 19'53"), agora de âmbito mais geral do que os que o precederam. O jornalista apresenta os convidados: António Reis, assistente de História Cultural e das Mentalidades da Universidade Nova de Lisboa; António Vitorino de Almeida, maestro; Medeiros Ferreira, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silva Lopes, economista; Virgílio Carvalho, comandante; António Reis, realizador de cinema; José Ribeiro da Fonte, assistente de Estudos Alemães da Universidade Nova; João Vale de Almeida, da CEE; Teresa Ambrósio, docente da Universidade Nova e Isabel Jales, professora de Direito Comunitário da Universidade Católica, o jornalista Seruca Salgado e o comentador Sarsfield Cabral. A enumeração é acompanhada de imagens que vão mostrando os convidados, numa lenta panorâmica, mas feita a partir de um plano muito aberto, sem particularizar cada interveniente, muitos nem são apresentados pela ordem por que são mostrados, outros não chegam a aparecer no ecrã. O estúdio, em horário nobre, tem ainda algumas cadeiras vazias, que Albarran justifica afirmando esperar ainda que alguns convidados compareçam no debate durante a noite, o que não se veio a verificar. Sarsfield Cabral é mostrado pela câmara num plano literalmente verde, nada favorecedor, como se não estivesse no estúdio, mas num local longínquo.

O historiador António Reis[60] é o primeiro a intervir, lembrando as nossas raízes radicalmente europeias, como a própria fundação da nacionalidade. O professor levanta a questão, sem tomar partido, de saber até que ponto é que a nossa cultura será ou não ameaçada pela Europa, a partir da integração económica. A questão da identidade nacional acaba por ser o tema dominante do debate da noite, sintoma aliás da importância que os portugueses dariam ao assunto.

---

[60] Historiador e Político, nasceu em 1948, foi militante activo da Oposição Democrática à Ditadura, co-fundador do PS e redactor da revista *Seara Nova* (1969-1974). Como oficial miliciano, participou na preparação e execução do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Foi deputado à Assembleia Constituinte (1975) e à Assembleia da República (1976-1983, e no mandato iniciado em 1995). Desempenhou funções de Secretário de Estado da Cultura no II Governo Constitucional (Janeiro e Agosto de 1978), foi membro do Conselho de Imprensa (1980-1982) e da Alta Autoridade para a Comunicação Social (1990-1994). O historiador foi também Director-Adjunto de Programas Culturais da RTP (1985-1986) e Director-Adjunto da revista de Reflexão e Crítica *Finisterra*. Como historiador desenvolveu uma intensa carreira académica, é licenciado em Filosofia pela Universidade de Friburgo, Suiça, Doutorado em História Cultural e das Mentalidades pela Universidade Nova de Lisboa. Participou em numerosas publicações científicas, é autor de várias obras na área da História Contemporânea, tendo sido Presidente do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas entre 1993 e 1996, sendo actualmente Professor Auxiliar do Departamento de História da FCSH e membro da Comissão Nacional do PS (Fonte: sítio da Internet da Fundação Mário Soares).

Vitorino de Almeida[61] entende que «*depende de nós não perder a identidade. Não é a Europa que nos ameaça, somos nós próprios que nos ameaçamos*». Sarsfield Cabral lembra que Portugal entra para uma entidade em crise, económica e política, e lança a dúvida: estará o país a entrar para uma CEE já em decadência, na velhice? O Comandante Virgílio de Carvalho[62] prefere salientar o pendor atlantista português, como impulsionador de uma ligação transatlântica que rompe com a mentalidade cultural europeia. O oficial salienta o papel que Portugal pode desempenhar no reforço de uma Europa com uma vertente vincadamente atlântica, que defende. Virgílio de Carvalho mostra-se também adepto do desenvolvimento de um nacionalismo europeu, como sinal de união e mecanismo de coesão do próprio Continente.

Provocatório, Sarsfield Cabral interroga: «*Será que entrarmos na Europa vai fazer perigar, de certo modo, a identidade nacional? Será que Portugal se vai diluir na Europa?*». É o velho fantasma do nacionalismo a assombrar o aprofundamento das relações de cooperação na Europa. O ideário Salazarista, por um lado, e o próprio receio de naufrágio nacional face à potente Europa, por outro, estão ainda vincados na alma portuguesa - a questão (certamente retórica) levantada por Sarsfield Cabral denota isso mesmo. Virgílio de Carvalho lembra que a questão da viabilidade de Portugal enquanto país não é nova, ao invés, sempre foi um problema ao longo da História. Por isso, defende, o país procurou sempre a sua viabilidade fora de si, alargando-se para sul ou para o Atlântico, voltando agora à Europa. O orador ressalta que a Adesão nesse dia assinada significa uma aproximação à Europa e não necessariamente à Península, por isso, Espanha terá, então, de ser um país como os outros da CEE. Em tempo de discutir velhos fantasmas portugueses, como poderia ser olvidada a rivalidade ibérica, pecado original da nação portuguesa?

Seruca Salgado interroga agora Medeiros Ferreira[63] sobre a compatibilidade da Integração na Europa com a preservação da soberania nacional. O antigo Ministro dos

---

[61] Nasceu a 21 de maio de 1940, em Lisboa, é desde cedo vocacionado para a música, concluindo o Curso Superior de Piano do Conservatório Nacional com 19 valores. Obtém uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, partindo para estudar composição na Academia de Música de Viena. Foi adido cultural da Embaixada Portuguesa em Viena entre 1975 e 1981, participou em inúmeros programas de televisão, colaborou com o teatro e cinema e ligou-se a vários géneros musicais. Em 1989, entra na política, apresentando candidatura ao Parlamento Europeu pelo MDP/CDE(Fonte: sítio da Internet *Seara.com*).

[62] Ainda hoje comentador da RTP para questões estratégicas, actualmente é professor convidado de Relações Internacionais e Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica da Lisboa, investigador universitário, especialista em Defesa e Relações Internacionais, Comandante da Marinha militar ligado à NATO, Assessor Principal do Instituto de Defesa Nacional.

[63] Nasceu em S.Miguel, nos Açores, em 20-02-1942, começou a carreira política como dirigente estudantil (1961-1965), passa depois para o exílio como membro do Grupo de Genebra com Eurico de Figueiredo, António Barreto e Ana Benavente. Militante do PS, é eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975, é Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1975-1976), desempenha funções como Ministro dos Negócios Estrangeiros

Negócios Estrangeiros entende que tal é possível e lembra que a Integração Europeia decorre de um processo empírico, experimental e não de um enquadramento teórico, definido *a priori* na sua totalidade, daí as suas virtualidades. Lembra que a CEE é uma superação de um Continente martirizado, onde se iniciaram muitas guerras, e salienta que as soberanias nacionais se mantêm na Comunidade. Medeiros Ferreira recorda que o mecanismo de decisão por unanimidade e não por maioria, outra das conquistas desse processo empírico, permite também defender e manter a soberania nacional. Uma decisão que parece não ser irreversível, e que, acabará por trazer uma das mais importantes dissensões internas à UE, bem espelhada na Cimeira de Nice[64] e questão fulcral às negociações do alargamento a mais dez países de Leste e à necessária alteração das regras de funcionamento da UE.

É neste contexto que se volta a aflorar no debate o outro grande fantasma que assombra a identidade nacional portuguesa e por oposição ao qual o próprio país se definiu – a ameaça espanhola. Sarsfield Cabral entende que a entrada de Portugal para a CEE garante ao país mais armas para se defender de Espanha, agora já não num jogo bilateral, do qual sai enfraquecido. Medeiros Ferreira concorda, mas lembra que «*um dos pressupostos do pedido de Adesão de Portugal à CEE, em 1977, foi o de que Portugal teria uma entrada anterior à Espanha. Seria já com Portugal como membro da CEE que se negociaria a entrada da Espanha. Por um projecto posterior, de que o I Governo Constitucional não foi responsável, os dois dossiês ficaram em discussão simultânea e, portanto, os dois países entraram simultaneamente*». O entrevistado recorda também que o facto de a CEE ter dado uma resposta positiva ao pedido português em 1977 foi muito positivo, porque, no seu entender, se a proposta tivesse sido feita mais tarde, a CEE poderia ter demorado oito anos a emitir qualquer parecer e não a negociar os termos da Adesão. «*O que eu penso é que a CEE esteve interessada na junção dos dois projectos e que Portugal foi incapaz de os dissociar*», precisou.

---

no I Governo Constitucional (23/07/1976 a 29/01/1978), sendo responsável pela abertura das negociações de Portugal com a CEE em 1977. Torna-se dissidente do PS, forma o grupo dos Renovadores e participa na AD, sendo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus no Governo de Pinto de Balsemão. Mais tarde torna-se militante do Partido Renovador Democrático, é Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros (Outubro a Dezembro de 1985), mas regressa à actividade parlamentar de novo como militante do PS. Desempenha funções de Vice-presidente do PS, sendo actualmente deputado e Membro da Comissão Política do PS. É articulista do Diário de Notícias e comentador de política internacional da RTP. Paralelamente, desenvolveu intensa carreira académica, publicando extensa bibliografia. É licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Genebra, Suiça, Doutorado em História Institucional e Política pela Universidade Nova de Lisboa, onde é professor associado e lecciona na área das Relações Internacionais.(Fonte: sítio da Internet da Assembleia da República).

[64] A Cimeira decorreu na cidade francesa entre 7 e 9 de Dezembro de 2000, mas o Tratado de Nice só foi assinado no início de 2001 (Campos e Sobrinho, 2001:356).

Seruca Salgado recorda que a existência de uma democracia e de uma economia de mercado foram também pressupostos importantes para o sucesso da Adesão. António Reis, por seu turno, invoca a "europeidade" da cultura portuguesa e o reiterado anseio dos intelectuais, ao longo da História, de romperem o isolacionismo cultural nacional, podendo agora Portugal estar numa posição de «*intercâmbio dialéctico com a Europa*».

O debate é depois interrompido durante 2' 51" para ouvir Adelaide Ferreira a cantar o tema que a RTP levou ao Festival Eurovisão da Canção, outro lugar comum do entretenimento televisivo em Portugal ao tempo. Seguem-se mais 1' 39" de Publicidade.

De volta ao estúdio, Albarran entra em contacto directo com Espanha, através da RTVE, mas a apresentadora além-fronteiras segue a emissão sem se dar conta da ligação. Os dois países assistem, assim, em simultâneo, ao Hino da Alegria, emitido a partir de um concerto já gravado em Espanha. Só no fim da música é que os apresentadores espanhóis entram em contacto com a RTP e Albarran graceja, significativamente: «*Alô Espanha, daqui Lisboa, Europa. Agora vamos começar a falar assim*». É o orgulho luso de pertencer à Comunidade dos países ricos, a vontade de superar um velho complexo de inferioridade em relação ao Continente.

A emissão volta agora para Portugal unicamente, prosseguindo o debate. É ressaltado o facto de a CEE só admitir no seu seio Democracias. Outro dos convidados em estúdio, o jornalista Piteira Santos[65], entende que a Democracia em Portugal é já forte e que não será a CEE que a dinamazirá, tem também dúvidas sobre o sucesso do embate económico que a Adesão trará.

No que concerne à questão cultural, o orador defende que o país não deve ter medo de Espanha, porque «*desde Aljubarrota que não nos ameaça*». Piteira Santos, que se auto-intitula «*de nacionalista português sem ser um português nacionalista*», lembra que não há ameaça cultural de Espanha, até porque o Estado vizinho é constituído por diversas nações,

---

[65] Jornalista, historiador, intelectual, ensaísta, professor, militante anti-salazarista. Nasce a 23 de Janeiro de 1918, em Montalegre, morre a 28 de Setembro de 1992, em Lisboa. Adere ao PCP muito jovem, principal mentor da Comissão Executiva do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), desde a criação em 1943 até ao final (Godinho, J., 1992). Figura central do movimento universitário contra as propinas na Faculdade de Letras de Lisboa no início da década de 40 (Rodrigues, R., 1992). É afastado do PCP e depois expulso do Partido no início dos anos 50, aproximando-se depois das tentativas reiniciadas nos anos 50 para agrupar os socialistas (Rosas, 1992). Foi um dos fundadores do jornal *O Diabo*, em 1938, primeiro chefe-de-redacção da revista *Ler* (Dionísio, M., 1992) e preparou vários movimentos revolucionários desde a década de 40, passando pela campanha de Humberto Delgado até à tentativa de Beja, em 31 de Dezembro de 1961. Foi preso várias vezes, depois do assalto falhado ao Quartel de Beja, sai clandestinamente de Portugal para Argel, onde se mantém até ao 25 de Abril. Aí é figura preponderante da Frente Patriótica de Libertação Nacional (Rosas, 1992). Regressa em 1974, lecciona finalmente na Faculdade de Letras de Lisboa, publica trabalhos na *Seara Nova* e na *República*, é director-adjunto do *Diário de Lisboa* e faz parte da *Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo*. No fim da vida lecciona no Mestrado de História do Século XX na Universidade Nova de Lisboa.

entre as quais Portugal pode servir de mediador, e cita Garrett, que afirmava: «*espanhóis somos e disso nos orgulhamos, castelhanos nunca*». Piteira Santos distingue a hegemonia política de Madrid da pluralidade cultural e civilizacional do país vizinho, com quem deveríamos, no seu entender, manter relações culturais e económicas. O entrevistado defende que existe uma Ibéria, cantada por Torga, Camões ou Garrett, «*num plano cultural de hispanidade, no qual a Hispânia é a designação colectiva de um conjunto de países, de povos, no qual o povo português se integra e que com um passado de oito século não há problema de se pôr a questão que suscita*». Ou seja, o jornalista entende que a cultura portuguesa não sulca uma clivagem profunda em relação às várias culturas e nacionalismos espanhóis, que Portugal não deve recear, nem ver como ameaça.

Virgílio de Carvalho, por seu turno, lembra que, pondo de parte as questões culturais, Portugal se deve integrar na Europa e não em Espanha, tal como a Irlanda, «*que está agora muito mais próspera e muito mais independente em relação à Inglaterra por causa da Adesão à Comunidade*». [66] Note-se o recurso à analogia com um país já integrado na CEE, também ele pobre e vizinho de uma potência económica com a qual manteve relações de conflitualidade, para reforçar a convicção de que a Integração de Portugal na Europa ajudará o país a "ganhar" ou a atenuar a "luta" contra a hegemonia ibérica castelhana, característica estruturante da própria nacionalidade portuguesa.

Virgílio de Carvalho recorda também que foi a união da Espanha nos finais do séc. XV que motivou a viragem atlantista portuguesa, vertente essa que (ainda na altura do debate) se define como essencial à segurança europeia. O militar entende que esse vector atlântico é uma mais-valia diferencial portuguesa em relação ao resto do Continente, cujas virtualidades já foram usadas durante as duas Guerras com proveito para os Aliados - «*é isso que nos dá importância, temos de viver em parte dessa importância para tirarmos contrapartidas que nos dão liberdade de acção e desenvolvimento*», afirma. O comandante alude ao mal-entendido com Espanha no caso das negociações da ZEE por causa da Adesão e, de novo, irrompe a ameaça latente dos vizinhos que resultou na «*proposta algo indecorosa de uma ZEE Ibérica conjunta, que nos retiraria um bom pecúlio*».

O moderador do debate interrompe de novo a conversa para lançar mais um *sketch* já gravado de *Tia Eva* (de 3' 14"), que, muito a propósito, envia uma mensagem ao Primeiro-Ministro espanhol. De novo, se denota uma boa preparação prévia do programa e uma

[66] Virgílio de Carvalho refere-se à Grã-Bretanha no seu todo.

articulação pensada entre os momentos de entretenimento agendados com os temas em discussão.

Entre rábulas, Tia Eva dirige-se a Felipe Gonzalez, e conta-lhe que confusões têm surgido com o seu nome, há quem lhe chame Tia "IVA", trocando o seu nome pelo do imposto «*que, não desfazendo, foi muito bem recebido em Portugal*». A personagem de Nicolau satiriza, a propósito das anunciadas mudanças - «*agora passamos a poder ir a Vigo comprar sardinha da Nazaré, passamos a importar a nossa cortiça já feita em rolhas, quem não quiser tinto do Cartaxo vai à região de Champagne*». A paródia usa e abusa do complexo de inferioridade nacional disfarçado de espírito de "novo-riquismo" europeu recém-chegado ao clube dos poderosos.

Depois, no estúdio, o Grupo Terra a Terra faculta mais um momento (de 2' 37") de entretenimento sempre atento aos valores e aos gostos populares tradicionais portugueses, havendo a seguir lugar a mais 2' 37" de publicidade.

Albarran volta a antena para fazer uma resenha do "Historial da Adesão de Portugal à CEE", recorrendo a um trabalho de reportagem de Peres Metello e José Arantes, que entrevistaram Ernâni Lopes, Embaixador de Portugal na CEE e depois Ministro das Finanças, e António Marta[67], presidente da Comissão de Integração Europeia. Analisaremos esta reportagem detalhadamente mais à frente, mas atentemos antes noutros aspectos.

O debate a que os espectadores acabaram de assistir é, no mínimo, curioso - não se ouve a voz de ninguém que se indigne contra a entrada de Portugal na CEE. Por mais consensual que a ideia tenha sido, ao tempo, (e já mostrámos, no início deste capítulo, como os jornalistas que cobriam o evento entendiam que genericamente o era) é impossível que todos e cada um dos portugueses sem excepção aplaudissem a Adesão. Só por isso, são questionáveis os critérios de escolha dos intervenientes no painel. Em todo o dia, à parte breves e difusas ressalvas indirectas no discurso puramente noticioso, aparecem apenas dois convidados, o representante das Unidades Colectivas de Produção e dos produtores de Rio Maior (no debate de agricultura) que se mostram abertamente contra a Adesão. O acontecimento foi visto pela televisão monopolista do Estado, também ao longo dos debates, como uma celebração, um dia de apoteose, de concretização de um sonho que se queria desígnio nacional finalmente alcançado. A Adesão não foi encarada como um tema a tratar em registo puramente informativo, em que o inevitável recurso aos rituais estratégicos de

[67] «*Economista. Presidente da Comissão para a Integração Europeia (81-85). Vice-Presidente do BCI (93) Vice-Governador do Banco de Portugal (94)*» (Avillez, 1996: 337).

objectividade implicaria a tradicional preocupação de ouvir "as duas partes"(independentemente do peso de uma delas).

Genericamente, e apesar de a emissão ser assegurada pela informação, esta postura será também explicada pelo facto de a discussão sobre as vantagens e os prejuízos da Integração ter sido feito previamente. É certo que os debates e reportagens emitidos ao longo do dia possuem um inegável valor informativo, contudo, a RTP apenas se preocupou, de certa forma num prosaico "ajudar à festa", esclarecendo os portugueses sobre o impacto da Adesão, mas numa perspectiva que faz ressaltar quase exclusivamente os seus benefícios.

Os jornalistas Dina Aguiar e Joaquim Pedro, por exemplo, recordam que o trabalho de esclarecimento tinha passado na antena da RTP ao longo dos anos anteriores. O último recorda que «*não havia Ministro que chegasse de Bruxelas e que não tivesse à sua espera os jornalistas da RTP e de outros órgãos de comunicação social. Penso, também, que foram feitos inúmeros debates sobre o tema, no entanto, entendo que as implicações práticas da Adesão não estariam muito explicadas*». Carlos Albuquerque assume também que foi dada informação aos portugueses sobre o tema, ele próprio realizara o primeiro *Suplemento ao Telejornal* feito na RTP sobre a CEE, uns anos antes da Adesão. No entanto, explica: «*era difícil fazer reportagens sobre a Comunidade, havia poucas imagens, poucas fontes de informação disponíveis sobre o tema - a Internet ainda não existia, a redacção não estava equipada com computadores nem o arquivo era digitalizado. A CEE era uma matéria pastosa, cinzenta, um território algo árido para pesquisa. As principais fontes de informação eram mesmo os políticos! Nas redacções entendia-se que o assunto dava muito trabalho e havia muito pouco onde conseguir recolher elementos...*»

No entanto, se nos quisermos socorrer da visão, porventura mais pessimista, de Herman e Chomsky, o alinhamento dos debates e a escolha dos comentadores obedece a regras precisas, que vêm sempre favorecer a propagação da mensagem consensual pretendida pelos poderosos e que não é deixada ao acaso. Para além do facto de a posse do meio de comunicação social pertencer ao Estado se constituir como um dos filtros das notícias (ingredientes essenciais do Modelo de Propaganda), também a construção dos comentadores e especialistas visa favorecer a propagação e fabricação de consensos. Assim, «*The relation between power and sourcing extends beyond official and corporate provision of day-to-day news to shaping the supply of "experts". [...] It is therefore appropriate that this restucturing has taken place to allow the commonly held opinions (menaning those that are functional for elite interests) to continue to prevail*» (Herman e Chomsky, 2002: 23).

Efectivamente, ressalta da análise atenta dos nomes dos especialistas convidados, (muitos deles aparecem no ecrã sem aparentes relações políticas) que quase todos estão, mais ou menos, conotados com o PS ou PSD, quase todos são militantes, simpatizantes ou cooperantes com os partidos no Governo. Uma coincidência que, pelo menos, garantiu que, no debate da noite, a discussão se limitasse a uma agradável troca de posições eruditas sobre a Europa, sempre politicamente correctas, sempre dentro dos limites "aceitáveis", acabando por projectar uma opinião, no geral, favorável à Adesão portuguesa.

Joaquim Pedro põe em evidência que não existia censura na estação, mas admite que, em tempos de transição democrática e politicamente sensíveis, «*relações de influência e simpatia com o poder*». Já Carneiro Jacinto, na altura assessor de Imprensa de Mário Soares, recorda que as direcções de informação eram da confiança política do Governo e reconhece mesmo que «*porventura a RTP não convidaria ninguém que discordasse fortemente da Adesão. Existia interferência e manipulação política na RTP e acreditava-se que daí adviriam benefícios eleitorais. Era uma guerra aberta entre PS e PSD para ver quem mandava mais! No entanto, note-se, não discuti com ninguém o alinhamento da emissão.*» Cesário Borga, por seu turno, entende que, na altura, «*o poder não hesitava em interferir na RTP. No entanto, mais do que propriamente seduzir o espectador, preferia-se antes "bombardeá-lo" através de uma presença habitual nos ecrãs, acreditava-se que manipular a televisão era sempre rentável em termos de resultados eleitorais. Depois, isso mudou*». São relatos que documentam bem o ambiente vivido então na RTP e que ajudam a comprovar e dar coerência à hipótese formulada na introdução desta tese. A telecerimónia procurou, de facto, funcionar como momento de coesão do país em torno de um ideal, reforçar ou criar unanimidade nacional em torno de uma opção política.

V.2.9.2 - A reportagem: "Historial da Adesão de Portugal à CEE"

A emissão desta reportagem em horário nobre, às 21h45, a crer nos registos de Verificação e Estatística da própria RTP, é de inegável importância. O alinhamento da peça a uma hora de grande audiência pode encerrar o pressuposto, por parte da Direcção de Informação, de que, de facto, os portugueses sabiam pouco e recordavam mal como é que tinham sido conduzidos até ao momento da Adesão. Nesse sentido, cumpre-se aqui o tradicional papel do serviço público de televisão de informação e contextualização dos acontecimentos aos telespectadores. No entanto, como referem Dayan e Katz, estas explicações e contextualizações das telecerimónias constituem-se também enquanto

elementos que propiciam o aumento da receptividade do espectador face ao acontecimento, garantindo-lhe um quadro interpretativo "seguro" para o acontecimento: «*os narradores televisivos fornecem aos seus espectadores uma breve exegese, sublinhando o significado do acontecimento e introduzindo-lhe profundidade cultural*» (Dayan e Katz, 1999: 110).

A reportagem possui um inegável valor histórico, não só por recordar, de forma breve mas precisa, os principais momentos do processo de Adesão, mas também pelas entrevistas feitas aos protagonistas da "estória". Ernâni Lopes e António Marta são personagens jornalísticas, erigidos em "heróis" de um processo negocial que os autores da reportagem querem dar a conhecer. Apesar de não ser oferecido ao telespectador um retrato vivo ou profundo destes intervenientes no processo (não se traça aqui propriamente um perfil dos dois homens, nem se dá grande importância a aspectos pessoais particulares de cada um), as revelações que fazem ao longo da entrevista são curiosas e lançam até luz sobre alguns contornos menos visíveis da negociação, como a força dos lóbis empresariais no processo de decisão. No final, tenta quebrar-se um pouco a formalidade da abordagem, quando os dois responsáveis são interrogados sobre os aspectos que consideraram mais emocionantes em todo o processo de Adesão, do ponto de vista pessoal. Contudo, o repto não obtém grande eco junto dos entrevistados – não seria porventura ainda comum, nos media portugueses, personalizar tanto os acontecimentos e desinstitucionalizá-los, muito menos abrir as portas a uma exposição dos sentimentos ainda que vocacionada para a "humanização" do homem político e o cultivo de uma aparente proximidade com o público.

Assistimos, então, a alguma inovação no método de abordagem do assunto (embora a peça, como se desenvolve mais à frente, acabe por resultar num género híbrido), com grande rigor histórico e variedade documental, se bem que ao nível das imagens não se assista à utilização de uma linguagem particularmente ousada - vê-se apenas uma entrevista, bem formal e estática.

A peça (com a duração de 25' 53") inicia-se mostrando imagens de arquivo, não assinaladas como tal, dos contactos preliminares ao pedido de Adesão português, que recordam a visita de Mário Soares às capitais europeias. A reconstituição é interessante e vai lembrar aos portugueses a posição inicial das diferentes forças políticas nacionais. Quase toda a reportagem, à excepção das entrevistas gravadas num gabinete a Ernâni Lopes e António Marta, tem como suporte imagens do arquivo da RTP que ilustram os vários momentos que vão sendo abordados pelo texto da peça.

Em primeiro lugar, e ainda a preto e branco, surge um formal Freitas do Amaral, dirigindo-se ao país enquanto líder do CDS. Freitas dá conta aos portugueses das visitas de

Soares e exprime o seu ponto de vista sobre o pedido de Adesão: «*Não é uma tarefa fácil a que está nas suas mãos, mas todos os democratas portugueses estão com ele neste momento porque ele precisa de triunfar para bem de Portugal*»[68], afirma Freitas. O líder do CDS é contundente e não deixa dúvidas quanto à posição do seu partido: «*Hoje, que se trata de obter luz verde para concretizar o pedido de Adesão de Portugal ao Mercado Comum,* [...] *direi ao Primeiro-Ministro* [...] *que seja hábil, convincente e que seja capaz de nos trazer da sua viagem aquele sim por que todos aqui ansiamos e de que todos precisamos a bem da paz , do futuro e da Democracia no nosso país*».

Álvaro Cunhal, então secretário-geral do PCP, aparece então na reportagem, explicitando a posição fortemente contrária do seu partido face ao pedido de Adesão, «*tanto por razões económicas, como políticas. A Integração teria efeitos catastróficos para a economia portuguesa. É sabido que há uma grande diferença de nível no desenvolvimento da nossa economia.*

Depois de expostos os motivos económicos, a reportagem recorda as razões políticas que também foram invocadas por Cunhal para condenar o pedido de Adesão: «*Há a considerar também razões de ordem política, uma vez que os países do mercado comum, para aceitarem a Integração de Portugal, não deixariam de pôr condições políticas.* [...] *A Integração* [...] *representaria a impossibilidade do desenvolvimento independente da nossa economia e a submissão aos interesses dos grandes grupos capitalistas que dominam a economia do mercado comum*».

Na peça, ouvem-se então declarações sobre o tema de Francisco Sá Carneiro, presidente do PPD-PSD, no rescaldo da manifestação de apoio político europeu ao pedido português. O malogrado líder considera que o projecto é «*histórico*» para Portugal e que transformará, por completo, todo o modo de vida nacional. «*O PSD entende que esse é o caminho para, com a consolidação da democracia portuguesa, encontrarmos as sendas do progresso e da justiça social*». Para Sá Carneiro, Portugal deve agora melhorar as suas políticas internas, nomeadamente de forma a que «*se ponha a nossa agricultura a coberto da concorrência que vai enfrentar, que possibilite um aumento de produção em Portugal*». Lembra também que a Europa é o caminho a seguir, com a qual beneficiarão os emigrantes nacionais no Velho Continente.

---

[68] As citações inscritas nesta reportagem foram também utilizadas na elaboração do primeiro capítulo desta tese, devidamente referenciadas. Por isso, ao explicitar-se aqui o conteúdo das citações dos vários depoimentos registados não se descura o seu valor histórico (melhor enquadrado e mais desenvolvido no capítulo referido), mas é antes sublinhada e analisada a estratégia narrativa da reportagem.

Conhecidas as posições iniciais sobre o tema dos líderes políticos, a reportagem vai agora contar, em traços gerais, os passos empreendidos pelos responsáveis portugueses até à Adesão. O texto referencia o período pré-negocial, em que são abertos alguns dossiês, e lembra, sempre seguindo as memórias e o fio condutor traçado sobretudo por Ernâni Lopes, a primeira viragem na estratégia negocial portuguesa. O então Ministro recorda que, a partir do segundo semestre de 1979 e ao longo de 1980, os portugueses alargam as negociações a vários ministérios.

De novo recorrendo às imagens de arquivo, que mostram um Sá Carneiro (agora a cores) já Primeiro-Ministro a viajar pelas capitais europeias, é recordado que em 1980 se enceta nova ofensiva diplomática, se abrem mais quatro dossiês e são aprovadas ajudas de pré-adesão a Portugal. Vemos então o sucessor, Francisco Pinto Balsemão, no ano seguinte, também em contactos diplomáticos com uma sorridente Margaret Thatcher que, explica o narrador, só surtiriam efeito mais tarde por causa de dificuldades internas da Comunidade. Na imagem aparece, então, Giscard d' Estaing, que impõe uma pausa nas negociações; o texto refere que o biénio 1980-82 se torna de impasse no processo. Ernâni Lopes, em tom professoral, corrobora a afirmação - *«isto está relacionado com aquele aspecto que ficou conhecido como a pausa proposta pelo senhor presidente da República Francesa, o senhor Giscard d' Estaing»*. O Ministro avança então, ele próprio, para o que apelida ser a altura em que há o primeiro grande surto de resultados, de Janeiro ao Outono de 1982.

Note-se que não é o jornalista a introduzir um novo período, mas antes o interlocutor a "desenrolar" o fio narrativo, o que denota o facto de, no meio jornalístico, o autor do texto raramente ser uma autoridade indiscutível sobre o tema tratado. Inversamente ao que se passa com profissões como a advocacia ou a medicina, cujo domínio de um determinado *corpus* teórico confere aos profissionais reconhecimento e credibilidade perante o resto da sociedade, o campo jornalístico é impreciso e indeterminado, daí o facto de se buscar, quase sempre, o saber e a credibilidade de figuras externas para validar o próprio discurso jornalístico.

Assim, Denis Ruellan (Ruellan, 1993), por exemplo, entende que a indefinição, a imprecisão, o facto de a profissão possuir um carácter *flou* (é este o termo empregue pelo autor, em tradução literal algo vaporoso, leve ou delicado) acaba por ser a principal virtualidade do jornalismo. Para Ruellan, esta indefinição das regras de acesso e funcionamento do grupo profissional garantem, precisamente, a sua perenidade e evitam que se disperse. O jornalismo seria então uma *«profissão de limites incertos e domínio indefinido»*, muito heterogéneo, *«este flou constitutivo»* coloca-o *«num espaço mal limitado*

com fronteiras de múltiplos domínios interdependentes», mas assegura também que não haja lugar ao «*fechamento da especialização*»(Ruellan, 1993:).

Efectivamente, na altura que estamos a analisar é mais comum observar-se a feitura de notícias como meras transcrições da agenda proposta e não a emancipação dos jornalistas enquanto autores e verdadeiros mediadores daquilo que é considerado notícia, daquilo que tem interesse para o público. Assim, por exemplo, se um Ministro se deslocava ao Porto para visitar o estado das obras de construção de uma estrada, a notícia seria, quase sempre, a visita do Ministro, a sua acção, caindo para segundo plano aquilo que hoje é o critério de noticiabilidade. Se supusermos que o Ministro anunciava a construção de mais uma estrada, ou a demissão de um Secretário de Estado, essa seria hoje a verdadeira novidade (o facto de o Ministro ter visitado algo não passaria de nota de rodapé, de factor de contextualização do acontecimento), mas, ao tempo, arriscava-se, provavelmente, a ser tomada apenas como uma das acções do Ministro empreendidas durante a visita. Ou seja, não havia uma total autonomia e emancipação do campo jornalístico, que (ainda que não se verifique também hoje) confere ao profissional de comunicação social o poder de observar um determinado acontecimento e decidir "onde é que está a notícia".

Regressando à análise da reportagem emitida, verificamos, então que a demarcação dos períodos históricos é feita através da óptica de Ernâni Lopes, o que também poderá não ser pejorativo, uma vez que o Ministro foi testemunha privilegiada e parte activa no desenrolar do processo. Assim, o primeiro surto de resultados concretos foi interrompido em 1983, até que a Cimeira de Estugarda, em Junho, marca nova viragem, com a declaração da RFA de estar na disposição de contribuir com mais dinheiro para o orçamento comunitário apenas no momento em que Portugal e Espanha entrassem na Comunidade. Ernâni Lopes, socorrendo-se da sua cábula, lembra que a atitude dá um novo fôlego ao processo, que entra assim, de acordo com o Ministro, em fase de finalização entre inícios de 1984 e Março de 1985.

Aqui, de novo, se evidencia uma abordagem mediática que ainda não privilegia a aparente espontaneidade e total familiaridade dos políticos com a televisão, uma vez que o papel de que Ernâni Lopes frequentemente se socorre não é banido da vista do espectador. Como explica Judite de Sousa, hoje «*o político contemporâneo fica como que obrigado a adaptar-se às regras da linguagem audiovisual.* [...] *A televisão obrigou* [...] *os políticos a reavaliarem a utilização das palavras e a agirem em função da semântica das imagens*» (Sousa, 2002: 26). Assim, apesar do seu ar doutoral e do inquestionável domínio teórico da matéria que expõe, Ernâni Lopes não "limpa" o seu discurso mediático da "cábula" a que

recorre, hoje seria difícil que este artifício legítimo para assegurar o rigor do que é dito fosse tão "descuidadamente" mostrado. Efectivamente, na actualidade, a dimensão não verbal da política é quase mais importante do que o próprio discurso dos homens do poder, a presença física, o carisma, o modo como se diz assumem quase tanto relevo como a palavra dita. Até os gestos dos políticos são estudados, doseados. O objectivo é conferir uma ilusão de proximidade encenada entre eleitos e eleitores, também conseguida através dos grandes planos dos entrevistados. Contudo, em 1985, a câmara guardava ainda uma distância social e respeitosa do entrevistado, como se comprova nesta reportagem.

Regressando à análise do conteúdo da reportagem, Lopes refere então a assinatura do *Constat d' Accord*, como um ponto de viragem irreversível à negociação, que entende ter sido particularmente útil, permitindo concluir os últimos e mais difíceis capítulos do processo. O jornalista situa a acção, no texto e nas imagens, em Bruxelas, Março de 1985, quando se fecham os derradeiros cinco dossiês do acordo. Ernâni Lopes refuta a ideia de que Portugal tenha colocado dificuldades à conclusão das negociações, no que é secundado por António Marta, que intervém, pela primeira vez, na reportagem. O texto e as imagens mostram o brinde final de conclusão das negociações, na madrugada de 29 de Março de 1985.

A reportagem cede agora lugar a uma entrevista aos dois responsáveis, em jeito de conclusão procura-se descortinar quais os motivos de entrave ao processo negocial português. As respostas dizem que os problemas internos da Comunidade foram relevantes e lança-se mão da comparação com o processo grego, mais célere, elogia-se depois a dedicação e a preparação dos técnicos portugueses. Alude-se também à participação das forças sociais e económicas nacionais durante as negociações e reflecte-se sobre o período que se vai seguir. António Marta lembra que, findo o processo que «*foi negociado o melhor possível*», valeria a pena trabalhar no futuro e não debater as virtualidades do que já está aprazado. A reportagem conclui-se, então, com o depoimento de cada um dos interlocutores sobre os momentos que, pessoalmente, consideraram mais duros e emocionantes das negociações. Assim, Ernâni Lopes destaca a discussão interna sobre os têxteis e a conclusão das negociações sobre a pesca. António Marta, por seu turno, considerou particularmente empolgante a noite de conclusão das negociações e, dias maistarde, o momento de redacção final do consenso alcançado.

Assim, a estratégia narrativa da peça alterna entre o relato distanciado dos principais momentos das negociações e uma entrevista feita num gabinete a dois responsáveis pelo processo. Contudo, se, no início, a entrevista parece servir apenas como instrumento de trabalho para a recolha de depoimentos a incluir na reportagem, o certo é que a peça acaba por

se erigir enquanto género híbrido, a meio de caminho entre a reportagem e a entrevista formal. A prová-lo está o facto de o trabalho terminar com o agradecimento dos dois jornalistas aos interlocutores sem recurso a mais imagens ou texto.

V.2.9.3 - Nova ligação em directo a Espanha

Após a emissão da reportagem sobre o historial da Adesão de Portugal à CEE, a RTP entra, de novo, em contacto directo com a emissão da Rádio Televisão Espanhola (RTVE). Albarran cumprimenta os apresentadores de Madrid, em Portugal podem ouvir-se as respostas dos interlocutores e a tradução daquilo que Albarran vai dizendo para castelhano. Contudo, o telespectadores portugueses não vêem ainda o estúdio que serve de cenário à emissão espanhola, como já antes acontecera.

Para iniciar a transmissão conjunta, os portugueses oferecem ao público ibérico um momento de entretenimento, de 6' 45". Quem melhor do que a mais viajada e afamada fadista portuguesa para dar voz à canção nacional num dia em que o país se torna europeu de corpo inteiro, mas que já dera mostras de não ter superado ainda a arqui-rivalidade com o estado vizinho? Amália Rodrigues canta para todos os ibéricos "Gaivota" e "Ai Mouraria", num momento que se quer mais lúdico e que, como quase todos até aqui, busca vincar a permanência e a especificidade da cultura lusitana numa Europa sem Fronteiras.

Albarran introduz então o debate dando a palavra a António Reis que cumprimenta Raul Morodo[69] e pergunta-lhe se é necessário que os dois países entrem numa Europa económica para começarem a dialogar no plano cultural. O professor entende que a questão é oportuna já que os dois países estão ainda num estádio de "modernidade refreada", que é preciso suprimir para que haja lugar a uma verdadeira modernização que, para o entrevistado, consiste na secularização, no desenvolvimento social e económico e na hegemonia do poder civil. Para Morodo, a entrada conjunta na Europa dos dois países vai ajudar a resolver questões bilaterais, até porque a separação dos dois estados do resto do Continente acabava por levar a um afastamento dos dois países entre si, fomentada pelo nacionalismos autoritários. Assim, a Adesão poderá unir os dois países «*numa fortíssima cooperação*».

---

[69] Nasceu em 1935, é advogado, professor universitário (foi catedrático de Direito e reitor) e político. Morodo foi um dos fundadores do partido Socialista do Interior (1966), depois Partido Socialista Popular; membro das Cortes Constituintes (77-79) e Embaixador Extraordinário para os Assuntos Africanos (79-81). Mais tarde desempenhou funções de Embaixador de Espanha na UNESCO, em Paris (1983-85) e deputado ao Parlamento europeu (1987-1991). Entre 1995 e 1999, foi Embaixador de Espanha em Portugal (Avillez, 1996: 339).

Nesta altura, podemos já ver o estúdio onde se realiza o debate espanhol. A RTVE preparara também uma emissão especial, em que, sentados num confortável sofá, dois entrevistadores conversam com um convidado. O espaço parece querer inspirar um ambiente de diálogo ameno, familiar e informal, mas, nas paredes azuis, desenha-se um enorme "E" de Europa, presença também constante nos cenários portugueses. Apenas uma única ideia domina o debate, com simplicidade e eficácia, a RTVE transmite a noção de que um tema vai ser omnipresente nas conversas do serão. Sem ambiguidade, mas também sem grandes subterfúgios estilísticos, passa-se a mensagem inequívoca de que a ideia de Europa é central a todo programa.

Raul Morodo questiona então António Reis sobre as possibilidades de eliminar os preconceitos culturais e históricos entre os dois países e tenta descortinar se é esse o caminho para a cooperação entre ambos. O professor de História português entende que tem havido mais intercâmbio nos últimos anos, mas que é ainda necessário muito mais. Reis desafia os dois povos a aprenderem «*a arte de sermos ibéricos e que comecemos também a cultivar a arte de sermos europeus*».

A entrevistadora espanhola questiona então os dois sobre o motivo de tanto desconhecimento entre países vizinhos. Morodo afirma que os dois estados «*estão muito longe culturalmente, por motivos históricos que são já muito distantes*» e recorda que, mais recentemente, os dois regimes autoritários da península fomentavam no povo um «*nacionalismo chauvinista anti-espanhol ou suspeitas anti-portuguesas*». Morodo concorda que a cultura, a literatura e a arte se podem usar para reconstruir «*os nossos valores comuns* [...] *eliminando preconceitos* [...] *e irradiando a nossa identidade ibérica, chegando também à América Latina*». António Reis volta a usar da palavra para procurar na História os motivos para tanto distanciamento entre as duas culturas. Reis encontra no passado o obscurantismo e a Inquisição como motivos, nos dois países, para a busca de referências culturais além-Pirinéus. Defende, porém, que os dois estados estão agora em condições de abertura suficiente para que haja um intercâmbio mútuo e para a valorização das duas culturas, «*olhando de frente uns para os outros*».

A encerrar o debate Amália Rodrigues dirige-se aos espanhóis em castelhano para lhes dedicar um fado, "Lisboa Antiga" (de 3' 58"), que afirma ser muito conhecido em Espanha. Interactiva, Amália apela os espanhóis a cantarem com ela a canção. Em Portugal, não há eco da resposta de *nuestros hermanos*.

Efectivamente, as questões culturais e de identidade nacional parecem estar no centro do debate na hora nobre. Toda a ligação a Espanha é ocupada a discutir o tema, a procurar explicações para o afastamento dos dois países, a buscar soluções de futuro para uma maior cooperação trans-nacional. Note-se que o relacionamento com Espanha (neste e em momentos anteriores do debate) é tratado com tanta ou mais profundidade como a Adesão a toda uma Comunidade de mais nove países. Os portugueses parecem temer a ameaça espanhola, em termos culturais, tanto quanto a invasão das restantes culturas e modos de viver.

Infere-se, assim, que a questão da identidade nacional e da perda de autonomia em termos de soberania, mas sobretudo em termos culturais (no sentido lato) parece ser uma das maiores inquietações dos portugueses face à Adesão. Encostados no canto extremo da península, os descendentes do anti-ibérico Afonso Henriques continuam ciosos da sua autonomia em relação à grande "Hispânia". Contudo, notam-se alguns sectores que preferem expurgar as fortes dissensões do passado e pugnar por uma cultura de matriz ibérica, aberta à Europa, mas conservando uma vertente atlantista de peso, num Estado que buscava na Adesão a modernização e o desenvolvimento económico e que, com tudo isso e apesar disso, não queria abdicar de uma forte identidade nacional portuguesa, unificadora e distintiva dos restantes Estados. Esse parecia ser o grande repto lançado ao país na hora de aderir á Europa, talvez por isso, a questão seja tão insistentemente discutida na Televisão Única, que monopolizava todo o debate mediático e tentava moldar a opinião pública nacional.

V.2.9.4 - O final do debate da noite

No fim do debate ibérico e das canções bem portuguesas, há novo intervalo para publicidade, de 3' 04", sendo de facto usados com anúncios pagos 2' 50". O período de horário mais nobre estava findo, uma vez que seriam já cerca de 22H30. A emissão volta, então, aos estúdios, onde Seruca Salgado questiona os convidados sobre a demora das negociações e sobre as eventuais alternativas a uma Adesão à CEE. Mostra-se aqui abertura em debater as várias *nuances* do problema e mesmo as alternativas que poderiam ter sido seguidas em detrimento daquela que o Governo adoptou e que, naturalmente, preconizava. Por outro lado, não me parece também que existisse alguém no estúdio com vontade ou pensamento político díspar do diapasão governamental, que pudesse dar eco às diferentes sensibilidades que existiam na sociedade portuguesa de então.

Silva Lopes[70] concorda na morosidade do processo, mas alvitra que as razões para tal demora não se prendem com o empenho nacional, mas antes com dificuldades internas da Comunidade. O facto de o processo português ter estado ligado ao espanhol implicou um maior compasso de espera, opina o entrevistado, porque a Integração do grande vizinho suscitava mais questões e receios, uma vez que era «*um parceiro de respeito, que levantava problemas enormes e reacções até negativas por parte de interesses económicos da CEE*». Para o economista, contudo, não haveria alternativa à Adesão, já que o mercado nacional é diminuto e deve desenvolver-se através das exportações. Silva Lopes descarta os eventuais parceiros económicos alternativos como os Estados Unidos, certos países industrializados da Ásia, a América Latina («*por estarem fortemente endividados*»), os Estados pertencentes ao Bloco de Leste («*com implicações políticas que eventualmente não estaríamos dispostos a aceitar*») ou a EFTA, que, «*depois da saída da Grã-Bretanha e da Dinamarca se tornara num mercado muito pequeno*». Por isso, entende que a escolha feita foi acertada.

Medeiros Ferreira, naturalmente, está de acordo com a escolha política e reitera o mérito do I Governo Constitucional pela rapidez com que efectuou o pedido de Adesão. O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que entregou o pedido a Bruxelas, recorda que os pressupostos em que se baseou a iniciativa (já referidos no I capítulo desta tese) e o facto de ter previsto, quando muitos duvidavam, a aproximação dos PALOP à Convenção de Lomé «*encoraja-me politicamente a dizer que, para Portugal, a entrada na CEE foi, sem sombra de dúvida, a sua melhor opção depois do 25 de Abril*». Medeiros Ferreira entende que a questão de alternativa nem sequer se põe «*porque a CEE é uma instituição única no seu género*».

Piteira Santos ressalta também que Portugal e Espanha têm «*outras obrigações no mundo*», que decorrem de uma História que se estendeu por vários Continentes. Na altura da opção europeia, o país continua a não renegar um passado fundador do processo de desenclavamento europeu que conduziu ao primeiro fenómeno de globalização do planeta. Ironia suprema num país que se quis quedar, orgulhoso, no seu vão solipsismo, são muitas vezes os que combateram Salazar, como Piteira Santos, que acabam por se tornar reféns da influência de uma cultura ultramarinista velha de quinhentos anos, que teve no ditador o seu último guardião.

Já Teresa Ambrósio[71], convidada para o debate enquanto docente da Universidade Nova de Lisboa, enfatiza, por outro lado, a matriz cultural europeia portuguesa e, com

---

[70] Ver nota biográfica no capítulo de Contextualização Histórica.

[71] Nasceu em 1936, licenciada em Físico-Química, Doutorada em Ciências da Educação, começou a trabalhar nesta área nos inícios dos anos 70 com Veiga Simão, nos Serviços de Planeamento do Ministério da Educação.

optimismo e crença no futuro, defende que a «*sensação de pertença a um espaço alargado, de não estarmos isolados, de estarmos ao lado dos nossos vizinhos e com eles podermos fazer negociações* [...] *é qualquer coisa que nasceu e explodiu com a própria democracia*». A docente entende que a abertura à Europa não significa o alheamento em relação aos outros países com quem mantivemos relações históricas, é antes o lugar «*onde a nossa democracia tem justificação*».

Sarsfield Cabral recorda a experiência da EFTA, que, no seu entender, não se aproveitou na totalidade e interroga-se se o país irá tirar todo o partido da Adesão à CEE, pois pensa que Portugal espera a entrada na CEE para se modernizar. Silva Lopes faz a análise contrária, o país terá algumas dificuldades, mas sabê-las-á superar.

No mesmo debate encontram-se assim expostas diversas formas de encarar a anunciada Adesão, numa discussão que relembra, de certa forma e numa versão bem mais atenuada, as tensões do consulado de Marcello Caetano entre ultramarinistas e europeístas. Em 1985, não existiriam tantos ultramarinistas, nem eles estão representados no debate em análise, mas a nostalgia das obrigações de uma "ex-potência" e o cultivo do papel de titulares de um defunto Império acaba por pôr em evidência alguns diferendos da sociedade portuguesa de então. Entre os crentes num futuro melhor em sintonia com a Europa, não renegando a história de navegação, persiste o cepticismo às virtudes da abertura ao Continente, o receio do impacto económico da Adesão e a necessidade, comum a todos, de revitalizar e reafirmar os valores próprios da cultura portuguesa. Com a identidade nacional como máximo denominador comum, optimismo e pessimismo face à Adesão, mais ou menos moderados, espelham nos media uma tensão que será reflexo das dissensões da própria sociedade.

Albarran vai então distender todo o diálogo, para postular a sua crença na Europa e dizer não ao derrotismo nacional interrogando um orador de grande peso como é Serafim Saudade, personagem de Herman José. O cómico desestabiliza, aligeira e informaliza um debate (durante 12'57") que se arrasta há várias horas, introduzindo um pouco de animação e cor numa noite passada em tom grave e sério.

Herman José, que apelida Albarran de "Albarraque", diz-se um verdadeiro europeu, já integrado, e lança farpas políticas: «*A Espanha entrou com o seu rei, com o seu Primeiro-Ministro, e nós entramos com o Primeiro-Ministro ... encavacado*». É uma referência

---

Foi deputada do PS à Assembleia da República entre 1976 e 1983, tratando então de questões de educação e das relações com organizações internacionais como a OCDE, a CEE e o Banco Mundial, embrenha-se depois na actividade académica ligada às Ciências da Educação (Martins, 1999). Faz parte do Conselho Nacional de Educação desde 1986, sendo depois sua presidente. É Professora Auxiliar da UNL e coordenadora do Mestrado em Ciências da Educação da mesma Universidade.

explícita à situação política interna portuguesa, da fragilidade do Governo por causa das condições impostas por Cavaco Silva para se manter na coligação de Bloco Central, que se desfaria no dia seguinte. Serafim Saudade dispõe-se então a desestabilizar a compostura dos presentes e decide ensaiar um coro de luxo com Medeiros Ferreira e Piteira Santos à cabeça. Os convidados abandonam a sóbria e grave pose institucional mantida até aí. Albarran ri-se a bandeiras despregadas e tenta, desafinado, cantar. A iluminação do estúdio esforça-se por salientar o momento de distensão, iluminando o actor e escurecendo o resto, mas, com as constantes mudanças de cena de Herman nem sempre a ideia resulta na perfeição. Depois, o actor fala do que é cantar em *play-back*, «*a gente põe uma fita, os outros dão as ordens e a gente é que mexe a boca – Deus queira que isso não aconteça na CEE*». Mais outra referência subtil ao modo de funcionamento da Comunidade, com a esperança de que Portugal não passe a servir os interesses estrangeiros.

No final da actuação do comediante, volta o debate a estúdio, agora sob a forma de questões colocadas pelos jovens aos convidados presentes. Um deles interroga-se sobre os auxílios de Estado às empresas, proibidos pelo Tratado de Roma, e particulariza o caso da Lisnave e da Siderurgia Nacional, mas Albarran interrompe a resposta para fazer nova ligação a Espanha e assistir, assim, ao encerramento da emissão da RTVE.

Durante 2' 16" ouve-se um grupo de "música ligeira" do país vizinho e as despedidas dos espanhóis, que referem em antena a ligação a Portugal. Estranhamente mais noctívagos, os portugueses não concluem o debate iniciado, preferem emitir antes o último depoimento gravado de um responsável estrangeiro, neste caso do Primeiro-Ministro do Japão, Yusuhiro Nakasone. O dignitário envia uma mensagem de circunstância, de 1' 38", em que se regozija pela entrada de Portugal para a CEE, apelida-a de acto «*histórico*» e relembra as relações de amizade luso-japonesas iniciadas em 1543. Como em quase todas as mensagens enviadas, é tónica comum uma alusão à História portuguesa intimamente ligada aos Descobrimentos e os votos de que o país se saia bem na viagem de retorno à Europa.

Albarran lança mão desta deixa e interroga Vitorino de Almeida sobre o universalismo português. Neste fim de noite histórico em que o país parece finalmente retornar à Europa, sente-se que os portugueses ainda não sabem bem o que é que vai suceder à nação, mas não abandonam as suas fobias fundadoras em relação à supremacia espanhola. Tão-pouco os quinhentos anos de Império se olvidam por decreto. Serena mas firmemente cultivado por Salazar e fonte inesgotável do ideário heróico nacional ao longo de séculos, o caminho da

Europa pode soar aos nostálgicos de um Portugal pluricontinental como um voltar costas a uma vocação atlantista de contornos universalistas que o país sempre cultivara. Todos estes anseios, todos os receios de não estar "à altura" dos novos desafios (afinal um vincado complexo de inferioridade nacional) se concatenam para esta explosão de preocupações. Note-se, de facto, que, em horário mais nobre, são as questões culturais, de manutenção de identidade, os temores face a uma abertura ao Continente (que nos poderia colocar, depois de tantas guerras, à mercê do temido vizinho espanhol) que mais tempo ocupam o debate da noite. Os portugueses parecem temer, antes de mais pela perda da cultura nacional, da identidade característica de um povo, que parecem nunca ter tido receio de dissolver em quinhentos anos de aventura ultramarina! É toda uma estratégia de posicionamento no mundo que se reequaciona em apenas onze anos: da democracia, à descolonização forçada mas urgente, para a assunção de uma Integração Europeia que não quer rejeitar as particularidades da aventura atlântica.

Os vários agentes sociais presentes no estúdio foram esgrimindo posições, alguns preferem antes reforçar uma visão optimista da Integração. Assim, Vitorino de Almeida explica logo preferir discutir as vantagens da entrada na CEE e não centrar o discurso nas fobias relacionadas com a aniquilição da identidade nacional. O maestro lembra as possibilidades de co-produções na música ou no cinema que a Adesão pode trazer.

Na mesma linha, o cineasta António Reis[72] afirma *«não ter receio de perder a identidade cultural do meu país, nem ter medo da entrada na Europa»*. Reis garante que a sua postura é comum tanto ao povo como aos eruditos como Pessoa. Numa das visões mais optimistas sobre o assunto até aqui escutadas, o cineasta explica: *«parece-me um fantasma terrivelmente doentio, de que é que havemos de ter medo?»*. Para Reis, serão as artes, a poesia, a literatura, a música ou o cinema que *«lá fora nos podem pôr em pé de igualdade, sem complexos de inferioridade nenhum»*. O cineasta adverte que, se porventura os políticos quisessem vender a cultura nacional, os intelectuais, *«nós que amamos o país seremos contra esse negócio»*, mas que *«se nos derem a possibilidade de trabalharmos por ela* [a cultura], *nós fá-lo-emos»*. Trata-se de uma posição de abertura aos novos desafios na área específica do

[72] Nasceu a 27 de Agosto de 1927 em Valadares, realizador, argumentista, actor e director de montagem, dirigiu filmes como *Painéis no Porto* (1963), *Do Rio ao Céu* (1964), *Alto Rabagão* (1966), *Trás-os-Montes* (1976), *Ana* (1985) ou *Rosa de Areia* (1989). Foi assistente de realização do *Acto da Primavera* (1963) (Fonte: sítio da Internet *cinemaportugues.net*). É um dos protagonistas no Cinema Novo Português, apoiados pelo Centro Português de Cinema da Gulbenkian que dos anos 70 até ao 25 de Abril "abanam" um estagnado cinema nacional anquilosado nas comédias bem toleradas pelo regime. A sua obra mais reconhecida, *Trás-os-Montes*, é um filme-documentário que retrata a vida dos aldeãos do nordeste português, em comunhão com a Natureza, mas assolada já pelos dramas da perda e do afastamento causados pela emigração que esvazia o interior português a partir da década de 60.

pensamento e das artes, reafirmando-se (como todos os convidados o fazem) a vontade de manter uma cultura marcadamente portuguesa.

António Reis põe o dedo na ferida: «*Portugal não é um país pequeno, mesmo perdendo o maldito ou abençoado Império*». O cineasta acaba por pôr em evidência que a entrada na CEE foi pensada para resultar também como um mecanismo de compensação, no imaginário do país e sobretudo nos cofres do Estado, para a perda do Império. Daí, provavelmente, as diferentes posições sobre o assunto – com as colónias, Portugal terá sido o centro de uma estrutura de comando; na Europa, apenas um pobre pequeno país periférico. Contudo, Reis prefere insurgir-se contra a aculturação que, considera, ser muito mais grave do que os possíveis efeitos na cultura nacional da Adesão à CEE. «*Nunca ninguém até hoje teve medo doutra CEE que existiu, que é uma aculturação absolutamente parva, de genocídio sobre a nossa sensibilidade, o nosso coração que nos entra pelas portas dentro, ou pelos jornais, ou pela rádio. Nunca ninguém levantou o pé contra isto, que é um atentado terrível. Por que é que haveremos de ter medo do papão da CEE?*». Reis desmistifica a questão e verbaliza o nome do fantasma nacional - como na infância, um país velho de 800 anos, mas marcado por um forte complexo de inferioridade, faz da CEE um infantil "papão". Heróico, afirma que os artistas resistirão à "colonização" europeia se ela ameaçar os lusitanos.

Outro convidado ressalta que os países da Comunidade, mesmo os mais pequenos, não perderam a sua identidade cultural, considerando, por isso, um «*fantasma exagerado que a simples entrada na CEE possa fazer correr esse risco*». O entrevistado entende que a vertente de desenvolvimento económico deve ser privilegiada e que a entrada na Comunidade se erige enquanto a alternativa mais viável de posicionamento externo do país. Teresa Ambrósio insiste na superação dos medos em relação à CEE e propugna um salto qualitativo de aposta na educação para melhorar o desempenho do país. Em 2002, o relatório da OCDE *Education at a glance* desfaz ilusões: Portugal permanece como o Estado da organização em que a população entre os 25 e os 64 anos possui menos habilitações, apesar da evolução das taxas de conclusão do secundário (Leiria, 2002: 28).

Albarran interrompe o debate para mais um compromisso comercial de 1'45", seguido de 51" de promoção de programas internos. No estúdio, os "Heróis do Mar" cantam "Glória do Mundo" durante 4' 31". É curiosa a indumentária do grupo, de calções que evocam a época quinhentista, coletes trabalhados e blusas de folhos, numa imagem que parece querer evocar, bem como o nome do grupo, a época dos Descobrimentos.

Tia Eva, muito europeia como convém nesse dia, faz, então, a última intervenção (de 3' 30") da emissão, cantando o "vira" em francês. A paródia é agora dedicada ao "*cher ami*

Mitterand" de Soares, caricaturando a conhecida pronúncia do Primeiro-Ministro de então. Eva lembra também que o vinho verde pode ser um dos trunfos «*da nossa Adesão à CEE, mas nós estamos ainda muito verdes*». Nicolau Breyner, recorrendo sempre à Europa para fazer as suas rábulas, brinca com a necessidade de aprendermos línguas europeias para nos fazermos entender num mundo mais globalizado. Por fim, lembrando que «*devemos ser o país que tem mais empréstimos*» resolve cantar a "*Chula da CEE*".

Segue-se novo intervalo de 2' 20" de publicidade, não sem antes vermos a emissão a negro e ouvirmos Albarran rematar a intervenção de Nicolau Breyner, sem grande sucesso.

Por fim, chegamos ao último trecho do programa *Hoje Europa*, em que um descontraído Albarran, com uma postura nada tensa e bem diversa da dos seus colegas jornalistas, dá a palavra a Ribeiro da Fonte[73], assistente de Estudos Alemães da Universidade Nova de Lisboa. O docente defende a necessidade de «*esconjurar os medos dessa entrada do ponto de vista cultural*» e concorda com a existência «*desta colonização um pouco desavorganhada que os mass media fazem da nossa cultura por outras culturas. É tarde demais para ter esses medos e estamos no momento para fazer* [...] *um esforço de modernização* ». O entrevistado insiste na prioridade desse esforço para que «*não seja perdido mais tempo*». Para Ribeiro da Fonte, a internacionalização da cultura portuguesa que a CEE potencia possibilitará que encontremos «*o lugar onde poderemos espelhar uma identidade em que nos reconhecemos e em que queremos ser reconhecidos*».

Virgílio de Carvalho, por seu turno, recorda que não só a cultura entendida no sentido humanista deve ser privilegiada, mas também pensa ser necessário reforçar a fraca cultura tecnológica nacional. Já Vasconcelos Porto concorda com o cineasta António Reis e espera que as empresas nacionais não receiem a Adesão, uma vez que a economia europeia se rege pelas mesmas regras capitalistas, com a vantagem de, agora, se poder ter acesso a um mercado bem mais vasto.

João Menezes Ferreira[74], um dos autores do Tratado, é convidado a intervir e expurga um dos rumores correntes de que os papéis teriam sido assinados em branco. Por isso, afirma, trouxe o documento para que pudesse ser visto. O tecnocrata não consegue sair-se tão bem ao ser instado a responder se, de facto, os governantes portugueses conheceriam o texto do

---

[73] Nasceu em Lisboa em 1947, licenciado em Filologia Germânica, assistente da Universidade Nova de Lisboa desde 1974, mas o seu percurso está ligado muito à música, ao teatro e à produção de espectáculos, como assessor do Tatro D. Maria II, do São Carlos e do Centro Cultural de Belém (*Público*, de 14 de Abril de 1995:8 do suplemento *Zoom*).

[74] Nasce em Lisboa a 20 de Maio de 1950, Deputado do PS pelo Círculo do Porto à VI Legislatura (1991-1995), Jurista, foi Director de Serviços da Direcção-Geral das Comunidades Europeias do Ministério dos Negócios

Tratado que tinham assinado: «*foi terminado sexta-feira às seis da manhã, agora haverá oportunidade de lê-lo*», esclarece. Menezes Ferreira prefere pôr a tónica no futuro, «*a Europa está à porta,* [...] *agora o importante é a vida das gerações futuras*». Questionado sobre o facto de Portugal ter cedido em questões financeiras, «*como se comenta na opinião pública*», o técnico esclarece que houve assuntos relacionados com os montantes compensatórios da Adesão, que só foram resolvidos na semana anterior, «*da melhor maneira possível*». No entanto, a polémica estava lançada, inúmeros convidados insurgem-se contra o secretismo sobre o texto do Tratado já assinado. O debate ganha alguma animação de que carecera quando foram discutidos temas mais consensuais.

Assim, Medeiros Ferreira lembra que a assinatura foi «*feita pelo Governo Português em consciência*», mas que a ratificação deveria ser precedida de um amplo debate nacional em que os termos do Tratado fossem expostos ao povo português. «*Será a forma mais convincente de tornar irreversível a Adesão*», explica, para que, às primeiras dificuldades, esta não seja posta em causa.

Piteira Santos mostra-se apreensivo pelo facto de «*o Tratado estar no segredo dos negociadores* [...] *é extremamente grave*». Sampaio Nunes tenta acalmar um pouco a discussão, mas concorda que o Tratado devia ser conhecido do público e anuncia, em primeira mão, que o Secretariado para a Integração Europeia (a que pertence) fez uma síntese da negociação que foi já fornecida a todos os mass media. O responsável assegura que será feito agora um trabalho de sensibilização sobre o que é a CEE e o que é que a Adesão poderá mudar na vida dos portugueses. Sampaio Nunes, também ele negociador, assegura que o Tratado é meramente técnico e que não terá um impacto a nível cultural tão significativo como a televisão já tem.

Teresa Ambrósio revolta-se também contra a falta de informação sobre o Tratado para que a população se possa envolver na Adesão. Vitorino de Almeida recorre a uma irónica imagem «*parece um casamento antigo, em que os noivos só se conheciam no dia da boda*». Outro convidado lembra que a «*CEE não é nem a salvação, nem o inferno deste país*», numa posição conciliatória.

Albarran encerra o debate precisamente na altura em que está mais animado, tendo ainda tempo para fazer ouvir o actor Alexandre Melo a declamar Fernando Pessoa, durante 3' 48". De novo, se busca nos valores portuguesíssimos e de indiscutível apego ao gosto erudito um encerramento consensual de uma emissão "de qualidade". Albarran lembra que Pessoa é o

---

Estrangeiros, Conselheiro Técnico Principal na Representação Permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias, em Bruxelas(Azevedo, 1994: 104).

autor da celebérrima e oportuníssima frase «*A minha pátria é a língua portuguesa*», recordando que ao poeta, «*cosmopolita*», lhe «*aborrecia o provincianismo dos que admiravam cegamente o estrangeiro*». É uma lição de um renovado orgulho em ser lusitano, numa compilação de textos sobre a relação dos portugueses com os estrangeiros.

Alexandre Melo, em pose hirta (bem diversa da de Albarran) perante as câmaras, sempre com o magistral "E" em fundo, recita, acompanhado com o lusitaníssimo fado como som ambiente, um texto sobre o provincianismo.

Albarran conclui então a "emissão-maratona", desculpando-se pela decisão de a RTP não emitir o documentário "*Vive la Crise*", de Yves Montand, dado o adiantado da hora. O jornalista escuda-se na qualidade e duração do programa para o remeter para outro dia, em horário mais nobre. É, de certa forma, uma gestão bem "caseirinha" e até paternalista de uma televisão, demonstrando um espírito de poupança, mas também de algum desrespeito pelos telespectadores que pudessem estar à espera do documentário para o ver, mesmo a horas tardias.

O jornalista encerra definitivamente o debate, mostrando aos portugueses, em grande plano, o imenso Tratado que foi discutido durante toda a noite. A emissão especial termina com o mesmo genérico que introduziu o programa e onde se lê, de novo, *CEE 12 de Junho*[75]. Ao fim de dezasseis horas de emissão, coloca-se um ponto final na telecerimónia e nos debates e reportagens que a procuraram enquadrar e celebrar – a RTP põe a última pedra no seu Monumento Catódico, emite a última imagem desta construção audiovisual que se esforçou por comemorar e legitimar, por construir um consentimento que granjeasse o consenso total. O dia da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE constituiu um dos maiores acontecimentos mediáticos no Portugal democrático enquanto a RTP era ainda voz única no audiovisual.

[75] Passa então a ficha técnica que exibe a impressionante mobilização de profissionais reunida só para produzir o programa em estúdio. No total, 63 pessoas tornaram este dia de debates possível. A lista é longa e ilustra bem a dimensão da operação: dez câmaras, cinco operadores de mistura e efeitos especiais, quatro técnicos de controlo de imagem, oito técnicos de som, dois iluminadores, quatro editores de imagem (provavelmente "montaram" as peças com origem na RTP emitidas ao longo da emissão), uma pessoa para a locução, um sonoplasta, dois tradutores, o apresentador, dois assistentes de produção, três anotadoras, duas caracterizadoras, dois chefes técnicos de produção e oito jornalistas (dos autores das reportagens aos entrevistadores que auxiliaram Albarran). O genérico foi da responsabilidade de Cias de Oliveira, a cenografia de Moniz Ribeiro, a produção esteve a cargo de Luísa Jacinto, a coordenação foi assegurada por Seruca Salgado e José Augusto Pinto e a edição de Fernando Balsinha, Director de Informação, ao tempo. Os realizadores Abílio da Fonseca e Manuel Tomás dirigiram a emissão.

VI – CONCLUSÕES

Os Castellos

A Europa jaz, posta nos cotovellos:
De Oriente a Occidente jaz, fitando,
E toldam-lhe romanticos cabellos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovello esquerdo é recuado;
O direito é em angulo disposto.
Aquelle diz Italia onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se appoia o rosto

Fita, com olhar sphyngico e fatal,
O Occidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

Fernando Pessoa, *Mensagem*

A 12 de Junho de 1985, Portugal assinava, por fim, o Tratado de Adesão à CEE, oito anos depois de ter solicitado formalmente a sua inclusão no seio da Comunidade de democracias capitalistas ocidentais europeias. Como vimos, o pedido foi precedido, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por um reencaminhamento, por vezes contraditório mas inexorável, do país rumo ao berço europeu de onde se isolara, criando a representação de que partira em viagem rumo aos oceanos, quinhentos anos antes.

«*Fechado o ciclo imperial*», como significativamente Mário Soares recorda durante a cerimónia de Adesão, os Governantes portugueses, numa clara opção político-económica que escalpelizámos, optam, nas palavras do Primeiro-Ministro de então, «*por uma nova arrancada, que reinsira Portugal no contexto da Unidade Europeia*». Amputado das colónias que, ao longo de cinco séculos, outorgaram «*ao pequeno país* [...] *uma dimensão mágica e através dela se* [constituíram] *como espaços compensatórios*» (Lourenço, 2001: 45), o 25 de Abril de 1974 abre caminho à inversão da imagem imperial, que é, para Eduardo Lourenço, «*símbolo* [...] *do ajustamento realista de Portugal a si mesmo*» (Lourenço, 2001: 48).

A assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE poderá, neste contexto e tal como foi "proposta" aos portugueses pelo poder político de então, ser lida como reencontro simbólico de Portugal consigo próprio, de um povo que depois de quinhentos anos de "deriva" Imperial se alia ao parceiro estratégico natural que a própria geografia (para além da vocação atlântica) impunha desde sempre: «*Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância um país habitável de todos, sem*

esperar de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que [...] *está enterrada no nosso exíguo quintal*» (Lourenço, 2001: 51).

Em 1985, a aproximação à Europa no Portugal Democrático estava já irreversivelmente decidida no plano político, acabámos de analisar como é que se tentou começar a "ganhar" na mente dos governados a Adesão ao ideal europeu.

Colocámos, assim, a hipótese de que a cobertura da RTP à assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE se erigisse enquanto telecerimónia, noção que enquadra todo este trabalho e que permite perceber melhor o tipo de tratamento mediático dispensado ao acontecimento pela RTP, monopólio estatal de televisão. O evento, à luz dos critérios estabelecidos por Dayan e Katz (1999), celebra iniciativas hegemónicas do sistema, «*valores consensuais*» para uma dada sociedade[76].

Efectivamente, mostrámos como ao longo de todo o dia, a Adesão foi tratada não simplesmente como notícia, requerendo um esforço de posicionamento imparcial por parte da estação televisiva, mas justamente como ocasião de celebração, de festa comemorativa, momento de união quase consensual na sociedade portuguesa, tal como define a tipologia das telecerimónias de coroação estabelecida pelos autores supra-citados. A julgar pelos testemunhos de alguns jornalistas participantes[77], o debate sobre as virtualidades da Integração passara já pelos ecrãs portugueses em ocasiões anteriores à data de Adesão-Celebração[78]. Recordemos também os depoimentos dos jornalistas que participaram na emissão: na generalidade, os profissionais pensavam que se tratava de uma opção acertada para Portugal, entendiam que o acontecimento, ao tempo, teria sido percepcionado, mesmo por muitos jornalistas, como um desígnio nacional. Joaquim Pedro referiu até que, em 1985, «*era difícil alguém assumir-se contra a entrada de Portugal na CEE*».

---

[76] Note-se, no entanto, que o conceito de telecerimónia nem sempre se assume enquanto modelo perfeito a partir do qual se pode decalcar a imagem do evento aqui analisado. Assim, a cobertura da Adesão feita pela RTP constituiu, de facto, uma telecerimónia, mas o evento, como sugerem Dayan e Katz, não é preparado e promovido à exaustão em antena nos dias anteriores, criando «*um período activo de expectativa, ajudado pela actividade promocional das estações de televisão*» (Dayan e Katz, 1999, p. 22). São talvez contingências explicáveis por um sistema mediático em que o monopólio televisivo não favorecia estratégias promocionais, mais necessárias e estimuladas pela concorrência, como se verificou em Portugal depois de 1992.

[77] Joaquim Pedro e Dina Aguiar

[78] Uma extensão interessante deste trabalho de investigação (que o horizonte temporal de que dispunha não me permitiu realizar) seria proceder à análise e quantificação rigorosas de todos os debates e programas de informação dedicados à CEE que a RTP emitiu durante os oito anos de negociações. Desse modo, poder-se-ía avaliar o tratamento, a frequência, a isenção e o rigor empregues no trabalho jornalístico de esclarecimento dos telespectadores sobre a Adesão solicitada por Portugal. Tal não era o objectivo, note-se, da análise dos Telejornais que efectuei nesta tese – mais não se pretendia do que verificar se existia uma estratégia de promoção continuada do acontecimento e se foram fornecidas grelhas de leitura para a cerimónia que se avizinhava.

No entanto, as telecerimónias, recorde-se, definem-se não só pela consensualidade social, mas sobretudo por se erigirem enquanto «*momentos de persuasão que visam obter o apoio da opinião pública*» nas democracias (Dayan e Katz, 1999: 34). Ao longo deste trabalho, ressaltámos como é que o dispositivo tecno-discursivo da Televisão foi posto ao serviço do objectivo do Governo de iniciar a sedução dos portugueses ao ideal comunitário.

A máquina da Televisão Estatal, contudo, não procurava usar o seu poder ao serviço de uma propaganda brutal. Como vimos, Herman e Chomsky (2002) evidenciam que o modelo de propaganda que estudaram procura fabricar um consentimento que, mesmo em democracia, serve os interesses dos poderosos, ao qual os jornalistas se adequam sem trair conscientemente a sua ética profissional. Tal como os autores postulam, a posse dos media (neste caso pelo Estado, liderado por um Governo que é, naturalmente, parte interessada na promoção deste acontecimento) é um dos factores estruturantes para garantir a defesa dos interesses dos "dominantes", mas também é assinalável o recurso da RTP a comentadores e convidados ("estratégia" a que Herman e Chomsky também aludem) que, de um modo geral, reforçam o tom celebratório da emissão, quase não introduzindo notas dissonantes. Como alvitra Carneiro Jacinto, «*porventura a RTP não convidaria ninguém que discordasse fortemente da Adesão*».

Estes consensos, construídos e potenciados através do mecanismo das telecerimónias, visam, em última análise, como vimos, legitimar o poder e as suas escolhas. No entanto, não é através da obliteração forçada da censura ou entendendo os media como "cadeia de transmissão" das opções governamentais, que o conseguem, mas recorrendo antes à sedução caleidoscópica das imagens. A RTP associou-se sem hesitação, como observámos, a esta legitimação aderindo diligentemente ao significado estabelecido pelo poder político para a cerimónia e produzindo-a ela própria. Tudo o que a memória colectiva dos portugueses guarda do acontecimento remete para uma simbólica cerimónia nos Jerónimos, local de partida para os Descobrimentos e para a re-descoberta da Europa. Porém, já mostrámos como essa recordação foi moldada, construída para e pela televisão e paga pela CEE e pelo próprio Estado Português.

A RTP fixou, na memória nacional, este "rito de passagem" colectivo, desempenhou um papel crucial e único na criação e construção deste Monumento Catódico que assinalaria o grande acontecimento. A Televisão Monopolista encarregou-se de organizar a telecerimónia, afinal a tradução simbólica do acontecimento servida às massas, produziu uma versão *light* do mais "indigesto" documento histórico que é o próprio Tratado de Adesão de Portugal à CEE.

Por isso, o acontecimento mediático erige-se também enquanto documento, fonte histórica preciosa para avaliar como foi transmitida no espaço público a opção europeia do Governo Português.

Com efeito, tal como ressalta Jacques Le Goff (1984), o documento histórico não é um testemunho "puro" do passado, o fundamento do facto ocorrido, a prova histórica "objectiva" em que o historiador pode, depois de confirmada a autenticidade, confiar cegamente. Le Goff põe em evidência que o documento histórico é também ele Monumento, é intencional, está ligado ao poder de perpetuação das sociedades - «*o que transforma o documento em monumento* [é] *a sua utilização pelo poder*» (Le Goff, 1984: 102). Foucault enfatiza mesmo que o labor do historiador, que faz a escolha dos documentos que analisa, revela que «*O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesmo* [...] *memória; a história é* [...] *uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa.* [...] *a história é o que transforma documentos em monumentos*» (Foucault, 1987: 8).

Foi afinal um "Acontecimento-Monumento", ou para usar a imagem de Rui Cádima (1996), um «***medium**-monumento*», que este trabalho analisou. A cobertura feita pela RTP da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE pode, então, ser encarada como um "acontecimento-documento" (e porque documento, monumento) que exibe ostensivamente a marca das condições de enunciação sob as quais veio à luz – é «*produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder*» (Le Goff, 1984: 102).

Recordemos o depoimento de Carlos Albuquerque, Director de Informação Diária da RTP em 1985, que explicou que não lhe era fácil conseguir que o CDS e o PCP tivessem lugar nos alinhamentos dos Telejornais por constrangimentos políticos. Carneiro Jacinto, assessor de Imprensa de Mário Soares em 1985, recorda que «*existia interferência e manipulação política na RTP e que se acreditava que daí adviriam benefícios eleitorais*». São testemunhos que demonstram bem o que se entende por "condições de enunciação", que evidenciam em que contexto histórico-cultural foi produzido o acontecimento-monumento em análise, que relações de força e de poder se viviam na RTP, produtora deste enunciado histórico.

O acontecimento, tal como foi servido pela RTP ao público, não se constituiu, por isso, enquanto documento inócuo, fonte "objectiva" para a História. Ao invés, foi construído, tal como os Arcos de Triunfo de antanho, como monumento de celebração, porém este edifício do presente, não é material, é catódico e difunde-se por feixes hertziano – é que, como notámos, «*Os verdadeiros construtores de monumentos do século vinte são talvez os*

realizadores televisivos» (Dayan e Katz, 1999: 112). O *Homo Cathodicus*, a que alude Cottert (2001), prefere construir monumentos electrónicos, de efeito mais imediato e eficaz na contemporaneidade, mas eivados de tanto significado como as esferas armilares do Mosteiro dos Jerónimos.

Este Monumento erguido pelas imagens em movimento é afinal um acto de comunicação política, que, defende Cotteret, disputa a legitimidade tradicional sufragada pelas eleições. Porém, este Media-Monumento não desafia apenas as instituições legitimadas constitucionalmente: «*os acontecimentos mediáticos* [...] *estão em competição com a escrita da história ao definirem o conteúdo da memória colectiva*» (Dayan e Katz, 1999: 203), são acontecimentos sem historiador, feitos da participação afectiva das massas a que Nora (1977) se refere.

Explicam Dayan e Katz que «*a própria televisão voa sobre a cabeça dos historiadores ao apresentar a sua própria versão daquilo que deve passar a integrar a memória colectiva*» (Dayan e Katz, 1999: 205). De facto, os media talham as nossas recordações no tempo presente, tal como o Documento-Monumento do passado «*Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro* [...] *determinada imagem de si próprias*» (Le Goff, 1984: 103). O que guardámos da cerimónia da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE foi a imagem que a televisão criou para esse fim.

A nossa experiência colectiva está agora "contaminada" pela mediação operada pela televisão, através dela participámos nesta assinatura, através dela elevámos o lar, como referem Dayan e Katz, a Espaço Público. "Nasce" um acontecimento outro, electrónico, de maior alcance do que aquele que ocorreu só nos Jerónimos perante uma plateia reduzida, «*uma experiência totalmente diferente, disponível apenas para aqueles que não estão lá*» (Dayan e Katz, 1999: 102). Assim, o acontecimento mediático cria uma alteridade de si mesmo, faz emergir um "outro" acontecimento, puramente catódico, gigantesco, que concatena em simultâneo milhares de pessoas, unidas por uma experienciação electrónica que lhes garante um acesso igualitário e uma memória comum

Em lugar de puramente desintermediarem os acontecimentos, Dayan e Katz, asseguram que os media operam uma reintermediação sem que o historiador sirva de mediador e guardião da memória colectiva. No domínio deste acontecimento outro, o campo dos media desempenha o papel central «*transformando toda uma estrutura de relações sociais.* [...] *a transmissão directa dos acontecimentos mediáticos redefiniu o papel relativo de organizadores, intermediários, estações emissoras e espectadores – e a própria essência de um acontecimento público*» (Dayan e Katz, 1999, p 207).

É face a esta centralidade dos media na actualidade que o historiador contemporâneo reassume o seu velho papel. Ontem como hoje, cabe ao historiador «*desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar a produção dos documentos-monumentos*» (Le Goff, 1984: 104). Pedra por pedra, pergaminho por pergaminho, letra por letra, signo por signo, *frame* por *frame*, o historiador desconstrói o monumento erigido no passado (recente ou longínquo), põe em evidência as suas significações, as condições de enunciação, o contexto histórico-cultural que moldou esse registo dos tempos anteriores, evidencia as relações de força que se debateram na formulação do enunciado, matéria-prima da História.

Ao elaborar a História do tempo presente, o historiador contemporâneo debate-se com a omnipresença dos media, que "cozem" e parecem dar coerência à tessitura do fragmentário que eles próprios operam num mundo desencantado, na Pós-Modernidade.

É este historiador que desvela e põe em evidência o novo *maravilhoso* das sociedades democráticas – produtora de consensos, fabricante do consentimento de um povo algo alheado, a televisão pública portuguesa constrói um acontecimento mediático ímpar, uma telecerimónia única no Portugal pós-25 de Abril. O dispositivo tecno-discursivo da televisão legitima a opção político-económica dos Executivos democráticos, explica e tenta persuadir um povo, velho de oitocentos anos mas cioso da sua identidade nacional, que deve retornar à "pátria" europeia. Derradeiro e primeiro reduto securizante de um mundo fragmentado, os media constróem os mitos da actualidade, significam às massas que é chegada a hora de cumprir-se Portugal, não no Messiânico Império, mas no berço europeu que o criou e de onde partiu para mostrar novos mundos, como rosto com que a Europa fita a imensa Terra.

VII – ANEXOS

VII.1 - Alinhamentos do *Telejornal* da RTP

Edições de 05 a 12 de Junho de 1985

"T E L E J O R N A L"

05/ 06/ 85 — 20/00 — PC° 85114101156

REALIZAÇAO DE: HELENA CARMEN — APRESENTAÇAO DE: MÁRIO CRESPO

EDIÇAO DE: CARLOS ALBUQUERQUE

-TELEPONTO — ESTÚDIO - 3 — COORDENAÇAO DE: HENRIQUE GARCIA

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
19H54m		C2	PLANO GERAL CRESPO-PROMOÇÃO "TJ"		DIR.1
		-------	CONTINUIDADE		--------
20H00m		1 -BVU	GENÉRICO "TELEJORNAL"		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2 -BVU	PORTA-VOZ P.R.		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		1 -BVU	P.R. + SCARES + COM.PERMANENTE P.S.		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2 -BVU	CAVACO SILVA		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		1 -BVU	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA I		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		C1C2C3	ENTREVISTA: JORGE MIRANDA		DIR.1+2
		C2	Crespo		DIR.1
		2 -BVU	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:INCIDENTES		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		1 -BVU+IC	SINTESE(SEG.NATO+FUMOS+JOGO DO PAU)		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	1'35"	2 -BVU	LORD CARRINGTON		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	2'14"	1 -BVU	SEGURANÇA NATO		RM
		C2	Crespo		DIR.1

8501352 A
OR/2~

.../...

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	2	-BVU	BREVES (OFICIAIS TURCOS+CORTINA+SIND.PESCAS+		
			CORTINA+A.R.)+SEPARADOR+PUBLIC.+SEPARADOR	8501353 COR/10~	RM
		C2	Crespo		DIR.1
	1	-BVU	BALSEMÃO		RM
		C2	Crespo		DIR.1
1'23"		T16	DIA MUNDIAL AMBIENTE: FUMOS NEGROS		KF
		C2	Crespo	8501351 COR/16~	DIR.1
1'50"		T16	DIA MUNDIAL AMBIENTE: RUIDOS		KF
		C2	Crespo	8501352A COR/21~	DIR.1
46"	2	-BVU	VOLTA À ITÁLIA		RM
		C2	Crespo		DIR.1
1'43	1	-BVU	JOGO DO PAU	8501354 COR/20~	RM
		C2	Crespo		DIR.1
	2	-BVU+IC	GENÉRICO "TJ" + FICHA TÉCNICA		RM
		CONT	P U B L I C I D A D E		CONT
	1	-BVU	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

HG/AC

TELEJORNAL — ALINHAMENTO FINAL

06 / 06 / 85 — 20/00 — PCº: 85114101157

REALIZAÇÃO: HELENA CARMEN — APRESENTAÇÃO: MÁRIO CRESPO

EDIÇÃO: CARLOS ALBUQUERQUE

insersor
teleponto — ESTÚDIO 3 — COORDENAÇÃO: HENRIQUE GARCIA

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
às 19.57	C2	PLANO GERAL M.CRESPO - PROMOÇÃO TJ		dir.1
	CONT	PUBLICIDADE		CONT
20.00	BVU-1	GEN. TELEJORNAL		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'21"	BVU-2	P.R. + PARTIDOS		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'30"	BVU-1	COMISSÃO POLITICA PS		RM
	C2	Crespo		dir.1
	BVU+IC-2	SINTESE: NATO+CARNE+STROMBERG		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'55"	BVU-1	ABERTURA NATO		RM
	C2	Crespo		dir.1
	BVU-2	REUNIÃO NATO		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'10"	BVU-1	P.R. / NATO		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'01"	BVU-2	REUNIÃO JAMBA (ANGOLA)		RM
	C2	Crespo		dir.1
54"	BVU-1	AFRICA DO SUL - SANÇÕES		RM
	C2	Crespo		dir.1

	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	BVU -2	BREVES: CUSTODIO MELO+CORTINA+SEPARADOR		
		+ PUBLICIDADE + SEPARADOR		RM
	C2	Crespo		dir.1
2'22"	T16	CARNE	850 1364 / 27 mts	KF
	C2	Crespo		dir.1
———	T16	FEIRA NAC. AGRICULTURA	850 1365 / 12 mts	KF
	C2	Crespo		dir.1
	BVU -1	BENFICA / COVILHÃ		RM
	C2	Crespo		dir.1
1'49"	T16	ENTREVISTAS CARLOS MANUEL	850 1366 / 24 mts	KF
	C2	Crespo		dir.1
1'05"	BVU -2	SUÉCIA/CHECOSLÓVAQUIA		RM
	C2	Crespo		dir.1
———	T16	DIA DO CORPO DE DEUS	850 1367 / 16 mts	KF
	C2	Crespo		dir.1
	BVU+IC -1	GEN.FINAL + FICHA TÉCNICA		RM
	CONT	PUBLICIDADE		CONT
	BVU -2	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

"T E L E J O R N A L"

07/ 06/85 — 20/ 00 — PC° 85114101158

REALIZAÇAO DE: HELENA CARMEN — APRESENTAÇAO DE: MÁRIO CRESPO

INSERSOR — EDIÇAO DE: CARLOS ALBUQUERQUE

-TELEPONTO — ESTÚDIO - 3 — COORDENAÇAO DE: HENRIQUE GARCIA

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
19H57m		C2	PLANO GERAL CRESPO-PROMOÇÃO "TJ"		DIR.1
		CONT.	P U B L I C I D A D E		CONT.
20H00m		1-BVU	GENÉRICO "TELEJORNAL"		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2-BVU	COMUNICADO LORD CARRINGTON		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	2'22"	1-BVU	GUERRA DAS ESTRELAS (CARRINGTON/SCHULTZ/HOWE)		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		C1C2C3	ENTREVISTA NUNO VIEIRA		DIR.1+2
		C2	Crespo		DIR.1
	1'06"	2-BVU	GAMA (SALT SDI)		RM + OFF
		C2	Crespo		DIR.1
		1-BVU	GAMA - GENSCHER - MACHETE		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2-BVU	SINTESE (MENGELE/FEIRA REGIÕES/FUTEBOL)		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		1-BVU	MENGELE - CADÁVER		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2-BVU	BREVES (M.PINTO+CORTINA+PROTOCOLO AGRÍCOLA +CORTINA+ASS.NAC.DEUS)+SEP.+PUB.+SEPARADOR		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	1'18"	1-BVU	LANÇAMENTO 1a.PEDRA TORRE DO TOMBO		RM
		C2	Crespo		DIR.1

8501378
9M

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
		2-BVU	FEIRA/ REGIÕES		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		1-BVU	SOARES C/EMPRÈSÁRIOS MONTIJO		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	54"	2-BVU	FUTEBOL: ITÁLIA-INGLATERRA		RM
		C2	Crespo		DIR.1
	55"	1-BVU	GIRO ITÁLIA		RM
		C2	Crespo		DIR.1
		2-BVU+IC	GENÉRICO "TJ" + FICHA TÉCNICA		RM
		CONT.	P U B L I C I D A D E		CONT.
		1-BVU	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

HG/AC

"T E L E J O R N A L" - Com Intervenção do PORTO

8/6/85 20/00 PC° 85114101159

REALIZAÇAO DE: HELENA CARMEN APRESENTAÇAO DE: MÁRIO CRESPO

-INSERSOR EDIÇAO DE: CARLOS ALBUQUERQUE

-TELEPONTO ESTÚDIO - 4 COORDENAÇAO DE: HENRIQUE GARCIA

H/EMISSAO	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
19:56		C1	PLANO GERAL M.CRESPO - PROMOÇÃO TELEJORNAL		DIR 1
		CONT.	P U B L I C I D A D E		CONT.
20:00		1-BVU	Genérico TELEJORNAL		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
		EP	FÁTIMA TORRES		EP
		EP	GUIMARÃES		EP
		EP	FÁTIMA TORRES		EP
		EP	FÁTIMA TORRES+PAULO VALADA-ENTREVISTA		EP
1' 10"		EP	EXPOSIÇÃO PALÁCIO BOLSA		EP
		EP	FÁTIMA TORRES		EP
		C1	M.Crespo		DIR 1
		2-BVU+IC	SÍNTESE(HUNGRIA+SOARES+CÃES)		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
1' 05"		1-BVU	HUNGRIA: ELEIÇÕES		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
	50"	2-BVU	SALÁRIOS ITÁLIA		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
1' 00"		1-BVU	MÉDIO ORIENTE		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
		2-BVU	SEPARADOR + PUBLICIDADE + SEPARADOR		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1
1' 44"		1-BVU	SOARES EM VALE DE CAMBRA		RM
		C1	M.Crespo		DIR 1

TELEJORNAL

ALINHAMENTO FINAL

10 / 06 / 85 — 20 / 00 — PCº: 85114101161

REALIZAÇÃO: VITOR BARRETO — APRESENTAÇÃO :

insersor — EDIÇÃO : CARLOS ALBUQUERQUE

teleponto — ESTÚDIO 3 — COORDENAÇÃO: HENRIQUE GARCIA

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	EP	PORTO		EP
53"	T16	10 JUNHO LISBOA 8501393 / 10 mts		KF
	EP	Pivot Porto		EP
1'19"	T16	CONGRESSO PASTORAL JUVENIL 8501394 / 8 mts		KF
	EP	Pivot Porto		EP
1'51"	BVU	DIA JOVEM AGRICULTOR+SEP+PUB+SEP 8501395 / 21 mts		RM
	EP	PORTO		EP
	BCN	PORTO/BENFICA		RM
	EP	PORTO		EP
	CONT.	PUBLICIDADE		CONT
	BVU	TEMPO		RM

"T E L E J O R N A L"

11/ 06/ 85 — 20/00 — PC° 85114101162

REALIZAÇAO DE: VITOR BARRETO — APRESENTAÇAO DE: DINA AGUIAR

-INSERSOR — EDIÇAO DE: CARLOS ALBUQUERQUE

-TELEPONTO — ESTÚDIO - 3 — COORDENAÇAO DE: HENRIQUE GARCIA

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
19H56m		C1	PLANO GERAL D.AGUIAR-PROMOÇÃO"TJ"		DIR.2
		CONT	P U B L I C I D A D E		CONT
20H00m		1-BVU	GENÉRICO "TJ" + ROTATIVOS		RM+DIR.2
		C1	Dina		DIR.2
		2-BVU	PREPARATIVOS JERÓNIMOS		RM
		C1	Dina		DIR.2
		1-BVU	UNILATERAL DE MADRID		RM
		C1	Dina		DIR.2
		2-BVU	ANTÓNIO MARTA		RM
		C1	Dina		DIR.2
		T16	CGTP - ADESÃO À CEE	8501404 / INVCOR+K 21 mts	KF
		C1	Dina		DIR.2
		1-BVU+IC	SINTESE (EMPRESÁRIOS+SALT II+CATAMARA)		RM
		C1	Dina		DIR.2
	1'46"	2-BVU	EMPRESÁRIOS PORTUGUESES E O MUNDO		RM
		C1	Dina		DIR.2
		1-BVU	A.R.		RM
		C1	Dina		DIR.2
		2-BVU	BREVES(SOVIÉTICOS+REUMATOLOGIA) +SEPARADOR+PUBLICIDADE+SEPARADOR	8501406 / INVCOR+K 2 mts	RM
		C1	Dina		DIR.2
		1-BVU	REAGAN - SALT II		RM
		C1	Dina		DIR.2

.../...

H.EMIS.	DURAÇAO	V/ORIGEM	IMAGEM	SLIDE	AUDIO
	1'11"	Z-BVU	NAMÍBIA		RM
		C1	Dina		DIR.2
	47"	1-BVU	ARGENTINA / VENEZUELA		RM
		C1	Dina		DIR.2
		T16	O QUE AS CRIANÇAS GUARDAM		KF
		C1	Dina		DIR.2
	42"	Z-BVU	CATAMARAN		RM
		C1	Dina		DIR.2
		1-BVU+IC	GENÉRICO "TJ" + FICHA TÉCNICA		RM
		CONT	P U B L I C I D A D E		CONT
		Z-BVU	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

HG/AC

TELEJORNAL ALINHAMENTO FINAL

12 / 06 / 85 20 / 00 PCº: 85114101163

REALIZAÇÃO: VITOR BARRETO APRESENTAÇÃO : DINA AGUIAR

insersor EDIÇÃO : CARLOS ALBUQUERQUE

teleponto ESTÚDIO 3 COORDENAÇÃO: HENRIQUE GARCIA

TELECINEMA UTILIZA SEGUNDO EQUIPAMENTO

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	BVU - 1	GEN. TJ ✓		RM
	C1	Dina ✓		dir.2
3'41"	BVU - 2	CERIMONIAS OFICIAIS CEE ✓		RM
	C1	Dina		dir.2
	BVU - 1	A.R.		RM
	C1	Dina		dir.2
	EXT	ESPANHA		EXT
	C1	Dina		dir.2
1'25"	T16 ~~BVU - 2~~	SONDAGENS 8501409 NR 16m		~~RM~~
	C1	Dina		dir.2
2'56"	T16	CONFECÇÕES TEXTEIS 8501410 NR 34m		KF
	C1	Dina		dir.2
2'54"	BVU - 1	UNILATERAL LONDRES		RM
	C1	Dina		dir.2
	BVU+IC - 2	SINT(ATENTADO ESPANHA/AVIÃO/ESPIÕES)		RM
	C1	Dina		dir.2
VU - 1'21"	BVU+T16 - 1	ESPANHA - ATENTADO(CRON.LOURINHO)		~~RM+KF~~
16 - 1'08	C1	Dina 8501411 · SOSOL · 13m		dir.2
50"	BVU - 2	AVIÃO DESVIADO		RM
	C1	Dina		dir.2
45"	BVU - 1	JULGAMENTO AJCA		RM
	C1	Dina		dir.2
45"	BVU - 2	ESPIÕES AMERICANOS		RM
	C1	Dina		dir.2

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	BVU-1	BREVES:CHINESES+SEP.+PUB.+SEP.		RM
	C1	Dina		dir.2
2'16	T16	FEIRA DO LIVRO 850412 NOR 26-		KF
	C1	Dina		dir.2
	T16(2º equipamento)	SANTO ANTÔNIO		KF(2ºequi
	C1	Dina		dir.2
	BVU+IC -2	GEN.FINAL + FICHA TECNICA		RM
	CONT.	PUBLICIDADE		CONT.
	BVU -1	BOLETIM METEOROLOGICO		RM

/EL

VII.2 - *Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos*

Minutagem das Edições do *Telejornal* de 05 a 11 de Junho de 1985

20.01.35					
TELEJORNAL					
RM - Genérico	85114101156	0100300000100231	118	19	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100211	119	15	
RM - Joaquim Letria, porta-voz do Presidente da República	"				
Plano - Mário Crespo	"	0100301001100231	120	59	
RM - Declarações de Mário Soares, à saída da reunião com o Presidente da República. Reunião da Comissão Permanente do PS - Declarações de Almeida Santos		0100301000100211	121	25	
Plano - Mário Crespo	"	0100301019100231	122	2 56	
RM - Conferência de Imprensa do PSD - Declarações de Cavaco Silva	"	0100301000100211	123	11	
Plano - Mário Crespo	"	0100301016100231	124	2 05	
RM - Reportagem sobre os trabalhos da Assembleia da República - Depoimentos de Acácio Barreiros, do PS	"	0100301000100211	125	2 42	
RM - Depoimentos de Correia Afonso, do PSD, na Assembleia da República	"	0100301003100231	126	52	
RM - Reportagem na Assembleia da República	"	0100301003100231	127	33	
Plano - Mário Crespo entrevista Jorge Miranda, co-constitucionalista	"	0100301003100231	128	52	
Plano - Mário Crespo	"	0100331000100211	129	4 00	
RM - Incidente na Assembleia da República	"	0100301000100211	130	34	
Plano - Mário Crespo	"	0100301003100231	131	38	
RM - Temas a abordar	"	0100301000100211	132	10	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100231	133	17	
RM - Reunião da Primavera da NATO no Estoril - Depoimentos de Lord Carrington, Secretário-Geral da NATO	"	0100301000100211	134	26	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100231	135	1 32	
RM - Reportagem sobre as medidas de segurança no Estoril, devido à reunião do Conselho da NATO	"	0100301000100211	136	28	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100231	137	2 14	
RM - Oficiais do Estado-Maior da Turquia visitam Portugal	"	0100301000100211	138	14	
RM - Confederação dos Sindicatos da Pesca, em Conferência de Imprensa	"	0100301000100231	139	26	
RM -Genérico - Fim da 1ª Parte	"	0100301152100231	140	26	
		0100300000100131	141	07	23 41
20.25.16					
RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	142	03	
20.25.19					
PUBLICIDADE BLOCO 00					
Octker		9801022000501431	143	08	

Negro		9800100000000101	144	01	
Ticket Restaurant		9801015000501431	145	08	
Negro		9800100000000101	146	01	
Nivea		9801223000501431	147	20	38
NEGRO		9800100000000101	148	01	
20.25.58 RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	149	03	
20.26.01 **TELEJORNAL** - 2ª Parte					
RM - Genérico	85114101156	0100300000100231	150	08	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100211	151	20	
RM - Conferência de Pinto Balsemão no Grémio Literário	"	0100301000100231	152	1 39	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100211	153	13	
Filme - Reportagem de Rama da Silva sobre a poluição na cidade de Lisboa, e sobre o Dia Mundial do Ambiente	"	0100301000100221	154	1 22	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100211	155	14	
Filme - Reportagem sobre a poluição sonora	"	0100301000100221	156	1 51	
Plano - Mário Crespo	"	0100306000100211	157	30	
RM - Volta a Itália em bicicleta	"	0100306000704031	158	46	
Plano - Mário Crespo	"	0100303000100211	159	26	
RM - Reportagem sobre o I Torneio do Jogo do Pau - Declarações de Nuno Russo, da Associação "Jogo do Pau de Lisboa"	"	0100303000100231	160	1 42	
Plano - Mário Crespo	"	0100301000100211	161	17	
RM - Genérico x Ficha Técnica - Realização de Helena Carmen Insersor - A RTP agradece ao Hotel Estoril Sol as facilidades concedidas na instalação dos seus meios técnicos no edifício	"	0100300000100231	162	21	
	"	0100300000100231	163	10	9 59
NEGRO		1202500000000101	164	02	
20.36.02 RM - LEGENDA RTP/1		1202400000100231	165	07	
20.36.09 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RTP/1 RM - Triangular		1200800000100231	166	18	
20.36.27 RM - LEGENDA RTP/1		1202400000100231	167	08	
NEGRO		1202500000000101	168	03	
20.36.38 RM - XXII FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA		1200900000100231	169	34	
NEGRO		1202500000000101	170	02	

19.26.24 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	54	07	
19.26.31 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"Torneio Roland Garros"		1200800000100231	55	22	
19.26.53 RM-CAMPANHA-VACINAÇÃO RUBÉOLA		1202700000100231	56	30	
19.27.23 RM-CAMPANHA-"POUPE ENERGIA"		1202700000100231	57	32	
19.27.55 RM-ANÚNCIO-"COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO"		1200800000100231	58	43	
19.28.38 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	59	08	
19.28.46 **DAR E RECEBER** Filme-Genérico	85112108413	0806700000901421	60	41	
Filme-Um programa da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, hoje dedicado ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	"	0806700000901421	61	22 30	
Filme-Genérico final	"	0806700000901421	62	05	23 16
19.52.02 **CARTAZ DOS ESPECTÁCULOS** Slide-Genérico	85114112009	1200100000100221	63	16	
Slide x Insersor-Cinemas	"	1200100000100221	64	5 22	5 38
19.57.40 **SUMÁRIO/TELEJORNAL** Plano-Mário Crespo	85114101157	0100301000100211	65	44	
19.58.24 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	66	08	
19.58.32 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"A Semana Que Vem"		1200800000100231	67	23	
19.58.55 RM-ANÚNCIO-"IX FESTIVAL DO ALGARVE"		1200900000100231	68	34	
19.59.29 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	69	08	
19.59.37 RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	70	23	
20.00.00 **TELEJORNAL (1ª.Parte)** RM-Genérico	85114101157	0100300000100231	71	22	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	72	35	
RM-Líderes dos Partidos ASDI, UEDS, MDP/CDE, foram hoje recebidos pelo Presidente da República	"	0100301999100231	73	50	

RM-Declarações de Álvaro Cunhal, do PCP, após reunião com o Presidente da República	85114101157	0100301022100231	74	31	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	75	29	
RM-Comissão Permanente do PS fez sair Comunicado face à situação política que o PSD provocou. Declarações de José Manuel Santos, porta-voz do PS	"	0100301019100231	76	1 27	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	77	10	
RM-Temas a abordar	"	0100301000100231	78	18	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	79	28	
RM-1º.Ministro, Mário Soares, na Sessão Solene de Abertura da Reunião da Primavera da NATO, no Estoril. Discurso do 1º.Ministro	"	0100301004100231	80	1 57	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	81	33	
RM-Dietrich Genscher recebido no Estoril pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama	"	0100301004100231	82	48	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	83	16	
RM-Discurso de Ramalho Eanes, no jantar de gala que ofereceu aos Ministros da NATO reunidos em Portugal	"	0100301001100231	84	1 11	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	85	1 24	
RM-Na Jamba (Angola), Jonas Savimbi recebeu representações da guerrilha da Nicarágua, Laos	"	0100305000704031	86	1 00	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	87	32	
RM-Câmara dos Representantes dos EUA aplica sanções económicas à África do Sul	"	0100305000704031	88	54	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	89	15	
RM-Navio escola de guerra brasileiro "Custódio de Melo" chegou hoje a Lisboa	"	0100301000100231	90	33	
RM-Genérico - Intervalo	"	0100300000100131	91	07	14 40
NEGRO		1202500000000101	92	04	
20.14.44 RM-Legenda RTC		9800199000100131	93	04	
20.14.48 PUBLICIDADE BLOCO 00 Renault		9801018000501431	94	08	
Negro		9800100000000101	95	01	
Castrol GTX		9801308000501431	96	30	39
20.15.27 RM-Legenda RTC		9800199000100131	97	04	
20.15.31 **TELEJORNAL (2ª.Parte)** RM-Genérico	85114101157	0100300000100131	98	08	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	99	30	
Filme-A carne de vaca vai ser					

importada e portanto mais barata. Declarações de José Santinho, Presidente da Federação das Associações de Comerciantes de Carne e Leão Araújo, da CAP	85114101157	0100301999100221	100	2 21	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	101	23	
Filme-Mário Soares inaugurou hoje em Santarém a Feira Nacional da Agricultura	"	0100301004100221	102	57	
Plano-Mário Crespo	"	0100303000100211	103	20	
RM-Futebol: Benfica/Sp.Covilhã, no Estádio da Luz	"	0100303000100231	104	1 10	
Plano-Mário Crespo	"	0100303000100211	105	16	
Filme-Declarações do jogador de futebol do Benfica, Carlos Manuel	"	0100303000100221	106	1 47	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	107	29	
RM-Futebol Internacional: Suécia/Checoslováquia	"	0100306000704031	108	1 00	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	109	15	
Filme-Eucaristia do Dia do Corpo de Deus, celebrada pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D.António Ribeiro, no Parque Eduardo VII	"	0100301000100221	110	1 23	
Plano-Mário Crespo lê Nota Oficiosa do Ministro do Trabalho	"	0100330000100211	111	1 50	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	112	15	
RM-Genérico final Realização de Helena Carmen	"	0100300000100231	113	21	13 25
NEGRO	"	0100300000000101	114	04	
20.29.00 INSERSOR-A RTP AGRADECE AS FACILIDADES CONCEDIDAS PELO HOTEL RITZ, PARA A INSTALAÇÃO DE MEIOS TÉCNICOS	"	0100300000100221	115	13	
20.29.13 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	116	08	
20.29.21 RM-ANÚNCIO-"COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO"		1200800000100231	117	43	
20.30.04 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"Aquele Bar"		1200800000100231	118	53	
20.30.57 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	119	07	
NEGRO		1202500000000101	120	01	

19.58.37 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"Nós por Cá"		1200800000100231	66	23	
19.59.00 RM-ANÚNCIO ACADEMIA DA FORÇA AÉREA		1202700000100231	67	41	
19.59.41 RM-LEGENDA RTP 1		1202400000100231	68	01	
NEGRO		1202500000000101	69	03	
19.59.45 RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	70	15	
20.00.00 **TELEJORNAL** RM-Genérico	85114101158	0100300000100231	71	22	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	72	18	
RM-Trabalhos da Reunião de Primavera da NATO no Estoril	"	0100301000100231	73	1 31	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	74	20	
RM-Lord Carrington, Secretário Geral da NATO em Conferência de Imprensa	"	0100301000100231	75	2 22	
Plano-Mário Crespo conversa com Nuno Vieira (Telejornal) sobre a reunião da NATO no Estoril que aquele jornalista tem vindo a cobrir	"	0100320000100211	76	3 27	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	77	14	
RM-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama deu Conferência de Imprensa sobre a posição de Portugal no âmbito da NATO, face aos projectos EUREKA-Guerra das estrelas	"	0100301004100231	78	1 57	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	79	14	
RM-Continuação da Conferência de Imprensa de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros Português	"	0100301004100231	80	1 52	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	81	49	
RM-Temas a abordar	"	0100301000100231	82	17	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	83	26	
RM-Encontrado o presumível corpo de Joseph Menguels, no Brasil	"	0100305000704031	84	50	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	85	45	
Filme-A vila de Pombal homenageou a memória do Prof.Dr. Carlos da Mota Pinto	"	0100301000100221	86	44	
RM-Separador - Telejornal	"	0100300000100231	87	01	
RM-Ministro do Trabalho assina protocolo para bolsas de estudo	"	0100301004100231	88	27	
RM-Em Cascais começou a 3a. Conferência Nacional das Assembleias de Deus	"	0100301000100231	89	38	

RM-Separador-Telejornal	85114101158	0100300000100231	90	09	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	91	19	
RM-Lançamento da 1ª.pedra da nova Torre do Tombo com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Discurso de Coimbra Martins, Ministro da Cultura	"	0100301004100231	92	2 18	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	93	13	
RM-1º. Ministro inaugurou hoje na FIL a Feira das Regiões	"	0100301004100231	94	1 17	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	95	21	
RM-Inter Champagne, Ldª. foi hoje inaugurada por Mário Soares, 1º.Ministro	"	0100301004100231	96	1 03	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	97	16	
RM-Em Inglaterra jogo particular: Inglaterra/Itália em futebol	"	0100306000704031	98	55	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	99	16	
RM-A Volta a Itália em bicicleta	"	0100306000704031	100	53	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	101	16	
RM-Genérico X Ficha Técnica Realização de Helena Carmen	"	0100300000100231	102	19	26 09
NEGRO	"	0100300000000101	103	02	
20.26.11 INSERSOR-A RTP agradece as facilidades concedidas pelo Hotel Ritz para a instalação de meios técnicos	"	0100300000100221	104	08	
NEGRO		1202500000000101	105	02	
20.26.21 RM-LEGENDA RTP 1		1202400000100231	106	08	
20.26.29 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-Até ao Amanhecer		1200800000100231	107	39	
20.27.08 RM-ANÚNCIO - CONCERTO EM SINTRA DA STª. CASA DA MISERICÓRDIA DE SINTRA		1200900000100231	108	18	
20.27.26 RM-ANÚNCIO-FESTIVAL DA JUVENTUDE		1200800000100231	109	27	
20.27.53 RM-LEGENDA RTP 1		1202400000100231	110	07	
NEGRO		1202500000000101	111	04	
20.28.04 **O TEMPO** RM-Genérico	85114101158	0100800000100231	112	15	

NEGRO		1202500000000101	243	02	
19.53.02					
CARTAZ DOS ESPECTÁCULOS					
Slide-Genérico	85114112009	1200100000100221	244	15	
Slide x Insersor-Cinemas	"	1200100000100221	245	3 38	3 53
19.56.55					
SUMÁRIO/TELEJORNAL					
Plano-Mário Crespo	85114101159	0100301000100211	246	1 08	
NEGRO		1202500000000101	247	01	
19.58.04					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	248	07	
19.58.11					
RM-ANÚNCIO-"CARAVANAS INFOR JOVEM"		1202700000100231	249	35	
19.58.46					
RM-ANÚNCIO-"FORÇA AÉREA"		1202700000100231	250	41	
19.59.27					
PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
RM-"Falando da Música de Schubert"		1200800000100231	251	03	
19.59.30					
RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	252	30	
20.00.00					
TELEJORNAL					
RM-Genérico	85114101159	0100300000100231	253	22	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	254	33	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	255	30	
RM-Guimarães - Honras Militares a Ramalho Eanes, Presidente da República. Discursos de Narciso Miranda, da Comissão Executiva de "Os Portugueses e o Mundo" e de Ramalho Eanes	"	0100301999100332	256	2 23	
Plano-Fátima Torres entrevista o Engº.Paulo Valada, Presidente da Câmara Municipal do Porto	"	0100331083100312	257	3 40	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	258	22	
RM-Exposição inaugurada pelo Presidente da República, no Palácio da Bolsa, no Porto	"	0100301001100332	259	1 10	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	260	09	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	261	17	
RM-Temas a abordar	"	0100301000100231	262	17	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	263	21	
RM-Eleições na Hungria (Imagens de arquivo)	"	0100305000100431	264	1 04	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	265	27	
RM-Referendo em Itália	"	0100305000704031	266	50	
Plano-Mário Crespo	"	0100305000100211	267	27	
RM-Situação no Líbano	"	0100305000704031	268	1 00	

Plano-Mário Crespo	85114101159	0100301000100211	269	34	
RM-Separador	"	0100300000100131	270	08	14 34
20.14.34					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	271	03	
20.14.37					
PUBLICIDADE BLOCO 00					
Kodak		9801020000501431	272	08	
I.E.F.P./C.N.A.		9801198000501431	273	15	23
20.15.00					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	274	04	
20.15.04					
TELEJORNAL (2ª.Parte)					
RM-Separador	85114101159	0100300000100131	275	08	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	276	46	
RM-Visita de Mário Soares a Vale de Cambra	"	0100301004100331	277	1 42	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	278	13	
RM-Declarações de Fernando Xavier, Presidente do Congresso Nacional de Urologia	"	0100301000100231	279	1 14	
Plano-Mário Crespo	"	0100303000100211	280	09	
Insersor-Números premiados do Totoloto	"	0100303000100221	281	09	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	282	22	
RM-Volta à Itália em bicicleta	"	0100306000704031	283	57	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	284	30	
RM-Torneio Internacional de Ténis "Roland Garros"	"	0100306000704031	285	59	
Plano-Mário Crespo	"	0100306000100211	286	35	
RM-Motociclismo na Ilha de Man	"	0100306000704031	287	1 03	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	288	17	
RM-Exposição de cães no Zoo de Lisboa	"	0100301000100231	289	1 26	
Plano-Mário Crespo	"	0100301000100211	290	20	
RM-Genérico x Ficha Técnica Realização de Helena Carmen	"	0100300000100231	291	20	11 10
20.26.14					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	292	06	
20.26.20					
PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
RM-"Hóquei em Patins"		1200800000100231	293	27	
20.26.47					
RM-ANÚNCIO-"FESTIVAL DA JUVENTUDE"		1200800000100231	294	25	
20.27.12					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	295	07	
NEGRO		1202500000000101	296	01	

RM - Lúcia Piloto, cabeleireiros	85114109095	9800200000100231	148	06	
RM - Augustus, Couture	"	9800200000100231	149	05	
RM - Centrel	"	9800200000100231	150	06	
RM - António Caetano Alves, Reclamos Luminosos	"	9800200000100231	151	06	
RM - Profoto-Santos & Silva Vieira, Lda., Livraria Portugal	"	9800200000100231	152	05	
RM - Cofama - Antiga Casa Teodoro; Brincotécnica; Socidel	"	9800200000100231	153	06	43 02
19.56.08					
RM - LEGENDA RTP/1		1202400000100231	154	07	
19.56.15					
RM - ACADEMIA DA FORÇA AÉREA		1202700000100231	155	42	
19.56.57					
RM - CAMPANHA CINTOS DE SEGURANÇA		1202700000100231	156	08	
19.57.05					
RM - ANÚNCIO - IX FESTIVAL INTERNACIONAL DO ALGARVE		1200900000100231	157	33	
19.57.38					
RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	158	07	
19.57.45					
PUBLICIDADE BLOCO 24					
APEL		9801025000501431	159	08	
Banco Português do Atlântico		9801205000501431	160	20	
Limara		9801223000501431	161	20	
Ed. Civilização		9801025000501431	162	08	
Raid		9801224000501431	163	20	
Enka		9801011000501431	164	08	
Agrobate		9801222000501431	165	20	
África Hoje		9801025000501431	166	08	1 52
19.59.37					
RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	167	07	
19.59.44					
RELÓGIO - TISSOT		1202200000100211	168	16	
20.00.00					
TELEJORNAL					
RM - Genérico	85114101160	0100300000100332	169	23	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	170	1 11	
RM - Abertura dos Actos Oficiais das Comemorações do 10 de Junho - Intervenção de Paulo Valada, Presidente da Câmara Municipal do Porto e de Ramalho Eanes, Presidente da República	"	0100301999100332	171	2 29	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	172	1 03	

RM - Missa e Te Deum na Sé de Braga, presidida pelo Arcebispo de Braga	85114101160	0100301000100332	173	48	
Plano - Fátima Torres entrevista o Reitor da Universidade do Porto, Prof. Oliveira Ramos	"	0100301000100332	174	2 29	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	175	12	
RM - Cortejo Histórico e Etnográfico no Porto	"	0100301000100332	176	1 33	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	177	23	
RM - Chegada ao Porto de Fernando Amaral, Presidente da Assembleia da República, vindo de Paris, onde assistiu à Reunião do Parlamento Europeu	"	0100301003100332	178	1 10	
Plano - Fátima Torres	"	0100305000100312	179	1 25	
RM - Eleições na Turquia	"	0100305000704032	180	1 35	
Plano - Fátima Torres	"	0100305000100312	181	32	
RM - Referendo em Itália	"	0100305000704032	182	1 01	
Plano - Fátima Torres	"	0100305000100312	183	42	
RM - Reunião de partidos da oposição francesa	"	0100305000704032	184	48	
Plano - Fátima Torres	"	0100305000100312	185	28	
RM - Relações israelo-libanesas	"	0100305000704032	186	59	19 11
20.19.11 RM - INTERVALO	"	0100300000100131	187	07	
20.19.18 RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	188	04	
20.19.22 PUBLICIDADE BLOCO 00					
Kodak		9801020000501431	189	08	
I.E.F.P.		9801198000501431	190	15	23
20.19.45 RM - LEGENDA RTC		9800199000100131	191	07	
20.19.52 RM - INTERVALO	85114101160	0100300000100131	192	17	
20.20.09 **TELEJORNAL**					
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	193	20	
RM - Feira de Santarém	"	0100301000100232	194	1 55	
Plano - Fátima Torres	"	0100306000100312	195	19	
RM -Final Singular Homens do Torneio Internacional de Ténis de Roland Garros	"	0100306000704032	196	33	
Plano - Fátima Torres	"	0100306000100312	197	16	
RM - Futebol: E. Brannschweig/ /Bayern	"	0100306000704032	198	48	
Plano - Fátima Torres	"	0100303000100312	199	16	
RM - Inauguração de Campo de Golf em Vale de Lobos	"	0100303000100232	200	35	
Plano - Fátima Torres	"	0100303000100312	201	15	
RM - Hóquei em Patins: Juventude de Viana/Cerdanyola	"	0100303000100332	202	1 38	

Plano - Fátima Torres	85114101160	0100306000100312	203	17	
RM - Hóquei em Patins: Liceo da Coruña/Sporting, em Meias--Finais da Taça dos Vencedores das Taças	"	0100306000704032	204	1 01	
Plano - Fátima Torres	"	0100306000100312	205	21	
RM - Ciclismo: Última Etapa da Volta a Itália	"	0100306000704032	206	44	
Plano - Fátima Torres	"	0100303000100312	207	19	
RM -Ciclismo: Grande Prémio "Os Portugueses e o Mundo" - Matosinhos	"	0100303000100332	208	1 10	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	209	13	
RM - Domingo no Porto	"	0100301000100332	210	1 20	
Plano - Fátima Torres	"	0100301000100312	211	25	
RM - Genérico -Realização de Castro Ribeiro	"	0100300000100332	212	18	13 03
20.33.12					
RM - LEGENDA RTP/1		1202400000100231	213	05	
20.33.17					
PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
RM - Actual - 3ª Feira na RTP/1		1200800000100231	214	17	
20.33.34					
RM - XXII FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA EM SANTARÉM		1200900000100231	215	33	
20.34.07					
RM - PAULO DE CARVALHO - 14 DE JUNHO NA AULA MAGNA		1200900000100231	216	17	
20.34.24					
RM - LEGENDA RTP/1		1202400000100231	217	06	
20.34.30					
O TEMPO					
RM - Genérico	85114101160	0100800000100231	218	12	
RM - Costa Malheiro, meteorologista	"	0100807000100231	219	2 36	
RM - Genérico	"	0100800000100231	220	15	3 03
20.37.33					
SLIDE - PORTUGAL/85 - FEIRA DAS REGIÕES	85114112096	1210000000100221	221	07	
Filme - Manuel Porto, Presidente da Comissão Coordenadora do Centro		1210000000100221	222	5 00	
Slide - Portugal/85 - Feira das Regiões		1210000000100221	223	09	5 16
20.42.49					
LOCUÇÃO DE CONTINUIDADE					
Plano - Maria João		1202400000100312	224	1 15	
20.44.04					
RM - SEPARADOR - LES ILES		1203200000100431	225	17	

ção de Adriano Nazareth Jr.	85114101403	0102401000100314	119	1 16 53	
20.00.42 SLIDE-SIGLA COMEMORATIVA DO 10 DE JUNHO		0102400000100322	120	11	
20.00.53 LOCUÇÃO DE CONTINUIDADE Plano-Ivone Ferreira		1202400000100312	121	28	
20.01.21 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-Grande prémio do Canadá em Formula I		1200800000100231	122	40	
20.02.01 RM-FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA		1200900000100231	123	32	
20.02.33 RM-LEGENDA RTC		9800199000100131	124	07	
NEGRO		9800199000000131	125	01	
20.02.41 PUBLICIDADE BLOCO 24					
Tianica		9801022000501431	126	08	
NEGRO		9800100000000101	127	01	
L.Civilização		9801025000501431	128	08	
NEGRO		9800100000000101	129	01	
Olá		9801222000501431	130	20	
NEGRO		9800100000000101	131	01	
Restore		9801208000501431	132	20	
NEGRO		9800100000000101	133	01	
Bolero		9801307000501431	134	30	
NEGRO		9800100000000101	135	01	
Spur Cola		9801228000501431	136	20	
NEGRO		9800100000000101	137	01	
Toyota		9801118000501431	138	15	
NEGRO		9800100000000101	139	01	
C.C.Barão		9801098000501431	140	08	2 16
20.04.57 RM-LEGENDA RTC		9800199000100131	141	06	
20.05.03 RELÓGIO TISSOT		1202200000100312	142	57	
20.06.00 **TELEJORNAL**					
RM-Genérico	85114101161	0100300000100332	143	21	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	144	28	
RM-Discurso do Presidente da República General Ramalho Eanes,na Sessão Solene das Comemorações do 10 de Junho	"	0100301001100332	145	1 53	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	146	14	
Filme-Cerimónia oficial do Dia das Comunidades,					

presidida em Lisboa pelo Presidente da Câmara					
Krus Abecasis	85114101161	0100301081100221	147	52	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	148	09	
Slide-Almeida e Costa	"	0100301000100322	149	04	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	150	26	
Slide-Mapa da África do Sul	"	0100305000100322	151	08	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	152	04	
Slide-Tailândia	"	0100305000100322	153	04	
Plano-Fátima Torres	"	0100303000100312	154	45	
RM-Manhã desportiva no Porto,integrada nas Cerimónias do 10 de Junho	"	0100303000100332	155	1 09	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	156	21	
RM-Convívio no Parque da Cidade (Porto),comemorativo do 10 de Junho	"	0100301000100332	157	1 15	
Plano-Fátima Torres entrevista a jovem Carla Alexandra Sousa Marques, sobre o Dia de Portugal e o Ano Internacional da Juventude	"	0100331000100312	158	2 11	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	159	23	
Filme-Encerramento do Congresso da Pastoral Juvenil em Lisboa.Declarações de dois jovens participantes do Congresso	"	0100301000100221	160	1 20	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	161	19	
RM-Reportagem sobre a Feira Nacional da Agricultura em Santarém. Declarações de José Manuel Casqueiro, Vice-Presidente da Feira	"	0100301000100231	162	1 50	
RM-Genérico-Intervalo	"	0100300000100132	163	08	14 24
NEGRO		1202500000000102	164	01	
20.20.25					
RM-LEGENDA RTC		9800199000100131	165	03	
20.20.28					
PUBLICIDADE BLOCO 00					
Renault		9801318000501431	166	30	
NEGRO		9800100000000101	167	01	
Kodak		9801020000501431	168	08	
NEGRO		9800100000000101	169	01	
IEFP		9801198000501431	170	15	55
20.21.23					
RM-LEGENDA RTC		9800199000100131	171	03	
NEGRO		1202500000000101	172	02	
20.21.28					
TELEJORNAL-2ª.PARTE					
RM-Genérico-Intervalo	85114101161	0100300000100132	173	08	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	174	47	

RM-Chegada a Lisboa do Vice-Presidente do Soviete Supremo,em visita a Portugal	85114101161	0100301000100231	175	1 29	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	176	26	
RM-Situação na fronteira Israel/Líbano	"	0100305000704032	177	1 10	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	178	19	
RM-Declarações de diplomata nicaraguense a uma cadeia de televisão norte-americana	"	0100305000704032	179	43	
RM-Situação nas Honduras	"	0100305000704032	180	29	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	181	26	
RM-Eleições presidenciais na República Turca do Norte do Chipre	"	0100305000704032	182	48	
Plano-Fátima Torres	"	0100305000100312	183	26	
RM-Acordo económico entre a China e a RFA	"	0100305000704032	184	43	
Plano-Fátima Torres	"	0100303000100312	185	09	
RM-Final da Taça de Portugal entre o Benfica e o F.C.Porto	"	0100303000100231	186	3 10	
Plano-Fátima Torres	"	0100306000100312	187	18	
RM-Futebol:Paraguai/Bolívia	"	0100306000704032	188	49	
Plano-Fátima Torres	"	0100303000100312	189	23	
RM-Ciclismo:Porto/Lisboa	"	0100303000100231	190	1 27	
Plano-Fátima Torres	"	0100306000100312	191	12	
RM-Campeonato do Mundo de Motocross,em Espanha	"	0100306000704032	192	49	
Plano-Fátima Torres	"	0100306000100312	193	15	
RM-Batido o record mundial do triplo salto no Torneio Internacional de Atletismo	"	0100306000704032	194	18	
Plano-Fátima Torres	"	0100303000100312	195	18	
RM-Jogos Tradicionais Portugueses na manhã desportiva no Estádio Universitário do Porto	"	0100303000100332	196	1 25	
Plano-Fátima Torres	"	0100301000100312	197	32	
RM X Insersor-Genérico X Ficha Técnica-Realização de Castro Ribeiro	"	0100300000100332	198	21	18 20
NEGRO		1202500000000102	199	02	
20.39.50 RM-LEGENDA RTP/1		1202400000100231	200	06	
20.39.56 PROMOÇAO DE PROGRAMAS RM-Actual		1200800000100231	201	18	
20.40.14 RM-LEGENDA RTP/1		1202400000100231	202	06	

19.27.21 **SÉC.XX - O MUNDO EM GUERRA** RM-2ª.Parte (*)	85111206297	0601700000606731	53	23 11	
19.50.32 **CARTAZ DOS ESPECTÁCULOS** Slide-Genérico Slide x Insersor-Cinemas	85114112009 "	1200100000100221 1200100000100221	54 55	17 5 17	5 34
19.56.06 **SUMÁRIO/TELEJORNAL** Plano-Dina Aguiar	85114101162	0100301000100211	56	22	
19.56.28 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	57	07	
19.56.35 RM-ANÚNCIO-"INQUÉRITO NACIONAL DE SAÚDE"		1202700000100231	58	43	
19.57.18 RM-ANÚNCIO-"ACADEMIA DA FORÇA AÉREA"		1202700000100231	59	42	
19.58.00 RM-ANÚNCIO-"IX FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DO ALGARVE"		1200900000100231	60	32	
19.58.32 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"Sobre os Rios que Vão", 6ª.Feira na RTP/1		1200800000100231	61	29	
19.59.01 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	62	10	
19.59.11 RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	63	49	
20.00.00 SLIDE-RTP/1 X INSERSOR-DENTRO DE MOMENTOS-TELEJORNAL		1202400000100221	64	1 24	
20.01.24 **TELEJORNAL** RM-Genérico Plano-Dina Aguiar RM-Texto dos tratados de adesão à CEE de Portugal e Espanha, na Tipografia Plano-Dina Aguiar RM-Preparativos nos Claustros dos Jerónimos onde se irá realizar a cerimónia da assinatura do tratado para a entrada de Portugal na CEE Plano-Dina Aguiar RM-Preparativos no Palácio do Oriente, em Madrid, onde	85114101162 " " " " "	0100300000100231 0100305000100211 0100305000704031 0100301000100211 0100301000100231 0100305000100211	65 66 67 68 69 70	20 05 16 25 57 11	

(*)-Deficiências da imagem nos últimos 2 minutos.

se irá realizar a cerimónia da assinatura do tratado para a entrada da Espanha na CEE. (Reportagem de José Teles para Telejornal)	85114101162	0100305000703931	71	1 40	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	72	25	
RM-Entrevista com António Marta, Presidente da Comissão de Adesão à CEE	"	0100301000100231	73	2 05	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	74	17	
RM-Conferência de Imprensa da CGTP-In. Declarações de Kalidas Barreto, sobre a assinatura do tratado para a entrada de Portugal na Comunidade Europeia	"	0100301141100231	75	1 52	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	76	13	
RM-Assuntos em destaque	"	0100301000100231	77	14	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	78	15	
RM-Encontro de empresários no Porto. Declarações de Joaquim Reis, da Comissão Organizadora	"	0100301000100331	79	1 46	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	80	17	
RM-Assembleia da República-Comentário de Carlos Fino	"	0100301003100231	81	2 39	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	82	15	
RM-Delegação da União Soviética com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama	"	0100301004100231	83	32	
RM-Conferência de Imprensa da Liga Portuguesa Contra o Reumatismo	"	0100301000100231	84	38	15 22
20.16.46					
RM-INTERVALO	"	0100300000100131	85	18	
20.17.04					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	86	04	
20.17.08					
PUBLICIDADE BLOCO 00					
Kodak		9801020000501431	87	08	
Castrol		9801308000501431	88	30	
Ticket Restaurant		9801115000501431	89	15	53
20.18.01					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	90	04	
20.18.05					
RM-INTERVALO	85114101162	0100300000100131	91	10	
20.18.15					
TELEJORNAL					
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	92	24	
RM-Ronald Reagan promete cumprir o Acordo Salt Dois	"	0100305000704031	93	38	
RM-Reunião da NATO, no Estoril	"	0100301000100231	94	42	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	95	58	

RM-Reunião do Conselho de Segurança da ONU	85114101162	0100305000704031	96	58	
Plano-Dina Aguiar	"	0100306000100211	97	45	
RM-Futebol: Argentina/Venezuela	"	0100306000704031	98	43	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	99	39	
RM-Exposição de objectos mandados por crianças e que pode ser vista na Fundação Gulbenkian	"	0100301000100231	100	1 34	
Plano-Dina Aguiar	"	0100306000100211	101	13	
RM-Provas de Catamaran na Holanda	"	0100306000704031	102	40	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	103	16	
RM-Genérico Realização de Vítor Barreto	"	0100300000100231	104	25	8 55
20.27.10 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	105	06	
20.27.16 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS RM-"Brigada Vítor Jara", 6ª.Feira na RTP/1		1200800000100231	106	43	
20.27.59 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	107	07	
20.28.06 **O TEMPO** RM-Genérico	85114101162	0100800000100231	108	14	
RM-Teresa Abrantes, meteorologista	"	0100807000100231	109	2 30	
RM-Genérico	"	0100800000100231	110	15	2 59
20.31.05 **DIREITO DE ANTENA** Slide-Direito de Antena		1102000000100221	111	19	
Slide-P.C.P.	85114111059	1102000022501421	112	11	
RM-António Borga, Carlos Carvalhas, do PCP	"	1102000022501431	113	7 50	
Slide-Direito de Antena		1102000000100221	114	19	8 39
NEGRO		1202500000000101	115	04	
20.39.48 **FEIRA DAS REGIÕES-PORTUGAL 85** Slide-Feira das Regiões	85114112096	1210000000100221	116	12	
Filme-Carmelo Aires, Presidente da Comissão Coordenadora do Alentejo	"	1210000000100221	117	5 00	
Slide-Feira das Regiões	"	1210000000100221	118	14	5 26
20.45.14 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	119	07	
20.45.21 RM-AVISO-"FISCALIZAÇÃO DE TAXAS TV"		1202400000100231	120	44	

VII.3 - *Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos*

Minutagem da Emissão da RTP1 de 12 de Junho de 1985

VERIFICACAO E ESTATISTICA

RTP 1

CLASSIFICACAO ESTATISTICA E VERIFICACAO DOS PROGRAMAS EMITIDOS

EMISSÃO Nº 287 de 12 de Junho de 1985 (4ª.Feira) 24ª.SEMANA

ABERTURA — 08h00m00s
FECHO — 00h08m08s
DURACAO — 16h08m08s

DESCRIÇÃO	PROCESSO	CODIGO	Nº ORDEM	PARCIAL	TOTAIS
08.00.00 MIRA		1202100000100221	1	14 30	
08.14.30 RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	2	30	
08.15.00 RM-ABERTURA		1202300000100231	3	1 01	
08.16.01 LOCUÇÃO DE ABERTURA Plano-Fátima Medina		1202400000100211	4	11	
NEGRO		1202500000000101	5	01	
08.16.13 **CEE 12 DE JUNHO** RM-Genérico	85114101405	0102500000100231	6	35	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	7	1 21	
Exterior-Directamente da Torre de Belém, Carlos Fino dá-nos breve panorâmica sobre os preparativos das cerimónias	"	0102501000100213	8	2 39	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	9	25	
Exterior-Directamente do Mosteiro dos Jerónimos imagens dos últimos preparativos das cerimónias da adesão	"	0102501000100213	10	31	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	11	12	
Plano-Carlos Franco (Notícias) *	"	0102501000100211	12	2 34	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	13	42	
Exterior-Directamente do Palácio de Belém, imagens das limpezas da sala de recepções que hoje será utilizada	"	0102501000100213	14	24	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	15	1 01	
RM-Imagens da Europa de Hoje "Europa Pictorial"	"	0102501000604631	16	5 27	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	17	17	
(*)-Som de estúdio estra- nho à emissão.					

Exterior-Directamente da Torre de Belém, imagens da Chegada das Delegações que testemunharão a cerimónia de adesão de Portugal à CEE, com comentários de Carlos Fino	85114101405	0102501000100213	18	1 13 28	
Exterior-Directamente do Mosteiro dos Jerónimos, transmissão da **Cerimónia de assinatura do Tratado da Adesão de Portugal à CEE**, com comentários de Pedro Luís de Castro e José Arantes (Inclui: Discursos de Mário Soares, Primeiro Ministro; Betino Craxi, Primeiro Ministro de Itália e Presidente do Conselho Europeu; Giulio Andreoti, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália; Jacques Delors, Presidente das Comunidades Europeias)	"	0102501000100213	19	35 23	
RM-Mensagem do 1º.Ministro belga	"	0102501000604631	20	1 10	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	21	41	
RM-Europa - Bandeira-RFA	"	0102501000100231	22	07	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	23	23	
RM-Europa - Bandeira-Grécia	"	0102501000100231	24	02	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	25	42	
RM-Europa - Bandeira-França	"	0102501000100231	26	05	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	27	1 06	
RM-Europa - Bandeira-Irlanda	"	0102501000100231	28	07	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	29	1 08	
RM-Europa - Bandeira-Itália	"	0102501000100231	30	02	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	31	40	
RM-Europa - Bandeira-Luxemburgo	"	0102501000100231	32	07	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	33	43	
RM-Europa - Bandeira-Holanda	"	0102501000100231	34	04	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	35	49	
RM-Europa - Bandeira - Reino Unido	"	0102501000100231	36	07	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	37	48	
RM-Europa - Bandeira-Espanha	"	0102501000100231	38	06	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos	"	0102501000100213	39	57	
RM-Europa - Bandeira-Portugal	"	0102501000100231	40	06	
Exterior-Continuação da transmissão dos Jerónimos (Inclui: Discurso de Mário Soares, Primeiro Ministro português)	"	0102501000100213			

Plano-Artur Albarran	85114101405	0102501000100211	42	35	
Filme-Pas-de-Deux do "Lago dos Cisnes" por elementos da Companhia Nacional de Bailado	"	0102501000100221	43	5 42	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	44	28	
Plano-Carlos Franco (Revista da Imprensa)	"	0102501000100211	45	10	
Plano-"O Dia" - Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	46	11	
Plano-"O Diário"-Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	47	11	
Plano-"Correio da Manhã" - Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	48	07	
Plano-"Diário de Notícias"-Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	49	10	
Plano-Carlos Franco	"	0102501000100211	50	08	
Plano-"Comércio do Porto"-Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	51	05	
Plano-"1º.Janeiro" - Títulos da 1ª.Página	"	0102501000100211	52	06	
Plano-Carlos Franco	"	0102501000100211	53	1 51	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	54	20	
Exterior-Directamente do Mosteiro dos Jerónimos, saída das Delegações com destino ao Palácio de Belém, com comentários off de Artur Albarran	"	0102501000100213	55	2 35	
Exterior-Transmissão directa da Recepção do Presidente da República às Delegações dos Países da CEE, ao 1º.Ministro e ao Governo portugueses, com comentários de Cesário Borga (Inclui: Discurso de Bettino Craxi, Presidente do Conselho da Europa e do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes) *	"	0102501000100213	56	36 14	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	57	1 34	
Filme-Concerto Europeu - 4º. Andamento da 9ª.Sinfonia de Beethoven (Programa da RAI) **	"	0102501000605921	58	24 55	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	59	1 10	
Plano-A actriz Amélia Videira lê texto de Alexandre Herculano	"	0102501000100211	60	3 58	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	61	24	
RM-1º.sketch da "Tia Eva" (Nicolau Breyner)	"	0102501000100231	62	3 42	
Plano-Actuação da fadista Luz Sá da Bandeira	"	0102501000100211	63	6 29	

(*)-No final saiu Ficha Técnica-Realização de: Leonilde Rodrigues (Belém); Manuel Tomás (Jerónimos); João Salvado (Palácio de Belém).

(**)-Disparo de emissor aos [illegible]

Plano-Artur Albarran	55114101-05	0102501000100211	64	26	
Plano-Debate com vários jovens no estúcio, sobre o processo de adesão à CEE, moderado por António Perez Metelo e Manuela Figueiredo	"	0102501000100211	65	8 28	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	66	34	
RM-"Vinte Séculos Depois" (Retrospectiva Histórica da Europa)	"	0102501000100431	67	29 13	
Plano-António Perez Metelo e Manuela Figueiredo continuam o debate com vários jovens no estúdio, sobre o que eles pensam dos benefícios da entrada de Portugal na CEE	"	0102501000100211	68	9 18	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	69	50	
RM-"Velas Europeias" - Viagem do Veleiros "Tratado de Roma" pelo Mundo, sendo a tripulação composta por jovens das diversas nacionalidades que compõem a Comunidade Económica Europeia	"	0102501000604631	70	17 23	
Plano-Manuela Figueiredo e António Perez Metelo continuam o debate com os jovens em estúdio	"	0102501000100211	71	9 50	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	72	33	
RM-Jean Monet, uma vida ao serviço da Europa	"	0102501000604631	73	12 30	
Plano-Grupo Rádio Macau canta "A vida num só dia"	"	0102501000100211	74	5 02	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	75	22	
Plano-Carlos Franco	"	0102501000100211	76	2 48	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	77	31	5 53 36
14.09.49					
TV RURAL					
Filme-Genérico (sem som)	"	**0102501000100221**	**78**	**08**	
Filme-Apresentado pelo Engº. Sousa Veloso, este programa dedica-se hoje ao Concelho de Leiria (Vale do Liz)	"	**0102501000100221**	**79**	**25 25**	
Filme-Genérico	"	**0102501000100221**	**80**	**08**	**25 41**
14.35.30					
CEE - 12 DE JUNHO					
Plano-Artur Albarran	"	**0102501000100211**	**81**	**1 00**	
Plano-António Perez Metelo	"	**0102501000100211**	**82**	**24**	
Plano-Artur Albarran e António Perez Metelo medeiam debate sobre as questões agrícolas com representantes da Associação de Jovens Agricultores Portugueses, CAP, Secretariado das UCP'S	"	**0102501000100211**	**83**	**12 42**	
Plano-Artur Albarran	"	**0102501000100211**	**84**	**11**	
Filme-"Uma Vila Agrícola"-Almeirim. Declarações do Alfredo Calado, Presidente da Câmara.					

Municipal de Almeirim (*) (Reportagem de Carlos Blanco)	8511-101405	0102501000100221	85	5	20
Plano-Actuação do Grupo Coral dos Mineiros de Aljustrel	"	0102501000100211	86	2	16
Plano-Joaquim Pedro e António Perez Metelo continuam o debate sobre questões agrícolas com os convidados em estúdio	"	0102501000100211	87	14	43
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	88		39
RM-Mensagem do 1º.Ministro belga sobre a entrada de Portugal na CEE	"	0102501000604631	89	1	46
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	90	1	24
RM-"A Emigração Portuguesa na Europa"	"	0102501000100231	91	14	31
Plano-Actuação de Nuno da Câmara Pereira que interpreta "Pode Ser Saudade"	"	0102501000100211	92	2	10
RM-Mensagem do 1º.Ministro dinamarquês, Poul Schluter	"	0102501000605031	93	1	22
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	94		50
Plano-António Perez Metelo e Cesário Borga entrevistam o Engº.Pedro Sampaio Nunes e o Dr.Brito Coelho, sobre as questões da Emigração dentro da Comunidade	"	0102501000100211	95	15	49
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	96		14
Filme-Grupo de Cantares de Manhouce	"	0102501000100221	97	5	53
RM-Mensagem do Chanceller da RFA, Helmut Kõhl	"	0102501000604231	98	1	58
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	99		23
RM-2º.sketch da Tia Eva (Nicolau Breyner)	"	0102501000100231	100	3	32
Plano-Actuação de Jorge Fernando que interpreta "Umbadá)	"	0102501000100211	101	2	54
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	102		12
Plano-Paula Magalhães	"	0102501000100211	103	2	12
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	104		37
RM-O Futuro feito na Europa	"	0102501000100231	105	23	07
RM-Mensagem do 1º.Ministro da Irlanda, Garret Fitzgerald	"	0102501000605731	106	2	13
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	107		16
RM-Actuação da Tertúlia Académica Rua Velha "Adeus Sé Velha"	"	0102501000100231	108	3	41
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	109	1	00
Plano-A Indústria na CEE - Debate moderado por António Perez Metelo	"	0102501000100211	110	17	11
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	111		17
RM-O Dia em que o Universo Mudou (Crédito onde é Devido)	"	0102501000606731	112	49	56
Negro	"	0102500000000101	113		08
RM-Mensagem do 1º.Ministro do Reino Unido, Margaret Thatcher	"	0102501000606731	114	1	28
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	115		48

(*)-Aos 2m25s houve um disparo de emissor com [illegible]

Plano-A Indústria nos Países da CEE - António Perez Metelo e José Arantes introduzem debate	85114101405	0102501000100211	116	9 25	
RM-Vila Nova de Famalicão - Entrevista a Agostinho Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Vilaça Gonçalves, da Associação Industrial do Minho	"	0102501000100331	117	5 38	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	118	16	
Plano-Notícias por Paula Magalhães	"	0102501000100211	119	3 40	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	120	19	
Plano-Maria Antónia Esteves interpreta a canção "Os Caçadores"	"	0102501000100211	121	2 47	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	122	25	
RM-Peniche - Reportagem sobre as Pescas. Declarações de Fátima Pata, Presidente da Câmara Municipal de Peniche	"	0102501000100231	123	5 31	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	124	33	
Plano-Pesca - António Perez Metelo e Alves Faria entrevistam José Mota, armador; Carlos Bandeira, Secretário Geral do Sindicato das Pescas e Patrício Gouveia, economistas	"	0102501000100211	125	10 51	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	126	13	
Via Satélite-Madeira - Locutora madeirense	"	0102502000100617	127	36	
V.S.(RM)-A Madeira-Declaraçõesde António Aragão, historiador	"	0102502000100617	128	6 42	
Via Satélite-Locutora madeirense	"	0102502000100617	129	30	
Via Satélite(RM)-Adesão à CEE-Entrevista a Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira	"	0102502000100617	130	7 10	
Via Satélite-Locutora madeirense	"	0102502000100617	131	12	
RM-Mensagem do 1º.Ministro italiano, Bettino Craxi	"	0102501000605931	132	2 12	4 08 07
18.43.37 RM-Legenda RTC		9800199000100131	133	04	
18.43.41 PUBLICIDADE BLOCO 21 Olá/Calippo		9803222000501431	134	20	
18.44.01 RM-Legenda RTC		9800199000100131	135	07	
NEGRO		1202500000000101	136	01	

18.24.09 CEE - 12 DE JUNHO Plano-Artur Albarran TVE-Directamente de Madrid- **Actividades Relacionadas com a Adesão à CEE**	8511-101405	0102501000100211	137	13	
"	"	0102501000603019	138	1 28	
Plano-Artur Albarran RM-**Espanha**-Reportagem de Pedro Luís de Castro. Declarações de António Alonso Madero, da Confederação de Empresários Espanhóis; Pedro Guareleno, da UGT; António Gutierrez, das Comissiones Obreras; Joaquim Portillo, Secretário de Estado das Comunidades Europeias	"	0102501000100211	139	46	
	"	0102501000100231	140	13 02	
Plano-Artur Albarran RM-**Grécia** - Reportagem de Miguel S.Tavares. Declarações de Alinda K., jornalista de economia; Theodoros Pangelos, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus	"	0102501000100211	141	24	
	"	0102501000100231	142	16 08	
RM-Mensagem do 1º.Ministro do Luxemburgo, Jacques Santaio	"	0102501000606131	143	1 43	
Plano-Artur Albarran TVE-Directamente do Palácio do Oriente, em Madrid, **Assinatura do Tratado de Adesão à CEE**. Depoimentos do Rei Juan Carlos	"	0102501000100211	144	14	
	"	0102501000603019	145	2 30	
Plano-Artur Albarran **RM-Reportagem no Bureau da CEE em Lisboa** - Declarações de João Vale de Almeida, do Gabinete de Apoio à Imprensa do Bureau da CEE em Lisboa e do Chefe do Bureau da CEE	"	0102501000100211	146	33	
	"	0102501000100231	147	4 53	
RM-Mensagem do 1º.Ministro da Holanda, Ludde Lubberes	"	0102501000605531	148	1 48	43 42
NEGRO		1202500000000101	149	01	
19.27.52 **RM-Legenda RTC**		9800199000100131	150	07	
19.27.59 **PUBLICIDADE BLOCO 23** **TriNaranjus**		9803228000501431	151	20	
19.28.19 **RM-Legenda RTC**		9800199000100131	152	07	
19.28.26 **PROMOÇÃO DE PROGRAMAS** **RM-"Sobre os Rios Que Vão", na RTP/1**		1200800000100231	153	32	

19.28.58 RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	154	08	
19.29.06 CEE - 12 DE JUNHO Plano-Artur Albarran RM-A Missão Diplomática Portuguesa na CEE - Reportagem de António Perez Metelo. Declarações de Luís Figueira, Embaixador e Aires Correia, Secretário das Negociações	85114101405	0102501000100211	155	37	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100231	156	6 09	
RM-Mensagem de José Sarney, Presidente do Brasil (P.B.)	"	0102501000100211	157	1 08	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000609831	158	1 25	
RM-Os Portugueses na CEE (Reportagem sobre os portugueses que trabalham no Conselho da CEE em Bruxelas)	"	0102501000100211	159	36	
TVE-Assinatura de Acordo de Adesão à CEE - Directamente de Madrid	"	0102501000200231	160	12 30	
RM-Continuação da reportagem	"	0102501000603019	161	17	
TVE-Directamente de Espanha Assinatura de Acordo de Adesão à CEE	"	0102501000200231	162	40	
RM-Continuação da reportagem	"	0102501000603019	163	14	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000200231	164	1 31	
TVE-Directamente de Madrid Discurso do 1º.Ministro de Espanha, Felipe Gonzalez	"	0102501000100211	165	29	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000603019	166	1 58	
NEGRO		0102501000100211	167	28	28 02
19.57.10 RM-Legenda RTC		1202500000000101	168	02	
19.57.17 PUBLICIDADE BLOCO 24 Turismo/Algarve Negro Ariston Frisumo Vivaldi Lusomundo Negro Homem e Deus		9800199000100131	169	07	
		9801239000501431	170	28	
		9800100000000101	171	01	
		9801102000501431	172	15	
		9801128000501431	173	15	
		9801036000501431	174	08	
		9801015000501431	175	08	
		9800100000000101	176	01	
		9801025000501431	177	08	1 16
19.58.33 RM-Legenda RTC		9800199000100131	178	07	
NEGRO		1202500000000101	179	02	
19.58.42 RELÓGIO TISSOT		1202200000100211	180	1 18	

20.06.90					
TELEJORNAL					
RM-Genérico	85114101163	0100300000100231	181	22	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	182	10	
RM-Reportagem sobre a cerimónia de assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE, com excertos dos discursos de Mário Soares, Primeiro Ministro e de Ramalho Eanes, Presidente da República	"	0100301999100231	183	3 40	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	184	19	
RM-Crónica de Carlos Fino sobre os trabalhos de hoje na Assembleia da República	"	0100301003100231	185	2 12	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	186	14	
TVE-Directamente dos Estúdios da TVE, crónica de José Teles, sobre a assinatura de acordo de adesão à CEE	"	0100305000200219	187	42	
TVE-Directamente de Madrid cerimónias de assinatura do acordo de adesão, no Palácio do Oriente	"	0100305000200219	188	2 31	
TVE-Crónica de José Teles nos Estúdios da TVE	"	0100305000200219	189	36	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	190	10	
Plano-Leitura do Editorial do Telejornal por Carlos Albuquerque, Director do Telejornal	"	0100301000100211	191	1 12	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	192	27	
RM-Sondagem feita pela Euroexpansão a pedido da RTP, sobre os portugueses que estão a favor e contra a entrada de Portugal na CEE	"	0100301000100231	193	1 27	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	194	19	
Filme-Reportagem sobre a Indústria Têxtil. Declarações de Gomes dos Santos, industrial	"	0100301000100221	195	2 57	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	196	21	
RM-Reportagem acerca do emigrante português em Inglaterra, João Ribeiro da Fonseca, Director para a Europa, Médio Oriente e África da Visa Internacional	"	0100305000700931	197	2 54	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	198	10	
RM-Temas a abordar	"	0100301000100231	199	17	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	200	34	
RM-Atentados bombistas em Espanha x Crónica de Vasco Lourinho	"	0100305000200231	201	1 08	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	202	28	
RM-Desvio e destruição de avião da Jordânia	"	0100305000700931	203	1 [illegible]	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	204	[illegible]	
RM-Julgamento de Ali Agca [illegible]					

atentado ao Papa João Paulo II em Roma	85114101-05	0100305000704031	205	44	
Plano-Dina Aguiar	"	0100305000100211	206	18	
RM-Rede de espionagem nos EUA	"	0100305000704031	207	46	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	208	48	
RM-Comitiva Chinesa de Biólogos chega a Portugal	"	0100301000100231	209	38	
RM-Delegação do Soviet Supremo em Portugal	"	0100301000100231	210	28	
RM-Genérico-Intervalo	"	0100300000100131	211	08	28 02
20.28.02					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	212	03	
20.28.05					
PUBLICIDADE BLOCO 00					
Olá		9801222000501431	213	20	
Negro		9800100000000101	214	01	
Nivea/Shampoo		9801223000501431	215	20	
Negro		9800100000000101	216	01	
I.E.F.P./C.N.A.		9801198000501431	217	15	57
NEGRO		9800100000000101	218	01	
20.29.03					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	219	03	
20.29.06					
TELEJORNAL (2ª.Parte)					
RM-Genérico	85114101405	0100300000100131	220	08	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	221	16	
Filme-Reportagem sobre a Feira do Livro em Lisboa. Declarações de José Vieira, da Organização	"	0100301000100221	222	2 16	
Plano-Dina Aguiar	"	0100301000100211	223	54	
RM-Genérico final					
Realização de Vítor Barreto	"	0100300000100231	224	20	3 54
NEGRO		1202600000000101	225	14	
20.33.14					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	226	07	
20.33.21					
PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
RM-"12º.Prémio Lausanne", na RTP/1		1200800000100231	227	34	
20.33.55					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	228	07	
20.34.02					
PUBLICIDADE BLOCO 25					
Marie Claire		9801332000501431	229	30	
negro		9800100000000101	230	01	
Bosch		9801114000501431	231	15	
Negro		[illegible]	232	[illegible]	
Sonasol		[illegible]	233	[illegible]	
Negro		[illegible]	234	[illegible]	
Toyota					

4209 2817

Restore		9801208000501431	236	20	
Negro		9800100000000101	237	01	
Chiclet's		9801322000501431	238	30	
Negro		9800100000000101	239	01	
Clio		9801228000501431	240	20	2 35
NEGRO		9800100000000101	241	02	
20.36.39					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	242	07	
NEGRO		1202500000000101	243	01	
20.36.47					
RM-ANÚNCIO-"FESTAS DA CIDADE DE LISBOA"		1200900000100231	244	2 18	
20.39.05					
O TEMPO					
RM-Genérico	85114101163	0100800000100231	245	14	
RM-José Manuel Prista	"	0100807000100231	246	2 43	
RM-Genérico	"	0100800000100231	247	14	3 11
NEGRO		1202500000000101	248	01	
20.42.17					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	249	07	
20.42.24					
RM-ANÚNCIO-"PAULO DE CARVALHO"		1200900000100231	250	17	
20.42.41					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	251	08	
NEGRO		1202500000000101	252	03	
20.42.52					
CEE - 12 DE JUNHO					
RM-Genérico	85114101485	0102500000100231	253	40	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	254	2 24	
Plano-Eunice Muñoz lê texto de Eça de Queiróz	"	0102501000100211	255	3 34	
Plano-Actuação de Rui Veloso	"	0102501000100211	256	3 55	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	257	1 45	
Plano-Questões Pontuais sobre a Adesão de Portugal à CEE - Debate moderado por Seruca Salgado e Sarsfield Cabral. Convidados: Dr.António Reis; Dr.Medeiros Ferreira; Maestro Vitorino de Almeida; Piteira Santos	"	0102501000100211	258	19 53	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	259	10	
Plano-Actuação de Adelaide Ferreira que interpreta "Penso em Ti"	"	0102501000100211	260	2 51	35 12
NEGRO		1202500000000101	261	01	

R_6209_2_2848

21.18.05					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	262	07	
21.18.12					
PUBLICIDADE BLOCO 26					
Tianica		9801022000501431	263	08	
Negro		9800100000000101	264	01	
Limara		9801223000501431	265	20	
Raid		9801224000501431	266	20	
Negro		9800100000000101	267	01	
Centro Comercial Barão		9801098000501431	268	08	
Kodak		9801020000501431	269	08	
Negro		9800100000000101	270	01	
Dercos		9801123000501431	271	15	
Lusomundo		9801013000501431	272	08	
Negro		9800100000000101	273	01	
Campo Pequeno		9801013000501431	274	08	1 39
21.19.51					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	275	07	
21.19.58					
RM-ANÚNCIO-"PAULO DE CARVALHO"		1200900000100231	276	01	
NEGRO		1202600000000101	277	05	
21.20.04					
RM-ANÚNCIO-"PAULO DE CARVALHO"		1200900000100231	278	14	
21.20.18					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	279	07	
21.20.25					
CEE - 12 DE JUNHO					
Plano-Artur Albarran	85114101405	0102501000100211	280	11	
TVE-Programa em simultâneo com a TVE (Emissão da TVE)	"	0102505000603019	281	4 26	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	282	37	
Plano-Seruca Salgado e Francisco Sarsfield Cabral continuam o debate	"	0102501000100211	283	11 00	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	284	10	
RM-3º.sketch da Tia Eva	"	0102501000100231	285	3 14	
Plano-Actuação do agrupamento musical "Terra a Terra"	"	0102501000100211	286	2 37	22 15
NEGRO		1202500000000101	287	02	
21.42.42					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	288	07	
21.42.49					
PUBLICIDADE BLOCO 27					
Ariston		9801103000501431	289	15	
Negro		9800100000000101	290	01	
Imotécnica		9801237000501431	291	20	
Mundial Confiança		9801236000501431	292	20	
Negro		9800100000000101	293	01	
Coca Cola					

02 6209 2 2819

Turismo Açores		9801239000501431	295	20	
Negro		9800100000000101	296	01	
Olaio		9801236000501431	297	20	
Negro		9800100000000101	298	01	
Pizões		9801101000501431	299	15	
Negro		9800100000000101	300	01	
Nucrema		9801022000501431	301	08	
Lusomundo		9801013000501431	302	08	2 31
NEGRO		9800100000000101	303	01	
21.45.21 RM-Legenda RTC		9800199000100131	304	07	
21.45.28 CEE - 12 DE JUNHO Plano-Artur Albarran RM-Historial da Adesão de Portugal à CEE - Declarações de Freitas do Amaral, Presidente do CDS; Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP; Sá Carneiro, Presidente do PSD; Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e António Marta, Presidente da Comissão de Integração Europeia (*)	85114101405	0102501000100211	305	40	
"	"	0102501000100431	306	25 53	
Plano-Artur Albarran RM-Actuação de Amália Rodrigues (Simultâneo para a Emissão da TVE)	"	0102501000100211	307	43	
Plano-Artur Albarran e Dr.António Reis que põem questão a Raul Morodo	"	0102501000100231	308	6 45	
TVE-Directamente dos Estúdios da TVE, Raul Morodo responde à pergunta feita de Portugal	"	0102501000100211	309	1 37	
Plano-António Reis responde à questão posta por Raul Morodo dos Estúdios da TVE	"	0102501000603019	310	3 06	
TVE-Raul Morodo responde a pergunta dos dois moderadores espanhois	"	0102501000100211	311	2 19	
Plano-Dr.António Reis responde a pergunta de Raul Morodo	"	0102501000603019	312	1 48	
RM-Actuação de Amália Rodrigues	"	0102501000100211	313	1 30	
NEGRO		0102501000100231	314	3 58	48 19
22.33.50 RM-Legenda RTC		1202500000000101	315	03	
22.33.57 PUBLICIDADE BLOCO 28 Archimode Negro Bosch C.P./Opção Jovem		9800199000100131	316	07	
(*)-Até aos 4m45s foi a RTP depois passou a TVE.		9801332000501431	317	30	
		9800100000000101	318	01	
		9801014000501431	319	08	
		9801238000501431	320	20	

Negro		9800100000000101	321	01	
Oetker		9801222000501431	322	20	
Kodak		9801020000501431	323	06	
Negro		9800100000000101	324	01	
Kas		9801228000501431	325	20	
Xavi		9801132000501431	326	15	
Negro		9800100000000101	327	01	
Maggi		9801522000501431	328	45	2 50
22.36.47					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	329	07	
22.36.54					
CEE - 12 DE JUNHO					
Plano-Artur Albarran	85114101405	0102501000100211	330	20	
Plano-Seruca Salgado e Francisco Sarsfield Cabral continuam a moderar o debate com os convidados já citados e ainda com o Dr.Silva Lopes e Drª.Teresa Ambrósio	"	0102501000100211	331	10 23	
Plano-Sketch humorístico de Serafim Saudade (Herman José) e interpretação de duas canções "Serafim Saudade" e "O Verdadeiro Artista"	"	0102501000100211	332	12 57	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	333	44	
Plano-Jovens em estúdio fazem perguntas aos diversos convidados sobre a adesão de Portugal à CEE	"	0102501000100211	334	2 19	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	335	07	
TVE-Directo de Madrid, emissão da TVE (Fim da emissão espanhola)	"	0102501000603019	336	2 12	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	337	29	
RM-Mensagem do 1º.Ministro do Japão	"	0102501000612731	338	1 38	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	339	20	
Plano-Continuação do debate com os convidados em estúdio, além dos já citados, presentes também o cineasta e poeta, António Reis	"	0102501000100211	340	9 24	40 53
NEGRO		1202500000000101	341	02	
23.17.49					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	342	07	
23.17.56					
PUBLICIDADE BLOCO 29					
Gazela		9801234000501431	343	20	
Negro		9800100000000101	344	01	
Banco Português do Atlântico		9801205000501431	345	20	
Negro		9800100000000101	346	01	
Tianica		9801122000501431	347	15	
Negro		9800100000000101	348	01	
A.C.P./Autogrupo		9801118000501431	349	15	
Negro		9800100000000101	350	01	
Camping Gás		9801228000501431	351	20	1 29

NEGRO		9800100000000101	352	01	
23.19.26					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	353	08	
NEGRO		1202500000000101	354	01	
23.19.35					
PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
RM-"Brigada Vítor Jara"		1200800000100231	355	42	
23.20.17					
RM-Legenda RTP-1		1202400000100231	356	08	
NEGRO		1202500000000101	357	01	
23.20.26					
CEE - 12 DE JUNHO					
Plano-Actuação dos Heróis do Mar - "Glória do Mundo"	85114101405	0102501000100211	358	4 31	
RM-4º.sketch da "Tia Eva"	"	0102501000100231	359	3 30	
Negro (Locução de Artur Albarran)	"	0102500000000101	360	02	8 03
23.28.29					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	361	08	
23.28.37					
PUBLICIDADE BLOCO 30					
Martini/Blanco		9801334000501431	362	30	
Negro		9800100000000101	363	01	
C.P./Opção Jovem		9801038000501431	364	08	
Negro		9800100000000101	365	01	
Bolero		9801007000501431	366	08	
Negro		9800100000000101	367	01	
Super Bock		9801334000501431	368	30	
Negro		9800100000000101	369	01	
Castrol		9801108000501431	370	15	
Robbialac		9801333000501431	371	30	2 05
23.30.42					
RM-Legenda RTC		9800199000100131	372	07	
NEGRO		1202500000000101	373	02	
23.30.51					
CEE - 12 DE JUNHO					
Plano-Artur Albarran	85114101405	0102501000100211	374	23	
Plano-Artur Albarran continua o debate com os convidados já citados e com Ribeiro da Fonte e Dr.João Menezes Ferreira	"	0102501000100211	375	24 15	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	376	50	
Plano-O actor Alexandre Melo lê texto de Fernando Pessoa	"	0102501000100211	377	3 48	
Plano-Artur Albarran	"	0102501000100211	378	45	
Plano-Artur Albarran e Prof. Menezes Ferreira mostram tratado	"	0102501000100211	379	36	
RM-Genérico x F.Técnica-Realiz. Abílio da Fonseca e Manuel Tomé	"	0102501000100211	380	36	14

[illegible]	1202500000000101	381	01	
00.02.03 EXECUÇÃO DE FECHO Plano-Helena Ramos	1202400000100211	382	34	
Slide x Insersor-Programação da RTP/1 Plano-Helena Ramos	1202400000100221 1202400000100211	383 384	55 20	
Slide x Insersor-Programação da RTP/2 Plano-Helena Ramos	1202400000100221 1202400000100211	385 386	32 14	2 3
NEGRO	1202500000000101	387	02	
00.04.40 SLIDE-RTP	1202300000100221	388	11	
00.04.51 RM-BANDEIRA NACIONAL/HINO NACIONAL	1202300000100231	389	1 16	
NEGRO	1202500000000101	390	01	
00.06.08 MIRA X RELOGIO DIGITAL	1202300000100231	391	2 00	
00.08.08 FECHO				

VIII - FONTES E BIBLIOGRAFIA

VIII. 1 - Fontes

VIII. 1. 1 - Fontes audiovisuais:

- Arquivo Audiovisual da RTP (Prior Velho, Lisboa)

VIII. 1. 2 - Fontes escritas:

- Arquivo de Verificação e Estatística da RTP: Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos de 05 a 12 de Junho de 1985.
- Alinhamentos de Informação Televisiva: Telejornal de 05 a 12 de Junho de 1985
- Anuário RTP de 1985

VIII. 1. 3 - Fontes Orais:

- Entrevista a Abílio Fonseca, realizador RTP (1985)
- Entrevista a Carlos Albuquerque, Director de Informação Diária (1985)
- Entrevista a Carneiro Jacinto, Assessor de Imprensa de Mário Soares (1985)
- Entrevista a Cesário Borga, jornalista RTP (1985)
- Entrevista a Dina Aguiar, jornalista RTP (1985)
- Entrevista a Fátima Torres, jornalista RTP (1985)
- Entrevista a Joaquim Pedro, jornalista RTP (1985)
- Entrevista a Manuel Tomás, realizador RTP (1985)
- Entrevista a Moniz Ribeiro, cenografista RTP (1985)
- Entrevista Ramiro Ribeiro, chefe do serviço de manutenção estúdios (1985)
- Entrevista a Sarsfiel Cabral, jornalista-colaborador RTP e comentador (1985)
- Entrevista a Saúl Freire, jornalista RTP (1985)

VIII. 2 - Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (1994) - *Os Brasileiros Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Edição do Autor.

AVILLEZ, Maria João; Soares, Mário (1996) - *Soares Democracia.* Lisboa: Público. ISBN 972-42-1458-3.

AZEVEDO, Cândido de (1994) - *Classe Política Portuguesa*. Lisboa: Pegaso.

BARTHES, Roland (1982) - Le discours de l' histoire. *Poétique*, n.º 49 . Paris: Seuil.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1995) - O abençoado retorno da velha história. *História a debate: Actas del Congreso Internacional "História a debate" celebrado el 7-11 de julio de 1993 en Santiago de Compostela*, Tomo III. Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, p. 151-156. ISBN 920572-0-3.

CÁDIMA, Francisco Rui (1996) - *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1764-4.

CAETANO, Marcelo (1970) - *Mandato Indeclinável.* Lisboa: Verbo.

CAETANO, Marcelo (1971) - *Renovação na Continuidade.* Lisboa: Verbo.

CAETANO, Marcelo (1973) - *As Grandes Opções*. Lisboa: Verbo.

CAMPOS, Nuno A.; SOBRINHO, António (dir.) (2001) - *50 Anos de Europa os grandes textos da construção europeia*. Lisboa: Publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 2.ª edição. ISBN 972-97048-3-X.

CASTILHO, José Manuel Tavares (2000) - *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974).* Lisboa: Assembleia da República e Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0511-2.

CATROGA, Fernando (1996) - Ritualizações da História. Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernado (1996) - *História da História em Portugal sécs. XIX – XX.* Lisboa: Círculo de Leitores, p. 547-671. ISBN 972-42-1384-6.

COTTERET, Jean-Marie (2002) - *Gouverner c' est paraître.* Paris: Quadrige. ISBN 2 13 052629 2.

CUNHA, Isabel Arriaga e (2002) - UE abre as portas ao quinto e maior alargamento da sua história. *Público*, Ano XIII, n.º 4586 de 10 de Outubro de 2002, p. 2.

DAYAN, Daniel.; KATZ, Elihu. (1999) - *A história em directo Os acontecimentos mediáticos na televisão.* Coimbra: Minerva. ISBN 972-8318-58-8.

DEHENEFFE, Jean-Claude (1986) - *O que pensam os Europeus? Considerações sobre a opinião pública dos europeus de 1973 a 1986.* Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2.ª edição. ISBN 92-825-6332-4.

DIONÍSIO, Mário (1992) - Actividade incansável. *Jornal de Letras* de 06-10-1992.

FARGE, Arlette (1999) - *Lugares para a História.* Lisboa: Editorial Teorema. ISBN 972-695-356-1.

FERREIRA, José Medeiros (1994) - *Portugal em Transe (1974-1985).* Mattoso, José (dir.) (1994) *História de Portugal* VIII vol. Lisboa: Estampa. ISBN 972-33-1024-4.

FIGUEIREDO, Leonor (2003) (a) - O terrorismo veio mudar a habitual paisagem televisiva. *Diário de Notícias*, Ano 139, n.º 49050 de 11 de Julho de 2003, p. 52.

FIGUEIREDO, Leonor (2003) (b) - Big Brother é serviço público. *Diário de Notícias*, Ano 139, n.º 49050 de 11 de Julho de 2003, p. 52.

FOUCAULT, Michel (1987) - *A Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe (1993) - A estrutura do noticiário estrangeiro A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *Jornalismo: Questões, teorias e «Estórias»* (Org. Nelson Traquina). Lisboa: Editorial Veja, p. 61-73. ISBN 972-699-405-5.

GANS, Herbert (1980) - *Deciding What's News: a Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, "Newsweek", and "Time"*. Nova Iorque: Random House USA Inc. ISBN 0394743547.

GANZ, Pierre (1995) – *A reportagem em rádio e televisão*. Mem Martins: Editorial Inquérito. ISBN 972-670-227-5.

GODINHO, José Magalhães (1992) - Uma dádiva total. *Jornal de Letras* de 10-11-1992.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam (2002) - *Manufacturing Consent The political Economy of the Mass Media*. Nova Iorque: Pantheon Books. ISBN 0-375-71449-9.

LE GOFF, Jacques et al (1984) - Documento/Monumento. *Memória-História. Enciclopédia Einaudi*, vol. I . Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 95-105.

LE GOFF, Jacques (1995) - Les retours dans l' historiographie française actuelle *História a debate: Actas del Congreso Internacional "História a debate" celebrado el 7-11 de julio de 1993 en Santiago de Compostela*, Tomo III. Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, p. 157-165. ISBN 920572-0-3.

LE GOFF, Jacques (s/d.) - *Reflexões sobre a História Entrevista de Francisco Maiello*. Lisboa: Edições 70.

LEIRIA, Isabel (2002) - População adulta portuguesa é a menos qualificada dos países da OCDE. *Público*, Ano XIII, n.º 4612 de 5 de Novembro de 2002, p. 28.

LOURENÇO, Eduardo (2001) - *O Labirinto da Saudade Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-765-6.

MADEIRA, Paulo; ROCHA, João (2003) - 11 de Setembro testou ideia de acontecimentos mediáticos Entrevista com Elihu Katz. *Público*, Ano XIV, n.º 4855 de 7 de Julho de 2003, p. 32-33.

MADEIRA, Paulo (2003) - Telecerimónias têm origens anteriores à TV. *Público*, Ano XIV, n.º 4856 de 8 de Julho de 2003, p. 41.

MAGONE, José (1988) - A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. *Revista Penélope Fazer e Desfazer a História*, n.º 8. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, p.123-163. ISBN 972-762-114-7.

MARNER, Terence (org.) (s/d.) - *A Realização cinematográfica*. Lisboa: Edições 70.

MARTINS, Hermínio (1988) - O federalismo no pensamento político português. *Revista Penélope Fazer e Desfazer a História*, n.º 8. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, p. 13-49. ISBN 972-762-114-7.

MARTINS, Maria João (1999) - Dúvida Metódica. *Jornal de Letras* de 21-04-1999.

MCLUHAN, Marshall (s/d.) - *Os meios de comunicação como extensões do Homem*. São Paulo: Editora Cultrix.

MESQUITA, Mário; REBELO, José (org.) (1994) - *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0328-4.

MESQUITA, Mário (2001) - Legitimação política e acontecimentos cerimoniais. *Observatório*, n.º 3. Lisboa: Edição do Observatório da Comunicação, p. 125-132. ISSN 0874-8810.

NOGUEIRA, Alberto Franco (2000) (a) - *Salazar "A Resistência" (1958-1964)*, V vol.. Porto: Livraria Civilização Editora, 4.ª edição. ISBN 972-26-1844-5.

NOGUEIRA, Alberto Franco (2000) (b) - *O Estado Novo (1933- 1974)* Prefácio do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Porto: Livraria Civilização Editora, 7ª edição. ISBN 972-26-1761-3.

NORA, Pierre (1977) - O regresso do acontecimento. *Fazer História/1*. Lisboa: Bertrand, p. 243-262.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2001) - O reencontro com a Europa. *Revista de História*, Ano XXIII (III série), n.º 32. Lisboa: História – Publicações e Conteúdos Multimédia, p.32-39.

QUINTILLÁN, Manuel Ahijado (2000) - *Historia de la unidad europea Desde los precedentes remotos a la ampliación al Este*. Madrid: Ediciones Pirámide. ISBN 84-368-1424-X.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1988) - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

RAIMUNDO, Orlando (2002) - A descolonização que Salazar recusou. *Revista do Jornal Expresso.*, n.º 1557 de 05 de Agosto de 2002. Lisboa, p. 32-37.

RAMONET, Ignacio (2001) - *Propagandas silenciosas Massas, televisão, cinema*. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-371-1.

REIS, António (dir.) (1990) - *Portugal Contemporâneo. 1974-1992: A implantação do regime democrático e a descolonização- A modernização da economia e da sociedade - A cultura em liberdade – Os novos valores*, vol. VI. Lisboa: Publicações Alfa. ISBN 972-609-159-4.

RICOUER, Paul (1980)- *La Narrativité*. Paris: CNRS.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1988) - O acontecimento. *Revista de Comunicação e Linguagens*. n.º 8, p. 9-15. Lisboa: Edição do Centro de Comunicação e Linguagens. ISSN 0870-7081.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1989) - Do dispositivo televisivo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 9, p. 61-65. Lisboa: Edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. ISSN 0870-7081.

RODRIGUES, Rogério (1992) - Um Homem a tempo inteiro. *O Jornal* de 02-10-1992.

RODRIGUES, Sofia (2002) - A década que reinventou a televisão portuguesa. *Público,* Ano XIII, n.º 4582 de 06 de Outubro de 2002, p. 43.

ROLLO, Maria Fernanda (1998) - Salazar e a construção europeia. *Revista Penélope Fazer e Desfazer a História*, n.º 8. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, p. 51-76. ISBN 972-762-114-7.

ROSAS, Fernando (1988) - *O Estado Novo (1926-74)*. Mattoso, José (dir) (1988) - *História de Portugal* VII vol Lisboa: Estampa. ISBN 972-33-1398-7.

ROSAS, Fernando (1992) - Uma homenagem. *Diário de Notícias* de 11-10- 1992.

RUELLAN, Denis (1993) - *Le professionalisme du flou Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble. ISBN 2 7061 0503 8.

SALAZAR, António de Oliveira (1953) - Circular sobre a integração europeia, para as missões diplomáticas, do Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Março de 1953. Guerra, Rui Teixeira; Magalhães, Calvet de; Freire, Siqueira (1981) - *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração – Departamento de Integração Europeia.

SALAZAR, António de Oliveira (1959) - *Discursos e Notas Políticas V: 1951-1958*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.

SALAZAR, António de Oliveira (1967) - *Entrevistas, 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.

SERRANO, Estrela (2002) - Omissões, Bloco-Notas. *Diário de Notícias*, Ano 139, n.º 48 857 de 30 de Dezembro de 2002, p. 4.

SILVA, Aníbal Cavaco (2002) - *Autobiografia Política vol. 1 O percurso até à maioria absoluta e a primeira fase de coabitação*. Lisboa: Temas e Debates, 1.ª edição. ISBN 972-759-489-1.

SOUSA, Judite (2002) - *Olá Mariana*. Lisboa: Oficina do Livro. ISBN 972-8579-43-8.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000) - Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986. *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, p. 61-92. ISBN 84-95363-04-6.

WOLF, Mauro (1987) - *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

WOLTON, Dominique (1994) - *Elogio do Grande Público Uma teoria crítica da televisão*. Porto: Edições Asa. ISBN 972-41-1211-X.

WOODROW, Alain (1991) - *Informação, Manipulação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-0930-3.

VIII. 3 - Edições Electrónicas

- *www.bbc.co.uk/portuguese/noticias,* (BBC Brasil) consulta realizada no dia 09-07-2003 (versão de 02 de Maio de 2003).

- *www.cinemaportugues.net*, consulta realizada no dia 12-02-2003 (versão de 2002).

- *www.citi.pt*, (CITI - Centro de Investigação das Tecnologias da Informação), consulta realizada no dia 12-02-2003.

- *www.ieem.org.mo,* consulta realizada no dia 02-07-2003 (versão de 06-11-2002).

- *www.fundacao-mario-soares.pt* (Fundação Mário Soares), consulta realizada no dia 12-02-2003.

- *www.1oecd.org*, (OCDE), consulta realizada em 02-07-2002 (versão de 2001).

- *www.parlamento.pt* (Assembleia da República Portuguesa), consulta realizada no dia 12-02-2003.

- *www.ps.pt* (Partido Socialista), consulta realizada no dia 12-02-2003 (versão de 2002).

- *www.seara.com*, consultada realizada no dia 12-02-2003.

VII – ÍNDICE DE EXTRATEXTOS

Gráficos:

Gráfico I -	Posição das Reportagens no Alinhamento do Telejornal	I
Gráfico II -	Tempo das Reportagens por Assunto	II
Gráfico III -	Temas das Reportagens do Telejornal (5 a 12/06/85)	III

Esquemas:

Esquema I -	Disposição dos Elementos da Telecerimónia nos Claustros do Mosteiro dos Jerónimos	IV

Figuras:

Fig. I -	Genérico da Emissão Especial	V
Fig. II -	Genérico da Emissão Especial	V
Fig. III -	Artur Albarran apresenta Emissão Especial	VI
Fig. IV -	Reportagem de Carlos Fino na Torre de Belém	VI
Fig. V -	Carlos Blanco apresenta as *Notícias*	VII
Fig. VI -	Vista Aérea de Belém	VII
Fig. VII -	Navio-Escola Sagres, cenário da Fotografia de Família	VIII
Fig. VIII -	Fotografia de Família da CEE com 12 Estados-Membros	VIII
Fig. IX -	Plano Geral do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando o público de frente	IX
Fig. X -	Plano Geral do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando os plenipotenciários de frente	IX
Fig. XI -	Betino Craxi discursa nos Jerónimos	X
Fig. XII -	Giulio Andreotti discursa nos Jerónimos	X
Fig. XIII -	Plano do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos mostrando os plenipotenciários à direita	XI
Fig. XIV -	Jacques Delors discursa nos Jerónimos	XI
Fig. XV -	Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à CEE	XII
Fig. XVI -	Grafismo usado para ilustrar a assinatura do Tratado por Portugal	XII

Fig. XVII -	Mário Soares discursa nos Jerónimos	XIII
Fig. XVIII -	Exterior do Mosteiro dos Jerónimos	XIII
Fig. XIX -	Janela Manuelina do Mosteiro dos Jerónimos	XIV
Fig. XX -	Ramalho Eanes recebe Mário Soares no Palácio de Belém	XIV
Fig. XXI -	Ramalho Eanes recebe plenipotenciários no Palácio de Belém	XV
Fig. XXII -	Plateia do Estúdio da Emissão Especial	XV
Fig. XXIII -	Moderadores de um debate no Estúdio	XVI
Fig. XXIV -	Luz Sá da Bandeira canta no Estúdio	XVI